

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO -
MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO SEMINARÍSTICA NA PERSPECTIVA DO INTELLECTUAL
ORGÂNICO DOS POBRES NO SÉCULO XXI: LIMITES E POSSIBILIDADES**

ELCIO ALCIONE CORDEIRO

Francisco Beltrão - PR
2020

ELCIO ALCIONE CORDEIRO

**FORMAÇÃO SEMINARÍSTICA NA PERSPECTIVA DO INTELLECTUAL
ORGÂNICO DOS POBRES NO SÉCULO XXI: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Zanella.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Cordeiro, Elcio Alcione

Formação seminarística na perspectiva do intelectual orgânico dos pobres no século XXI : limites e possibilidades / Elcio Alcione Cordeiro; orientador(a), José Luiz Zanella, 2020.
223 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Formação seminarística. 2. Intelectual orgânico. 3. Igreja católica. 4. Pobres. I. Zanella, José Luiz. II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

ELCIO ALCIONE CORDEIRO

TÍTULO DO TRABALHO: FORMAÇÃO SEMINARÍSTICA NA PERSPECTIVA DO INTELLECTUAL ORGÂNICO DOS POBRES NO SÉCULO XXI: LIMITES E POSSIBILIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestre em Educação ao autor.

COMISSÃO EXAMINADORA

José Luiz Zajella (Orientador)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

André Paulo Castanha

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Airton Carlos Batistela

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Elcio Cecchetti

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Francisco Beltrão, 21 de fevereiro de 2020

Agradecimentos

Com gratidão, agradeço a Deus pelo dom da vida e por me proteger a todo momento.
A todos os professores (as), mestrandos (as) e colaboradores (as) do Programa de Pós-
Graduação em Educação – Mestrado,
da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE-FB, em especial, ao
professor orientador, Drº José Luiz Zanella por toda a atenção e dedicação em me
acompanhar.

Aos meus familiares pelo carinho, respeito e auxílio em minha vida.
A todos aqueles (as) que de uma forma ou outra estiveram comigo nesse processo tão
belo e importante.

Obrigado!

“[...] um novo tipo de Padre, que vá em busca dos afastados, excluídos, sobretudo os pobres e esquecidos, demonstrando sempre a atitude acolhedora e misericordiosa”
(CNBB, 2011, p. 26).

CORDEIRO, Elcio Alcione. Formação seminarística na perspectiva do intelectual orgânico dos pobres no século XXI: limites e possibilidades. 2020. Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a formação seminarística na perspectiva do intelectual orgânico dos pobres. Partimos da análise histórica do pensador Antônio Gramsci (1891-1937) sobre a categoria intelectual orgânico e tradicional da Igreja Católica como uma ferramenta de análise para a formação seminarística no século XXI, na perspectiva do intelectual orgânico dos pobres. Em seguida, apresentamos um período histórico em que parte da Igreja da América Latina empenhou-se na direção dos pobres mediante a Teologia da Libertação. A partir deste percurso histórico, analisamos os limites e as possibilidades da formação seminarística de opção pelos pobres nos últimos documentos da Igreja na dimensão formativa nos seminários. Para isso, propomos o seguinte objetivo: Analisar a proposta de formação seminarística do século XXI na perspectiva do intelectual orgânico dos pobres, nos principais documentos da Igreja, sobre a formação seminarística, verificando os limites e as possibilidades desta práxis formativa. Como metodologia, utilizamos o foco na pesquisa bibliográfica e documental, tomando como fonte os textos do próprio Gramsci, escritos basilares da perspectiva da Teologia da Libertação e os documentos que embasam a proposta de formação nos seminários católicos. Concluímos que é possível aproximar Gramsci, Teologia da Libertação e os principais documentos da formação seminarística para formar um líder religioso-social de opção preferencial pelos pobres. O diálogo entre Gramsci, Teologia da Libertação e a formação seminarística apresentou contribuições à formação de intelectuais religiosos ou não religiosos. Enfim, trata-se de uma pesquisa que buscou em outras correntes de pensamento, como Gramsci e Teologia da Libertação suporte, contribuição e aproximação à formação seminarística presente nos últimos documentos da Igreja Católica que proporcione a formação do intelectual orgânico dos pobres.

Palavras-chave: Formação seminarística. Intelectual orgânico. Igreja Católica. Pobres.

CORDEIRO, Elcio Alcione. **Seminary Training from the Perspective of the Organic Intellectual of the Poor in the 21st century: Limits and Possibilities.** 2020. Graduate Program in Education - Master's degree, State University of Western Paraná, Francisco Beltrão.

ABSTRACT

This research aimed to analyze seminary training from the perspective of the organic intellectual of the poor. We start from the historical analysis of the thinker Antônio Gramsci (1891-1937) on the organic and traditional intellectual category of the Catholic Church as an analysis tool for seminary formation in the 21st century, from the perspective of the organic intellectual of the poor. Then, we present a historical period in which part of the Church of Latin America committed itself towards the poor through Liberation Theology. From this historical route, we analyze the limits and possibilities of seminary training for the option of the poor in the latest documents of the Church in the formative dimension of seminaries. For this, we propose the following objective: Analyze the 21st century seminary training proposal from the perspective of the organic intellectual of the poor, in the main documents of the Church, on seminary formation, verifying the limits and possibilities of this formative praxis. As a methodology, we use or focus on bibliographic and documentary research, using Gramsci's own texts as a source, basic writings from the perspective of Liberation Theology and the documents that support the formation proposal in Catholic seminaries. We conclude that it is possible to bring together Gramsci, Liberation Theology and the main documents of the formation of the seminary to form a social-religious leader of preferential option for the simple. The dialogue between Gramsci, Liberation Theology and seminary formation contributed to the formation of religious or nonreligious intellectuals. Finally, this is a research that sought in other currents of thought, such as Gramsci and Support Liberation Theology, contribution and approximation to the formation of the seminar present in the last documents of the Catholic Church that proposed the formation of the organic intellectual of the poor.

Keywords: Seminary training. Organic intellectual. Catholic church. Poor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A IGREJA CATÓLICA COMO FORMADORA DE INTELLECTUAIS: APONTAMENTOS PARA A FORMAÇÃO DO INTELLECTUAL ORGÂNICO DOS POBRES	18
1.1 MARCOS FORMATIVOS.....	18
1.2 A QUESTÃO DO INTELLECTUAL	22
1.3 A CRÍTICA DE GRAMSCI À IGREJA CATÓLICA: DE INTELLECTUAL ORGÂNICO DO FEUDALISMO A INTELLECTUAL TRADICIONAL DO CAPITALISMO.....	27
1.4 A ESCOLA UNITÁRIA E A FORMAÇÃO DOS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS DOS SUBALTERNOS-SIMPLES.....	51
2 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: A IGREJA COMO INTELLECTUAL ORGÂNICA DOS POBRES - OPRIMIDOS	63
2.1 AS BASES DA FORMAÇÃO HUMANA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO .	63
2.2 ANTECEDENTES DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA E O CONCÍLIO VATICANO II.....	66
2.2.1 A Doutrina Social da Igreja	66
2.2.2 O Concílio Vaticano II	74
2.3 – A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA IGREJA DA AMÉRICA LATINA	82
2.3.1 Considerações sobre a história e fundamentos da Teologia da Libertação: a opção preferencial pelos pobres	83
2.3.2 As causas diretas da origem da Teologia da Libertação	89
2.3.3 A criação do CELAM e a Conferência Episcopal Latino Americana – Rio de Janeiro – 1955.....	93
2.3.4 Conferência Episcopal Latino Americana – Medellín – 1968.....	96
2.3.5 Conferência Episcopal Latino Americana – Puebla – 1979.....	102
2.4 OS PRINCIPAIS TEÓLOGOS FUNDADORES E EXPOENTES DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	108
2.5 PRÁXIS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E AS PASTORAIS SOCIAIS	119
2.6 PAPA FRANCISCO E OS POBRES	125
3 LIMITES E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO SEMINARÍSTICA NA PERSPECTIVA DO INTELLECTUAL ORGÂNICO DOS POBRES	136
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO SEMINARÍSTICA	137

3.2 <i>RATIO FUNDAMENTALIS INSTITUTIONIS SACERDOTALIS: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA FORMAÇÃO DO SEMINARISTA INTELECTUAL ORGÂNICO DOS POBRES</i>	151
3.2.1 Limites	152
3.2.2 Possibilidades	155
3.3 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS: <i>DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DOS PRESBÍTEROS DA IGREJA NO BRASIL – 2010 E 2019: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA FORMAÇÃO DO SEMINARISTA INTELECTUAL ORGÂNICO DOS POBRES</i>	170
3.3.1 Antecedentes históricos	172
3.3.2 Limites	178
3.3.3 Possibilidades	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS	215
ANEXO A – Portaria de nomeação de Reitor	223
ANEXO B – Portaria de nomeação do Conselho de Formadores	224

INTRODUÇÃO

A formação seminarística dos futuros dirigentes da Igreja Católica constitui-se em uma área de grande cuidado. É nela que se educa, ensina e constrói o futuro líder religioso. Tratar com atenção e formar com solidez é preparar o futuro da própria Instituição. Desde a iniciativa do Concílio de Trento (1545-1563) de criar os seminários, onde se preparam os novos Padres, a Igreja conduz o espaço formativo com dedicação exclusiva.

O Papa Francisco, não raramente, volta o olhar sobre a formação seminarística, expressando a reta intenção de dar total apoio nesse chão que crescem os futuros líderes da Igreja Católica. Como destaca o documento, *O dom da vocação presbiteral*¹, referindo-se às vocações sacerdotais: “[...] devem ser tidas em grande consideração e cultivadas com prontidão e solicitude [...]. A missão da Igreja é cuidar do nascimento, discernimento e acompanhamento das vocações” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 29).

No contexto brasileiro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, segue as orientações da Igreja com sede em Roma e acrescenta a especificidade local, concentrando-se neste aspecto formativo como lugar privilegiado de atuação. Diante das circunstâncias atuais possui as próprias diretrizes para a formação dos futuros líderes. O documento *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil* expressa: “É preciso conhecer bem a realidade para assumi-la e transformá-la à luz do Evangelho. Na atual realidade, verificam-se situações que afetam e desafiam a vida e o ministério dos presbíteros” (CNBB, 2011, p. 21).

No desenrolar do texto, desenvolveremos algumas categorias centrais que apareceram por diversas vezes e requerem um entendimento uniformizado - caso não venham seguidos de explicação -, são elas: Igreja, pobres, formação e intelectual orgânico. Quando nos referimos à “Igreja”, entendemos Igreja Católica Apostólica Romana; ao citarmos “pobres”², estamos em concordância com o que destaca Papa

¹ O Papa Francisco é o grande idealizador-responsável pela elaboração e publicação deste documento, encontramos a referência de abono na introdução: “Francisco, pelo impulso e orientações que estiveram na origem do presente documento” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 14).

² Os pobres, em uma relação sistemática estão inseridos naquilo que Jesus Cristo sempre foi, pobre e em meio à classe trabalhadora, no Evangelho de Marcos 6, 3, encontramos: “Não é este o carpinteiro? O filho de Maria” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 1905). Inclusive, o próprio Jesus Cristo toma posição em favor do pobres, encontramos isso em Lucas 6, 20: “Erguendo então os olhos para os seus discípulos, dizia: Bem aventurados vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 1940). Filosoficamente, encontramos em Gramsci alguém que atribuía à escola e à luta de classes o papel de elevação dos pobres a uma situação de melhores condições materiais de vida. Encontramos o seguinte escrito gramsciano: “Normalmente, é através da luta de classes sempre mais intensa que as duas classes do

Francisco, pessoas humanas marcadas pelo sofrimento, marginalização, opressão, violência, torturas, prisão, guerra, privação da liberdade e da dignidade, ignorância, analfabetismo, emergência sanitária, falta de trabalho, tráfico de pessoas, escravidão, exílio, miséria, migração forçada... (FRANCISCO, 2017); ao nos referirmos à “formação”, estamos entendendo formação atrelada aos seminários da Igreja Católica; e, quando referenciamos “intelectuais orgânicos” temos em mente a reflexão gramsciana.

Optamos por Antonio Gramsci (1891 – 1937) como suporte teórico no desenvolvimento do primeiro capítulo porque este filósofo utiliza o instrumento analítico de crítica à caminhada histórica da Igreja Católica na maneira de se posicionar como formadora de intelectuais orgânicos, como intelectuais orgânicos da aristocracia feudal e intelectuais tradicionais no capitalismo. Como argumenta Semeraro: “Entre os marxistas da sua época Gramsci foi o autor que mais se dedicou a analisar o fenômeno da religião e, mais especificamente, o cristianismo e a igreja católica” (SEMERARO, 2017, p. 88).

Não aderimos incondicionalmente a Gramsci, mas a compreensão da análise histórica que Gramsci fez é relevante, e por isso, a utilização das categorias e suas análises. O suporte gramsciano na reflexão sobre a formação dos intelectuais e as posições tomadas pela Igreja, por ele analisadas historicamente, nos proporciona entender melhor as relações entre Igreja e estado, poder e sistema capitalista. Como exemplifica Semeraro: “As atenções de Gramsci se concentram sobre a Igreja Católica que, por um lado, procura manter a sua hegemonia em amplos setores da população pobre com seu poderoso aparelho ideológico, enquanto, por outro, se alia às classes dominantes” (SEMERARO, 2017, p. 89).

Obviamente, não faremos aproximações quanto à posição de Gramsci em relação à dimensão transcendental do ser humano, concebido assim pela Igreja. Apesar de que, nessa grande diferença, existe um respeito gramsciano, ideia descrita por Giovanni Semeraro.

mundo capitalista criam a história. O proletariado sente a sua miséria atual, está continuamente em estado de necessidade e pressiona a burguesia para melhorar as próprias condições” (GRAMSCI, 1976, p. 163). O pobre é produzido nas relações sociais, é um produto das relações de classe. Na Doutrina Social da Igreja, existe a diferença de compreensão ontológica, isto é, o pobre além de ser pobre material também é pobre espiritual e mantém a dimensão de transcendência viva em sua compreensão. Podemos notar esse entendimento: “A miséria humana é o sinal manifesto da condição de fragilidade do homem e da sua necessidade de salvação. [...]. Nosso Senhor adverte-nos de que seremos separados dele se deixarmos de ir ao encontro das necessidades dos pobres e dos pequenos que são seus irmãos” (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 110).

No entanto, é preciso observar que, embora afirme uma ‘antítese incurável’ entre a transcendência do cristianismo e a imanência do marxismo, o antagonismo e a crítica de Gramsci contra a religião e a Igreja nunca se transformam em iconoclastia ou anticlericalismo nem em ‘motivo de divisão na classe operária’, cuja unidade, no respeito das crenças pessoais, é necessário preservar para combater juntos a burguesia. Na prática, reitera Gramsci, mesmo convencidos de que ‘a religião seja uma forma transitória da cultura humana que será superada’ e mesmo não sendo religiosos os socialistas marxistas não são antirreligiosos (SEMERARO, 2017, p. 91).

Nosso posicionamento de vida e trabalho em relação ao ser humano é aquele que vem da Doutrina social da Igreja.

Toda pessoa é por Deus criada, amada e salva em Jesus Cristo, e se realiza tecendo múltiplas relações de amor, de justiça e de solidariedade com as outras pessoas, à medida que desenvolve a sua multiforme atividade no mundo. O agir humano, quando tende a promover a dignidade e a vocação integral da pessoa, a qualidade das suas condições de existência, o encontro e a solidariedade dos povos e das nações, é conforme ao desígnio de Deus, que nunca deixa de mostrar o seu amor e a sua providência para com seus filhos (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 34).

Pessoalmente, adotamos uma antropologia cristã que defende a dignidade inviolável de toda a pessoa humana e acompanha nas realidades do mundo do trabalho, economia, política, iluminando autênticos valores humanos e inspirando o empenho no testemunho cristão nos múltiplos âmbitos da vida pessoal e social (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008).

A análise de Gramsci nos permite refletir sobre mudança de pensamento que houve na Igreja a partir da Teologia da América Latina dos anos 1960 e seguintes. Daí, fizemos a opção pela Teologia da Libertação, no segundo capítulo, pelo fato de perceber que existe no Brasil um crescimento da pobreza a cada dia que passa. Não obstante, o último indicador social do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, mostra que em 2018 o Brasil alcançou: “13,5 milhões de pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, ou U\$S 1,9 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza” (AGENCIA IBGE NOTÍCIAS, 2019, s/p). Isso significa que a pobreza é um problema estrutural, um produto social das relações desiguais, tal e qual como elabora e denuncia a Teologia da Libertação. Outro fator relevante que nos fez optar pela Teologia da Libertação é a proximidade do discurso,

prática e testemunho do atual Papa Francisco, o qual desde sua eleição em 2013, vem se destacando com sua posição em defesa dos pobres. É de Francisco o seguinte argumento,

A condição dos pobres obriga a não se afastar do Corpo do Senhor que sofre neles. Antes, pelo contrário, somos chamados a tocar a sua carne para nos comprometermos em primeira pessoa num serviço que é autêntica evangelização. A promoção, mesmo social, dos pobres não é um compromisso extrínseco ao anúncio do Evangelho; pelo contrário, manifesta o realismo da fé cristã e a sua validade histórica. O amor que dá vida à fé em Jesus não permite que os seus discípulos se fechem num individualismo asfixiador, oculto nas pregas dum intimidade espiritual, sem qualquer influxo na vida social (FRANCISCO, 2019b, s/p).

Um Papa Latino-americano que sabe ler a realidade sofrida, por isso, seu tom de reflexão é profético, encarnado na realidade, onde muitos seres humanos padecem na pobreza, é preciso aí reconhecer Jesus Cristo, no rosto do outro.

Precisamos explicar que existem algumas especificidades entre Gramsci e a Igreja que levam a mesma nomenclatura, porém com compreensões distintas, como é o caso da formação humana. Em Gramsci ela se compreende como uma construção que se faz na história conectada às lutas sociais, seguindo os processos concretos. A formação humana a partir da visão cristã da Igreja coloca o ser humano dentro da história, provido de liberdade, mas, em vista de sua transcendentalidade, observa-se que as duas interpretações se distinguem pois em Gramsci não encontramos alusão ao ser humano³ transcendental, uma vez que na ótica da Igreja a transcendentalidade está inerente à visão do próprio conceito de homem.

Outra diferenciação é a formação científica – filosófica que em Gramsci destaca-se pela filosofia da práxis, entendida por Semeraro, como “construída no interior de atividades humanas livres e imanentes [...], unifica dialeticamente espírito e matéria, pensamento e vida, intelectuais e povo, estrutura e superestrutura e promove o protagonismo das classes populares” (SEMERARO, 2017, p. 92). Já a compreensão de formação científica e filosófica da Igreja Católica, é o seguinte:

Os estudos filosóficos, mesmo quando constituírem um ciclo ou curso autônomo, estejam relacionados com o estudo da teologia. Os formandos sejam ajudados a descobrir o nexos existente entre os argumentos filosóficos e os mistérios da salvação, de modo a integrar,

³ “O homem, para Gramsci, é impensável fora da história das relações sociais e das transformações operadas pelo trabalho organizado socialmente” (SEMERARO, 1999, p. 73).

na perspectiva da fé, a formação intelectual, e percebam claramente seu sentido pastoral (CNBB, 2011, p. 202).

A Igreja entende a formação científica – filosófica atrelada à compreensão teológica, ou seja, sempre há espaço para Deus, o ser humano é visto como alguém que vive e caminha com/para Deus.

Outro termo que é usado tanto por Gramsci quanto pela Igreja é o conceito de formação integral. Compreendemos que em Gramsci é tida como integradora de todas as dimensões do ser humano assim concebido, integrar o intelectual com o trabalho manual: “a escola unitária deveria ser organizada como escola em tempo integral, com vida coletiva diurna e noturna [...], e o estudo deveria ser feito coletivamente” (GRAMSCI, 2000, p. 38), isto é, integral porque integra estudo e trabalho. Do ponto de vista da Igreja, a formação integral é aquela em que todas as dimensões da formação dos seminaristas estejam conectadas. “É necessário um projeto formativo do seminário que ofereça aos seminaristas um verdadeiro processo integral [...], devendo ser definidas e integradas harmonicamente” (CNBB, 2011, p. 143). Compreende-se uma formação íntegra, como aquela que abrange todas as dimensões da vida do seminarista.

Apreciamos nesta pesquisa um elemento temático transversal: a formação seminarística alinhada à formação do intelectual orgânico dos pobres, identificando os limites e as possibilidades dessa tarefa em pleno século XXI. Tendo presente a realidade da sociedade brasileira, profundamente desigual e injusta, marcada por uma estrutura social que produz desemprego estrutural, precarização do trabalho e aumento da pobreza e miséria, é uma matéria desafiadora obter das orientações da Igreja sobre a formação seminarística, as possibilidades de formar intelectuais orgânicos dos pobres e decifrar-conhecer os limites a que esta realidade está sujeita a enfrentar.

Desta realidade brasileira vivida e sentida na formação presbiteral dos seminaristas, como “Padre formador”⁴, surgiu a necessidade de aprender a trabalhar com esse fato. Por essa razão, emergiu a problemática de pesquisar a formação seminarística como um espaço que contemple o interesse pelos pobres. Para fundamentar este recorte, nos embasamos na análise de alguns períodos da história da Igreja Católica sob a análise do filósofo Antônio Gramsci, no que concerne à formação do intelectual orgânico juntamente com o período histórico da Igreja na América Latina em que se realçou a defesa dos pobres, chamada de Teologia da Libertação. Neste itinerário, teremos base

⁴ Em vigência pela portaria de nomeação de Dom Edgar Xavier Ertl (Anexo A).

para responder o seguinte problema: quais os limites e as possibilidades inerentes nos principais documentos da Igreja Católica para a formação seminarística de opção pelos pobres no século XXI? Desta questão surgem outras indagações, como por exemplo: É possível formar um seminarista com características que possibilitem a opção preferencial pelos pobres? É viável uma analogia entre Gramsci, Teologia da Libertação e formação seminarística?

Como metodologia utilizamos o foco na pesquisa bibliográfica e documental, tomando como fonte os textos do próprio Gramsci e comentadores, textos básicos da perspectiva da Teologia da Libertação e os documentos que embasam a proposta de formação seminarística atual: *O Dom da Vocação Presbiteral*, da Congregação para o Clero, de 2017, e as *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 2010 e 2019.

Resgatar a opção cristã de prioridade para/com os pobres aparece nas manifestações da Igreja nos últimos anos. Reencantar a missão do Padre na certeza de que Jesus Cristo é o modelo de defesa dos pobres, como encontramos no evangelho de Lucas 4, 4: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 1936). Em consonância com isso, alimentamos o objetivo principal de analisar a proposta de formação seminarística do século XXI na perspectiva do intelectual orgânico dos pobres, nos principais documentos da Igreja, sobre a formação seminarística verificando os limites e as possibilidades desta práxis formativa.

Os objetivos específicos são: No primeiro capítulo; - Compreender as bases filosóficas da formação do intelectual orgânico e da escola unitária em Antônio Gramsci. – Entender a crítica de Gramsci à Igreja como intelectual tradicional. – Aprender a sugestão de formação do intelectual orgânico na escola unitária Gramsciana. No segundo capítulo; - Analisar a experiência histórica da Teologia da libertação na América Latina e, especificamente, na sociedade brasileira. - Obter ferramentas que nos deem possibilidades de análise da formação seminarística contemporânea. No terceiro capítulo; - Compreender o processo histórico para chegar ao documento: *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2017). – Apresentar os limites e as possibilidades da formação do intelectual orgânico dos pobres na formação seminarística segundo o documento: *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2017). – Compreender o processo histórico para chegar nas *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*

2010 e 2019. – Apresentar os limites e as possibilidades da formação do intelectual orgânico dos pobres na formação seminarística segundo as *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil 2010 e 2019*.

No primeiro capítulo, intitulado: a Igreja católica como formadora de intelectuais: apontamentos para a formação do intelectual orgânico dos pobres, escrutinamos, segundo o pensamento gramsciano, momentos históricos da Igreja em que ela foi formadora de intelectuais orgânicos no Cristianismo primitivo, formadora de intelectuais orgânicos na Idade Média, formadora dos intelectuais tradicionais dos dominantes no capitalismo e apresentaremos a sugestão de Gramsci de formar intelectuais orgânicos defensores dos pobres a partir da escola unitária.

Na sequência, o segundo capítulo com a seguinte denominação: Teologia da Libertação: A Igreja como intelectual orgânica dos pobres-oprimidos, demonstramos que houve um período na história que parte da Igreja da América Latina inclinou-se fortemente na defesa dos intelectuais orgânicos dos pobres. Nos embrenhamos na experiência histórica da Teologia da Libertação e na especificidade da América Latina e brasileira na perspectiva de destacar que a Igreja deu ênfase na formação de intelectuais orgânicos dos pobres no período que compreende o pós concílio Vaticano II até o atual Papa Francisco.

No terceiro capítulo que tem como título: Limites e possibilidades da formação seminarística na perspectiva do intelectual orgânico dos pobres, embasa-se historicamente o processo de construção até o documento *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2017) e encontram-se os limites e as possibilidades de formação dos intelectuais orgânicos dos pobres na formação seminarística na Igreja como um todo. Da mesma maneira, desvelamos o processo histórico até chegar nas *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil 2010 e 2019*, demonstrando os limites e as possibilidades de formação dos intelectuais orgânicos dos pobres na formação seminarística na Igreja do Brasil.

Buscamos ser verdadeiros e coerentes na pesquisa uma vez que estivemos diretamente vinculados ao objeto de pesquisa no trabalho diário, por isso nosso comprometimento em não adequar ou omitir nenhum dado ou reflexão intencionalmente pela causa que defendemos, nosso pensamento foi o de analisar para melhorar a formação seminarística não havendo espaço para redução do aspecto crítico.

Compreendemos que não basta ser solidário com os pobres, ao contrário, buscamos uma formação seminarística que entenda os pobres como um problema

estrutural. É daí que parte a contribuição de Gramsci para compreender a realidade, como ler as condições atuais de sobrevivência, do trabalho, da exploração, da falta de oportunidades, da retirada de direitos, entre outras, e propor uma formação que tenha capacidade de olhar, analisar e agir em favor dos simples.

No processo de construção do texto, a devolutiva da pesquisa foi sendo sentida na atual condição de formador-reitor de novos dirigentes espirituais-sociais. As leituras nesta direção abriram perspectivas, resgataram a originalidade das primeiras comunidades cristãs no âmbito do trabalho como “Padre formador” e permitiram novos enfoques reflexivos-práticos no processo formativo.

Em síntese, percorrer a história da Igreja com a análise de Gramsci nos possibilitou compreender as angústias iminentes no processo de hegemonia da Igreja e ao mesmo tempo, acrescentamos um entendimento de intelectual orgânico dos pobres concebido nas bases da escola unitária que oportunize uma expansão das reflexões no processo de formação seminarística. Da mesma forma, desvelar um período histórico teológico intimamente ligado à formação de intelectuais orgânicos dos pobres é manter viva a esperança de que a história é dialética, imbuída de contradições e avanços que se movimentam no tempo e que podem trazer contribuições importantes no processo de formação seminarística. Ademais, proporcionou uma sistematização dos limites e possibilidades da formação seminarística de opção pelos pobres nos principais documentos da Igreja para a formação seminarística no século XXI, possibilitando oferecer a formação seminarística do Brasil e, em específico do sudoeste do Paraná, com uma reflexão que poderá auxiliar a instituição-seminário no processo árduo de formar seminaristas-dirigentes que tenham opção pelos pobres.

1 A IGREJA CATÓLICA COMO FORMADORA DE INTELLECTUAIS: APONTAMENTOS PARA A FORMAÇÃO DO INTELLECTUAL ORGÂNICO DOS POBRES

1.1 MARCOS FORMATIVOS

Neste primeiro capítulo pretendemos alcançar o seguinte objetivo: compreender as bases filosóficas da formação do intelectual orgânico e da escola unitária em Antônio Gramsci. Nesse intento, demonstramos como a formação humana do referido filósofo italiano influenciou em seu arcabouço literário. Depois disso, desenvolvemos como nasceu a sua reflexão em torno da questão do intelectual. Em seguida, descrevemos a crítica de Gramsci à Igreja como intelectual tradicional, para percebermos em que momentos históricos tal instituição defendeu ou não os mais pobres. Por fim, apresentamos a sugestão de formação do intelectual orgânico na escola unitária Gramsciana.

Para entender este itinerário é importante destacar, ainda que brevemente, que Gramsci preocupou-se em formar seres humanos inseridos em sua própria história, conscientes e sabedores da situação social em que vivem. Isto manifesta o que ele viveu, são marcos históricos de sua vida que influenciaram nos escritos posteriores e que sensivelmente percebemos no desenvolvimento desta pesquisa.

De família pobre⁵, nasceu em 1891 na ilha de Sardenha – Itália. Cresceu, formou-se e deixou-se educar por sua realidade sofrida, pobre e explorada. Podemos perceber tal situação quando encontramos o argumento de Monasta: “Gramsci nasceu na Sardenha, uma das regiões mais pobres da Itália que, como ocorre em geral nas ilhas, manteve uma forte identidade cultural. A Sardenha tem seu próprio idioma, sua história e cultura” (MONASTA, 2010, p. 14).

Ainda sobre a importância dessa realidade desprestigiada, Paolo Nosella destacou,

Creio que só é possível sentir as razões da insistência de Gramsci sobre certos assuntos políticos, filosóficos e culturais quando percebermos o forte componente meridional (nordestino, diríamos em termos adaptados ao Brasil) desse intelectual italiano nascido e criado (por 20 anos) nessa ilha atrasada, pobre, fechada, arcaica, sofrida,

⁵ “Gramsci passou seus primeiros 20 anos de vida no ‘nordeste italiano’, sofrido. Seu pai, funcionário público, provia à família um nível econômico médio. Quando Antônio Gramsci tinha 7 anos, o pai foi suspenso do emprego por causa de uma irregularidade administrativa e, conseqüentemente as condições econômicas da família ficaram mais difíceis. Era o quarto filho entre sete (Gennaro, Grazietta, Emma, Antônio, Mario, Teresina, Carlo)” (NOSELLA, 1992, p. 9).

preconceituosa e explorada que era a Sardenha (NOSELLA, 1992, p. 8).

De acordo com essa realidade cultural, compreendemos quando Gramsci se refere ao modo de organização, disciplina do próprio eu interior, tomada de consciência de sua personalidade, a conquista de uma consciência madura para compreender a história, a vida e o meio social com seus direitos e deveres em que se está inserido questões ligadas à superação do individualismo, com o intuito de despertar nos homens os valores coletivos (NOSELLA, 1992).

A Itália, no espaço de tempo em que Gramsci viveu, configurou-se com algumas particularidades, às quais foram descritas por Monasta.

A infância e a juventude de Antônio Gramsci coincidem com o primeiro desenvolvimento industrial e econômico da Itália. Apesar das particularidades da sociedade italiana (por exemplo: as acentuadas desigualdades entre norte e sul, as diferenças regionais, os dialetos e as tradições, as longas dominações de várias potências estrangeiras e, finalmente, mas não menos importante, a dominação da Igreja Católica centrada em Roma), no início do século XX, o mundo industrial e financeiro fez um considerável esforço para modernizar a sociedade, com base nos modelos dos países da Europa Central. Em um clima cultural inspirado pelo positivismo científico, tecnológico e educacional, os governos de Giolitti levaram adiante ao mesmo tempo uma organização científica do trabalho (isto é, o taylorismo na produção industrial) e uma organização também científica da cultura e da educação (MONASTA, 2010, p. 13).

Vinte anos inserido em Sardenha, de igual modo, recebeu a formação escolar. Nesse quesito, Paolo Nosella escreveu que,

Antônio frequentou uma pré-escola dirigida por freiras e uma escola primária pública. Suspende os estudos (estudando em casa) e retoma o ginásio dois anos depois. Gosta de matemática e ciências. O irmão mais velho (já em Turim, manda-lhe pelo correio jornais socialistas (ex. o Avanti); cursa o colegial frequentando os ambientes socialistas e manifesta profundo sentimento de revolta contra os ricos e de orgulho regionalista. Em 1910, publica no jornal local 'A união sarda' seu primeiro artigo. Lê muito e começa por curiosidade intelectual suas primeiras leituras de Marx. Durante as férias trabalha como contador e dá aulas particulares. Em 1911, consegue a licença colegial, ganha uma bolsa de estudo e parte para a Universidade Estatal de Turim, onde ingressa na faculdade de Letras (NOSELLA, 1992, p. 10).

Em Turim ele conheceu a classe operária e despontou como um grande pensador-dirigente ou intelectual orgânico⁶. Na época, a cidade era o centro da industrialização italiana e o lugar da primeira organização da classe operária da Itália. Gramsci sofreu falta de recursos financeiros somados a graves problemas de saúde, inclusive necessitou abandonar os estudos por um tempo (MONASTA, 2010).

Antônio manifestou grande preocupação com as questões culturais⁷ formadoras de opiniões, com a intenção de preparar dirigentes para que estivessem à frente da sociedade. Em seus estudos, apontou que a compreensão das contradições da sociedade acontece pelas inserções ativas nos embates sociais, direcionado para a dimensão educativa-formativa do ser humano. Percebemos em seu desenvolvimento intelectual, o profundo interesse pelas causas sociais, assim explicou Monasta.

Gramsci começou a sua aprendizagem política e educativa durante a primeira guerra mundial, como jornalista e crítico de teatro. Nas tardes, costumava assistir às reuniões da organização sindical, Confederação Geral do Trabalho e do Partido Socialista. Depois da guerra, profundamente identificado com o Turim vermelho socialista, criou dois periódicos, *Ordine Nuovo* e *Unitá*, com um objetivo explícito: educar a nova classe operária criada pela indústria e pela guerra (MONASTA, 2010, p. 14).

Em seus periódicos⁸, refletia assiduamente sobre a relação entre a organização científica do trabalho (taylorismo e fordismo) e a organização científica da educação e da formação (MONASTA, 2010). Isto, demonstra o quão lhe era importante a questão da formação humana, objetivando a emancipação e configurando-se como uma das suas principais preocupações.

A ideia predominante de Gramsci era que a simbiose entre trabalho e cultura representa uma nova forma de organização, com dirigentes controlando o

⁶ É necessário dizer que em Gramsci, “[...] o intelectual orgânico não pode ser reconduzível, nem em negativo nem em positivo, a mera vontade e capacidade de produzir consenso, mas toma corpo e adquire significado em uma peculiar função conectivo-organizativa: o consenso não é um efeito adicional, mas está incorporado, em formas sempre diferentes em que se renovam, naquela função de fundo” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 431).

⁷ Sobre cultura, Gramsci reflete que: “A cultura é uma coisa bem diversa. É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres” (GRAMSCI, 1976, p. 83).

⁸ “O jovem socialista Antônio Gramsci fez, portanto, seu exórdio jornalístico e político abordando a difícil questão referente a posição dos socialistas italianos diante da 1ª Guerra Mundial. Esse tema, sobretudo pela forma como ele o aborda, marcará o político Gramsci, pode-se dizer até os dias passados no cárcere. Gramsci, estudante universitário, do curso de letras e de direito, pobre e com pouca saúde se havia inscrito à seção socialista de Turim, provavelmente em outubro de 1913” (NOSELLA, 1992, p. 11).

desenvolvimento da nova sociedade. Toda e qualquer formação atual necessitaria contribuir para a emancipação humana e a transformação social, proporcionando as classes pobres meios de conscientização, ou seja, buscar novos dirigentes com capacidade de governar e autogovernar-se.

A partir de 1917, depois de uma das piores guerras europeias, a Revolução Soviética⁹ concentrou em todos os países atenção aos movimentos obreiros. A Itália sob o regime fascista¹⁰, foi retaliada em suas iniciativas de emancipação humana, incisivamente sobre seus pensadores, especialmente Gramsci. Sobre isso comentou Monasta.

A partir de 1922, o regime fascista na Itália abandonou qualquer pretensão de encontrar soluções democráticas, quer para os problemas econômicos, quer para o progresso social, cultural e educativo das massas. Em novembro de 1926, o governo de Mussolini promulgou uma legislação especial que dissolvia o parlamento italiano e todas as organizações de oposição, proibindo até mesmo suas publicações. Como consequência, houve aprisionamento em massa e Antônio Gramsci também foi encarcerado. Tinha 35 anos, era um parlamentar e, desde 1924, ocupava o cargo de secretário geral do partido comunista italiano. No seu julgamento, em 1928, o procurador geral concluiu sua requisitória com a seguinte intimação ao juiz: ‘Devemos impedir esse cérebro de funcionar durante vinte anos’ (MONASTA, 2010, p. 15).

A posição que Gramsci exercia era uma soma de crítica intelectual e ação política, isso foi a derradeira justificativa para sua prisão. No entanto, até sua morte, em 1937, ele não parou de laborar, na prisão escreveu uma vasta obra, que posteriormente ficou reconhecida mundialmente, como os *Cadernos do Cárcere* e *Cartas do Cárcere*, que pouco a pouco foram sendo espalhadas pelo mundo, motivadas por um filão, como escreve Paolo Nosella.

O interesse de Gramsci para as questões culturais formativas era motivado e orientado, portanto, pela objetiva preocupação de preparar os quadros dirigentes que haveriam de governar o novo Estado Proletário. Nessa direção, o problema principal, pensava, era formar

⁹ “A Revolução Soviética revelara a Gramsci, na prática, algo que ele já vinha proclamando em teoria: a vontade revolucionária, a iniciativa de um sujeito coletivo organizado, pode fazer triunfar os ideais do socialismo mesmo onde as condições objetivas (entendidas segundo uma ótica estritamente economicista) parecem não estar ainda maduras para a transformação. Com a Revolução Soviética e, mais amplamente, com o final da guerra mundial, coloca-se na ordem do dia, em toda a Europa, a questão do socialismo” (COUTINHO, 1992, p. 13).

¹⁰ “Mussolini seria o homem indicado para dar a essas brigadas aparência de respeitabilidade política. Conseguiu ‘seduzir’ politicamente o novo Papa Pio XI, eleito em fevereiro de 1922; este Papa forjou a Igreja (e não só a italiana) a ‘deixar a política’ nas mãos desse líder” (NOSELLA, 1992, p. 47).

pessoas de visão ampla, complexa, porque governar é uma função difícil (NOSELLA, 1992, p. 14).

Para Gramsci, o essencial era criar e desenvolver uma cultura desinteressada, como ele mesmo indicou.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas individuais; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las, por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 2001, p. 96).

Uma formação despreocupada de poder, que se interessa pela coletividade e até pela humanidade inteira, sob a guisa do trabalho, no sentido de conscientização-emancipação humana, originando assim os intelectuais orgânicos ligados aos subalternos. Giovanni Semeraro esclareceu essa ideia.

Desde que havia sido desencadeada, a nova concepção de mundo inaugurada por Marx tinha municiado muitas organizações operárias e inspirado diversos intelectuais e políticos. Em sintonia com essa visão, Gramsci também acreditava que a compreensão de si mesmo e das contradições da sociedade acontecem pela inserção ativa nos embates hegemônicos. Por isso, aprofunda a estreita ligação entre intelectuais, política e classe social, mostrando que a filosofia, tal como a educação, deve tornar-se práxis política para continuar a ser filosofia e educação (SEMERARO, 2006, p. 376).

Isso posto, esclarecemos sinteticamente o cenário e a formação da qual Gramsci se constituiu como ser humano intelectual, propomos a frente uma explanação de como surgiu a questão do intelectual e sua compreensão.

1.2 A QUESTÃO DO INTELECTUAL

A questão inicial de Gramsci sobre os intelectuais consistia em saber se estes eram um grupo autônomo ou se cada grupo social tinha a sua categoria especializada de intelectuais. Historicamente, os dois formatos assumiram o processo de organização das categorias de intelectuais (GRAMSCI, 2000). A primeira forma que expressa os intelectuais orgânicos¹¹, conforme Gramsci escreveu é a de que,

¹¹ “Trata-se de uma expressão e de um termo muito utilizado por Gramsci: ‘orgânico’ é um adjetivo que qualifica as pessoas pertencentes aos quadros de uma administração ou de uma empresa, responsáveis pelo

Todo o grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2000, p. 15).

Esse tipo de intelectuais são vistos como especialistas, inseridos diretamente na atividade do novo tipo social que surgiu na sua classe, por exemplo, o empresário capitalista cria para si o técnico da indústria (GRAMSCI, 2000).

A segunda forma que expressa os intelectuais é aquela que este trabalho de pesquisa se direciona e analisa, em sua parte crítica, são os intelectuais preexistentes (tradicionais) sobre os quais Gramsci construiu sua crítica sociológica-religiosa.

Todo o grupo social essencial, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou, pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias, categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 2000, p. 16).

A mais visível categoria é a dos eclesiásticos, que por muito tempo monopolizaram serviços importantes, como escola, instrução, moral, justiça, entre outros, esses intelectuais tradicionais acreditavam serem autônomos, independentes, dotados de características próprias (GRAMSCI, 2000).

Gramsci estava atento em entender os intelectuais tradicionais, os quais seriam os porta-vozes de uma sociedade enrijecida. Estes, exerceram, em sua época, na Itália um papel junto às massas camponesas do sul de pacificação à situação vivida. A esse respeito, Nosella destacou que,

Seu raciocínio é o seguinte: as massas camponesas não produziram seus próprios intelectuais orgânicos, apenas ofereceram seus filhos e seus intelectos para escolas que os formavam técnica ou ideologicamente alheios aos seus interesses. Após formados, esses intelectuais tradicionais (grandes, intermediários e pequenos) estão ética e intelectualmente ligados ao capital, neutralizando politicamente o homem do campo no sentido deste não poder tomar consciência

aspecto organizativo. [...] Para ele, trata-se de uma categoria essencialmente intelectual no sentido de que esses orgânicos conferem homogeneidade, eficiência, consciência ao grupo humano a serviço do qual trabalham, a nível econômico, social e político” (NOSELLA, 1992, p. 112).

histórica e se manter afastado e hostil ao proletariado operário e revolucionário (NOSELLA, 1992, p. 110).

São nas relações sociais que se encontram os intelectuais, definidos por suas funções. Segundo Gramsci,

Seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectuais [...]. Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; forma-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, 2000, p. 19).

Os intelectuais, segundo Gramsci, devem estar conectados às lutas sociais¹², inseridos nas relações sociais, incluso em uma classe, obedecendo aos processos históricos concretos. Eles são os que realizam o papel de mediação no conjunto das superestruturas¹³, as quais, Gramsci apresentou em dois grandes planos.

O que pode ser chamado de sociedade civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como privados) e o da sociedade política ou estado, planos que correspondem, respectivamente, a função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de domínio direto ou de comando, que se expressa no estado e no governo jurídico. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2000, p. 21).

Nestas mediações, os intelectuais orgânicos partem das experiências concretas de todos, valorizando-as e estudando-as coletivamente. Assim, o grupo todo se torna educador, elevando o nível cultural individualmente e do conjunto mantendo uma forte e vital ligação com sua base popular e com seu senso comum (NOSELLA, 1992). Desse modo, chegamos a definição do próprio Gramsci com relação aos intelectuais.

Os intelectuais são os prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população a orientação impressa pelo grupo fundamental dominante a vida social,

¹² “Gramsci também acreditava que a compreensão de si mesmo e das contradições da sociedade acontecem pela inserção ativa nos embates hegemônicos” (SEMERARO, 2006, p. 376).

¹³ “O caráter orgânico do vínculo entre estrutura e superestrutura reflete-se exatamente nas camadas de intelectuais cuja função é exercer esse vínculo orgânico: os intelectuais formam uma camada social diferenciada, ligada a estrutura, as classes fundamentais no domínio econômico, e encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que dará a essa classe homogeneidade e direção do bloco histórico” (PORTELLI, 1977, p. 84).

consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2000, p. 21).

O intelectual aproxima-se ao máximo da realidade, emerge dela e nela se constitui como representante, organizador e dirigente. Tanto na cidade, onde os intelectuais do tipo urbano crescem junto com a indústria e com ela estão ligados, e articulam a massa instrumental com o empresariado, quanto no interior, os intelectuais do tipo rural¹⁴ tem a função de mediação político social, colocando em contato a massa camponesa com a administração estatal. Eles dão coesão ao corpo social. Assim podemos entender, segundo Hugues Portelli.

Os intelectuais são as células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe assim consciência de seu papel, e a transformam em ‘concepção de mundo’ que impregna todo o corpo social. No nível da difusão da ideologia, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir a ‘estrutura ideológica’ da classe dominante no seio das organizações e da sociedade civil (igrejas, sistema escolar, sindicatos, partidos etc) e de seu material de difusão (mass media). Funcionários da sociedade civil, os intelectuais são igualmente os agentes da sociedade política, encarregados da gestão do aparelho de estado e da força armada (homens políticos, funcionários, exército; etc) (PORTELLI, 1977, p. 87).

O próprio Gramsci destacou nos *Cadernos do Cárcere*, ao refletir sobre a formação do intelectual na escola¹⁵ unitária, que: “O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como instrutor, organizador, persuasor permanentemente” (GRAMSCI, 2000, p. 53).

O método de investigação de Gramsci se demonstra claramente por sempre estar atento ao dia a dia, observando as particularidades significantes e interpretando os princípios gerais que emergem a cada instante. Não impõe à realidade teorias já

¹⁴ “O intelectual rural não é realmente intelectual orgânico da massa camponesa, mas da classe dominante, tendo a função político-social de perpetuar sua hegemonia através da neutralização das classes subalternas” (PORTELLI, 1977, p. 100).

¹⁵ A forma ideal de Gramsci para formar intelectuais é a escola: “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 1991a, p. 09).

elaboradas; mas procura compreender a forma geral dos acontecimentos, a forma que ganha a sociedade (NOSELLA, 1992).

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci insere a questão a que esta pesquisa persegue com vivacidade. Ele demonstra como surgiu a questão dos intelectuais ligados ao catolicismo e sobre estes fez a reflexão que nos interessa, no que diz respeito à aproximação ou distanciamento com os pobres.

A formação dos intelectuais tradicionais é o problema histórico mais interessante. Ele se liga certamente à escravidão do mundo clássico e à posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano. Esta separação não apenas social, mas nacional, racial, entre grandes massas de intelectuais e a classe dominante do Império Romano se reproduz, após a queda do império, entre guerreiros germânicos e intelectuais originários romanizados, continuadores da categoria dos libertos. Articula-se com esses fenômenos o nascimento e desenvolvimento do catolicismo e da organização eclesiástica que, por muitos séculos, absorveu a maior parte das atividades intelectuais e exerceu o monopólio da direção cultural, com sanções penais para quem quisesse se opor, ou mesmo ignorar, tal monopólio (GRAMSCI, 2000, p. 26).

O problema do intelectual em Gramsci não é reduzido à autonomia do sujeito, ao contrário, o intelectual sempre é parte de algum organismo, como empresas, instituições, classes sociais. Nesse sentido, Dermeval Saviani explica: “Assim, se os intelectuais orgânicos gozam de uma autonomia relativa em relação a classe dominante e dirigente a que estão vinculados, os intelectuais tradicionais se sentem portadores de uma autonomia por assim dizer absoluta” (SAVIANI, 2014, p. 151).

Por conseguinte, demonstramos a compreensão sobre alguns marcos formativos da vida de Gramsci e desenvolvemos como o tema dos intelectuais ganhou espaço no pensamento gramsciano. Tendo por objetivo a formação seminarística, interessa-nos compreender, de agora em diante, a crítica de Gramsci à Igreja como intelectual tradicional, com o intuito de obtermos fundamentos para propormos sugestões a essa formação.

Tencionamos a frente, investigar a crítica de Gramsci à Igreja como intelectual tradicional, em determinados momentos, devido a muitas influências e decisões preservar a hegemonia. Não temos pretensão de analisarmos historicamente os fatos, mas de trazê-los para a reflexão, os quais nos servem de instrumentos de análise nos resultados alcançados na pesquisa. Nessa intenção, abordamos alguns momentos significativos que

demonstraram um esquecimento da opção preferencial pelos pobres, a qual desde a origem do Cristianismo¹⁶ se destaca como primaz.

1.3 A CRÍTICA DE GRAMSCI À IGREJA CATÓLICA: DE INTELLECTUAL ORGÂNICO DO FEUDALISMO A INTELLECTUAL TRADICIONAL DO CAPITALISMO

Gramsci fez uma análise de determinados momentos históricos sobre a origem e desenvolvimento dos intelectuais tradicionais e, em específico, do clero católico. Daí que surgiu a reflexão crítica sobre a Igreja Católica e a formação de seus intelectuais na relação com os grupos ou classes sociais em determinados acontecimentos históricos.

A princípio, podemos expressar que no cristianismo primitivo a relação dos intelectuais com o povo oprimido era orgânica. Ao contrário do que aconteceu posteriormente, a começar do Edito de Milão (313 d. C.), e depois na Idade Média¹⁷, a Igreja tornou-se intelectual orgânica da aristocracia feudal. Depois, a partir da crise interna medieval e com os germes da sociedade capitalista, a Igreja tornou-se intelectual tradicional, realizando aí uma função política de adaptação a nova ordem social. Neste cenário, usamos o pensamento de Gramsci como instrumento de interpretação e entendimento no que se refere à ação da Igreja como defensora dos mais pobres.

Para desenvolver a crítica de Gramsci à Igreja Católica como intelectual tradicional, exploramos principalmente a obra de Hugues Portelli: *Gramsci e a questão religiosa*¹⁸, a qual relata as coordenadas para compreendermos o processo histórico que transformou a religião cristã, que passou de formadora de intelectuais orgânicos para defensora dos intelectuais tradicionais.

Nossa análise focou em três momentos distintos: do cristianismo primitivo, da Igreja na Idade Média e da Igreja no capitalismo, no intuito de perceber qual função

¹⁶ “[...] para a doutrina marxista, o cristianismo representa uma revolução na plenitude de seu desenvolvimento, isto é, uma revolução que chegou as suas extremas consequências, a criação de um novo e original sistema de relações morais, jurídicas, filosóficas, artísticas (GRAMSCI, 1977, p. 193).

¹⁷ “Assim chamada de Idade Média, em razão de ter sido o período intermediário entre a época clássica (Grécia e Roma) e o Renascimento” (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 59).

¹⁸ Reflete sobre o fenômeno religioso que ocupou espaço na reflexão gramsciana, de maneira particular a questão da Igreja Católica. A obra (publicada pela primeira vez em 1974) compõe-se de quatro partes: Primeira parte - Especificidade do fenômeno religioso; Segunda parte - A igreja, intelectual orgânico; Terceira parte - A igreja, intelectual tradicional; Quarta parte - Perspectivas de evolução da igreja. O autor: Hugues Portelli, segundo a contracapa de sua obra: *Gramsci e a questão religiosa*, nasceu em 1947, na França. É doutor em Ciências Políticas e professor adjunto na Universidade de Paris-Nanterre. É um dos primeiros comentadores de Gramsci na França. Além da obra citada, publicou um estudo intitulado: *Gramsci e o bloco histórico*, além de vários artigos sobre o marxismo italiano. Ele se interessa sobre o fenômeno religioso, principalmente sobre o catolicismo.

ideológica desempenhou o cristianismo católico no decorrer de determinados fatos históricos.

O cristianismo primitivo¹⁹ representou inicialmente um movimento liderado e posteriormente inspirado em Jesus Cristo de Nazaré, que defendia os povos oprimidos-pobres e as classes subalternas. Gramsci atestava a necessidade de a religião desempenhar um papel orgânico-organizacional dessas classes e assim escreveu:

Religião cristã, que, em um certo período histórico e em condições históricas determinadas, foi e continua ser uma necessidade, uma forma necessária da vontade das massas populares, uma forma determinada de racionalidade do mundo e da vida, fornecendo os quadros gerais para a atividade prática real (GRAMSCI, 1995, p. 24).

Antônio Gramsci desenvolveu a ideia da necessidade de considerar o cristianismo primitivo como exemplo, pois na sua visão a religião não pode levar as classes subalternas à passividade. Por isso, ele teve interesse na religião pelo fato de estar inserida em seu contexto como formadora de opinião social. Essa ideia foi explicada por Antonio Tavares de Jesus:

O interesse de Gramsci pela religião prende-se ao fato de que, sendo partidário de uma aliança entre operários e camponeses, percebeu que as classes rurais estavam sob a forte influência da Igreja. [...]. Gramsci via a Igreja como uma forte organização intelectual e como ideologia inimiga do projeto revolucionário, cuja força e organização poderiam ser usadas em prol da libertação temporal dos homens (JESUS, 2005, p. 16).

Inserida nesse mesmo objetivo, a reflexão crítica de Hugues Portelli, apresentou que,

Gramsci não concluiu que o Cristianismo não pode forjar autênticos cristãos por falta de uma humanidade inteira; mas, com exceção do período heroico do cristianismo primitivo, os indivíduos e as massas que tentaram conformar sua conduta prática à sua religião foram

¹⁹ A primeira comunidade cristã foi descrita por Lucas, autor do livro dos Atos dos Apóstolos, por volta dos anos 70 (Cf. VV. AA, 1983). Lucas escreveu: “Eles mostravam-se assíduos ao ensinamento dos apóstolos, a comunhão fraterna, a fração do pão e as orações. Apossava-se de todos o temor, pois numerosos eram os prodígios e sinais que se realizavam por meio dos apóstolos. Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um. Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvam a Deus e gozavam da simpatia de todo o povo. E o Senhor acrescentava cada dia ao seu número os que seriam salvos” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 2051)

condenados e/ou recuperados pela Igreja. Esta não cessou de impedir a realização de uma verdadeira práxis católica (PORTELLI, 1984, p. 29).

A autenticidade do Cristianismo primitivo era clara, estava no mundo com os mais simples, isso causou e continua causando desconforto a aqueles que querem manter a ordem estabelecida de conforto, sem se preocupar com mudanças e atualização no tempo, na história e no modo de relacionamento com o mundo. O interesse de Gramsci foi destacar a conduta prática, correspondente à Igreja Católica. A ideologia religiosa não pode ser um freio aos pobres, à sua emancipação humana, por isso, Gramsci exaltou a questão positiva da religião, como explicou Hugues Portelli.

A ideologia religiosa como concepção de mundo das classes subalternas, pode desempenhar, e no passado desempenhou, um papel progressivo fornecendo a estes grupos sociais uma base ideológica para uma ação prática positiva. A religião cristã pura desempenhou assim um papel histórico positivo (PORTELLI, 1984, p. 32).

No início, um movimento dos povos oprimidos, exercendo um papel de consciência histórica com seu povo, com o passar dos anos, a organização cristã foi crescendo e a Igreja Católica passou a representar uma resistência passiva à dominação romana. Porém, não nos passa despercebido, que nos primeiros anos o povo cristão foi insultado de forma brutal, como descreveram Michael Kerrigan e Mary Frances Budzik.

No final do ano 64 d.C., Nero, imperador de Roma, iniciou a primeira grande perseguição aos cristãos. [...]. Sob a ordem de Nero os cristãos foram presos. Alguns foram jogados vivos em fogueiras ou em lugares para serem despedaçados por cães ferozes ou, em especial, atirados em arenas onde eram mortos por animais ferozes em um espetáculo público. Outros foram crucificados, uma forma comum de execução na época, mas também com o intuito de mostrar desprezo pela maneira como o Messias dos cristãos fora punido (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 40).

Um dos grandes representantes e responsável pelo crescimento do cristianismo primitivo foi Paulo de Tarso²⁰, que depois de convertido transformou o cristianismo em

²⁰ “De acordo com os Atos dos Apóstolos (22, 3), Paulo nasceu em Tarso, na Cícilia. [...]. Não se sabe quando nasceu. Deveria ter sido alguns anos mais novo que Jesus. O Nascimento de Paulo deve ter acontecido por volta do ano 5 da nossa era. Ele próprio afirma que foi circuncidado ao oitavo dia, como ordenava a lei (Levítico 12, 3), tornando-se assim membro do povo de Deus. É judeu legítimo e foi educado como tal (Filipenses 3,5)” (BORTOLINI, 2003, p. 08).

atitude prática, sendo assim um grande organizador da expansão do cristianismo (GRAMSCI, 1995).

De início, Paulo de Tarso, foi um perseguidor imponente da nova religião. Depois, ao se converter, foi batizado com o nome de Paulo, vindo a exercer um papel fundamental na ampliação do cristianismo. A esse respeito, Kerrigan e Budzik destacam,

Paulo percorreu quilômetros durante sua atividade missionária. Encarou seu dever em relação aos gentios com extrema seriedade. Jamais satisfeito em apenas converter pessoas, mantinha contato com as comunidades por meio de cartas. As epístolas, escritas em formas de saudações, sermões e argumentos teológicos, incorporaram-se as escrituras cristãs. As opiniões de Paulo, expressa nas epístolas paulinas, exerceram uma influência incalculável não só nas congregações da Antiguidade, como também no desenvolvimento posterior do cristianismo (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 39).

Esse cenário é melhor compreendido quando observamos o que os mesmos autores continuam a refletir.

Os cristãos sofreram perseguições cruéis nos reinados de Domiciano, Trajano, Sétimo Severo e Décio. Muitos padres e bispos foram martirizados no reinado de Valeriano (253-60), entre eles São Lourenço, queimado em uma grelha de ferro. Os romanos não entendiam o que motivava a resistência dos cristãos e isso os irritava. Eles haviam dado todas as oportunidades possíveis para os cristãos se salvarem renegando a fé, não compreendiam porque valia a pena morrer em nome de uma nova religião (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 41).

Os cristãos se desenvolveram com essa resistência não violenta, exercendo uma força que aos poucos foi crescendo, assim como escreve Hugues Portelli, “o cristianismo primitivo, para Gramsci, é tanto a expressão das resistências dos povos submetidos a Roma, e especialmente os da civilização helênica, como das classes subalternas propriamente ditas” (PORTELLI, 1984, p. 52).

Esse movimento significou um modo ativo e progressista, que trouxe novo estilo de ser dentro de uma ordem preestabelecida, a do Império Romano. Uma religião pura e com um papel histórico definido que nem a mais alta crueldade não foi capaz de os exterminar ou de levá-los ao fracasso, conforme destacam Kerrigan e Budzik.

Em 303 o imperador Diocleciano promulgou um édito contra os cristãos e deu ordens para demolirem as igrejas e prenderem os fiéis. [...]. Muitos cristãos morreram durante oito anos da grande perseguição, mas alguns estudiosos atuais não acreditam nas fontes contemporâneas,

segundo as quais dez mil mártires foram crucificados no primeiro dia da perseguição de Diocleciano. Na opinião dos estudiosos mais conservadores, milhares de cristãos foram martirizados e sofreram maus tratos e torturas (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 42).

Giovanni Semeraro cita a obra de Gramsci, intitulada: *L'Ordine Nuovo* (A nova ordem) (1919-1920), a qual expressa-se detalhadamente o pensamento de Gramsci sobre o cristianismo primitivo.

O Cristianismo foi um grande movimento de sublevação das massas populares capazes de enfrentar a clandestinidade e a perseguição, um extraordinário projeto de destruição e criação histórica, uma revolução na plenitude de seu desenvolvimento que, com a sua expansão molecular e a capacidade organizativa das energias populares em torno de uma vontade coletiva, conseguiu realizar uma autêntica reforma intelectual e moral e a criação de um novo e original sistema de relações morais, jurídicas, filosóficas e artísticas (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2017, p. 90).

Gramsci constata no cristianismo primitivo um movimento de conscientização coletiva que esteve alinhado aos mais pobres, criando identidade no seguimento de Jesus Cristo com base na sua opção pelos pobres.

Na introdução do texto de Karl Marx (1818 – 1883): “*As lutas de classes na França de 1848 a 1850*”²¹, Friedrich Engels (1820 - 1972) refletiu questões políticas contemporâneas a ele e inseriu um exemplo que nos é propício para o tema do cristianismo primitivo, pois refletindo sobre o socialismo, ele demonstrou como que no início, o cristianismo também foi um movimento revolucionário.

Há quase 1600 anos precisamente atuava também no Império Romano um perigoso partido revolucionário. Ele socavava a religião e todos os alicerces do Estado. Negava redondamente que a vontade do Imperador fosse a lei suprema, não tinha pátria, era internacional, entendia-se em todo o Império, das Gálias à Ásia; ultrapassava as fronteiras imperiais (ENGELS, 1972, p. 109)

Nesse trecho, Engels retrata como era feito o trabalho dos seguidores do cristianismo primitivo, um esforço prático secreto que foi se espalhando por todo o Império Romano. Sobre a organização dos cristãos primitivos, abordou Engels.

²¹ A referida obra encontra-se na coletânea da Editora Alfa – Ômega, com o título: *Karl Marx e Friedrich Engels: Obras escolhidas*. Vol I. São Paulo. 1972.

Esse partido revolucionário que era conhecido em toda parte com o nome de cristão, estava também fortemente representado no exército; legiões inteiras eram cristãs. Quando recebiam ordem de comparecer aos sacrifícios solenes da igreja pagã nacional, para participar das honrarias, os soldados revolucionários levavam sua insolência ao ponto de prender em seus capacetes distintivos especiais – cruzes – em sinal de protesto (ENGELS, 1972, p. 109).

Esse estilo de comunidade cristã cresceu e tomou proporções que o Império Romano não teve mais como conter. Apesar de que algumas retaliações foram tentadas, como descreveu Engels.

Vendo como se derrocava a ordem, a obediência e a disciplina em seu exército, o imperador Diocleciano não pode conservar por muito tempo a calma. Interveio energicamente, pois ainda era tempo. Promulgou uma lei contra os socialistas, quero dizer, contra os cristãos. As reuniões dos revolucionários foram proibidas, suas sedes fechadas ou mesmo demolidas, as insígnias cristãs – cruzes, etc – interditas, tal como na Saxônia os lenços vermelhos. Os cristãos foram declarados incapacitados para os cargos públicos, não podendo sequer chegar a cabos (ENGELS, 1972, p. 110).

Essas retaliações e leis não foram suficientes para que o Império Romano conseguisse conter o povo de Cristo. Engels concluiu esta referência aos cristianizados, retratando o que aconteceu historicamente.

Num acinte, os cristãos a arrancaram dos muros e diz-se mesmo que, em Nicomédia, queimaram o palácio em que se encontrava o imperador. Este vingou-se, então, desencadeando a grande perseguição aos cristãos, do ano 303 de nossa era. Foi a última de seu gênero. E, revelou-se tão eficaz que, dezessete anos depois, o exército se compunha sobretudo de cristãos e o novo autocrata do Império Romano que sucedeu a Diocleciano, Constantino, que os curas cognominam o Grande, proclamou o cristianismo religião de estado (ENGELS, 1972, p. 110).

O Império Romano, sabedor do poder de organização dos fieis de Jesus Cristo, aliou-se a eles para propiciar continuidade ao poder imperial, tendo os cristãos como aliados, mantinha-se no poder o Imperador Constantino. Nesse momento, a Igreja passou a defender os interesses da classe dominante, modificando assim, a sua função inicial de defensora dos pobres.

O ponto central dessa passagem foi o chamado Edito de Milão (313). O dia decisivo foi marcado por uma visão²² do imperador Constantino, o qual em batalha pelo poder imperial decidiu pelo apoio aos cristãos, como descrevem Kerrigan e Budzik.

A conversão de Constantino na batalha do ponto Mílvia e seu apoio a Igreja deram um grande impulso ao desenvolvimento do cristianismo. Sem ameaça de perseguição, os cristãos podiam se reunir e realizar os ritos religiosos abertamente e os membros do clero tinham liberdade de ação. A fé cristã, que por imposição das circunstâncias, havia tido um comportamento prudente e discreto, expandiu sua presença no mundo (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 47).

Tal apoio alavancou o cristianismo, pois com o acesso livre, as estruturas imperiais propiciaram a Igreja crescer. No entanto, o ocasionado crescimento desviou-se dos motivos iniciais do seguimento a Jesus Cristo, nesse sentido, Kerrigan e Budzik continuam a reflexão.

No edito de Milão (313), Roma reconheceu a legitimidade da Igreja. Com muitos fieis e sem perseguição dos romanos, a Igreja sofrera uma transformação. A liderança de uma organização grande e internacional era não só um desafio espiritual, como também uma tarefa administrativa complexa. Manter a disciplina doutrinal também exigia um grande esforço. Os pregadores independentes seguiram caminhos diferentes e, no final do século IV, a anarquia teológica ameaçou a integridade da Igreja (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 50).

Além disso, o império romano veio em declínio (476 d.C.) pelas invasões bárbaras e instabilidade política. Nesse cenário, a Igreja Católica desviou-se do foco aos pobres e avançou para um período constrangedor, como destaca Hugues Portelli.

Depois do Edito de Milão, o Cristianismo sofre uma transformação profunda. Consequência da modificação de suas relações com o aparelho de estado imperial: de ideologia das classes subalternas, o Cristianismo se torna a concepção do mundo oficial do império; de organização de massa não violenta, a igreja se torna a aliada do império, seu sustentáculo ideológico. O movimento de resistência não violenta dá lugar a um aparelho ideológico que doravante utilizará a ajuda do braço secular para vencer seus adversários (PORTELLI, 1984, p. 52).

²² “Ao meio dia, antes de enfrentar um rival que queria se apoderar do poder imperial em uma grande batalha, Constantino, o Grande, rezava para o sol, o sol Invictus, a suprema divindade de sua religião. De repente, ele e seu exército surpreenderam-se ao ver a imagem de uma cruz na superfície do sol. O simbolismo inegável da cruz revelou-se em uma frase escrita no céu: in hoc signo vinces (por este sinal conquistarás)” (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 47).

De maneira especial, na Idade Média²³ (depois de 476 d.C., até o século XV, no auge do renascimento) podemos perceber que a Igreja Católica manteve certa proximidade com o estado. Portelli, de acordo com o pensamento de Gramsci, explicou,

Se a Igreja se apresenta ao mesmo tempo como um casta intelectual autônoma e como o equivalente, ao nível ideológico, do aparelho do estado em nível repressivo, é porque ela constitui, afirma Gramsci, uma das engrenagens essenciais do verdadeiro estado (PORTELLI, 1984, p. 35).

Em Gramsci, o estado²⁴ é a junção da sociedade civil mais a sociedade política, como explica Nosella.

Trata-se de uma concepção de Estado que articula (equilibra) a sociedade política com a sociedade civil, e que entende as escolas como instituições da sociedade civil formadora de intelectuais, e que sustenta que os grandes intelectuais e os pequenos agem correlatamente (NOSELLA, 1992, p. 93).

Em relação à concepção de estado, comentando Gramsci, Coutinho estabeleceu a seguinte concepção.

Portanto, o estado em sentido amplo, como novas determinações, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de estado em sentido estrito ou de estado coerção), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc (COUTINHO, 1992, p. 77).

²³ “Assim chamada de Idade Média, em razão de ter sido o período intermediário entre a época clássica (Grécia e Roma) e o Renascimento, a *medium aevum* marcou uma mudança radical na Igreja. Não havia uma instituição no Ocidente que se comparasse ao cristianismo, e seus ensinamentos influenciaram o pensamento de homens e mulheres. A Igreja liderou o processo de reconstrução do Ocidente nos séculos caóticos após a queda do império romano, exerceu ascendência na formação de instituições, assim como incentivou o progresso em diversas áreas do conhecimento como cultura, arquitetura, música e literatura. As pessoas viam a Igreja como fonte de todos os seus preceitos espirituais e morais, além da legitimidade de seus governantes” (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 59).

²⁴ Ainda, sobre a concepção de estado em Gramsci: “[...] o estado não é um fim em si mesmo, mas um aparelho, um instrumento; é o representante não de interesses universais, mas particulares; não é uma entidade superposta à sociedade subjacente, mas é condicionada por esta e, portanto, a essa subordinado; não é uma instituição permanente, mas transitória, destinada a desaparecer com a transformação da sociedade que lhe é subjacente” (BOBBIO, 1982, p. 22).

Se essas instâncias estão emparelhadas mantém-se então a hegemonia das classes dominantes. A relação entre o sistema político e religioso é mantido pelos intelectuais tradicionais, dependendo do momento histórico, um se sobrepõe ao outro como aparelho ideológico dominante, assim como descreve Hugues Portelli: “Durante o período medieval, a Igreja Católica é, ao mesmo tempo, aparelho religioso e aparelho político na medida em que ela detém o monopólio ideológico” (PORTELLI, 1984, p. 41).

Na Idade Média a situação da Igreja como “medieval” torna-se ideologia oficial da classe dominante, invertendo sua primeira função. As pessoas e instituições vão reagir frente a essa postura rígida da Igreja para com os mais pobres.

Como consequência do Edito de Milão, as classes subalternas foram caladas-silenciadas. O Cristianismo tornou-se ideologia oficial e ao mesmo tempo tornou-se aparelho ideológico do estado (PORTELLI, 1984). Com isso, a Igreja Católica passou a exercer a função de intelectual orgânica do feudalismo²⁵. Hugues Portelli explicou melhor essa configuração.

Por isso, a aliança com o Império Romano modifica radicalmente o cristianismo primitivo sob seu tríplice aspecto de movimento das classes subalternas, de organização eclesiástica e de religião. É com esta nova face que a Igreja vai tornar-se estrutura ideológica do mundo feudal (PORTELLI, 1984, p. 54).

O clero preexistia ao sistema feudal. Ele conservou a sua estrutura, suas regras, tornou-se aliado ao feudalismo e fração da aristocracia feudal. Tudo passou a ser feito para manutenção da ordem, como explicam Kerrigan e Budzik.

Além do poder e da autoridade indiscutíveis, a hegemonia da Igreja inseria-se na visão do mundo da Europa medieval. Na Idade Média, associada a ideia de fé existia o princípio da lealdade. Esse princípio definia a lealdade de um homem em relação ao seu senhor. Assim, os

²⁵ Sobre as origens do feudalismo: “A instituição mais característica da Idade Média foi incontestavelmente a instauração de uma ordem política e social conhecida pelo nome de feudalismo. As duas bases da sociedade antiga, o estado e a propriedade, eram atacadas pelo princípio feudal e, aos poucos, desintegradas e dissolvidas. Tendo esse processo de desintegração um aspecto político e um aspecto jurídico, modalidades diversas distinguiram o feudalismo nos diferentes países em que se estabeleceu. O apogeu da instituição foi lançado no século XI, havendo, porém, em cada país um dinamismo próprio. [...]. A origem do feudalismo está, pois, na transformação progressiva das sociedades ocidentais, sob a autoridade decrescente dos sucessores carolíngios de Carlos Magno, incapazes de organizar resistência eficiente aos invasores normandos e húngaros. O processo foi duplo: transformou os homens livres em vassallos e as terras em feudos. Operou-se um esfacelamento da soberania em proveito dos senhores feudais e estabeleceu-se uma hierarquização correlativa das pessoas e das terras” (CARVALHO, 1974a, p. 75-76).

servos eram leais aos seus senhores feudais que, por sua vez, juravam lealdade ao rei, neste mesmo sistema de lealdade hierárquica, os cristãos obedeciam aos clérigos da Igreja Católica (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 60).

Um papel preponderante neste cenário foi o dos mosteiros, locais dedicados ao trabalho e à oração. Devido as invasões e a decadência da civilização urbana, esses tornaram-se lugares de intelectuais que preconizaram a feudalização (PORTELLI, 1984). O próprio Gramsci atentou para isso,

Os monges no convento mudam de trabalho: trabalho industrial (artesanal) e trabalho intelectual (que contém uma parte manual, a função de copista). A relação entre os colonos e convento é a relação feudal, com concessões niveladoras, e é ligada não só a elaboração interna que ocorre no trabalho dos monges, como ao crescimento da propriedade fundiária do mosteiro. Outro desenvolvimento é dado pelo sacerdócio: os monges servem como sacerdotes em território circunvizinho e sua especialização aumenta: sacerdotes, intelectuais de conceito, copistas, operários, industriais, artesãos (GRAMSCI, 1991a, p. 39).

Também nas cidades estava a Igreja Católica como intelectual orgânica ganhando espaço em torno das sedes episcopais, como centro religioso e econômico com papel importante no desenvolvimento das comunas medievais (PORTELLI, 1984).

O clero, como intelectuais orgânicos do feudalismo na Baixa Idade Média²⁶, entrou em crise, pois houve um esforço destes intelectuais de apaziguamento das massas de fiéis. Gramsci refletiu esse cenário.

Evidentemente, este processo de agrupamento não pode ser separado da vida econômica e social e fornece indicações para a história do nascimento das comunas, para a origem das cidades mercantis. Uma importante sede episcopal não podia prescindir de certos serviços (defesa militar, abastecimento, etc) que determinavam um agrupamento de elementos laicos em torno dos religiosos (GRAMSCI, 1991a, p. 38).

A Igreja tornou-se classe feudal e casta intelectual, pois monopolizou por muito tempo a filosofia e a ciência, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da assistência. Nesse sentido, explicou Gramsci.

²⁶ “Já no século XIV, o advento da burguesia e do espírito leigo, mas cristão, impregna o direito e as letras e abala o respeito a autoridade, preparando o renascimento, por meio de uma idade de transição: a Baixa Idade Média” (CARVALHO, 1974a, p. 133).

A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada a aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados a propriedade (GRAMSCI, 1991a, p. 05).

Por um longo período, a Igreja Católica controlou vários serviços, dentre estes a escola. De igual modo, em Gramsci os intelectuais orgânicos são os responsáveis pelo domínio da sociedade hegemonicamente²⁷. Disso, decorre que a Igreja adquiriu uma posição privilegiada como intelectual orgânica da classe dominante, no entanto, aos poucos ela recuou em questões não culturais, como a ciência e o direito, o que gerou uma grande crise entre o aparelho eclesiástico e a massa dos fiéis (PORTELLI, 1984). Esta função da Igreja retratou uma organização de interesses econômicos que gerou em seu seio movimentos de intelectuais que trouxeram expressivas crises nas relações com a massa de fiéis.

Devido a esta organização social na Baixa Idade Média, emergiram movimentos religiosos medievais, os quais ganharam força contra a hierarquia eclesiástica. Dentre os novos intelectuais orgânicos hauridos desses movimentos, destacamos Francisco de Assis²⁸, que representou uma tentativa de retorno ao cristianismo primitivo.

Daniel-Rops Henri (1901-1965), historiador francês, demonstra o que significou Francisco de Assis.

Aos vinte e cinco anos e para sempre, Francisco compreendeu que a sua missão era ser pobre ao lado do maior dos pobres. A partir desse momento, casava-se com a santa pobreza. Pelo resto da sua vida, repetirá e ensinará sempre o mesmo: a pobreza, a recusa absoluta de possuir o menor desses bens do mundo que nos possuem. A uma Igreja

²⁷ “Hegemonia é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia” (MOCHCOVITCH, 2004, p. 21).

²⁸ “No decorrer do verão de 1210, Inocêncio III viu apresentar-se numa audiência um rapaz franzino, de olhar ardente, vestido com a grosseira túnica e capuz dos camponeses da época, a cintura apertada com uma corda e os pés nus dentro das sandálias. Vinha de Assis, um povoado da Úmbria, rodeado de doze companheiros tão indigentes como ele, doze discípulos como os Apóstolos, e, conforme se dizia, desejava expor ao Santo Padre as suas observações sobre a situação da Igreja e suas ideias sobre o apostolado. [...]. Comovido com tanta simplicidade e impressionado pelo espírito de submissão que se notava nas menores palavras de seu visitante, Inocêncio III pensou que a Providência acabava de satisfazer a sua expectativa. Tinha diante de si um desses fiéis do Grande Pobre, tal como havia desejado. Rompendo por fim o seu longo silêncio, exclamou: ‘Na verdade, é por meio deste homem piedoso e santo que a Igreja de Deus será restabelecida nas suas bases’. Depois desceu de seu trono, abraçou aquele pequeno pobre e, dirigindo-se ao reduzido grupo dos discípulos, acrescentou: ‘Ide com Deus, meus irmãos, e pregai a penitência segundo a inspiração do Senhor. E, quando o Todo Poderoso vos tiver feito crescer, voltai a procurar-me e eu vos concederei então muito mais do que hoje’” (HENRI, 2011, p. 163-164).

que o dinheiro ameaçava destruir, trazia como solução essa verdade evangélica que é sem dúvida a mais difícil de todas as verdades (HENRI, 2011, p. 166-167).

O próprio Gramsci em *Scritti Giovanili* (Escritos da juventude), entre 1914 - 1918, das Edições Einaudi de Turim, destacou a importância de Francisco de Assis e seu movimento.

Pensai no que representava na Idade Média o movimento franciscano frente ao teologismo doutrinário da escolástica. A teologia era o ‘pão’ dos anjos, não dos pobres mortais; todavia, tinha invadido todas as manifestações religiosas, mesmo a pregação ao povo. Deus desaparecia por trás dos silogismos, brilhava de longe ou pesava sobre as consciências como algo de enorme, de esmagador: a inteligência tinha matado o sentimento, a reflexão tinha estrangulado o impulso da fé. Veio São Francisco, alma humilde, modesta. Espírito simples, soprou nestes muros de papel, de pergaminho, que haviam afastado os homens de Deus e fez renascer em cada alma a embriaguez divina (GRAMSCI, *apud* PORTELLI, 1984, p. 66).

A ruptura entre o Divino e os pobres, hierarquia eclesiástica e os fiéis, representou a grande razão dos movimentos religiosos populares, resultado da politização da igreja. Outro fator importante e digno de reflexão, foi a ascensão da burguesia²⁹, à qual representava um perigo à ideologia religiosa.

Diante disso, a Igreja enquadrou esses movimentos, como foi o caso do franciscanismo, oficializando como ordem³⁰ religiosa monástica. Esses movimentos populares representaram as consequências geradas de uma crise interna da comunidade cristã.

²⁹ “Esta expansão econômica da burguesia trazia, no fim da Idade Média, uma modificação no plano cultural. De fato, na educação, a cultura burguesa levou a laicização do ensino e a racionalização da existência. Abriam-se as escolas leigas, onde os filhos da burguesia aprendiam a ler, escrever e contar, estudavam geografia, história e línguas vulgares, eram treinados nas práticas de comércio: pesos, medidas, moedas, tarifas, itinerários e descrição das mercadorias, eram estudos ministrados em livros italianos. Era, pois, uma cultura de classe” (CARVALHO, 1974a, p. 520).

³⁰ “É inteiramente correto que, após o Concílio de Trento e a Fundação da Companhia de Jesus, não mais surgiu nenhuma grande ordem religiosa ativa e fecunda de novas ou renovadas correntes de sentimento cristão; surgiram novas ordens, é verdade, mas elas tiveram um caráter, por assim, dizer, principalmente administrativo e corporativo” (GRAMSCI, 2001, p. 290).

A hegemonia³¹ da Igreja Medieval ocorreu no período conhecido como Alta Idade Média³², posteriormente sentiu um período de crise, especificamente a partir do século XIII. Nesse panorama turbulento, esses novos movimentos objetivavam escapar do domínio ideológico da Igreja Católica.

A ascensão da burguesia³³ despertou a vida econômica e comercial significando em seguida a ascendência do capitalismo, como também, o desenvolvimento das línguas vulgares em detrimento do latim, o que deu oportunidade a novos intelectuais no meio do povo simples. Assim, a civilização comunal entra em embate com a sociedade civil eclesiástica, um fermento de heresias cresce a todo vapor (PORTELLI, 1984).

A partir do início da ascendência do capitalismo³⁴, Gramsci cita alguns movimentos que se voltaram contra a Igreja em uma tentativa de reavaliar as ações da própria religião cristã.

Os subalternos³⁵ se insurgem contra os intelectuais orgânicos religiosos, ocorrendo uma nova reforma intelectual e moral, com o objetivo de dar voz ao povo na

³¹ “As atenções de Gramsci se concentram sobre a Igreja Católica que, por um lado, procura manter a sua hegemonia em amplos setores da população pobre com seu poderoso aparelho ideológico, enquanto, por outro, se alia às classes dominantes” (SEMERARO, 2017, p. 89).

³² “A Alta Idade Média abrange, mais ou menos, os cinco séculos que se seguiram à queda do último imperante romano do Ocidente (476). Coincide com as alterações profundas da língua latina, em contato com os linguajares germânicos e o escassear das letras” (CARVALHO, 1974a, p. 42).

³³ “Data do século XIII e que (tal como os termos equivalentes burgueses e burgertum) indicava originalmente uma categoria de habitantes das cidades da Europa medieval, particularmente mercadores e artesãos, que desfrutavam de status e de direitos especiais dentro da sociedade feudal. Com o desenvolvimento do capitalismo, e especialmente a partir do século XVIII, o significado da palavra mudou de forma gradual, passando a se referir de modo mais específico aos ricos empregadores que exerciam atividades na manufatura, no comércio e nas finanças” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 49).

³⁴ “O comércio foi, principalmente no início dos tempos modernos, o fator mais eficiente na acumulação de riquezas, isto é, de capital em suas diferentes modalidades. A organização econômico social denominada capitalismo é definida de modos muito diversos segundo os autores para designar os capitais com os quais os seus detentores remuneram operários que trabalham nas suas instalações, com suas máquinas e suas matérias primas na formação de novos estoques de mercadorias. É incontestável que antes de ser capital industrial e capital financeiro, o capital foi comercial, pois dele resultaram as primeiras acumulações de riquezas. Foram várias fontes que, além do comércio, promoveram o acervo capitalista desde o fim da era medieval” (CARVALHO, 1974b, p. 35).

³⁵ Gramsci, “mostra que os subalternos podem chegar a hegemonia lançando mão de outro tipo de armas: o distanciamento crítico da realidade, a formação da sua autonomia pela ação política, a representação de si pela criação de uma cultura própria, a participação ativa na construção de um projeto popular de democracia articulado com forças nacionais e internacionais” (SEMERARO, 2003, p. 262).

vida política e cultural, exemplos disso foram a Reforma Luterana³⁶ e o Calvinismo³⁷, que suscitaram vários movimentos, dentre os quais, o Renascimento foi o que mais influência exerceu sobre o mundo. Hugues Portelli escreveu que:

O renascimento é um fenômeno especificamente italiano. Em efeito, ele começa, acredita Gramsci, com o movimento comunal que é seu aspecto espontâneo. Com o desenvolvimento do humanismo, ele se reduz ao nível cultural, sob o controle da sociedade civil eclesiástica (PORTELLI, 1984, p. 75).

No Renascimento, ou seja, durante a transição oficial do feudalismo para o capitalismo no século XIII, o aspecto essencial consistiu no aparecimento de uma nova camada de intelectuais italianos, com isso, deu-se a ascensão da burguesia expressa pelo movimento comunal³⁸ (PORTELLI, 1984). Renascimento e Reforma instalaram-se como movimentos distintos, como explica Hugues Portelli.

³⁶ Sobre o início da Reforma luterana, por volta do ano 1517, ano em que Martinho Lutero deu a conhecer suas teses, na cidade de Wittenberg na Alemanha. Sobre este início, Daniel Rops Henri destacou: “Entretanto, o caso já tinha saído do âmbito de uma simples querela de monges, e mesmo de uma discussão entre teólogos. O arcebispo de Mogúncia, profundamente ofendido, enviara a Roma as teses luteranas. [...]. O cardeal Tomás de Vio, de Caeta, denominado Caetanum, Caietano, estudou o dossiê e, com notável lucidez, descobriu nele o que se viria a chamar ‘o princípio material e o princípio formal da Reforma’: por um lado, a doutrina da justificação pela fé e o ataque à noção de mérito; por outro, a contestação ao magistério infalível da Igreja. Pensando que resolvia tudo, Roma mandou dizer a Staupitz que obrigasse o seu subordinado a retratar-se, e, com efeito, Lutero teve de explicar a sua posição no capítulo da sua ordem em fevereiro de 1518. Mas não recuou um milímetro. Ao invés disso, dirigiu a Roma o seu último memorial: Resolução sobre a virtude das indulgências, que era o mais contrário a qualquer submissão. O sacro palácio reagiu. O seu mestre, o dominicano Prieras, foi encarregado de redigir o ato de acusação que intimava Lutero a submeter-se ou a comparecer perante a Câmara romana. Mas fê-lo com absoluta falta de tato: acentuou unicamente a revolta contra a igreja, deixando em segundo plano o erro doutrinário, e exaltou desmedidamente a onipotência pontifícia, em termos que Lutero não teria nenhuma dificuldade em refutar” (HENRI, 2013, p. 287).

³⁷ “Calvino (Teólogo francês - 1509 – 1564) é um reformador de segunda geração: aborda problemas muito diferentes dos que havia enfrentado Lutero vinte anos antes. Como mostrara Lutero, a Palavra havia-se revelado irresistível, e agora sucediam-lhe homens ávidos de criar e de agir sobre mecanismos eclesiásticos, sociais e mesmo políticos, que teriam que atacar as influências corruptoras e abrir os caminhos necessários ao trabalho da graça divina” (DICKENS, 1971, p. 168).

³⁸ “A partir de 1150 aproximadamente, a civilização urbana pesou cada vez mais sobre os destinos do Ocidente cristão. As cidades, transformadas em centros de vida social, desempenharam um papel eminente como elementos ativos na produção, nas trocas comerciais e na vida do espírito. Que atitude tomaria a Igreja perante este novo poder? Ela mesma contribuiria para o desenvolvimento dos centros urbanos. Ao redor de um lugar de peregrinação ou de uma abadia, tinham-se fixado muitas vezes núcleos populacionais que se sentiam felizes por estarem sob a proteção do clero, da sua justiça mais branda, e por só pagarem impostos aos abades. [...]. No entanto, quando o movimento comunal eclodiu, o clero mostrou-se hostil, por duas razões: uma ideológica e outra prática. Acostumado a mandar no campo espiritual, um clérigo estava mal preparado para compreender essa reivindicação de liberdade, rebelde e anárquica. Por outro lado, a integração da Igreja no feudalismo levava-a a olhar com desconfiança esses burgueses que procuravam despojá-la dos seus bens. Os senhores mitrados não hesitaram de combater aquilo que consideravam uma revolta inadmissível. Daí surgiram as breves mas sangrentas convulsões que, na Itália e depois na França, assinalaram os inícios do movimento comunal” (HENRI, 2011, p. 232).

O renascimento apareceu como um movimento cultural superior, mas aristocrático, sem o menor prolongamento popular; a Reforma consiste, pelo contrário, para além do êxito político diferente em cada país, num movimento cultural de massa, um movimento cultural nacional (PORTELLI, 1984, p. 82).

A Igreja Católica reprimia os movimentos com força, de interrogatórios heréticos à fogueira, devido a isso, muitos intelectuais orgânicos de tais organizações se suprimiram. O movimento que mais se destacou foi a Reforma Luterana, a qual foi levada avante pelo povo, a esse respeito Gramsci escreveu:

O portador da reforma, foi precisamente o povo alemão em seu conjunto, como povo indistinto, não os intelectuais. Esta deserção dos intelectuais em face do inimigo explica, precisamente a esterilidade da reforma na esfera imediata da alta cultura, até o momento em que não se seleciona lentamente, no interior da massa que permaneceu fiel, um novo grupo de intelectuais que culmina na filosofia clássica (GRAMSCI, 1995, p. 108).

Com a expansão das ideias reformistas as pessoas reanimaram-se para a vida política e cultural. O movimento protestante perante à Igreja Católica se engrandeceu, esta e seus intelectuais orgânicos reagiram com a chamada Contrarreforma, em que a Igreja esforçou-se para manter a sua supremacia, como destacou Hugues Portelli.

Com a reforma, consumou-se a ruptura entre intelectuais religiosos e massas, e a manutenção da ordem religiosa existente só pode ser obtida pelo apelo ao aparelho repressivo do estado. Também o aparelho ideológico da Igreja tornou-se essencialmente repressivo, e, do próprio seio da sociedade civil eclesiástica surgem novas formas de coerção (PORTELLI, 1984, p. 85).

A Igreja reagiu com a Contrarreforma³⁹, Gramsci destacou tal reação como movimento de conservação.

As novas ordens, surgidas posteriormente, tem um pequeníssimo significado religioso e um grande significado disciplinar sobre a massa

³⁹Sobre a Contrarreforma, Gramsci destacou na obra *Il Risorgimento*: “Os católicos sustentam que a Igreja Romana foi muitas vezes reformada a partir do interior, ao passo que no conceito protestante de ‘Reforma’ está implícita a ideia de ‘Renascimento’ e de restauração do cristianismo primitivo, sufocado pela romantismo. Na cultura leiga, fala-se por isso de Reforma e de Contra Reforma, ao passo que os católicos (e especialmente os jesuítas que são mais precisos e mais consequentes mesmo na terminologia) não querem admitir que o Concílio de Trento tenha apenas reagido ao luteranismo e ao conjunto de tendências protestantes, mas sustentam que se tratou de uma ‘Reforma’ católica, autônoma, positiva, que teria se verificado em cada caso” (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1984, p. 85).

dos fiéis: são ramificações e tentáculos da Companhia de Jesus (ou se tornaria isso), instrumentos de resistência para conservar as posições políticas adquiridas, e de modo nenhum forças renovadoras de desenvolvimento (GRAMSCI, 1995, p. 20).

É um movimento de defesa aos ataques sofridos pela Igreja a partir da Reforma Luterana, uma maneira de manter o seu domínio intacto. Dessa forma, entende-se a religião como uma forma de ideologia e a Igreja Católica, por sua vez, como um aparelho ideológico de estado (PORTELLI, 1984). Esta, durante a história foi se perdendo como intelectual orgânico dos pobres e tornou-se refém de intelectuais tradicionais do capitalismo.

Gramsci reproduziu severas críticas à forma desses intelectuais agirem. Referindo-se à Companhia de Jesus, comentou que,

[...] a Contra-Reforma esterilizou este pulular de forças populares: a Companhia de Jesus é a última grande ordem religiosa, de origem reacionária e autoritária, com caráter repressivo e diplomático, que assinalou, com o seu nascimento, o endurecimento do organismo católico. [...]. O catolicismo se transformou em jesuitismo (GRAMSCI, 1995, p. 20).

A Igreja Católica, pouco a pouco, perdeu autonomia frente ao estado, ficando na função de disciplinadora em vez de organizadora das massas. Evidenciou-se, assim, em seus intelectuais orgânicos o apaziguamento das massas populares, e diante dessa situação incômoda, ela previu novas saídas.

A Igreja tentou reagir reagrupando suas forças no combate ao assalto das reformas protestante e leigas. Organizou a Ação Católica⁴⁰, a qual pretendia recuperar a concepção religiosa do mundo, a reação de defesa (PORTELLI, 1984). Transpareceu no desenvolvimento histórico que a Igreja reforçou a defesa de suas posições, dificilmente se colocando em diálogo aberto com as novas situações que surgiram. Hugues Portelli tratou disso, afirmando:

A nova etapa da história da Igreja caracteriza-se pois, a exemplo da Ação Católica, por dois aspectos essenciais; o primeiro estratégico: a defesa dos privilégios ideológicos e práticos da igreja, e o outro organizacional: a criação de uma poderosa organização de massa semileiga, verdadeiro partido da Igreja, tendo como função enquadrar

⁴⁰ “A Ação Católica não é mais fundamentalmente um grupo de pressão tradicional, mas uma série de organizações católicas leigas articuladas sobre cada grupo social e sempre mais independentes da hierárquica” (PORTELLI, 1984, p. 213).

as massas católicas e fazer delas uma arma ofensiva e, depois, defensiva segundo as necessidades da luta (PORTELLI, 1984, p. 101).

Na questão de domínio político, as coisas foram de mal a pior para a Igreja. No final do século XVIII, surgiu o estado liberal como uma grande força futura, este cresceu assiduamente e, para piorar, nasceu a ameaça do socialismo, o qual a Igreja Católica condenou através da Encíclica *Rerum Novarum*⁴¹.

O estado ofereceu segurança e garantiu à igreja seus privilégios diante do perigo do socialismo, que mirava as suas bases, como as classes subalternas. Por isso, a igreja se aliou com a burguesia liberal, isso engrandece a crise interna da igreja, trazendo baixa até mesmo nas vocações. Hugues Portelli, destacou que: “A crise social e política de 1898 é o ponto de partida de uma evolução que levará a concordata de 1929” (PORTELLI, 194, p. 111).

Nesse cenário, Hugues Portelli insistiu em sustentar que até mesmo o regime fascista teve similaridade com a Igreja.

O Vaticano deixará que o fascismo abata progressivamente o partido popular e os sindicatos católicos [...]. A Ação Católica vê seu papel consideravelmente reforçado. Em contrapartida, o estado fascista, com a salvação financeira do Vaticano, a reforma escolar de 1923 e os acordos de Latrão, deverá pagar convenientemente este apoio da Igreja (PORTELLI, 1984, p. 119).

A Igreja Católica esforçou-se para manter o seu domínio⁴². Ela perdeu a originalidade do cristianismo primitivo, mas continuou com força ideológica. De maneira especial nas escolas, através das concordatas, as quais reforçavam o papel do clero e da Igreja na sociedade e, por fim, criou o seu estado, o Vaticano⁴³ (1929). Sobre o Tratado de Latrão, Kerrigan e Budzik descrevem que,

⁴¹ A *Rerum Novarum* (das coisas novas) foi uma Encíclica escrita pelo Papa Leão XIII no ano de 1891. Seu principal enfoque foi a situação operária da época realçando seus direitos. Aparece na introdução da Encíclica: “Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos de um pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em um resultado final um temível conflito” (LEÃO XIII, 2009, p. 09).

⁴² “A Ação Católica nascida especificamente depois de 1848, [...], quando surgem e se desenvolvem o fato e o conceito de nação e de pátria, que se tornam o elemento ordenador, intelectual e moralmente, das grandes massas populares. [...] Antes de 1848, formavam-se partidos mais ou menos efêmeros e personalidades individuais insurgiam-se contra o catolicismo; depois de 1848, o catolicismo e a igreja devem ter um partido próprio para se defender e recuar o menos possível” (GRAMSCI, 2015, p. 147).

⁴³ “O pequeno estado do Vaticano foi criado em 1929 quando o papa Pio XI e o ditador Benito Mussolini assinaram o Tratado de Latrão que previa o Vaticano como um estado independente e o recebimento de

Nos termos do Tratado de Latrão firmado em 1929, Mussolini concordou em indenizar a Igreja pela perda dos antigos estados pontifícios. Mussolini rejeitara o catolicismo em que fora educado e, em seu íntimo, o desprezava, porém reconhecia a importância do apoio dos conservadores italianos. O catolicismo passou a ser a religião oficial, a crítica a Igreja era considerada crime, o divórcio foi proibido e o ensino de religião fez parte de todos os currículos das escolas (KERRIGAN; BUDZIK, 2016, p. 142).

A igreja resistiu às crises ideológicas devido a sua organização, a qual em grande parte proveio do Concílio de Trento⁴⁴ e de sua reestruturação, assim manteve uma coesão no seio do mundo católico.

A forma inteligente que a Igreja Católica apresentou através do Concílio de Trento para resolver os problemas existentes, como os desvios morais dos bispos e padres foi se preocupar com a formação desses, criando seminários para a formação do clero. Observando os bispos da Igreja primitiva e em como agrupavam em torno de si seus clérigos, o Papa Pio IV (1499-1565), apoiado pelo seu secretário, o bispo Carlos Borromeu (1538-1584) criaram um seminário romano em 1563⁴⁵. Estes tinham por inquietação a formação da juventude que estava preocupada demais com os prazeres do mundo. Para o bem deles, e também para prevenir que os vícios tomassem conta daqueles que futuramente seriam padres da Igreja, fazia-se necessário transmitir-lhes valores cristãos através de uma formação humanista e eclesial. O Concílio ainda prescreveu que fossem escolhidos, principalmente, meninos pobres, não excluindo de todo os ricos, porém exigindo-lhes desses últimos, o pagamento dos seus próprios custos. Como a maior parte dos seminaristas seriam pobres, era necessário criar uma comissão responsável pela

uma indenização pela perda do seu território durante a unificação alemã e em contra partida, a Igreja Católica teve que abrir mão das terras conquistadas na Idade Média e também teve que reconhecer Roma como a capital da Itália. Em 1947, o Tratado de Latrão passou a fazer parte da Constituição e o Papa teve que jurar neutralidade sobre termos políticos” (GONÇALVES, 2019, s/p).

⁴⁴ Segundo o historiador Hubert Jedin (1900 – 1980), o Concílio de Trento, foi realizado entre 1545 a 1563, representa o 19º Concílio Ecumênico da história da Igreja, foi convocado pelo Papa Paulo III – a pedido de Carlos V, imperador de grande influência – pretendia assegurar a unidade entre os cristãos, a disciplina eclesiástica e a doutrina/dogmática, principalmente na Europa que estava dividida pelo forte desejo de nacionalização e por tantos outros fatores econômicos, políticos, sociais e religiosos, pois a Reforma Luterana havia dividido o catolicismo e estava sendo apoiada por vários príncipes, desejosos de uma maior autonomia, política e religiosa, em seus Estados Nacionais. O Concílio de Trento se ateu na reforma doutrinal/dogmática e a reforma disciplinar (Cf. JEDIN, 1981, p. 373-374).

⁴⁵ O concílio incentivou que fossem criados seminários em cada diocese, quando possível, sob responsabilidade dos respectivos bispos e, em últimos casos, devido à dificuldade de manutenção, fosse criado um seminário provincial ou interdiocesano (Cf. CRISTIANI; FLICHE; MARTIN, 1976).

arrecadação de fundos suficientes para a manutenção do mesmo (CRISTIANI; FLICHE; MARTIN, 1976).

A organização sempre foi grande diferencial na Igreja Católica, sua coesão garantiu a existência histórica, levando Gramsci a afirmar que,

A religião, ou uma igreja determinada, mantém a sua comunidade de fé (dentro de certos limites fixados pelas necessidades do desenvolvimento histórico global) na medida em que mantém permanente e organizadamente a própria fé, repetindo infatigavelmente a sua apologética, lutando sempre em cada momento contra argumentos similares, e mantendo uma hierarquia de intelectuais que emprestem a fé pelo menos a aparência da dignidade do pensamento (GRAMSCI, 1995, p. 27).

Entendemos que, em razão da organização e manutenção de ordem estabelecida hierarquicamente, a Igreja tomou escolhas que a distanciaram de seu contexto inicial de religião dos pobres. A análise de Gramsci destacou a intenção de manter a estrutura hierárquica da instituição, deixando deficitária e, em segundo plano, a ação prática em favor dos mais simples.

A Igreja com seus intelectuais orgânicos manteve suas práticas ao longo da história, a relação entre seus fiéis e Deus e o vínculo cultural. Assim, ela manteve a hierarquia interna e sua organização em uma aparente harmonia. Neste sentido, Portelli acrescentou que,

O essencial do controle da igreja refere-se aos intelectuais cuja obra se proclama abertamente católica. Sua situação tornou-se muito difícil: a concepção católica não se manifesta mais espontaneamente, ingenuamente nas artes, e principalmente na literatura, mas assume a forma de uma apologética minuciosa e pedante, inspirada e controlada pela hierarquia, que freia todo espírito criativo (PORTELLI, 1984, p. 136).

Este fato se acentua depois do Concílio de Trento (1545–1563), uma fé racionalizada e obediente à tradição católica, assim mantém uma barreira cultural de acesso a ela, até mesmo para ser eclesiástico. O Concílio de Trento representou a maior organização da Igreja frente à Reforma Luterana, como vimos anteriormente, foi nele que se criaram os Seminários seculares, para melhor preparação dos futuros Padres Católicos, como comentou Dickens.

O Concílio de Trento ultrapassa as reformas aparentes. A sua contribuição direta está, sobretudo, no ataque ao velho problema da educação clerical, especialmente nos seminários fundados em cada diocese. Todavia, o seu papel indireto é mais importante ainda, visto tender a pôr fim às reuniões conciliares e a libertar a Igreja de uma longa era de monarquia pontifícia (DICKENS, 1971, p. 199).

A Igreja Católica continuou seu esforço para se manter ideologicamente à frente de tudo e de todos, para que isso ocorresse, ela desenvolveu meios de difusão, como revistas, folhetos, jornais, livros... e manteve certo domínio cultural, através de suas escolas e universidades⁴⁶.

Sempre atenta às mudanças, a Igreja inovou e continuou seu papel de ideologia dominante diante dos novos desafios: “Com a expansão colonial, levanta-se de novo o problema da atividade missionária. [...]. A única solução é converter os intelectuais, para ganhar as massas que eles controlam ou formar intelectuais nativos católicos” (PORTELLI, 1984, p. 147). Com isso podemos afirmar que a Igreja soube interpretar os sinais que podem lhe favorecer, pois agiu de acordo com as circunstâncias que lhe eram favoráveis.

A Igreja Católica sofreu com as adaptações do fim do século XIX com dissensões no aparelho eclesiástico, como o aparecimento do modernismo⁴⁷ e posições diferentes⁴⁸. Toda superestrutura sofreu com essas tendências, muitas das quais, motivadas por ordem de organização (PORTELLI, 1984).

Ao longo da história existem momentos que devem ser interpretados em todo o seu contexto, às vezes são tomadas decisões que aparentemente não têm sentido, mas que no fundo contém significados importantes para os interessados na sobrevivência da própria instituição. Sobre isso, destacou Gramsci.

Não se leva necessariamente em conta que muitos atos políticos são motivados por necessidades internas de caráter organizativo, isto é, ligados à necessidade de dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade. Isto é evidente, por exemplo, na história da Igreja Católica. Se se pretendesse encontrar, para todas as lutas ideológicas no interior

⁴⁶ “A universidade, para poder ser continuadora da escola única em seus objetivos hegemônicos, deve entrar em contato com todos os estratos da vida social da comunidade” (JESUS, 1989, p. 113).

⁴⁷ “Os modernistas, dado o caráter de massa que lhes era fornecido pelo nascimento contemporâneo de uma democracia rural católica, eram reformadores religiosos, surgidos não segundo esquemas intelectuais preestabelecidos, caros ao hegelianismo, mas segundo as condições reais e históricas da vida religiosa italiana” (GRAMSCI, 1995, p. 283).

⁴⁸ “Entre os diferentes grupos que se enfrentam no seio da igreja, os integristas constituem a tendência mais coerente e a mais orgânica: partidários da intransigência ideológica e política, eles representam a aristocracia fundiária e os latifundiários” (PORTELLI, 1984, p. 153).

da igreja, a explicação imediata, primária, na estrutura, se estaria perdido (GRAMSCI, 1995, p. 118-119).

Gramsci compreendeu que a maior parte das discussões históricas envolvem a própria organização e, quiçá, a sobrevivência da própria instituição, mas isso não justificou o distanciamento das classes mais pobres por parte dos intelectuais da Igreja, não retirou a necessidade de autocrítica. Essa é a reflexão que queremos engendrar nesta pesquisa, é necessário olharmos a história e fazermos uma autoavaliação para que o presente e o futuro sejam comprometidos com as causas primeiras.

Diante dessa situação, surgiram dois grupos distintos: os integristas e modernistas. Os integristas pregam o conservadorismo integral, os modernistas a adaptação à ciência e as filosofias modernas. Sendo que um meio termo de ambos, representou os jesuítas, que fazem uma espécie de simbiose dos dois grupos, equilibrando os intelectuais e os simples para manter a coesão (PORTELLI, 1984).

A tensão existente entre integristas e modernistas persiste na Igreja por muito tempo. Os Jesuítas foram os responsáveis por encontrar um meio termo, eles conseguiram controlar a sociedade católica, especialmente através do aparelho escolar, como escreve Gramsci.

Os jesuítas foram, indubitavelmente, os maiores artífices deste equilíbrio e, para conservá-lo, eles imprimiram à igreja um movimento progressivo que tende a satisfazer parcialmente as exigências da ciência e da filosofia, mas com um ritmo tão lento e metódico que as modificações não são percebidas pela massa dos simplórios (GRAMSCI, 1995, p. 17).

Nesse contexto, Gramsci observou que as classes subalternas ficaram desgarradas da Igreja Católica em determinados momentos históricos, os quais percorremos sem pretensões de analisarmos historicamente fato por fato, mas para usarmos como ferramentas na análise final. O “filósofo do cárcere” salientou que era necessário elevar o nível cultural das massas, para superação da ordem estabelecida pela Igreja, ele pressentiu que era necessário uma reforma intelectual e moral italiana: “A finalidade é obter uma centralização e um impulso da cultura nacional que fossem superiores aos da Igreja Católica” (GRAMSCI, 2000, p. 41).

A filosofia da práxis seria o elo que uniria o passado cultural, o renascimento, a Reforma, a filosofia alemã, a Revolução francesa, o liberalismo laico e o historicismo, ou

seja, tudo o que está na base da vida moderna. A filosofia da práxis⁴⁹ é o coroamento da reforma intelectual e moral que a Itália necessitava, trazendo aproximação entre a cultura popular e a alta cultura (GRAMSCI, 1995). Gramsci acreditava que a filosofia da práxis seria a via para transformar a sociedade.

Criar um grupo de intelectuais independentes não é uma tarefa fácil, exigindo um longo processo, com ações e reações, com adesões e dissoluções, com novas formações muito numerosas e complexas; ela é a concepção de um grupo social subalterno (GRAMSCI, 1995, p. 107).

Gramsci pretendia que a Itália tivesse uma reforma cultural e moral⁵⁰, com fundamentos no marxismo, que seria o responsável pela reforma intelectual e moral nas classes italianas. Tal análise dos acontecimentos históricos - do Renascimento, da Contrarreforma e do Risorgimento mostrou que a Itália não conheceu a Reforma Protestante ou liberal que se inseriu às massas, essencialmente camponesas, na vida cultural e política, pois as mesmas sempre estavam sob o controle da Igreja e, portanto, sua cultura permanecendo medieval (PORTELLI, 1984).

O objetivo da filosofia gramsciana é elevar o nível das classes pobres e superar o pensamento existente, assim o autor destacou que,

A filosofia da práxis não busca manter os simplórios na sua filosofia primitiva do senso comum, mas, busca, ao contrário, conduzi-los a uma condição de vida superior. [...] para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1995, p. 20)

A concentração de Gramsci é voltada às classes subalternas para que estas formem os seus próprios intelectuais, em analogia com a forma católica de conversão, repetindo os argumentos e sendo incansável nesse objetivo.

Determinadas necessidades para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo em geral, a saber: 1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literalmente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar

⁴⁹ “Historicismo é a filosofia que relaciona o objeto real com o objeto do conhecimento, a lógica dialética com a lógica formal, enfim, é a filosofia da práxis” (NOSELLA, 2016, p. 127).

⁵⁰ Sobre reforma intelectual e moral, Coutinho comenta: “O socialismo é também a criação de uma nova cultura, sem o que não poderá realizar plenamente suas potencialidades: e essa é uma ideia que Gramsci jamais abandonará, como podemos ver em suas reflexões carcerárias sobre a importância de uma reforma intelectual e moral, da luta pela hegemonia” (COUTINHO, 1992, p. 9).

incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos (GRAMSCI, 1995, p. 27).

O alvo é que os intelectuais e massas possam ter possibilidades de caminhar juntos em uma relação orgânica. Os simples sentem mais fácil as coisas, mas nem sempre entendem, os intelectuais compreendem mais fácil, mas nem sempre sentem⁵¹. Dessa forma, ambos adquirirão qualidades que lhes faltam para juntos forjar os elementos pedagógicos de superação da ordem estabelecida (PORTELLI, 1984). Sobre isso Gramsci argumentou:

A organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os fossem organicamente os intelectuais daquelas massas, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (GRAMSCI, 1995, p. 18).

Gramsci fez uma crítica arguciosa e contributiva sobre as formas conservadoras de ser da Igreja Católica a partir de seus intelectuais e, a partir disso, ele demonstrou que é preciso uma nova sociedade. Como comentou Giovanni Semeraro:

É uma relação dialética que se estabelece entre sociedade civil e sociedade política, que acaba se tornando uma ‘relação pedagógica’, um reconhecimento de recíproca valorização, porque não há mais alguém ou algo que tenha prerrogativas definitivas: o que se tem em vista é, precisamente, a hegemonia da democracia, ou seja, a socialização do saber e do poder (SEMERARO, 2003, p. 271).

Profundamente marcado pelo contexto vital, como demonstramos anteriormente, Gramsci corroborou com clareza a um grande amor pela igualdade de condições entre todos os grupos sociais. Defendendo a ideia de não rebaixamento cultural com vistas a proteger ou assistir os pobres, mas sim oportunidades para que eles próprios consigam

⁵¹ Giovanni Semeraro comenta este modo de pensar: “No interior dessa prática, aprendemos que a realidade não pode ser dissociada e que agir politicamente é uma indeclinável atividade instituidora de sujeitos, é um movimento de auto-cofundação de diversos grupos sociais e ato de transformação do mundo” (SEMERARO, 2003, p. 264).

emancipar-se (NOSELLA, 1992). Luta-se por uma cultura ampla, coletiva e universal que favoreça a todos.

Gramsci tinha um apreço especial pela escola, como mesmo destacou em uma de suas cartas, datada em de 14 de dezembro de 1931, endereçada a Julka (Giulia) sua esposa: “A questão escolar interessa-me muitíssimo, tal como a você também, porque escreve que 60% das suas conversas gira em torno da escola dos meninos” (GRAMSCI, 1991b, p. 259). É sobre a escola que ele desenvolveu um sistema de formação única de cultura geral, a qual objetiva os intelectuais orgânicos dos simples-pobres, para solucionar a situação de opressão. Vejamos o que Gramsci escreveu a respeito.

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1991a, p. 118).

O pensamento de Gramsci quanto à educação era criar uma contra-hegemonia, com o objetivo de formar os intelectuais orgânicos para o proletariado, a escola dessa nova cultura é a escola única e seus interesses devem ser os do trabalhador, do homem. A aposta era na educação em vez da força (JESUS, 1989). Em termos gramscianos a mudança vem pela educação, a qual se relaciona com as demais áreas, como comenta Antonio Tavares de Jesus.

A educação é um processo implicado diretamente com a reprodução das relações de produção, possibilitando que estas relações ou reforcem a dominação, ou provoquem a sua mudança estrutural. Como instrumento de mediação entre as classes, a educação forma a consciência, que tanto pode aderir a ideologia vigente (mascaramento), como pode superar e desmascarar a ideologia (JESUS, 1989, p. 29).

Tendo estabelecido a crítica de Gramsci à Igreja Católica, no que diz respeito a sua atuação em determinados momentos históricos e que a levaram a distanciar-se dos mais pobres, vamos nos ater e explicar como ele pensou a formação dos intelectuais orgânicos, os quais terão a missão de superar esta concepção de esquecimento dos pobres, “o nascimento de uma nova maneira de conceber o homem e o mundo” (GRAMSCI, 1995, p. 125).

1.4 A ESCOLA UNITÁRIA E A FORMAÇÃO DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS DOS SUBALTERNOS-SIMPLES

Trata-se de uma escola que prepara o jovem para a escolha profissional, formando-o como pessoa capaz de pensar, estudar, dirigir ou controlar quem lhe dirige ou controla. Na escola unitária, a educação é a via para a concretização de uma concepção de mundo. Podemos citar duas fontes que auxiliaram e motivaram o pensamento de Gramsci em relação à educação, segundo Antonio Tavares de Jesus,

A primeira, ideológica, é sua adesão aos postulados do marxismo-leninismo; a segunda, psicológica, são as solicitações dos parentes para a solução de problemas escolares e seu constante empenho pela educação dos filhos, sobrinhos e companheiros de prisão (JESUS, 1989, p. 20).

Gramsci tinha em mente ao desenvolver a escola unitária, uma possível proposta educacional que seria do partido comunista e teria em vista a sociedade italiana, isto é, se caso os comunistas conquistassem o poder⁵² na Itália, essa seria a política educacional a ser instaurada (NOSELLA, 1992).

O partido⁵³ teria papel importante, como espécie de intelectual coletivo, está dialeticamente envolvido com o intelectual, não se pode pensar o primeiro sem o segundo, afastando da classe subalterna as amarras dos dominantes com as massas. Para esclarecer o conceito “unitária”, precisamos esclarecer o contexto em que ele foi pensado, como Paolo Nosella registrou.

Desde o final do século XIX, com a criação de escolas profissionais e técnicas ao lado dos profissionais ginásios e liceus, clássicos e científicos, abriu-se, entre os educadores, o debate entre a dualidade escolar. Com efeito, a existência de dois sistemas escolares, de cultura geral ‘desinteressada’ para os futuros dirigentes da sociedade e de preparação técnica e profissional para os quadros do trabalho, levou corações e mentes sinceramente humanistas, entre os quais muitos educadores marxistas, a defenderem um sistema escolar unitário de

⁵² Paolo Nosella explica melhor este pensamento: “A proposta da escola unitária é a coerente e radical antítese política educacional contra a tese liberal, que cria um sistema escolar dual de ensino básico: escolas humanistas, de elevada qualidade, para os futuros dirigentes (poucos) e escolas profissionalizantes, de cultura aligeirada, para os diferentes ramos produtivos e de serviços para a massa trabalhadora” (NOSELLA, 2016, p. 130).

⁵³ “O Partido, portanto, para Gramsci, é antes de mais nada uma grande escola que não deve se descolar da prática produtiva-organizativa de base: nesta base deve ancorar-se, alimentar-se, inspirar-se, aquecer-se, informar-se; nesta base deve ler, em filigrama, o currículo que ele organizará, para, assim como o garimpeiro faz com sua bateia, separar o ouro da educação progressista das impurezas historicamente ultrapassadas ou arbitrariamente impostas pela direção burguesa” (NOSELLA, 1992, p. 35).

educação básica, considerando essa dualidade expressão da injustiça social (NOSELLA, 2016, p. 74).

Para o desenvolvimento da escola unitária de Gramsci, são necessários princípios formativos claros com o mínimo de cultura geral⁵⁴. O objetivo, segundo ele próprio, se configura como sendo,

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, humanismo, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional), ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para criação intelectual e prática e uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (GRAMSCI, 2000, p. 36).

Quanto à idade ideal para ingresso na escola, Gramsci destacou que dependeria das condições econômicas gerais, uma vez que os jovens estão atrelados a alguns afazeres juntamente com a sua família, que por sua vez está atrelada ao estado⁵⁵, o qual deverá manter todas as despesas da educação unitária.

A inteira função da educação e formação das novas gerações deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas. [...] deveria ser uma escola em tempo integral, com dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas, salas adequadas para o trabalho de seminário (GRAMSCI, 2000, p. 37).

A educação deve enraizar-se no senso comum e dele partir sem tornar-se educação conservadora, criando assim um ambiente cultural rico, orgânico, de viés democraticamente participativo (NOSELLA, 1992). Neste mesmo sentido, comenta Antônio Tavares de Jesus: “A educação tem possibilidade de elevar o senso comum, isto é, estabelecer o ‘bom senso do senso comum’, elevando a cultura de massa a um nível crítico-sistemático capaz de interferir nas relações de classe” (JESUS, 1989, p. 50).

⁵⁴ “Uma escola que seja dada a criança a possibilidade de formar-se, de se tornar homem, de adquirir os princípios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, como a entendiam os antigos e os mais recentes homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não obrigue a sua vontade, a sua inteligência e a sua consciência em formação a mover-se num sentido pré-estabelecido. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecânica” (GRAMSCI, 1976, p. 101).

⁵⁵ “De qualquer modo Gramsci prevê ser necessário um aumento do orçamento estatal para a escola, considerando-se a ampliação que ele teria, em termos de edificações, de material didático no sentido amplo, de corpo docente: a relação numérica de mestres-professores parece-lhe, de fato, determinante com relação aos objetivos de eficiência da escola” (MANACORDA, 1990, p. 158).

De início, a entrada na escola deveria ser feita por concursos ou por indicação de instituições idôneas. Sendo que a primeira parte da escola seria o nível inicial, assim como descreve Gramsci.

O nível inicial da escola elementar não deveria ultrapassar três-quatro anos e, ao lado do ensino das primeiras noções instrumentais da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história), deveria desenvolver sobretudo a parte relativa aos direitos e deveres, atualmente negligenciado, isto é, as primeiras noções do estado e da sociedade (GRAMSCI, 2000, p. 37).

Com esse itinerário, acredita Gramsci, que o estudante que carrega as condições determinadas por ambientes tradicionais, sejam esfaceladas com esta nova visão de mundo. Ele preserva o que existia, ao seu ver, de positivo nas escolas tradicionais, orientação dogmática e séria não poderia deixar de existir. Manacorda nos ajuda quando interpreta que,

Mas pode-se compreender exatamente o que significa ensinar dogmaticamente os primeiros elementos da nova concepção do mundo se se considera o significado que, na criptografia carcerária, o adjetivo ‘novo’ apresenta para Gramsci: a ‘nova’ ordem, a ‘nova’ sociedade, a ‘nova’ situação, querem dizer o socialismo, o marxismo, etc (MANACORDA, 1990, p. 159).

A segunda parte da escola⁵⁶ seria a criadora. Esta fase do curso não deveria durar mais de seis anos, de modo que, aos quinze ou dezesseis anos de idade, já deveriam estar concluídos todos os graus da escola unitária (GRAMSCI, 2000).

A família deveria compor a preparação durante a vida escolar, como se fosse uma extensão da escola, como por exemplo, o domínio das línguas e o seu contexto social, que se destacam como imprescindíveis na escola unitária.

Gramsci também contava com as condições paralelas à escola unitária: “Uma rede de creches e outras instituições nas quais, mesmo antes da idade escolar, as crianças se habituem a uma certa disciplina coletiva e adquiram noções e aptidões pré-escolares” (GRAMSCI, 2000, p. 38). Trata-se de um grande esforço para criar uma rede de educação que envolva o ser humano desde a sua mais tenra infância. Nesse sentido Manacorda explicou:

⁵⁶ “E isto ocorre imediatamente após a crise da puberdade, quando o ímpeto das paixões instintivas e elementares não terminou ainda de lutar contra os freios do caráter e da consciência moral em formação” (GRAMSCI, 2000, p. 38-39).

De qualquer forma, esses elementos educacionais gerais, já contidos hoje na nova organização, são o conjunto de todos aqueles fatores linguísticos e culturais, que agora somente alguns jovens podem absorver do ar no ambiente familiar, a que devem existir como condição principal na organização da escola unitária. Tratar-se-á antes de tudo, de desenvolver as instituições pré-escolares, nas quais, também antes dos seis anos, as crianças se habituarão a uma certa disciplina coletiva e, posteriormente, de configurar toda a escola como escola ativa, de ensino recíproco e em tempo integral (MANACORDA, 1990, p. 160).

Uma escola em tempo integral, com vida coletiva dia e noite⁵⁷, que tenha a assistência de professores inteiramente disponíveis. Entre as duas fases compreende Gramsci: “Da escola com disciplina de estudo imposta e controlada autoritariamente, passa-se a uma fase de estudo ou de trabalho profissional na qual a autodisciplina intelectual e a autonomia moral são teoricamente ilimitadas” (GRAMSCI, 2000, p. 38). Essa continuidade deve dar coerência aos estudos de acordo com a fase em que o aluno está se compreendendo como ser humano.

Gramsci nomeia as duas fases, explanando que toda escola deve ser criativa, principalmente a primeira etapa, isto para chegar na parte criadora que é o coroamento da escola ativa ou criativa.

Ainda se está na fase romântica da escola ativa, na qual os elementos da luta contra a escola mecânica e jesuítica se dilataram morbidamente por razões de contraste e de polêmica: é necessário entrar na fase clássica, racional, encontrando nos fins a atingir a fonte natural para elaborar os métodos e as formas (GRAMSCI, 2000, p. 39).

Na primeira fase dinamiza uma base coletiva, em sequência expande-se a personalidade para a autonomia e a responsabilidade de consciência moral e social sólidas (GRAMSCI, 2000). Pois, na última fase o objetivo é criar valores fundamentais do humanismo⁵⁸, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral. Devem começar o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida, um método de investigação e de conhecimento (GRAMSCI, 2000). Deve existir um esforço espontâneo do aluno e um

⁵⁷ “São temas que conhecemos bem, na meditação de Gramsci e na experiência educativa soviética; o discurso é todo ele um entrelaçamento de alusões as exigências italianas e as realizações soviéticas repensadas de forma original” (MANACORDA, 1990, p. 161).

⁵⁸ “A referência ao humanismo renascentista é a marca registrada de Antônio Gramsci. Será uma de suas ideias chaves até o final da vida. O homem renascentista, para ele, sintetiza o momento de elevada cultura com o momento de transformação técnica e artística de matéria e de natureza; sintetiza também a criação das grandes ideias teórico-políticas com a experiência da convivência popular” (NOSELLA, 1992, p. 20).

empenho autônomo do professor para que o aprendizado se desenvolva, assim explica Gramsci,

Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação, mesmo que a verdade seja velha, e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual, na qual se podem descobrir verdades novas. Por isso, nesta fase, a atividade escolar fundamental se desenvolverá nos seminários, nas bibliotecas, nos laboratórios experimentais; é nela que serão recolhidas as indicações orgânicas para a orientação profissional (GRAMSCI, 2000, p. 40).

Gramsci pretendia, com a escola unitária⁵⁹, unir relações entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial em toda a vida social. Um fato interessante é que a estrutura acadêmica deveria ser reorganizada, sendo que as academias⁶⁰ deveriam se tornar um aparelhamento cultural, de sistematização dos elementos que após a escola unitária passariam para o trabalho profissional (GRAMSCI, 2000). É uma escola da vida que ensina e educa para qualquer situação que o ser humano possa enfrentar. Nesse sentido, Manacorda auxilia quando escreve,

Para Gramsci a escola unitária é escola de trabalho intelectual e manual (técnico, industrial); que seu objetivo é a formação dos valores fundamentais do humanismo, isto é, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias tanto para os estudos posteriores como para a profissão (MANACORDA, 1990, p. 163).

Gramsci amplia essa organicidade em volta da escola unitária, sugerindo como necessária uma grande unificação das instituições educativas.

Unificar os vários tipos de organização cultural existentes: academias, institutos de cultura, círculos filológicos, etc, integrando o trabalho acadêmico tradicional, que se expressa sobretudo na sistematização do saber passado ou na busca da fixação de uma média do pensamento nacional como guia da atividade intelectual, com atividades ligadas a vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho (GRAMSCI, 2000, p. 41).

⁵⁹ “A escola unitária de Gramsci é de natureza ‘desinteressada’, isto é, de formação humanista, não utilitária; que seu princípio educativo fundamental é o trabalho industrial moderno enquanto busca da liberdade de todos os homens” (NOSELLA, 2016, p. 133).

⁶⁰ “As academias, [...], serão a forma de organização cultural para aqueles que, após a escola unitária, passarão à atividade profissional, não podendo cair na passividade intelectual” (MANACORDA, 1990, p. 164).

Seria fundamental uma colaboração entre todos os seguimentos educacionais. Criar-se-iam círculos locais com seção de ciências morais e políticas que organizariam outras seções para discutir problemas industriais de organização do trabalho industrial e agrário (GRAMSCI, 2000).

A escola unitária tem como fundamento o trabalho, sobre o qual se baseia o equilíbrio e o conhecimento das leis naturais. Pois, para Gramsci⁶¹,

O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho, na atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo, liberta de toda a magia e bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (GRAMSCI, 2000, p. 43).

Inspirada no trabalho moderno de maneira desinteressada, isto é, não se trata de interesse imediato, mas sim do que é útil a todos, a intenção seria formar uma nova geração, desde os seis anos de idade até os dezesseis ou dezoito anos, ou seja, até o início da escola profissionalizante ou da universidade, o que representaria uma nova maneira de viver (NOSELLA, 1992).

O professor é capaz de educar a vida dos alunos, ele é o responsável pela maneira de formar criticamente à mente que está sendo desenvolvida. O trabalho do docente é o que representa o nexo existente entre instrução e educação, como denota Gramsci.

Na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos; e é também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior (GRAMSCI, 2000, p. 44).

A escola deve ser o lugar onde se pratica o que se fala, sem retórica vazia de aprendizado, ela não pode ser separada da vida. No dizer de Gramsci: “Assim, retorna-se a participação realmente ativa do aluno na escola, que só pode existir se a escola for ligada à vida” (GRAMSCI, 2000, p. 45). Ainda, é preciso ficar atento ao fato de que se está

⁶¹ “De fato, ao ensinar as leis objetivas que governam a natureza (*societas rerum*) e a sociedade (*societas hominum*) prepara remotamente o jovem para o mundo do trabalho, pois o ajuda a superar o mundo mítico da fantasia, do folclore e das relações subjetivo-familiares” (NOSELLA, 1992, p. 116).

lidando com adolescentes, esses precisam adquirir muitos hábitos, como compostura física, concentração... o que só ocorre de forma repetitiva e com disciplina (GRAMSCI, 2000).

Sobre a língua latina e grega⁶², Gramsci destacou que a escola velha italiana lançava-as como uma forma de aprender sobre o passado cultural da civilização europeia, o que é altamente louvável, além de desenvolver a personalidade e a formação do caráter (sem voltar ao método dos jesuítas), no modo como explica Gramsci.

É estudado como elemento de um programa escolar ideal, elemento que resume e satisfaz toda uma série de exigências pedagógicas e psicológicas; é estudado para que as crianças se habituem a estudar de determinada maneira, a analisar um corpo histórico que pode ser tratado como um cadáver que continuamente volta à vida, para habituá-las a raciocinar, a abstrair esquematicamente (mesmo que sejam capazes de voltar da abstração a vida real imediata), a ver em cada fato ou dado o que há nele de geral e de particular, o conceito e o indivíduo (GRAMSCI, 2000, p. 47).

Assim se mergulha na história, cultura e vida dos povos. Igualmente, seria com o ensino da filosofia: “A filosofia descritiva tradicional, reforçada por um curso de história da filosofia e pela leitura de um certo número de filósofos, parece ser praticamente a melhor coisa” (GRAMSCI, 2000, p. 51).

Percebemos que Gramsci alimenta o anseio de construir uma nova camada de intelectuais, um novo modo de educar a futura sociedade, assim garantiria um jovem cenário educacional e, por conseguinte, novos homens.

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular nervoso no sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo (GRAMSCI, 2000, p. 53).

⁶² Paolo Nosella interpreta que Gramsci: “Elogia seu caráter ‘desinteressado’, uma vez que o ensino das línguas greco-latinas na escola tradicional não era um ensino ‘profissionalizante’, no sentido ‘interessado’, e sim ‘formativo-desinteressado’, porque se ensinava grego e latim não para uso e necessidade imediatos e sim para assimilar valores éticos-culturais (ciência histórica) das civilizações que falavam aquelas línguas e, ao mesmo tempo, para adquirir mecanismos lógicos e habilidades técnicas próprias da gramática daquelas línguas (ciência lógica)” (NOSELLA, 1992, p. 108-109).

Um novo homem, uma jovem camada de intelectuais, portanto, uma sociedade diferenciada que tivesse a educação como uma via segura de humanização e elevação cultural. Como expressou Gramsci.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro, mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica trabalho, chega a técnica ciência e a concepção humanista histórica, sem a qual permanece especialista e não se torna dirigente (especialista mais político) (GRAMSCI, 2000, p. 53).

O intelectual orgânico faz parte de uma grande organização, conectado ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais, interligando-se a um projeto global de sociedade. São orgânicos, pois além de especialistas na sua profissão elaboram uma concepção ético-política, que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas. Esses devem estar ligados diretamente à cultura, história e política das classes subalternas, as quais se organizam no objetivo de construir uma nova civilização (SEMERARO, 2006).

Gramsci construiu uma simbiose entre o mundo do trabalho e o universo da ciência como uma nova forma educativa, a qual representa a base formativa do novo homem, o intelectual orgânico. Nesse sentido Antonio Tavares de Jesus explicou que,

Ao intelectual orgânico subalterno (no caso específico, do operariado) compete, por sua vez: também conscientizar sua própria classe, por uma atuação constante nas diferentes organizações (partido, escola, jornais) com o objetivo de chegar a uma concepção de mundo homogênea e autônoma. Esse trabalho de conscientização implica destruir a falsa consciência formada pela classe dominante e exige um trabalho pedagógico entre massa e intelectual (JESUS, 1989, p. 70).

O trabalho⁶³ seria o princípio educativo, tanto na escola unitária quanto na formação especializada ou acadêmica, em que se apresentaria de forma natural a democratização do poder, com a igualdade de direitos no mundo em que se está inserido. Nesse aspecto, Giovanni Semeraro comentou.

⁶³ “Jamais, para ele, a escola, por ter o trabalho industrial moderno como o seu princípio pedagógico, deverá ser uma mesquinha ou monstruosa máquina de preparação de mão de obra. O homem, até os 16-18 anos, deve frequentar uma escola, disciplinada, concreta sim, isto é, informada pelo ‘éthos’, ‘logos’ e pelo ‘tecno’ do trabalho moderno, jamais porém profissionalizante, jamais unidirecional, e sim aberta, humanista, culta, em suma, do tipo renascentista modernizada” (NOSELLA, 1992, p. 88).

Gramsci explicita e aprofunda essa inseparável relação dialética entre intelectual e mundo circundante, entre estrutura e superestrutura, entre o que está dado e a iniciativa de sujeitos organizados, de modo a gerar uma catarse pessoal e social, um processo de subjetivação ético-política que caracteriza a construção do conhecimento e da prática coletiva de ensino aprendizagem. [...]. Isso significa que a escola, embora necessária, como mostra o interesse de Gramsci em recriá-la profundamente, não é o único espaço para a formação de intelectuais. Para essa tarefa, contribuem também o partido, a fábrica, a igreja, a atividade política, a participação nas organizações, nos movimentos sociais e culturais (SEMERARO, 2006, p. 380).

A noção de escola, aqui, é tomada no seu sentido amplo, refere-se a todo tipo de organização cultural na formação dos intelectuais orgânicos (NOSELLA, 1992). A visão de Gramsci rompe com a visão de intelectual tradicional, representado por muito tempo pelos clérigos católicos. Para ele, o intelectual orgânico deve possuir conhecimento sem deixar de lado as outras organizações sociais e as lutas da sua classe, em que todos são vistos como sujeitos na construção da unitariedade cultural.

O intelectual orgânico e o trabalhador devem estar sintonizados na vida e no trabalho, como esboça Paolo Nosella.

O intelectual não pode esquecer que o trabalhador pensa, nem que seu próprio ofício é também um trabalho; o operário, por sua vez, não pode esquecer que a função do intelectual não consiste em genialidades misteriosas, mas no esforço disciplinado, e que ele próprio é um criador e pensador (NOSELLA, 1992, p. 120).

É o trabalho teórico-prático que os intelectuais precisam desenvolver, para que saibam lidar com o cérebro para pensar e com as mãos para trabalhar, na vontade de se tornarem sempre melhores na liberdade concreta e na autonomia universal. Nesse sentido, explica Nosella.

O trabalho moderno organicamente se une à escola quando consegue inspirar nesta seu espírito de laboriosidade, seu método disciplinar produtivo e de precisão, sua ética de solidariedade universal com os interesses objetivos de todos, sua lógica produtiva de organização de muitos para um só fim (NOSELLA, 1992, p. 37).

Gramsci, pensa em uma escola que seja humanizadora, culta, livre e consciente para todos, que atenda os proletários-simples ou pobres. Nesse sentido, Nosella cita um

volume dos escritos anteriores ao cárcere, chamado “*Cronache torinese*”, (Crônicas de Turim) de 1913 - 1917, no qual Gramsci explica que,

Uma escola que dê a criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, assim como a entendiam os antigos e mais próximos homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro do garoto, nem obrigue sua vontade, sua inteligência, sua consciência e informação a se mover na bitola de um trem de estação marcada. [...]. Também os filhos dos proletários devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os campos livres para poder realizar sua individualidade de forma melhor, e por isso no modo mais produtivo para eles e a coletividade. A escola profissional não pode se tornar uma incubadora de pequenos monstros mesquinamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, possuidores apenas de um olhar infalível e de uma mão firme (GRAMSCI *apud* NOSELLA, 1992, p. 20).

O homem do Renascimento, para Gramsci, representa o mais alto nível de cultura sob a transformação técnica e artística da matéria e da natureza, também representa a criação das grandes ideias teórico-políticas com a experiência da convivência popular (NOSELLA, 1992). Dessa forma, podemos entender o que nos diz Paolo Nosella sobre o filão da educação em Gramsci.

A ideia de educar a partir da realidade viva do trabalhador e não de doutrinas frias e enciclopédicas; a ideia de educar para a liberdade concreta, historicamente determinada, universal e não para o autoritarismo exterior que emana da defesa de uma liberdade individualista e parcial, constituem a alma da concepção educativa de Gramsci (NOSELLA, 1992, p. 36).

Esses são os princípios que definem a educação dos novos intelectuais orgânicos-dirigentes⁶⁴ que irão dirigir a sociedade. Uma educação que inicia com a experiência do terreno concreto, sob o reconhecimento das condições sociais, o homem ativo se reconhece livre e se coloca na busca de transformar a realidade (BOBBIO, 1982). A

⁶⁴ “Dirigentes, para o autor dos Cadernos, significa que é dada a todos a possibilidade concreta de se tornarem auto dirigentes, de serem sujeitos políticos capazes de conduzir em conjunto a democracia, [...], os novos dirigentes, como se pode deduzir da visão de Gramsci, são considerados em sua singularidade, mas não coagulados em seu individualismo; são livres, mas não anárquicos e pulverizados; são organizados em torno de um projeto de democracia popular, não ‘socialmente entrosados’ para auferir interesses corporativos; são formados e não apenas informados, transformadores e não apenas ‘eficientes’; anseiam pela arte e não por modismos, são populares e não populistas, solidários e não assistencialistas” (SEMERARO, 2003, p. 272).

consciência coletiva da escola deve observar o homem como totalidade social e histórica, tendo em vista toda a humanidade.

Desse modo, finalizamos o primeiro capítulo desta pesquisa, destacando que percorremos o caminho que julgamos necessário para alcançarmos o objetivo de compreender as bases históricas e filosóficas da formação do intelectual orgânico e da escola unitária em Gramsci. Mostramos que a formação da vida do próprio Gramsci refletiu em seus escritos na postura de uma educação humana e determinada a olhar para os mais pobres, como era o contexto em que cresceu.

Percebemos que a questão do intelectual surgiu através da ideia de uma reforma na maneira de compreender a educação, estando esta mais voltada à formação cultural do ser humano. Inserimos como instrumento de análise, a crítica de Gramsci à Igreja como intelectual tradicional para percebermos que, historicamente, por vários motivos, ela teve um movimento de aproximação, distanciamento e apaziguamento frente aos mais pobres. E por fim, a escola unitária de Gramsci como uma sugestão modelo de formação humana para os novos intelectuais orgânicos dos tempos hodiernos.

Dentro de uma perspectiva histórica, a Igreja Católica na América Latina, em específico no Brasil, viveu momentos de aproximação incidente aos mais pobres. Esse período, segundo Giovanni Semeraro, destacou-se a partir do ano de 1960, em que surgiu uma maneira de lutar pelos mais pobres a partir da teologia cristã, denominada Teologia da Libertação.

Uma outra reforma ainda mais profunda daquelas sinalizadas por Gramsci acontece na Igreja a partir dos anos 1960, desta vez, proveniente na América Latina. Aqui, insurgindo-se contra as ditaduras impostas nos anos da guerra fria e denunciando a longa história de colonialismo, escravidão e dominação, aguerridos setores de cristãos impulsionados por suas crenças religiosas e municiados de instrumentos analíticos de derivação marxista se posicionam politicamente ao lado das reivindicações populares e promovem audaciosas atividades sociopolíticas juntamente com uma inovadora elaboração teórica. Além de denunciar as injustiças sociais e as atrocidades instauradas pela selvageria do sistema capitalista, fazem uma corajosa ‘opção pelos pobres’ que os leva a atuar nas periferias e entre os setores mais marginalizados da sociedade. [...] a igreja popular impulsionada pela Teologia da Libertação vocaliza a resistência contra as múltiplas formas de opressão e consolida propostas que visam superar o modelo dominante de sociedade (SEMERARO, 2017, p. 93-94).

Do contexto histórico da América Latina, a Teologia da Libertação inspira-se em textos bíblicos e no marxismo sob a libertação do ser humano das situações de opressão, ressurgindo ideais semelhantes às do cristianismo primitivo, criticando as formas de exploração dos mais pobres. Será sobre esse período, em específico no caso do Brasil, que nos debruçaremos no segundo capítulo, com o objetivo de obtermos ferramentas de análise de um tempo interno de parte da Igreja Católica em que a opção pelos pobres-subalternos foi destacada como prioridade.

Podemos destacar que no Brasil, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população inclusa nesta realidade econômica vem aumentando ano a ano. Uma pesquisa feita pelo Instituto e editada pelo jornalista Pedro Renaux, intitulada: *Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017*, destaca que,

O país tinha 54,8 milhões de pessoas que viviam com menos de R\$ 406 por mês em 2017, dois milhões a mais que em 2016. Isso significa que a proporção da população em situação de pobreza subiu de 25,7% para 26,5%, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, divulgada hoje pelo IBGE. O estudo utilizou critérios do Banco Mundial, que considera pobres aqueles com rendimentos diários abaixo de US\$ 5,5 ou R\$ 406 mensais pela paridade de poder de compra (RENAUX, 2018, s/p).

São os pobres que sofrem as maiores consequências do sistema capitalista e de sua proposta educacional. Por isso, nos debruçamos sobre essa realidade para apresentarmos possibilidades de formação que estejam ao lado daqueles que lutam pela erradicação da pobreza em nosso país.

2 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO⁶⁵: A IGREJA COMO INTELLECTUAL ORGÂNICA DOS POBRES - OPRIMIDOS

2.1 AS BASES DA FORMAÇÃO HUMANA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO⁶⁶

Neste capítulo, temos por objetivo analisar a experiência histórica da Teologia da Libertação na América Latina e, especificamente, na sociedade brasileira, nutrindo a perspectiva da formação seminarística como intelectual orgânica dos pobres. Apontamos para um período em que parte da Igreja teve forte inclinação à opção pelos pobres, no intuito de obtermos ferramentas que nos deem possibilidades de análise-sugestão da formação seminarística contemporânea.

A Teologia da Libertação trouxe a reflexão crítica no seio da Igreja, tendo como fio condutor a formação humana. Vejamos o que escreve Gustavo Gutiérrez, na obra considerada fundadora da Teologia da Libertação: *Teologia da Libertação: Perspectivas*⁶⁷: “A teologia, enquanto reflexão crítica, cumpre uma função libertadora do homem e da comunidade cristã, evitando-lhes todo fetichismo e idolatria” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 25). Libertar o homem das situações de opressão é o objetivo centralizador da Teologia com viés libertador.

Refletir a partir da práxis histórica, à qual o homem está inserido, para que este ser humano tenha condições de conscientizar-se de que é possível viver uma vida com dignidade. A maneira libertadora de pensar expressa a defesa dos mais pobres⁶⁸, como destacou Gustavo Gutiérrez.

⁶⁵ Trata-se de uma parte da Teologia Católica da América Latina e Teólogos que, por estarem ligados ao povo simples, movimentos, sindicatos... aderiram e produziram a Teologia da Libertação, à qual será tomada como uma experiência concreta de atuação.

⁶⁶ Neste tópico seguiremos a reflexão de Gustavo Gutiérrez (no tópico seguinte falaremos de sua vida), com seu livro: *Teologia da Libertação: Perspectivas*, à qual é considerada a obra primeira da Teologia da Libertação. Usamos no texto a 4ª edição, 1983. Porém, a primeira edição é de 1972 em língua espanhola.

⁶⁷ “Nela estão elaborados os principais constitutivos da Teologia da Libertação. O princípio arquetônico é constituído pelo mistério da libertação da humanidade realizada por Cristo: este é o mistério central da história da salvação. O princípio hermenêutico é a filosofia marxista da libertação. Na base da Teologia da Libertação, Gutiérrez põe uma nova concepção das relações entre o natural e o sobrenatural. Deus e o mundo, a Igreja e a sociedade, e uma nova interpretação da salvação cristã, que consiste essencialmente na libertação, sendo esta entendida não só no sentido individualista e espiritualista, como também no sentido social, histórico e intramundano. A libertação cristã já opera neste mundo, libertando o indivíduo e a sociedade de toda forma de opressão: social, econômica e política. E a estratégia para conseguir a libertação é a proposta por Marx, a luta de classes” (MONDIN, 1980, p. 34).

⁶⁸ Nesse sentido Michel Lowy (1938 -), atual pensador-sociólogo brasileiro expressa: “Algo novo aconteceu no cenário religioso latino-americano nas últimas poucas décadas, e algo que tem grande relevância para a história mundial. Um setor significativo da Igreja, tanto fiéis, como clero, na América Latina, mudou de posição na área de lutas sociais, passando, com seus recursos materiais e espirituais, para o lado dos pobres e de sua luta por uma sociedade nova” (LOWY, 2000, p. 12).

Teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado: abrindo-se, no protesto ante a dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria dos homens, no amor que liberta, na construção de uma nova sociedade, justa e fraterna (GUTIÉRREZ, 1983, p. 27).

Na perspectiva libertadora, o homem toma consciência do processo desigual em que está envolvido, sendo possível alimentar as fundamentais aspirações humanas, como a liberdade, dignidade e possibilidade de realização pessoal para todos (GUTIÉRREZ, 1983).

Na abordagem da Teologia da Libertação, o homem precisa ser agente de seu próprio desenvolvimento, porém, para isso é necessário que as condições básicas permaneçam ao seu alcance. A libertação é espiritual, econômica, social, política, dentro de uma visão integral do ser humano que se faz no decorrer de sua história. Assim, destaca Gutiérrez.

Profunda e ampla aspiração a libertação anima hoje a história humana. Libertação de tudo o que limita ou impede ao homem a realização de si mesmo, de tudo o que trava o acesso a sua liberdade ou exercício dela. [...]. O que está em pauta, com efeito, tanto no sul como no norte, a oeste como a leste, na periferia como no centro, são as possibilidades de levar uma existência humana autêntica, uma vida livre, de uma liberdade que é processo e conquista histórica (GUTIÉRREZ, 1983, p. 34-35).

A questão da libertação do homem a partir da sua consciência histórica veio à tona a partir do desenvolvimento da economia mundial⁶⁹. Chegou-se à conclusão de que a dinâmica da economia mundial leva à criação de maior riqueza para a minoria e de maior pobreza para a maioria (GUTIÉRREZ, 1983). Nesse cenário, um marco histórico na tomada de consciência libertadora⁷⁰, destacado por Gustavo Gutiérrez, surgiu a partir dos anos 1500.

⁶⁹ “Uma mudança social e política devastadora estava a caminho da América Latina: 1) A partir dos anos 50 em diante, a industrialização do continente, sob a hegemonia do capital multinacional, ‘desenvolveu o subdesenvolvimento’, na fórmula hoje famosa de André Gunder-Frank, isto é, promoveu ainda maior dependência, aprofundou as divisões sociais, estimulou o êxodo rural e o crescimento urbano e concentrou uma nova classe trabalhadora, bem como um imenso ‘pobretariado’ nas cidades maiores” (LOWY, 2000, p. 70).

⁷⁰ “Precisemos, além disso, que a consciência crítica não é um estado a que se chega de uma vez por todas, porém um esforço permanente do homem que procura situar-se no espaço e no tempo, para exercer sua capacidade criadora a assumir suas responsabilidades. A consciência é, portanto, relativa a cada etapa histórica de um povo e da humanidade em geral” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 88).

Os séculos XV e XVI assinalam importante marco na compreensão que de si mesmo tem o homem. Suas relações com a natureza variam substancialmente ao surgir a ciência experimental e a técnica de manipulação que dela se deduz. Em decorrência desse processo, abandona o homem a velha imagem do mundo e de si próprio. Como diz E. Gilson, em frase muito conhecida, ‘por sua física é que envelhecem as metafísicas’. Ainda mais, graças a ciência, dá o homem um passo à frente e principia a perceber-se de forma diferente. Eis porque a melhor tradição filosófica não é uma reflexão de escritório, é a consciência reflexa e tematizada vivida pelo homem em sua relação com a natureza e com os outros homens. Mas esta relação se traduz e ao mesmo tempo é modificada pelo progresso do conhecimento científico e técnico (GUTIÉRREZ, 1983, p. 35).

A história gerou esta consciência libertadora por meio de seus acontecimentos e a Teologia da libertação é um movimento teológico de resgate à opção pelos pobres na realidade latino-americana e, em especial, na realidade brasileira⁷¹.

A Teologia não pode esquivar-se de refletir a história humana, seus conflitos, suas classes, suas agonias e alegrias. São as raízes de um movimento que mostra ao mundo a necessidade de olhar para a dimensão humana, dar atenção para a formação humana, para que tenha condições de tomar as rédeas da história.

Por fim, nessa breve análise, para exaltar a dimensão da formação humana, Gustavo Gutiérrez se volta ao Cristianismo primitivo, citando a figura de Paulo em relação ao pecado.

Paulo, no entanto, relembra-nos constantemente a índole pascal da existência cristã e de toda a vida humana: a passagem do velho homem ao homem novo, do pecado a graça, da escravidão a liberdade. ‘Cristo nos libertou para que desfrutemos a liberdade’ (Gál 5,1), diz-nos Paulo. Libertação do pecado, enquanto este representa fechamento egoístico em si mesmo. Pecar é, com efeito, negar-se a amar os demais, por conseguinte, ao próprio Senhor. O pecado, ruptura de amizade com Deus e com os outros, é, para a Bíblia, a causa última da miséria, da injustiça, da opressão em que vivem os homens (GUTIÉRREZ, 1983, p. 43).

Nesta perspectiva, o pecado é aquilo que afasta os homens, é resultado de um sistema injusto, o pecado é social, preexistente em uma estrutura injusta de repulsa ao outro.

⁷¹ “Seja como for, a insustentável situação de miséria, alienação e espoliação em que vive a imensa maioria da população latino-americana pressiona, com urgência, a encontrar o caminho de uma libertação econômica, social e política. Primeiro passo para uma nova sociedade” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 85).

Dessa forma, encerramos este tópico explicitando que as bases da formação humana da Teologia da Libertação são reais, pois é o homem que deve ser libertado das amarras sociais, a dimensão humana é colocada como centralizadora, visando resgatar as suas condições básicas para uma formação coerente em um sistema social justo. A estrutura opressora que recaiu sobre as condições de existência do povo latino-americano com o avanço dos países desenvolvidos na promessa de desenvolvimento, para os países subdesenvolvidos acarretou situações de dependência econômica e alienação moral. Neste cenário, a Teologia da Libertação surgiu como um grito pela humanidade desse povo oprimido.

Feito isso, partiremos para a análise da doutrina social da Igreja, visto que são inúmeros documentos que expressam tal referência. Deter-nos-emos ao *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, onde encontramos uma exposição unânime quando nos referimos à Doutrina em detrimento do social.

2.2 ANTECEDENTES⁷² DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA E O CONCÍLIO VATICANO II

2.2.1 A Doutrina Social da Igreja

No decorrer da história, a Igreja manteve sua palavra em todos os momentos sobre questões da vida social. Ao que lhe compete, ensina os seus fiéis a proximidade com questões sociais, sendo esta parte inerente ao seu ofício de evangelizar a partir de Jesus Cristo.

O início da reflexão social da Igreja consta de 1891, quando o Papa Leão XIII escreveu a Encíclica *Rerum Novarum* (Das coisas novas), contestando o liberalismo exacerbado e as proposições do materialismo exagerado. No documento, o Papa defendeu o direito de melhores condições para o trabalho. Edmar Avelar Sena⁷³ e Magno Moisés de Cristo⁷⁴ comentam a esse respeito.

⁷² Estes antecedentes: Doutrina social da Igreja e Concílio Vaticano II, compreendemos como da Igreja Universal-Católica, que diz respeito a toda a Igreja. Por isso, compreendemos a totalidade da Igreja Católica, posteriormente apresentaremos antecedentes da Teologia da Libertação que expressam a particularidade da América Latina, como uma parte da Teologia da Igreja. Optamos por essa ordem, mesmo que a cronologia histórica difere desta opção, para compreendermos melhor a relação da Igreja como totalidade e como particularidade.

⁷³ Professor do departamento de Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

⁷⁴ Especialista em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

A Encíclica *Rerum Novarum*, de autoria do Papa Leão XIII, publicada em 1891, foi uma referência na reflexão sobre as condições de trabalho e marcou a imersão da Igreja nas questões sociais. O Papa Leão XIII destacou neste documento, a necessidade da união entre o capital e o trabalho. Além disso, o documento pontifício inaugurou a entrada da Igreja Católica no debate social sobre as novas formas de trabalho, em especial o trabalho na indústria. Esta atitude foi um marco histórico, pois colocou em pauta a questão social e a dignidade do trabalho humano (SENA, CRISTO, 2014, p. 410).

Em sequência, houve um movimento para colocar a condição do homem em evidência. Podemos perceber quando o Papa João XXIII (1958 - 1963) escreveu a Encíclica *Mater et Magistra* (Mãe e mestra) (1961) e a *Pacem in Terris* (Paz na terra) (1963), ambas destacaram a presença forte da dimensão humana diante dos tempos de desigualdades sociais. Na mesma direção, a Encíclica *Populorum Progressio* (O progresso dos povos) (1967) publicada pelo Papa Paulo VI (1963 – 1978) expressou o desejo da cooperação entre os povos. Enfim, Gutiérrez analisa que “estes textos insistem na urgência de suprimir as injustiças existentes e na necessidade, para isso, de um desenvolvimento econômico orientado a serviço do homem” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 41). Estes são alguns dos documentos que cunharam a origem da reflexão doutrinal–social da Igreja.

São muitos os escritos, pronunciamentos e conselhos que emergem a Doutrina Social da Igreja. Não seria possível analisar todos os documentos que abrangem o social na perspectiva da Igreja. No entanto, o assunto tem vital importância, pois acarreta importantes ações na defesa da pessoa humana no decorrer da história. Entrementes, apresentaremos em linhas gerais o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*⁷⁵, o principal documento que reúne as manifestações da Igreja em relação ao tema social.

Trata-se de uma síntese de todo o pensamento da Igreja em relação ao social. A obra que nos debruçamos é de autoria do Pontifício Conselho “Justiça e Paz”⁷⁶, intitulada:

⁷⁵ Historicamente, a primeira vez que se publicou um compêndio da doutrina social foi em 2004. Anteriormente, essa doutrina foi feita através de encíclicas e documentos papais. Na apresentação do *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, o cardeal Renato Raffaele Martino destacou que era motivo de satisfação apresentar o documento *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, elaborado, por encargo recebido do santo Padre João Paulo II, para expor de modo sintético, o ensinamento social da Igreja (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008).

⁷⁶ Existe na Igreja um órgão institucional chamado “Pontifício Conselho da Justiça e da Paz”, desde 1967, o qual é responsável em guiar os trabalhos em prol da sociedade, da pessoa humana e da paz social à luz do Evangelho.

Compêndio da Doutrina Social da Igreja, traduzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, em sua quarta edição, datada de 2008.

Segundo a análise de Edmar Avelar Sena e Magno Moisés de Cristo a Doutrina Social da Igreja “é um conjunto de documentos que refletem o pensamento do magistério da Igreja Católica no que diz respeito às questões sociais e à dignidade do ser humano” (SENA; CRISTO, 2014, p. 410).

O *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* representa a voz da Igreja a partir da lei natural, da Sagrada Escritura e da Tradição da Igreja, como também o concreto dos acontecimentos históricos. Em uma análise em forma de carta do cardeal Ângelo Sodano ao Conselho de Justiça e Paz, o documento representa,

No presente texto emerge ademais a importância dos valores morais, fundamentados na lei natural inscrita na consciência de todo o ser humano, que por isso está obrigado a reconhecê-la e a respeitá-la. A humanidade pede hoje mais justiça ao afrontar o vasto fenômeno da globalização; sente viva a preocupação pela ecologia e por uma correta gestão de negócios públicos; adverte a necessidade de salvaguardar a consciência nacional, sem porém perder de vista a via do direito e a consciência da unidade da família humana. O mundo do trabalho, profundamente modificado pelas modernas conquistas tecnológicas, conhece níveis de qualidade extraordinários, mas deve lamentavelmente registrar também formas inéditas de precariedade, de exploração e até de escravidão, no seio das mesmas sociedades assim ditas opulentas. Em diversas áreas do planeta o nível do bem-estar continua a crescer, mas aumenta ameaçadoramente o número dos novos pobres e se alarga, por várias regiões, o hiato entre países menos desenvolvidos e países ricos. O mercado livre, processo econômico com lados positivos, manifesta todavia os seus limites. Por outro lado, o amor preferencial pelos pobres representa uma opção fundamental da Igreja, e ela o propõe a todos os homens de boa vontade (SODANO, *apud* PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 10).

A investigação transversal do documento é o bem comum na busca de um desenvolvimento humano integral a todos aqueles que padecem de condições de vida digna.

Ao longo de suas quinhentas e vinte e oito páginas, o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* está organizado da seguinte maneira: Primeira parte: Capítulo I: O desígnio do amor de Deus à toda a humanidade; Capítulo II: Missão da Igreja e Doutrina Social; Capítulo III: A pessoa humana e seus direitos; Capítulo IV: Os princípios da Doutrina Social da Igreja. Segunda parte: Capítulo V: A família, célula vital da sociedade; Capítulo VI: O trabalho humano; Capítulo VII: A vida econômica; Capítulo VIII: A

comunidade política; Capítulo IX: A comunidade Internacional; Capítulo X: Salvar o ambiente; Capítulo XI: A promoção da paz. Terceira parte: Capítulo XII: Doutrina social e ação eclesial.

A partir disso, trouxemos algumas partes do texto que se aproximam da reflexão da Teologia da Libertação, à qual estamos percorrendo neste capítulo.

De início, citamos a questão de que Jesus Cristo é colocado como aquele que defende a libertação dos pobres.

O amor que anima o ministério de Jesus entre os homens é aquele mesmo experimentado pelo Filho na união íntima com o Pai. O Novo Testamento nos permite penetrar na experiência que Jesus mesmo vive e comunica do amor de Deus, seu Pai – Abbá – e, portanto, no próprio coração da vida divina. Jesus anuncia a misericórdia libertadora de Deus para com aqueles que encontra no seu Caminho, a começar pelos pobres, pelos marginalizados, pelos pecadores, e convida a seu seguimento, pois Ele por primeiro, e de modo todo singular, obedece ao desígnio do amor de Deus como seu enviado no mundo (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 31).

A opção de Jesus Cristo é pelos pobres, a esse exemplo a Igreja se manifesta como sendo a seguidora de seus ensinamentos.

No que diz respeito ao papel da denúncia frente ao pecado social.

A doutrina social comporta também um dever de denúncia, em presença do pecado: é o pecado de injustiça e de violência que de vários modos atravessa a sociedade e nela toma corpo. Tal denúncia se faz juízo e defesa dos direitos ignorados e violados, especialmente dos direitos dos pobres, dos pequenos, dos fracos, e tanto mais se intensifica quanto mais as injustiças e as violências se estendem, envolvendo inteiras categorias de pessoas e amplas áreas geográficas do mundo, e dão lugar a questões sociais, ou seja, a opressões e desequilíbrios que conturbam as sociedades (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 56).

Através da conscientização e da prática, a Igreja se coloca na promoção da defesa digna da pessoa humana. A categoria dos pobres é observada em todo o texto como princípio fundamental da Doutrina Social da Igreja.

O amor da Igreja pelos pobres inspira-se no Evangelho das bem-aventuranças, na pobreza de Jesus e na sua atenção aos pobres. Tal amor refere-se à pobreza material e também às numerosas formas de pobreza cultural e religiosa. A Igreja, desde as suas origens, apesar das falhas de muitos de seus membros, não deixou nunca de trabalhar por aliviá-los,

defendê-los e libertá-los. Ela o faz por meio de inúmeras obras de beneficência, que continuam a ser, sempre e por toda a parte, indispensáveis (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 110).

Lembra-nos as ações promovidas pelos participantes da Igreja motivados pelas obras de misericórdia que estão espalhadas mundo a fora. São asilos, escolas, seminários, casas de recuperação de drogados, entre outros, que continuam este belo trabalho com entusiasmo e ardor⁷⁷.

Outro fator importante é o princípio da subsidiariedade, isto é, quem tem melhores condições de vida devem ser solidários com aqueles que não têm condições necessárias para viver, com o objetivo de emancipá-los.

A subsidiariedade está entre as mais constantes e características diretrizes da Doutrina Social da Igreja, presente desde a primeira grande encíclica social. É impossível promover a dignidade da pessoa sem que se cuide da família, dos grupos, das associações, das realidades territoriais locais, em outras palavras, daquelas expressões agregativas de tipo econômico, social, cultural, desportivo, recreativo, profissional, político, as quais as pessoas dão vida espontaneamente e que lhes tornam possível um efetivo crescimento social (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 111).

A coletividade é exaltada e defendida pela Doutrina Social da Igreja através do princípio da subsidiariedade, tendo olhar especial à família, associações e entidades a fim de garantir a dignidade da pessoa humana.

Quanto ao valor que deve ser dado ao trabalho digno - sem exploração, o documento expressa que,

O trabalho é um bem de todos, que deve ser disponível para todos aqueles que são capazes de trabalhar. O “pleno emprego” e, portanto, um objetivo obrigatório para todo o ordenamento econômico orientado para a justiça e para o bem comum. Uma sociedade em que o direito ao trabalho seja esvaziado ou sistematicamente negado e na qual as

⁷⁷ Segundo a Agenzia Fides – Órgão de informação das Pontifícias obras missionárias, do Vaticano, com dados de 2016, constata-se que a Igreja mantém os Institutos médicos de beneficência e assistência com os seguintes dados: “Os institutos de beneficência administrados pela Igreja no mundo incluem: 5.158 hospitais, sendo a maioria na América (1.501) e na África (1.221); 16.523 postos de saúde, grande parte deles na África (5.230), América (4.667) e Ásia (3.584); 612 leprosários distribuídos principalmente na Ásia (313) e África (174); 15.679 casas para idosos, doentes crônicos e pessoas com deficiência, em maioria na Europa (8.304) e América (3.726); 9.492 orfanatos, a maioria na Ásia (3.859); 12.637 jardins de infância, e o maior número deles está na Ásia (3.422) e América (3.477); 14.576 consultórios matrimoniais, a maioria na Europa (5.670) e América (5.634); 3.782 centros de educação ou reeducação social e 37.601 instituições de outros tipos” (AGENZIA FIDES, 2016, s/p).

medidas de política econômica não permitam aos trabalhadores alcançar níveis satisfatórios de emprego, não pode conseguir nem a sua legitimação ética nem a paz social (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 170).

A colaboração de todos os seguimentos para que o mundo do trabalho seja responsável e vivificador é impreterível para uma sociedade justa. No mesmo sentido, o documento destaca a presença da mulher no âmbito do trabalho, requerendo mais possibilidades de formação profissional e acesso igualitário de oportunidades.

Numa visão solidária e autenticamente cristã se apresenta o apoio e o incremento aos sindicatos que representam os trabalhadores. Pois,

O magistério reconhece o papel fundamental cumprido pelos sindicatos dos trabalhadores, cuja razão de ser consiste no direito dos trabalhadores a formar associações ou uniões para defender os interesses vitais dos homens empregados nas várias profissões. Os sindicatos cresceram a partir da luta dos trabalhadores, do mundo do trabalho e, sobretudo, dos trabalhadores da indústria, pela tutela dos seus justos direitos, em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção. As organizações sindicais, perseguindo o seu fim específico ao serviço do bem comum, são um fator construtivo de ordem social e de solidariedade e, portanto, um elemento indispensável da vida social (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 179).

Alinhada aos princípios de comunhão, participação, subsidiariedade e solidariedade a Igreja se coloca na defesa daqueles que mais necessitam de proteção frente ao sistema capitalista, garantindo-lhes os direitos cabíveis.

Quanto à autoridade política em respeito à democracia.

O sujeito da autoridade política é o povo considerado na sua totalidade como detentor da soberania. O povo, de diferentes modos, transfere o exercício da sua soberania para aqueles que elege livremente como seus representantes, mas conserva a faculdade de a fazer valer no controle da atuação dos governantes e também na sua substituição, caso não cumpram de modo satisfatório as suas funções (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 224).

As autoridades políticas necessitam trabalhar tendo em vista o bem comum, caso contrário, o povo tem direito de destituí-los, pois, é considerado legítimo a resistência à autoridade em caso de não cumprimento de seus deveres como representantes da nação.

A Igreja continua reafirmando sua opção pelos pobres, lutando contra a pobreza.

[...] a pobreza de milhões de homens e mulheres é a questão que, em absoluto, mais interpela a nossa consciência humana e cristã. A pobreza põe um dramático problema de justiça: a pobreza, nas suas diferentes formas e consequências, caracteriza-se por um crescimento desigual e não reconhece a cada povo igual direito a sentar-se à mesa do banquete comum. Tal pobreza torna impossível a realização daquele humanismo pleno que a Igreja almeja e persegue, para que as pessoas e os povos possam ser mais e viver em condições mais humanas (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 253).

As expressões coletividade e comunidade identificam o cristianismo católico desde a comunidade primitiva, correspondem à essência, aquilo pelo qual Jesus Cristo formou o primeiro grupo de seguidores. Ainda hoje se tem esta missão, seguindo a ênfase original da necessidade de perceber as injustiças sociais que deturpam e impedem a dignidade dos seres humanos.

Da mesma maneira, existe também a preocupação por parte da Doutrina Social da Igreja para com o meio ambiente.

A responsabilidade em relação ao meio ambiente deve encontrar uma tradução adequada no campo jurídico. É importante que a comunidade internacional elabore regras uniformes para que tal regulamentação permita aos estados controlar com maior eficácia as várias atividades que determinam efeitos negativos no ambiente e preservar os ecossistemas, prevenindo possíveis acidentes (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 264).

Preservar o meio ambiente é cuidar de si mesmo, pois ele representa a grande casa em que vive a comunidade global.

Outra questão relevante da Doutrina Social da Igreja é a posição em defesa da libertação do ser humano diante das ameaças à vida, como a proliferação de armas de fogo.

Medidas apropriadas são necessárias para o controle da produção, venda, importação e exportação de armas leves e individuais, que facilitam muitas manifestações de violência. [...]. É indispensável e urgente que os governos adotem regras adequadas para controlar a produção, o acúmulo, a venda e o tráfico de tais armas de modo a fazer frente à crescente difusão, em grande parte, entre grupos de combatentes que não pertencem às forças militares de um estado (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 285).

Uma arma de fogo em mãos de civis, gera mais violência do que paz. É necessário coibir e regular responsabilmente o uso de armas, como também, instruir os militares em

serviço para que garantam a segurança da nação com meios que não apelem para a violência.

Do lado específico da educação, a Doutrina Social deve ser um instrumento para que se ensinem às futuras gerações valores referentes ao bem comum.

As instituições educativas católicas podem e devem desempenhar um precioso serviço formativo, esforçando-se com especial solicitude pela inculturação da mensagem cristã, ou seja, o encontro fecundo entre o evangelho e os vários saberes. A doutrina social é um instrumento necessário para uma eficaz educação cristã ao amor, à justiça, à paz, assim como para amadurecer a consciência dos deveres morais e sociais no âmbito das diversas competências culturais e profissionais (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 298).

A missão na Igreja é de todos. O povo de Deus e os seus líderes espirituais nas várias articulações possíveis e práticas orientadas a partir da visão cristã⁷⁸, sempre carecem dar o respeito, o diálogo com o que crê e pensa de forma diferente, na busca de uma civilização responsável, do amor, da justiça, da paz.

Enfim, a Doutrina Social da Igreja, como um conjunto de documentos que diz respeito às questões sociais e humanas, retratam a preocupação com os valores que brotam do Evangelho, um olhar voltado às suas origens. Este cenário se aproxima com o pensamento da Teologia da Libertação, pois caminham na mesma direção.

Depois dessa breve explanação sobre as raízes diretas e indiretas da Teologia da Libertação, apresentaremos um acontecimento histórico que marcou profundamente a Igreja e o mundo todo, o Concílio Vaticano II, pois, representa uma das fontes de inspiração mais importantes da Teologia da Libertação, inclusive, sendo influenciado por reflexões que germinavam a partir dela própria.

⁷⁸ A Igreja, no decorrer da história, foi santa e pecadora, a esse respeito destaca Frei Betto: “Quanto a sua concretude histórica, é inegável que o Cristianismo, institucionalizado na Igreja Católica, esteve hegemonicamente ao lado do poder desde que cooptado como religião de estado por Constantino no século IV. Salvo honrosas exceções como os Padres da Igreja que clamaram contra as injustiças, os movimentos tidos como heréticos que assumiam as aspirações dos pobres e a figura exemplar de Francisco de Assis, a Igreja tem uma história de centralização absolutista do poder, de Cruzadas legitimando religiosamente saques e domínios, de processos inquisitoriais sem nenhum respeito aos direitos humanos, de desconfiança da razão, da ciência e da beleza do corpo humano, de sacralização da monarquia, de adesão ideológica ao regime burguês, de silêncio cúmplice sob o nazismo e o fascismo, de preconceito anti-semita. A longa lista de pecados da Igreja não deve encobrir sua importância na preservação e defesa do patrimônio cultural da humanidade, a valorização da mulher no culto a Maria, o cuidado dos órfãos, dos doentes e dos idosos na instituição dos primeiros hospitais, a extensão da educação escolar aos pobres, a luta intransigente pelo princípio da liberdade de consciência, o incentivo as artes e, recentemente, sua opção preferencial pelos oprimidos nos países de terceiro mundo, a denúncia profética dos crimes contra o povo, a defesa dos prisioneiros políticos e a organização popular das comunidades eclesiais de base” (BETTO, 1986, p. 19).

2.2.2 O Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II (1962 – 1965) constitui um evento religioso de suma importância na perspectiva da formação da consciência dos cristãos, bem como da consciência interna da Igreja na defesa preferencial aos pobres.

O Papa João XXIII (1958 – 1963) abriu a Igreja para refletir o social, sendo visto como o Papa do diálogo, da abertura, do acolhimento, das preocupações com os problemas sociais e com os pobres, expressada em suas encíclicas sociais: *Mater et Magistra* (Mãe a Mestra) e *Pacem in terris* (Paz na terra), ambas ligaram caminho para o grande acontecimento do Concílio no Vaticano (LÍBANELO, 1987).

O Concílio abriu as janelas da Igreja para enxergar o mundo, nele agir e estar com uma Teologia de caráter humano e simples. A esse respeito escreve João Batista Libâneo.

A Teologia do mundo do Concílio Vaticano II abriu amplas perspectivas para toda a Igreja e criou um solo fértil para as teologias de caráter encarnatório, como será a TdL. Processou-se com o Concílio verdadeira revolução copernicana. O homem passou de objeto do mundo para seu sujeito. O mundo tornou-se o lugar do homem, não simplesmente na qualidade de seu habitat material, mas principalmente na condição de possibilidade de sua existência humana de relações, de significado, de realização de seu ser humano e de sua salvação (LÍBANELO, 1987, p. 67).

Segundo Libâneo, a Igreja se transformou com o Concílio convocado pelo “Papa Bom”, sobressaindo na perspectiva de uma Igreja pobre para os pobres. Nesta maior reunião da Igreja, duas constituições⁷⁹; *Gaudium et Spes* (Alegrias e esperanças) e *Lumen Gentium* (Luz das nações) se destacaram na linha de uma Igreja do povo de Deus, imersa na atenção e defesa aos simples:

Sobre a primeira, *Gaudium et Spes*, escreveu Libâneo,

Além desse espírito de abertura social iniciado por João XXIII, a própria dinâmica do Concílio Vaticano II instaurava no interior da Igreja um clima de abertura, de possibilidade de novas experiências, de preocupação pelas realidades terrestres, humanas e históricas, sobretudo através da Constituição pastoral *Gaudium et Spes* (LÍBANELO, 1987, p. 66).

⁷⁹ “A palavra ‘Constituição’ é reservado para textos que dizem respeito à exposição de verdades doutrinais” (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1969, p. 32).

Dentre elas, destaca-se a Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje, pois reflete a Igreja no mundo da época do Concílio e propôs um diálogo entre todas as instâncias, desde os pobres aos bispos, transparecendo uma opção determinada, “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 143).

A presença e a atividade da Igreja no mundo se volta inteiramente para a condição do homem. No início da Constituição *Gaudium et Spes*, enfatiza-se que,

É a pessoa humana que deve ser salva. É a sociedade humana que deve ser renovada. E, portanto, o homem considerado em sua unidade e totalidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade, que será o eixo de toda nossa explanação (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 145).

Conforme o Compêndio do Vaticano II (1969), a referida constituição está organizada da seguinte maneira: Parte I: A Igreja e a vocação do homem. Capítulo I: A dignidade da pessoa humana; Capítulo II: A comunidade humana; Capítulo III: Sentido da atividade humana no mundo; Capítulo IV: Função da Igreja no mundo de hoje. Parte II: Alguns problemas mais urgentes. Capítulo I: A promoção da dignidade do matrimônio e da família; Capítulo II: A reta promoção da cultura; Capítulo III: Vida econômica social; Capítulo IV: A vida da comunidade política; Capítulo V: A construção da paz e a promoção da comunidade dos povos.

De um modo geral, na parte I, a Constituição *Gaudium et Spes* parte da reflexão da própria vocação do homem como corresponsável do mundo e garantidor de sua própria dignidade humana, que deve expressar-se na comunidade em busca do bem comum. Todavia, o sentido da vida humana se sustenta pelo trabalho justo, com o auxílio de uma Igreja alinhada à causa dos povos, como justiça, fraternidade, solidariedade e família. Na parte II, a reflexão se alinha para a prática diária, refletindo os problemas mais urgentes a serem trabalhados, como a família e o matrimônio, que também devem se esforçar para ter uma cultura para atingir plena humanidade, que necessita se expandir pela vida econômica, social e comunidade política em uma grande tarefa da construção da paz e a promoção comunitária de todos os povos.

A *Gaudium et Spes* serviu de auxílio para o despertar e para a continuidade de uma reflexão a partir das bases, como demonstra João Batista Líbano.

A Constituição pastoral *Gaudium et Spes* não só ofereceu uma abertura temática para os problemas sociais, mas assumiu a metodologia do ver, julgar e agir. É uma reflexão teológica que, de certo modo, vem de baixo, da prática. Este método facilitou o encontro entre pastores, intelectuais e camadas populares. Se para o julgar, os teólogos podem ter mais elementos, necessitam, porém, para o ver e também no agir, da contribuição imprescindível dos pastores e do povo. Tal método praticado pela instância mais alta da Igreja, um concílio ecumênico, será incorporado definitivamente à teologia pelos teólogos da libertação (LÍBANELO, 1987, p. 67).

São questões cruciais que apareceram e tão logo estavam refletidas na teologia da América Latina sob o viés da libertação.

É notável a importância da *Gaudium et Spes* no contexto da Igreja que “sai para ver”, entra em contato com a realidade do mundo para estar inserida nesta realidade. Podemos perceber mais claramente alguns recortes nessa direção.

Sobre a dignidade do homem.

A dignidade do homem exige que possa agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é, movido e levado por convicção pessoal e livre, isto é, movido e levado por convicção pessoal e não por força de um impulso interno cego ou debaixo de mera coação externa (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 158).

O homem encontra sua liberdade, conquista-a consciente e livre das amarras que possam obscurecer as suas próprias decisões.

A propósito da simbiose entre homem e sociedade humana.

A índole social do homem evidencia que o aperfeiçoamento da pessoa humana e o desenvolvimento da própria sociedade dependem um do outro. A pessoa humana é e deve ser o princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais, porque, por sua natureza, necessita absolutamente da vida social. A vida social não é portanto algo acrescentado ao homem: assim o homem desenvolve-se em todas as suas qualidades mediante a comunicação com os outros, pelas obrigações mútuas, pelo diálogo com os irmãos, e pode corresponder a sua vocação (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 168).

As relações sociais devem ser pautadas no amor mútuo, na sociedade o homem se desenvolve como homem, se liberta das suas ingenuidades.

A respeito das atividades humanas que se realiza.

Assim como procede do homem, a atividade humana se ordena ao homem. Com efeito o homem, quando trabalha, transforma não somente as coisas e a sociedade, mas se aperfeiçoa a si mesmo. Ele aprende muitas coisas, desenvolve suas faculdades, se supera e se realiza. Este desenvolvimento, bem entendido, é de valor maior do que as riquezas externas que se podem ajuntar. O homem vale mais pelo que é do que pelo que tem (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 178).

A inclusão do valor do homem pela sua humanidade é pelos seus valores e não pelo que produz ou representa.

No que tange o auxílio que a Igreja presta ao bem comum.

O Concílio considera, portanto, com grande respeito, todas as coisas verdadeiras, boas e justas, nas múltiplas instituições, que a humanidade construiu e constrói para si sem cessar. Declara, além do mais, que a Igreja quer ajudar e promover todas estas instituições, enquanto isto depender dela e estiver de acordo com a sua missão. Para servir ao bem de todos, ela nada deseja mais ardentemente do que poder desenvolver-se livremente, sob qualquer regime que reconheça os direitos fundamentais da pessoa e da família e os imperativos do bem comum (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 188).

O espírito familiar está estampado nas linhas da *Gaudium et Spes*, uma voz contra a violência, injustiça, guerras, corrupção, individualismo...

Problemas que são urgentes para a sociedade, “entre muitas coisas que hoje despertam a solicitude de todos importa principalmente notar: o matrimônio e a família, a cultura humana, a vida econômico-social e política, a união dos povos e a paz” (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 194). A Igreja preocupa-se com a vida social, econômica e política de seus fiéis.

No que diz respeito à promoção das culturas e acolhimento de sua individualidade na diversidade.

Pela maneira diversa de utilizar as coisas, de trabalhar e de se exprimir, de praticar a religião e formar os costumes, de estabelecer as leis e as instituições jurídicas, de favorecer as ciências e artes e cultivar o belo, surgem diversas condições de vida em comum e formas diversas de dispor os bens da vida. Assim, com estes costumes recebidos, constrói-se o patrimônio próprio de cada comunidade humana. Constitui-se assim também um meio definido e histórico, no qual é inserido o homem de qualquer nação ou tempo e de onde ele tira os bens para promover a civilização humana (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 205).

A constituição *Gaudium et Spes* traz à tona a questão do acolhimento daquele que é visto como diferente, isto é, faz-se necessário acolher a todos, tem lugar para todos, não se pode excluir ninguém da sociedade.

Quanto à disparidade econômica social.

Semelhantes defeitos de equilíbrio econômico e social são notados não só entre a agricultura, a indústria e os serviços como também entre as diversas regiões de uma mesma nação. Entre as nações economicamente mais desenvolvidas e as outras nações, torna-se cada dia mais grave a oposição, que pode colocar em perigo a própria paz no mundo (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 218).

A disparidade de renda, má distribuição dos bens, falta de condições que propiciem uma maior igualdade entre os homens, tudo isso o Concílio já denunciava.

Em relação à cooperação de todos no que diz respeito à vida pública.

É plenamente consentâneo com a natureza humana que se encontrem estruturas jurídico-políticas que ofereçam sempre melhor e sem nenhuma discriminação a todos os cidadãos a possibilidade efetiva de participar livre e ativamente tanto no estabelecimento dos fundamentos jurídicos da comunidade política como na gestão dos negócios públicos, na determinação do campo de ação e do fim das várias instituições, como na eleição dos governantes (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 232).

A preocupação real com a comunidade política, que esteja retamente comprometida com o bem comum, assim excluindo qualquer forma de discriminação ou exclusão de pessoas.

O Concílio também dá destaque ao perigo da corrida armamentista para as pessoas “a corrida armamentista é a praga mais grave da humanidade, que lesa intoleravelmente os pobres” (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 242).

No mesmo sentido, ressaltamos a ênfase da Constituição dogmática *Lumen Gentium*, relevante pelo fato de conter uma mudança eclesiológica para a Igreja, a imagem de Igreja dos pobres, vai se germinando no próprio Concílio em novos termos, como povo de Deus e salvação universal.

A Constituição dogmática *Lumen Gentium*, conforme o Compêndio do Vaticano II (1969), está organizada da seguinte forma: Capítulo I: O mistério da Igreja; Capítulo II: O povo de Deus; Capítulo III: A constituição hierárquica da Igreja, em especial o

episcopado; Capítulo IV: Os leigos; Capítulo V: Vocação universal à santidade na Igreja; Capítulo VI: Os religiosos; Capítulo VII: Índole escatológica da Igreja peregrina e sua união com a Igreja celeste; Capítulo VIII: A bem aventurada Virgem Maria, mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja.

De modo geral, organiza-se a Constituição em um plano que apresenta a Igreja como sendo a luz dos povos, reunida nesse mundo. Toma para si a categoria de Igreja como povo de Deus, é constituída de seus representantes, leigos fiéis e todos que caminham para o fim escatológico acompanhado da grande mãe de todos, Maria.

As concepções trazidas pela *Lumen Gentium* ajudaram a aproximar a Igreja do povo. Assim demonstra Líbano que,

A constituição dogmática *Lumen Gentium* introduziu profundas mudanças na eclesiologia vigente, ao trabalhar as categorias de Igreja sinal e sacramento de salvação para todos os homens. Traduzia em termos de povo de Deus, de dimensão muito mais dinâmica e voltada para o mundo, uma concepção de igreja até então marcada, quer pela visão corporativa de sociedade perfeita, quer por uma visão hierárquica ou espiritualista de corpo místico de Cristo. Colocaram-se então as condições eclesiológicas para recuperar a relação entre igreja e reino de Deus e sua dimensão histórica (LÍBANO, 1987, p. 67).

A Igreja se aproximou incisivamente do povo, permitindo e instigando reflexões em termos de libertação. Isso propiciou um pulular de reflexões em suas bases.

As questões relevantes que se destacam na Constituição *Lumen Gentium* que permitem uma reflexão básica da Igreja para os pobres são as seguintes: Sobre a questão da caridade e diálogo diante das dificuldades, colocando-se como Igreja que possui a imagem de uma grande peregrina.

Entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus avança, peregrina, a igreja anunciando a cruz e a morte do Senhor até que venha (cf. 1 Cor 11, 26). Mas é fortalecida pela força do Senhor ressuscitado, a fim de vencer pela paciência e pela caridade de suas aflições e dificuldades tanto internas quanto externas, para poder revelar ao mundo o mistério d'Ele, embora entre sombras, porém com fidelidade, até que no fim seja manifestado em plena luz (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 48).

A Igreja não se exime de mensurar e expor suas alegrias e fraquezas como alguém que caminha junto com seu povo, que sente dificuldades e que não é suprasuma.

A respeito da imagem de Igreja como povo de Deus.

Em virtude desta catolicidade cada uma das partes traz seus próprios dons as demais partes e a toda a Igreja. Assim o todo e cada uma das partes aumentam, comunicando entre si todas as riquezas e aspirando a plenitude na unidade. Daí resulta que o povo de Deus não é só a reunião dos diversos povos, mas em sua estrutura interna e também é composto de várias ordens. Pois há diversidade entre seus membros (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 54).

A Igreja como imagem do povo de Deus fala por si só, uma Igreja aberta a todas as diversidades e diferenças, sendo acolhedora e mãe.

Quando discute a hierarquia da Igreja surge a questão de estar à disposição para servir e não para mandar ou impor.

Para apascentar e aumentar sempre o povo de Deus, Cristo Senhor instituiu a sua Igreja uma variedade de ministérios que tendem ao bem de todo o corpo. Pois os ministros que são revestidos do sagrado poder servem a seus irmãos para que todos os que formam o povo de Deus e portanto gozam da verdadeira dignidade cristã, aspirando livre e ordenadamente ao mesmo fim, cheguem à salvação (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 59).

Inserir a noção de que a salvação se faz na história, é construída na luta do dia a dia, fazendo da Igreja uma instituição que serve aos seus fiéis.

Em relação ao papel dos leigos em sua missão, houve uma abertura gigantesca.

A todos os leigos, portanto, incumbe o preclaro ônus de trabalhar para que o plano divino de salvação atinja sempre mais a todos os homens de todos os tempos e de todos os lugares da terra. Consequentemente sejam-lhes dadas amplas oportunidades para que também eles participem ativamente na obra salvífica da Igreja, de acordo com suas forças e as necessidades dos tempos (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 80).

É reconhecido o valor fundamental dos leigos na atuação da Igreja. Cada um com seus carismas e dons fazem dela uma grande família aberta ao diálogo e compreensão.

Sobre a delicadíssima reflexão da salvação, o Concílio destacou que a salvação está presente no dia a dia das pessoas.

Portanto, a era final do mundo já chegou até nós (cf. 1 Cor 10, 11) e a renovação do mundo foi irrevogavelmente decretada e de um certo modo real já é antecipada nesta terra. Pois já na terra a igreja é assinalada com a verdadeira santidade embora imperfeita. Todavia, até

que houver novos céus e nova terra, nos quais habita a justiça (cf. 2 Ped 3, 13), a igreja peregrina leva consigo, nos seus sacramentos e nas suas instituições, que pertencem a idade presente, a figura deste mundo que passa e ela mesma vive entre as criaturas que gemem e sofrem como que dores de parto até o presente e aguardam a manifestação dos filhos de Deus (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 97).

A salvação se constrói na caminhada da vida histórica, não é algo dado ou negociado, mas partilhado e conquistado no chão da realidade.

É visível a noção de Igreja que se aproxima do povo, desce as escadas da humildade para se reconstruir a partir da realidade vivida. Entra em conferência dialogal com o mundo. Desse modo, indica-nos Líbano que,

A Igreja saía do concílio animada a confrontar-se com os valores e desvalores do mundo, sem medo, sem ciúmes, sem rancor, sem desconfiança, acreditando nessa raiz de bondade fundamental do mundo dos homens. Estava aberto o espaço para novas experiências, para os compromissos sociais, para a luta por um mundo mais justo. Estava aberto o espaço para uma profunda transformação da igreja, saindo de seu rincão conservador, para lançar-se na novidade das experiências com um mundo em profundas transformações (LÍBANO, 1987, p. 67).

Enfim, o Concílio Vaticano II representou para a Igreja um novo pensamento, uma nova configuração de ser e estar no mundo. A Igreja abraçou o desafio de caminhar no chão da realidade com seu povo, para isso, precisou descer da abstração para a reflexão prática. Nesse sentido, a opção pelos pobres continuava sendo germinada, vejamos o que Líbano, afirmou a respeito disso em seu livro: *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo*.

Há um capítulo do Concílio Vaticano II pouco explorado: sua opção pelos pobres. Um mês antes da abertura do Concílio, João XXIII, numa mensagem de 11 de setembro de 1962, afirmava: 'Em face dos países subdesenvolvidos, a igreja se apresenta tal como é e quer ser: a igreja de todos e, particularmente, a igreja dos pobres' (AAS 54 [1962]: 682)⁸⁰. (LÍBANO, 1987, p. 68).

⁸⁰ O referido pensamento pode ser encontrado na íntegra no endereço: <https://w2.vatican.va>; Intitulado: RADIOMENSAJE DE SU SANTIDAD JUAN XXIII UN MES ANTES DE LA APERTURA DEL CONCILIO VATICANO II. 11 de setembro de 1962. Acesso em 15/05/2019.

Uma das intenções de João XXIII, que salta aos olhos, era de tornar a Igreja mais próxima possível do Cristianismo primitivo de defesa aos pobres, respondendo aos problemas da época conciliar. Líbano constatou isso quando escreveu que,

O Concílio Vaticano II produziu um processo de aceleração na Igreja da América Latina, abrindo-a para o campo social, despertando-a para os pobres, permitindo-lhe enveredar por caminhos novos, criando-lhe espaço para experiências originais. Não se pode esquecer da importância da mística da pobreza que respirou em torno ao Concílio, com a nítida preocupação pela sorte material e espiritual dos pobres (LÍBANO, 1987, p. 68).

Claramente, o Concílio conseguiu despertar a Igreja de sua apatia em relação aos pobres, colocando um novo ardor, um modo jovem de apresentar-se e agir diante da realidade oprimida, tanto é que ocasionou uma mudança considerável no estilo de alguns líderes religiosos, como narra Libâneo.

Ao voltar do Concílio, muitos bispos deixam seus palácios, sacerdotes e religiosos abandonam seus grandes e ricos colégios e deslocam-se para áreas pobres, a fim de viver mais próximos dos pobres. Inicia-se um êxodo em direção aos pobres das periferias das grandes cidades e das regiões rurais (LÍBANO, 1987, p. 68).

Enfim, criou-se o clima para uma renovação na Igreja. O Concílio renovou o ardor missionário, provocou uma mudança de ser e estar dos líderes religiosos.

No próximo tópico, abordaremos os principais movimentos históricos e os fundamentos básicos da Teologia da Libertação, como um aceno libertador dos pobres, na intenção de somarmos ferramentas de análise de uma formação seminarística que esteja alinhada à opção pelos pobres.

2.3 – A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA IGREJA DA AMÉRICA LATINA

A Teologia da Libertação é um modo novo de pensar teologicamente, diferente dos grandes esquemas alinhados à tradição da Igreja. Ela é produto de intelectuais que viveram e refletiram seu contexto a partir da Sagrada Escritura. Possui uma história, tem uma preferência pelos mais simples e deu origem a vários acontecimentos e segmentos religiosos.

2.3.1 Considerações sobre a história e fundamentos da Teologia da Libertação: a opção preferencial pelos pobres

A Teologia da Libertação é uma reflexão que procura demonstrar no processo histórico a libertação do ser humano, a partir da realidade vivida. Um processo em que o homem transformou-se em agente de sua própria vida. Segundo Gustavo Gutiérrez, o pano de fundo que sustenta a reflexão libertadora é que,

Há um fato de toda evidência: o caráter adulto que começou a assumir a práxis social do homem contemporâneo. E o comportamento de um homem cada vez mais consciente de ser sujeito ativo da história, cada vez mais lúcido em face da injustiça social e de todo elemento repressivo que o impeça de realizar-se, cada vez mais decidido a participar na transformação das atuais estruturas sociais e na efetiva gestão política (GUTIÉRREZ, 1983, p. 50).

É no campo do agir coletivamente que o homem percebe-se político, suas ações e atitudes demonstram que agir humanamente é fazer política. Ele participa conscientemente no processo histórico e, até mesmo, ficar inerte é uma postura política. Gustavo Gutiérrez alerta para a postura da Teologia da Libertação.

A práxis social converte-se gradualmente no próprio campo onde o cristão joga, com outros, seu destino de homem e sua fé no Senhor da história. A participação no processo de libertação é um lugar obrigatório e privilegiado da atual reflexão e vida cristã (GUTIÉRREZ, 1983, p. 53).

Viver com os demais à sua maneira de crer, o encontro com Jesus Cristo se dá na história, no caminho de comunhão e nesse processo se entende a salvação⁸¹. A fé deve ser vivida na perspectiva da práxis libertadora⁸². Assim, a Teologia da Libertação é uma reflexão espiritual-prática, como escreveu Michel Lowy,

⁸¹ Na concepção de Francisco A. C. Catão (1927 -), (Teólogo brasileiro), “A tese fundamental da Teologia da Libertação pode ser formulada nos seguintes termos: a libertação dos oprimidos é nos dias de hoje, especialmente no contexto latino-americano, a realidade da salvação de Deus presente no mundo. Esta tese é o resultado da leitura da Bíblia, da mudança radical de posição da Igreja em relação ao mundo, sobretudo no contexto latino-americano, e da própria valorização da experiência dos homens em sociedade, promovida pelas ciências humanas. Cada um desses fatores contribuiu a seu modo para que se tenha tomado consciência de que a libertação dos oprimidos tem, no mundo de hoje, uma grande significação teológica em relação a salvação de Deus oferecida a todos os homens” (CATÃO, 1985, p. 68).

⁸² Para Francisco A. C. Catão, “A Teologia da Libertação é a reflexão feita à luz da fé sobre o mistério de Deus, manifestado na comunicação da salvação a todos os homens, através de sua progressiva libertação na história” (CATÃO, 1985, p. 80).

A fim de evitar desentendimentos e reducionismos (sociológicos ou de outro tipo) é preciso lembrarmo-nos, em primeiro lugar, de que a Teologia da Libertação não é um discurso social e político e sim, antes de qualquer coisa, uma reflexão religiosa e espiritual (LOWY, 2000, p. 59).

Da mesma maneira, incide Michel Lowy, sobre a Teologia da Libertação como um movimento espiritual social, “resultado de uma combinação ou convergência de mudanças internas e externas à Igreja que ocorreram na década de 50, e que ele se desenvolveu a partir da periferia e na direção do centro da instituição” (LOWY, 2000, p. 69). A Igreja abre-se às preocupações daqueles que realmente Jesus Cristo esteve ao lado.

Trata-se de um movimento teológico vivido pelos cristãos nos países da América Latina, em que estes enfrentavam um ambiente hostil político, econômico e cultural. Em um cenário desconfortável socialmente nasce a Teologia da Libertação. Como demonstra Gutiérrez.

Percebe-se cada vez melhor que a situação de subdesenvolvimento é o resultado de um processo, e portanto deve ser estudada em perspectiva histórica, quer dizer, em relação ao desenvolvimento e expansão dos grandes países capitalistas. O subdesenvolvimento dos países pobres, como fato social global, aparece então em sua verdadeira face: como o subproduto histórico do desenvolvimento de outros países (GUTIÉRREZ, 1983, p. 78).

Na esteira do capitalismo existem os resultados de uma economia opressora, criam-se divisões sociais gerando riqueza e progresso crescente para a minoria e pobreza para a maioria.

Sobre este panorama, Batista Mondin⁸³ destacou que,

O ambiente político é geralmente caracterizado pela presença de governos que administram o poder arbitrariamente em vantagem dos ricos e dos poderosos, fazendo amplo uso da força e da violência. O ambiente econômico e social está marcado pela miséria e pela marginalização da maior parte da população. Os recursos econômicos são controlados por um pequeno grupo de privilegiados. [...]. No ambiente cultural se verifica ainda uma notável dependência da Europa e dos Estados Unidos (MONDIN, 1980, p. 26).

⁸³ O teólogo Batista Mondin (1926 – 2015), segundo a contracapa de seu próprio livro: *Os teólogos da libertação* (1980), foi missionário xaveriano, nascido em Vicenza (Itália); Laureado (Ph.D.) em História e Filosofia da Religião (Harvard, EUA). Livre docente de História da Filosofia Medieval na Universidade Católica do Sagrado Coração, Milão; decano da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Urbaniana, Roma; Titular de Antropologia filosófica na mesma faculdade.

Na origem histórica da Teologia da Libertação está a opressão, miséria, dependência... são fenômenos existentes em todos os países da América Latina⁸⁴. Para empreender a luta pela libertação foi necessário a tomada de consciência do estado de opressão, visto que é uma situação injusta que deve ser combatida, esse intento os intelectuais da libertação se empenharam (MONDIN, 1980).

A tentativa de mudança desta estrutura veio por meio de dois momentos, o primeiro pela estratégia do desenvolvimento em oposição à situação de subdesenvolvimento em que se encontravam os países da América Latina⁸⁵, Batista Mondin nos ajuda a compreender este contexto.

A teoria do desenvolvimento delinea um novo tipo de relação entre os países ricos e os países de terceiro mundo: não mais uma relação de domínio e de exploração, mas, sim, um trato de cooperação e de assistência. Aos países ricos cabe a tarefa de ajudar os países pobres a saírem do subdesenvolvimento, fornecendo uma contribuição de capitais e de técnicas com o objetivo de incrementar a produção das indústrias locais e de promover o crescimento da agricultura (MONDIN, 1980, p. 27).

Este modo de pensar trouxe como consequência maior dependência e opressão. Percebendo as amarras negativas de tal estilo de refletir, os teólogos da libertação a partir da Sagrada Escritura, fundamentaram o progresso para todos. Ainda escreve Mondin a esse respeito afirmando que,

O resultado foi uma proliferação de ensaios teológicos mais ou menos longos e mais ou menos profundos, nos quais, com a Bíblia na mão, tentava-se demonstrar que, tendo Deus confiado este mundo ao homem, a vocação do cristão incluía também o dever de trabalhar para o progresso; portanto, quem não trabalha para o progresso não pode ser um bom cristão e, vice-versa, quem contribui para o progresso da humanidade salva também a si mesmo (MONDIN, 1980, p. 28).

⁸⁴ “A libertação não é um tema a mais na agenda dos teólogos. Exprime uma realidade histórica, com que a teologia entrou em contato nos meios pobres e populares latino-americanos. É um ato, uma prática, um processo, um esforço que faz o povo para sobreviver, para conquistar os seus direitos: ter o que comer, o que vestir, onde morar, um trabalho digno, uma possibilidade de fazer valer o seu ponto de vista, na urbanização do bairro, na organização do transporte coletivo, na localização da escola e do hospital, na participação da vida política, enfim. Esse processo se chama libertação porque a sensação que tem o povo é de estar oprimido, escravizado, dominado, por poderes mais ou menos anônimos, que o exploram, reprimem, impedem que tenha voz e vez” (CATÃO, 1985, p. 70).

⁸⁵ “Hoje, os grupos mais dispersos, nos quais se impõe o que chamamos nova consciência da realidade latino-americana, creem que só pode haver desenvolvimento autêntico para a América Latina na libertação da dominação exercida pelos grandes capitalistas e, em especial, pelo país hegemônico: os Estados Unidos da América do Norte” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 84).

Sobre este ambiente, no mesmo sentido, o filósofo argentino Enrique Dussel (1934 -) enfatizou,

A teologia latino-americana aparece, pelo contrário, como reflexão sobre a práxis de libertação dos oprimidos de numerosos cristãos comprometidos politicamente. Trata-se de uma teologia ética pensada a partir da periferia, dos marginalizados, dos lumpen deste mundo. A práxis que lhe serve de apoio não é só uma práxis-necessidade (atualidade ôntica do sistema de necessidades vigentes) mas práxis libertação (em hebraico, habodáh; em grego, diakonía: serviço libertador transontológico) mas não só política, mas igualmente erótica e pedagógica: teologia do pobre, da mulher objeto sexual, do filho alienado (DUSSEL, 1984, p. 27).

A reflexão teológica colocava-se ao lado dos oprimidos para sua libertação social das classes opressoras e ao lado dos países pobres para independência da dominação estrangeira.

A perspectiva do pobre aparece como centralidade na reflexão de uma Teologia na perspectiva de libertação. Nasce um novo discurso teológico, que segundo a análise de Dussel,

Reflete a partir da práxis da libertação, isto é, desde a 'passagem' (páscoa) ou caminho pelo deserto da história humana, desde o pecado como dominação dos diversos sistemas (político, erótico, pedagógico etc), até a irreversível salvação em Cristo e seu reino (escatológico). Essa passagem é efetuada por todo homem, todo povo, toda época, toda a história humana (DUSSEL, 1984, p. 28).

As aspirações da Teologia da Libertação são desde o humano libertado até uma sociedade justa. A especificidade é oferecer atenção preferencial às causas profundas de uma situação de opressão dentro de uma perspectiva histórica.

Os teóricos da libertação estão envolvidos em uma práxis histórica, no concreto, em um contexto político demarcado pela inconstância entre ricos e pobres. É uma interpretação cristã da realidade, assim explica Batista Mondin.

Tal experiência é cristã, não só porque é feita pelos cristãos, mas, sobretudo, porque os cristãos descobrem nela uma nova inteligência e autenticação da fé em Jesus e da missão da Igreja na sociedade. A experiência humana, a práxis da libertação é um ensejo de uma nova espiritualidade, de uma experiência espiritual que se impõe como argumento teológico, ou seja, como ponto de partida e como terreno fecundo de um raciocínio teológico mais sistemático (MONDIN, 1980, p. 30).

A Teologia da Libertação atende o oprimido, para que a partir da práxis, este obtenha a libertação. Situada além da totalidade europeia moderna e dominadora, intervém pela libertação dos pobres (DUSSEL, 1984).

São eles, os pobres, que devem ser libertados a partir de uma conscientização, para que eles tenham condições de emancipação. O objetivo é reconhecer a dignidade de todos os seres humanos. Nesse sentido, ajuda-nos na reflexão Michel Lowy.

O pleno reconhecimento da dignidade humana dos pobres e a missão histórica e religiosa especial que lhes foi atribuída pelo cristianismo da libertação é, certamente, uma das razões para seu relativo sucesso, pelo menos em alguns países, em arregimentar o apoio das camadas mais pobres da sociedade (LOWY, 2000, p. 60).

A opção preferencial são os pobres, a exemplo do próprio Jesus Cristo que reprovava toda e qualquer situação de opressão à vida. Assim, escreve Henrique Dussel.

Aquele que é o hápax da história sagrada quis nascer, viver e morrer como pobre. E mais ainda, foi simplesmente um pobre, um membro do povo da terra: um judeu, trabalhador manual de um esquecido vilarejo do pobre povo de Israel. Essa pobreza era uma condição da existência autêntica de um judeu, na época do império, como o é do cristão em geral: é a fonte existencial da liberdade, da colaboração e do compromisso do cristão na humanização ou processo civilizador (DUSSEL, 1984, p. 33).

Jesus Cristo é o modelo para a libertação dos pobres, como ele fez, também deve-se fazer. O próprio Jesus nasceu e cresceu em um ambiente simples, iniciou seu ministério com o batismo recebido por João Batista (um pobre do deserto). Nesse sentido, reflete Dussel, sobre Jesus Cristo, “operário, homem sem ciência aprendida nas escolas. Cercado de pescadores, de simples funcionários do império, recrutados no pequeno lago de Genesaré, constituiu um colégio bem insignificante e de pobres galileus, terra de gentios” (DUSSEL, 1984, p. 35).

A novidade de Jesus Cristo passa pelo crivo da pobreza. Encontramos essa reflexão no Evangelho de Lucas 4, 17 - 19:

Foi-lhe entregue o livro do profeta Isaías; abrindo-o, encontrou o lugar onde está escrito: o espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade

aos oprimidos e para proclamar um ano da graça do Senhor (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 1936).

Defender os pobres é condição para estar alinhado aos ensinamentos de Jesus Cristo. Essa dimensão é descrita por Henrique Dussel,

A pobreza é a atitude evangélica que permite todo primeiro passo profético. Assim entendida, efetiva e mesmo sofrida, a pobreza representa um enriquecimento como consciência de si mesmo e respeito pela pessoa do outro, não como proprietário, mas sim como alguém que possui uma dignidade inalienável (DUSSEL, 1984, p. 38).

Reconhecer a dignidade humana dos pobres é uma missão histórica do próprio Cristianismo. Existem, segundo Michel Lowy, na Teologia da libertação, alguns fundamentos ou princípios básicos, existentes nos principais expoentes dessa corrente teológica. Tratam-se de inovações e nova forma de conceber o Cristianismo.

1. A luta contra a idolatria (não o ateísmo) como inimigo principal da religião, isto é, contra os novos ídolos da morte adorado pelos novos faraós, pelos novos cézares e pelos novos Herodes: bens materiais, riqueza, o mercado, a segurança nacional, o estado, a força militar, a 'civilização ocidental cristã'. 2. Libertação humana histórica como antecipação da salvação final em Cristo, o Reino de Deus. 3. Uma crítica da teologia dualista tradicional, como produto da filosofia grega de Platão, e não da tradição bíblica na qual a história humana e a história divina são diferentes, mas inseparáveis. 4. Uma nova leitura da Bíblia, que dá uma atenção significativa a passagens tais como a do Êxodo, que é vista como paradigma da luta de um povo escravizado por sua libertação. 5. Uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de pecado estrutural. 6. O uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas de luta de classe. 7. A opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta pela autolibertação. 8. O desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de igreja e como alternativa para o modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista (LOWY, 2000, p. 61).

Tudo isso nasceu e se desenvolveu dentro das comunidades, onde se criam os valores éticos, políticos e religiosos em uma simbiose crescente. "Limitando-se a fazer uma crítica social e moral a injustiça, a aumentar a consciência da população, a espalhar esperanças utópicas e a promover iniciativas de baixo para cima" (LOWY, 2000, p. 64).

Essa maneira nova de ser da Igreja esteve presente nas igrejas latino-americanas. Especificamente no Brasil, encabeçada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

– CNBB, apesar das retaliações por parte do Vaticano, manteve-se em diálogo permanente com as mesmas causas. “No Brasil, a partir de 1970, a Igreja denunciou o regime militar e, no decorrer dos últimos vinte e cinco anos, deu apoio a luta de trabalhadores e camponeses por melhores salários e pela reforma agrária” (LOWY, 2000, p. 65).

Em seguida, veremos as causas diretas da Teologia da Libertação, como essa corrente nasceu e se configurou no pensamento cristão reconhecido pela Igreja.

2.3.2 As causas diretas da origem da Teologia da Libertação

As principais causas para que a Teologia da Libertação viesse a se desenvolver, segundo a reflexão de Batista Mondin, foram duas, a saber: “A) O empenho político que a Igreja Latino-americana assume, de conformidade com as diretrizes do Concílio Vaticano II; B) A guinada política que adveio na teologia europeia no fim dos anos sessenta” (MONDIN, 1980, p. 30).

Sob a recomendação do Concílio Vaticano II, deu-se sequência na criação da Conferência Episcopal Latino Americana, e o primeiro passo, depois do Concílio, fora dado em 1968, com a segunda conferência latino-americana em Medellín. Sobre esta, Batista Mondin esclarece.

Naquela circunstância a Igreja da América do Sul lançou as bases da Teologia da Libertação, efetuando uma corajosa análise crítica da situação em que jazem as populações deste continente, uma situação de grande miséria, profunda ignorância e penosa sujeição política e econômica, e proclamando, claramente e com firmeza, a urgência de tornar operante, também no nível político e social, o fermento libertador da mensagem cristã (MONDIN, 1980, p. 30).

Em Medellín, veio com força a reflexão dos países pobres em um processo revolucionário inseridos em um continente pobre. Continua Mondin afirmando que,

O subdesenvolvimento, com todas as servidões, as graves e crescentes desigualdades, o drama das frustrações que o acompanham, é denunciado pelos bispos latino-americanos como situação de pecado e, portanto, como o inimigo que Jesus Cristo veio combater e suprimir (MONDIN, 1980, p. 31).

Não se reduz mais a libertação somente à esfera espiritual, mas incluiu toda a historicidade material e suas relações sociais.

Sob a guinada da teologia europeia, configurou-se a segunda causa de um pensamento latino-americano da libertação, de maneira especial, a teologia política iniciada pelos teólogos europeus: Johann Baptist Metz (1928 -), Harvey Cox (1929 -) e Jurgen Moltmann (1926 -)⁸⁶. Na análise de Mondin,

As instâncias que induziram estes teólogos a interpretar a mensagem de Cristo e a história da salvação em base política foram várias. Antes de tudo, a persuasão que já haviam tido o seu tempo, a interpretação metafísica tradicional como a interpretação existencial tão magnificada após a segunda guerra mundial (MONDIN, 1980, p. 32).

A práxis política é a que mais envolve o homem em suas ações e atitudes. Os teólogos latino-americanos foram inspirados nessa corrente europeia, porém, desenvolveram um modo próprio de fazer teologia. Nesse sentido explicou Mondin.

De fato, enquanto os teólogos continentais haviam esboçado uma teologia política crítica, isto é, uma teologia que se limita a tomar em consideração as condições políticas e sociais da sociedade burguesa e a julgá-las fazendo referência a reserva escatológica de que dispõe a igreja, sem contudo propor soluções alternativas, com programas precisos e bem definidos, para as questões de ordem social, econômica e política, os teólogos da América Latina, ao invés, se esforçaram em elaborar uma teologia política positiva, cujo alvo são programas políticos e sociais bem precisos, que, habitualmente, são patrocinados pelo socialismo (MONDIN, 1980, p. 33).

Depois da obra de Gustavo Gutiérrez, *Teologia da Libertação: perspectivas* (1972), essa nova maneira de pensar teologicamente se expandiu pelas universidades, seminários, escolas, Igrejas, grupos de reflexão da América Latina, como indicou Batista Mondin,

Em todo canto, professores e estudantes, padres e leigos, a abraçam com entusiasmo, orgulhosos de possuir, afinal, uma teologia própria e de terem, assim, conseguido tornar-se independentes e autônomos mesmo num campo em que a dependência para com a Europa parecia destinada a durar ainda por muito tempo (MONDIN, 1980, p. 34).

⁸⁶ Segundo Batista Mondin (1980), os teólogos citados tomaram consciência de que a mensagem cristã e a imagem de Jesus Cristo não deve ter caráter particular ou individualista, mas sociais, comunitárias.

Nasceu uma leitura da história da salvação a partir da libertação dos oprimidos, acompanhada na fé em Jesus Cristo libertador.

Na reflexão de Michel Lowy, temos outras bases consideradas diretas da Teologia da Libertação em dois momentos cruciais. De um lado, o pontificado de João XXIII (1958 – 1963) e o Concílio Vaticano II (1962 – 1965), ambos tiveram papéis determinantes na legitimação das ideias que culminariam na Teologia da Libertação (LOWY, 2000). De outro, as mudanças sociais ocorridas mundialmente, a partir dos anos 50, além da industrialização que afunilou as divisões sociais, tivemos ainda,

Com a Revolução Cubana em 1959, um novo período histórico abria-se na América Latina, caracterizado pela intensificação das lutas sociais, o aparecimento de movimentos guerrilheiros, uma sucessão de golpes militares e uma crise de legitimidade do sistema político (LOWY, 2000, p. 70).

A ‘Igreja dos Pobres’ surgiu com base em diversas circunstâncias que culminaram nessa bela maneira de fazer teologia a partir dos pobres. No entanto, o movimento de libertação contou com um engajamento aguerrido da parte leiga cristã católica e com alguns membros do clero que eram ativos entre a juventude estudantil e as comunidades mais pobres (LOWY, 2000). Como a linguagem da libertação sugere, o início foi das periferias para o centro.

A reinterpretação do Evangelho a partir dos mais pobres foi visível em toda a América Latina. Nesse cenário, Michel Lowy destaca,

Movimentos católicos laicos, tais como a juventude universitária católica, a juventude operária católica e a ação católica, ou os movimentos populares educacionais (Brasil), comitês para a promoção da reforma agrária (Nicarágua), federações de camponeses cristãos (El Salvador) e, acima de tudo, as comunidades de base, eram, no início dos anos 60, a arena social na qual os cristãos se comprometeram ativamente com as lutas populares, reinterpretaram o evangelho à luz de sua prática e, em alguns casos, foram atraídos pelo marxismo (LOWY, 2000, p. 71).

Outro fator digno de nota, foram os padres religiosos, isto é, integrantes de Congregações religiosas que se engajaram mais na causa da libertação. Geralmente eram

estrangeiros, vindos de realidades diferentes (Espanha, França, Bélgica⁸⁷, América do Norte) a esse respeito analisa Lowy.

Uma possível explicação é o auto recrutamento seletivo: padres e religiosos disponíveis para missões em países latino-americanos provavelmente representavam um setor da Igreja que é particularmente sensível aos problemas da pobreza e do terceiro mundo. Muitos dos missionários franceses tinham participado da experiência dos padres operários, ou pelo menos tinham um conhecimento de primeira mão dessa experiência; e entre os espanhóis havia uma alta porcentagem de bascos, vindos de uma região onde a Igreja tinha uma tradição de resistência ao governo (LOWY, 2000, p. 74).

Os padres estrangeiros encontravam uma realidade oprimida, isso gerou neles uma conversão religiosa de libertação para estes injustiçados. As lutas populares geravam ânimo na defesa dos mais pobres no anseio de sua autoemancipação.

Ademais, foi o Concílio Vaticano II que exerceu papel preponderante para que a Teologia da Libertação tivesse êxito, segundo o que demonstra Michel Lowy.

Não há dúvida de que o Concílio Vaticano II contribuiu para essa evolução. Não devemos nos esquecer, porém, de que os primeiros sinais de radicalização (especialmente no Brasil) se manifestaram bem antes do Concílio. Além disso, as resoluções do Vaticano II não foram muito além das fronteiras de uma modernização, um *aggiornamento*, uma abertura para o mundo. É verdade que essa abertura solapou as antigas certezas dogmáticas e fez a cultura católica mais permeável a novas ideias e influências externas. Ao abrir-se para o mundo moderno, a Igreja, sobretudo na América Latina, não poderia escapar dos conflitos sociais que estavam abalando o mundo, nem da influência das várias correntes filosóficas e políticas, especialmente o marxismo que, à época (década de 60) era a tendência cultural predominante entre os membros da intelligentsia continental (LOWY, 2000, p. 77).

Neste cenário, iniciam-se as conferências latino-americanas, com espírito libertador, e a opção pelos pobres urge com grande expressividade, de maneira especial com a continuação da Teologia da libertação.

⁸⁷ Como é o caso do Padre Jef Caekelbergh, que segundo a redação do Jornal de Beltrão: “Nasceu dia 7 de agosto de 1936, na região metropolitana de Bruxelas, capital da Bélgica. Após formar-se padre MSC (Missionário do Sagrado Coração), mudou para o Brasil, em 1961, estabelecendo-se em Francisco Beltrão. Entre tantos trabalhos prestados a Beltrão e ao Sudoeste do Paraná pelo padre Jef, está a criação da Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), em 1966 (REDAÇÃO JORNAL DE BELTRÃO. 2013. s/p).

Veremos adiante uma explanação sobre as três primeiras conferências latino-americanas, visto que foram as que estiveram alinhadas ao mesmo período em que a Teologia da Libertação teve seu surgimento e ápice histórico.

2.3.3 A criação do CELAM e a Conferência Episcopal Latino Americana – Rio de Janeiro – 1955

A Conferência Episcopal Latino-americana – CELAM foi uma conquista dos bispos da América Latina na reflexão sobre a Teologia da Igreja Latino-americana, em comunhão com a sede da Igreja Católica em Roma. Os bispos latino americanos conseguiram ter maior voz diante dos desafios da realidade originária de seus povos, unindo forças nas terras da América do Sul.

Conforme Pe. Devair Araújo Fonseca⁸⁸, no artigo: *O surgimento do CELAM na América Latina* (2009), o CELAM entra nas reflexões a partir do século XVI em diante, de onde eram sentidas dificuldades para realização de Concílios, o qual é um acontecimento que envolve os bispos do mundo todo. Em regiões mais próximas fica mais fácil de realizar reuniões e encontros para definir em conjunto as ações da Igreja. Preocupado com isso, o bispo de Santiago do Chile, Dom Mariano Casanova, sugeriu ao Papa Leão XIII uma grande reunião entre os bispos latino-americanos (FONSECA, 2009). O próprio Devair Araújo Fonseca explica.

A origem mais remota do CELAM está ligada a uma iniciativa do Papa Leão XIII que convocou com a Carta Apostólica *Cum diuturnum*, de 25 de dezembro de 1898, um concílio plenário da América Latina. Este concílio foi realizado em Roma, no período de 28 de maio a 9 de julho de 1899. Essa iniciativa inaugurou ações que permitiram ao episcopado latino americano alcançar maior integração e organização colegial (FONSECA, 2009, p. 3).

Deste acontecimento, surgiu a ideia das conferências episcopais latino-americanas, sendo que a primeira foi realizada antes do Concílio Vaticano II, no Rio de Janeiro em 1955, apoiada pelo Papa Pio XII: “De sua parte Pio XII tinha consciência das transformações do mundo e de como isso afetava a Igreja da América Latina e seu grande potencial de crescimento” (FONSECA, 2009, p. 6).

⁸⁸ Mestre em Teologia pela Universidade Gregoriana em Roma (2002) e, Professor no Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto – SP.

O Papa Pio XII enviou uma carta para o CELAM, intitulada: *Ad Ecclesiam Christi* (Para a Igreja de Cristo), na qual elencava algumas questões para serem trabalhadas como centrais. Na referida carta, destacava-se a preocupação do Papa em incentivar as vocações, Pio XII propõe um trabalho de estímulo às vocações, bem como sua melhor preparação (FONSECA, 2009).

O documento conclusivo do Rio de Janeiro (1955) foi estruturado da seguinte forma: Parte 1: Vocações e formação do clero secular. Capítulo I: Vocações para o clero secular; Capítulo II: Formação no Seminário; Capítulo III: Conservação e melhoria da formação sacerdotal. Parte 2: Clero Nacional. Parte 3. Religiosos e religiosas. Parte 4: Auxiliares do clero. Capítulo I: Apostolado dos leigos em geral; Capítulo II: Diversas formas de ação católica e obras coordenadas; Capítulo III: O Apostolado Social e a Responsabilidade do Cristão na Vida Cívica Política; Capítulo IV: Outros auxiliares do clero. Parte 5: Organização da cura das almas. Parte 6: Meios especiais de propaganda. Parte 7: Protestantismo e movimentos anti-católicos: preservação e defesa da fé. Parte 8: Problemas sociais. Parte 9: Missões, índios e pessoas de cor. Parte 10: Imigração e pessoas do mar. Parte 11: Conselho Episcopal da América Latina⁸⁹ (Tradução nossa).

O período em que estava vivendo a Igreja era áspero socialmente, pois o mundo acabava de sofrer as consequências da 2ª Guerra Mundial (1939 – 1945). Em um ambiente conturbado e incerto a Igreja pretende renovar-se. Sobre isso Fonseca assinalou:

O contexto histórico mundial dos anos cinquenta foi marcado pela Guerra Fria e pelos conflitos de interesses entre as duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética. Na América Latina cresciam os movimentos sociais de esquerda, e muitos cristãos se juntavam a eles. Mesmo dentro da Igreja circulavam pensamentos de mudança. Ainda no campo religioso, se detectavam a expansão do protestantismo e o crescimento da modernidade secularizada e hostil à Igreja (FONSECA, 2009, p. 06).

⁸⁹ Parte 1: Vocaciones e formación del clero secular. Capítulo I: Vocaciones para el clero secular; Capítulo II: Formación en el seminario; Capítulo III: Conservación e mejora de la formación del sacerdote. Parte 2: Clero Nacional. Parte 3. Religiosos y religiosas. Parte 4: Auxiliares del clero. Capítulo I: Apostolado de los laicos em general; Capítulo II: Diversas formas de acción católica y obras coordinadas; Capítulo III: Apostolado social y responsabilidad del Cristiano en la vida cívico política; Capítulo IV: Otros auxiliares del clero. Parte 5: Organización de la cura de almas. Parte 6: Medios especiales de propaganda. Parte 7: Protestantismo y movimientos anticatólicos: preservación y defensa de la fe. Parte 8: Problemas sociales. Parte 9: Misiones, indios y gente de color. Parte 10: Inmigración y gente del mar. Parte 11: Consejo episcopal latino-americano.

Neste cenário, durante a Conferência do Rio de Janeiro, a preocupação do Papa tomou destaque, e as orientações para a formação do Clero para a América Latina foram centrais no debate dos bispos.

A vontade de satisfazer o número de Sacerdotes para a América Latina perpassa todo o texto, visando criar todos os meios possíveis para que houvesse um florescimento de vocações sacerdotais.

Quanto à preparação dos seminaristas a Conferência expressou toda a sua preocupação.

A preparação literária e científica dos aspirantes ao sacerdócio, a qual deve ser pelo menos não inferior à dos seculares que frequentam cursos similares de estudos, cuidando que, onde for possível e conveniente, se obtenha o reconhecimento civil dos títulos de estudos concedidos nos seminários⁹⁰ (CELAM, 1955, p.09). (Tradução nossa).

De fato, preparar bem os futuros intelectuais que representarão a instituição em seu trabalho é uma preocupação constante, como expressou Fonseca, “a melhor preparação do clero e o aumento do número de vocações tinham em vista a realidade da América Latina. Mas é também um reflexo do discurso eclesiológico do período” (FONSECA, 2009, p. 08).

É uma preocupação pastoral, pois dedicar-se à formação do clero é estar preocupado com a ação da Igreja no mundo, ainda que não especificou a opção pelos pobres, mas apresentou uma nova imagem da Igreja agir na sociedade. A esse respeito continuou Fonseca,

A Conferência do Rio de Janeiro buscou dar resposta para os problemas que foram apresentados por Pio XII. Embora a preocupação com a formação do clero pareça ser o único tema realmente discutido e avaliado, é importante levar em conta que trata-se fundamentalmente de uma preocupação pastoral (FONSECA, 2009, p. 08).

Apesar de que a Teologia da Conferência do Rio de Janeiro ainda esteve totalmente voltada às raízes romanas, deixou um legado importante, a consolidação da Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM.

⁹⁰ “La preparación literaria y científica de los aspirantes al sacerdocio, la cual debe ser por lo menos no inferior a la de los seculares que frecuentan análogos cursos de estudios, cuidando de que, donde sea posible y parezca conveniente, se obtenga el reconocimiento civil de los títulos de estudio concedidos en los seminarios” (CELAM, 1955, p. 09).

O trabalho que ficou, como grande destaque, desta Conferência foi a formalização de um pedido para a criação de um Conselho Episcopal Latino Americano. O pedido foi enviado ao Papa Pio XII, e em 2 de novembro de 1955 foi criado o CELAM, que dinamizou profundamente as atividades da Igreja na América Latina (FONSECA, 2009, p. 09).

Atualmente, o CELAM tem sede em Bogotá – Colômbia, e atende em comunhão o trabalho pastoral da Igreja sobre 22 conferências episcopais da América Latina e Caribe, dentre as quais a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Assim, o contexto gerador da reflexão sobre a Teologia da Libertação foi sendo gestado diante destes acontecimentos. Veremos que as próximas duas conferências episcopais: de Medellín e Puebla, contribuíram para que a Teologia da Libertação se consolidasse na América Latina. Ambas tomam a teologia numa perspectiva contextual.

2.3.4 Conferência Episcopal Latino Americana – Medellín – 1968

A categoria “pobres” é transversal na presente pesquisa e, na Conferência de Medellín, urgiu como fator transversal de toda a reflexão de uma Igreja que queria alinhar-se aos mesmos anseios do povo oprimido.

Muito próximo do término do Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín trouxe claramente suas ideias. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves⁹¹ conceituou a respeito do que significou o Concílio.

Considerado como um dos eventos mais importantes da Igreja Católica no século XX, o Concílio Vaticano II representou uma virada teológica pastoral da Igreja em relação à realidade que tanto a instigava nos últimos três séculos: a Modernidade. Nessa virada, a Igreja passou a dialogar com a Modernidade e a buscar discursar sobre Deus a partir da realidade histórica e existencial do homem contemporâneo (GONÇALVES, 2018, p. 103).

A Conferência de Medellín quis trazer o Concílio Vaticano II para o contexto latino americano, tomando o homem contemporâneo como protagonista de sua história. Ainda segundo a análise de Gonçalves.

⁹¹ Doutor em Teologia pela Pontifícia Università Gregoriana (Roma, Itália) e, pós-doutor em Filosofia pela Universidade de Évora (Évora, Portugal). É docente pesquisador do Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Ciências da Religião e dos cursos de graduação em Direito, Filosofia e Teologia, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

O homem contemporâneo do supracitado Concílio é o pobre que sofre injustiças sociais e diversos tipos de violência, os trabalhadores do campo e da cidade que são explorados pela força do capital, os jovens que são tolhidos de seu futuro, as culturas autóctones que sofrem o etnocídio, as crianças que são impedidas de educação escolar e tantas outras situações de marginalização e opressão (GONÇALVES, 2018, p. 103).

Surgiu aí uma Igreja latino-americana que buscou evangelizar no lugar dos pobres e identificar-se com a categoria “povo de Deus”.

A obra do CELAM compilada (na íntegra) sobre as duas Conferências: Medellín e Puebla, do ano de 1990, apresentou a seguinte organização do documento de Medellín: Parte I: Promoção Humana. Capítulo I: Justiça. Capítulo II: Paz. Capítulo III: Família e Demografia. Capítulo IV: Educação. Capítulo V: Juventude. Parte II: Evangelização e Crescimento da Fé. Capítulo VI: Pastoral. Capítulo VII: Pastoral de Elites. Capítulo VIII: Catequese. Capítulo IX: Liturgia. Parte III: Capítulo X: A Igreja visível e suas estruturas. Capítulo XI: Sacerdotes. Capítulo XII: Religiosos. Capítulo XIII: Formação do Clero. Capítulo XIV: Pobreza da Igreja. Capítulo XV: Pastoral de conjunto. Capítulo XVI: Meios de comunicação social⁹². (Tradução nossa).

Esta estrutura refletiu uma Igreja preocupada em agir diante das situações de opressão, uma Igreja arremetida de pensamentos de mudanças surgidas no Concílio Vaticano II. Enrique Dussel, destacou a respeito da Conferência de Medellín.

Pode-se perceber um espírito profético, cheio de esperança e realismo, responsável pela abertura a nova época e não somente por uma nova etapa dentro do desenvolvimento dependente. De outro lado, esta nova civilização não é apenas o fruto de um efêmero processo industrial ou da passagem da civilização rural para outra urbana, mas a intenção do texto é mais profunda, mundial, crítica (DUSSEL, 1981, p. 64).

Vamos destacar algumas reflexões da Conferência, a fim de obtermos ferramentas de análise no que diz respeito a uma Igreja de opção pelos pobres. Durante todo o estudo deste capítulo viemos perseguindo esta categoria, os pobres, e agora se afunila a reflexão

⁹² Parte I: Promoción Humana. Capítulo I: Justicia. Capítulo II: Paz. Capítulo III: Familia y Demografia. Capítulo IV: Educación. Capítulo V: Juventud. Parte II: Evangelización y Crecimiento de la fe. Capítulo VI: Pastoral. Capítulo VII: Pastoral de elites. Capítulo VIII: Catequesis. Capítulo IX: Liturgia. Parte III: Capítulo X: La Iglesia visible y sus estructuras. Capítulo XI: Sacerdotes. Capítulo XII: Religiosos. Capítulo XIII: Formación del Clero. Capítulo XIV: Pobreza de la Iglesia. Capítulo XV: Pastoral de conjunto. Capítulo XVI: Medios de comunicación social.

nesta direção em que a Teologia da Libertação expressou com maestria na história da Igreja.

Já de início, os bispos latino-americanos expressaram o anseio de lutar pela situação do homem latino americano.

Talvez não tenha sido dito o suficiente que os esforços realizados não conseguiram, em geral, garantir o respeito e a realização da justiça em todos os setores das respectivas comunidades nacionais. As famílias muitas vezes não encontram possibilidades concretas de educação para seus filhos. Os jovens exigem seu direito de ingressar na universidade ou nos centros superiores de aperfeiçoamento intelectual ou técnico profissional; as mulheres, sua igualdade de direito e de fato com os homens; os camponeses, melhores condições de vida; ou se eles são produtores. Melhores preços e segurança na comercialização. A crescente classe média é afetada pela falta de expectativa. Um êxodo de profissionais e técnicos para países mais desenvolvidos já começou. Pequenos artesãos e industriais são pressionados por grandes interesses e não poucos grandes industriais são pressionados por grandes interesses e não poucos grandes industrialistas na América Latina estão gradualmente se tornando dependentes de empresas globais. Não podemos ignorar o fenômeno dessa frustração quase universal de aspirações legítimas que cria o clima de angústia coletiva que já estamos vivenciando⁹³ (CELAM, 1990, p.38). (Tradução nossa).

A reflexão teológica parte da realidade social vivida na América Latina na busca cristã da justiça, fraternidade, solidariedade.

Sobre as situações de violência ocorridas no continente, os bispos agiram de comum acordo no sentido de conscientização para a comunhão e a paz.

Acreditamos que o episcopado latino-americano não pode ser isento de assumir responsabilidades bem concretas. Por que criar uma ordem social justa, sem a qual a paz é ilusória, é uma tarefa eminentemente cristã. Cabe a nós, pastores da igreja, educar as consciências, inspirar, estimular e ajudar a orientar todas as iniciativas que contribuem para a formação do homem. Cabe também a nós denunciar tudo o que, ao ir

⁹³ “Quizás no se ha dicho suficientemente que los esfuerzos llevados a cabo no han sido capaces, em general, de asegurar el respeto y la realización de la justicia en todos los sectores de las respectivas comunidades nacionales. Las familias no encuentran muchas veces posibilidades concretas de educación para sus hijos. La juventud reclama su derecho a ingresar en la universidad o centros superiores de perfeccionamiento intelectual o tecnico profesional; la mujer, su igualdad de derecho y de hecho con el hombre; los campesinos, mejores condiciones de vida; o si son productores. Mejores precios y seguridad en la comercialización. La creciente clase media se siente afectada por la falta de expectativa. Se ha iniciado un éxodo de profesionales y técnicos a países más desarrollados. Los pequeños artesanos e industriales son presionados por intereses mayores y no pocos grandes industriales son presionados por intereses mayores y no pocos grandes industriales de latinoamerica van pasando progresivamente a depender de empresas mundiales. No podemos ignorar el fenómeno de esta casi universal frustración de legítimas aspiraciones que crea el clima de angustia colectiva que ya estamos viviendo” (CELAM, 1990, p. 38).

contra a justiça, destrói a paz⁹⁴ (CELAM, 1990, p. 57). (Tradução nossa).

A respeito da educação, a sugestão foi que se desenvolvesse uma educação integral e libertadora.

Nossa reflexão sobre esse panorama, nos leva a propor uma visão de educação, mais alinhada com o desenvolvimento integral que defendemos em nosso continente; a chamaríamos a educação libertadora; isto é, a que converte o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. A educação é efetivamente o meio-chave para libertar o povo de toda servidão e fazê-lo ascender de condições mais humanas, levando em conta que o homem é o responsável e o principal artífice de seu sucesso ou fracasso⁹⁵ (CELAM, 1990, p. 70). (Tradução nossa).

A educação libertadora que contemple todas as realidades da integralidade do ser humano é uma opção que realça a vivência com os oprimidos.

A respeito da realidade vivida em relação à Igreja.

Que se apresente cada vez mais nítido na América Latina o rosto de uma igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, desapegada de todo o poder temporal e audaciosamente comprometida com a libertação de todo homem e de todos os homens; que a pregação, os escritos pastorais e, em geral, a linguagem da igreja sejam simples e atuais, levando em conta a vida real dos homens do nosso tempo; que seja vivido na igreja, em todos os níveis, um senso de autoridade com caráter de serviço, livre de autoritarismo⁹⁶ (CELAM, 1990, p.82). (Tradução nossa).

⁹⁴ “Creemos que el episcopado latino americano no puede eximirse de asumir responsabilidades bien concretas. Porque crear un orden social justo, sin en cual la paz es ilusoria, es una tarea eminentemente cristiana. A nosotros, pastores de la iglesia, nos corresponde educar las conciencias, inspirar, estimular y ayudar a orientar todas las iniciativas que contribuyen a la formación del hombre. Nos corresponde también denunciar todo aquello que, al ir contra la justicia, destruye la paz” (CELAM, 1990, p. 57).

⁹⁵ “Nuestra reflexión sobre este panorama, nos conduce a proponer una visión de la educación, más conforme con el desarrollo integral que propugnamos para nuestro continente; la llamaríamos la educación liberadora; esto es, la que convierte al educando en sujeto de su propio desarrollo. La educación es efectivamente el medio clave para liberar a los pueblos de toda servidumbre y para hacerlos ascender de condiciones más humanas, teniendo en cuenta que el hombre es el responsable y el artífice principal de su éxito o de su fracaso” (CELAM, 1990, p. 70).

⁹⁶ “Que se presente cada vez más nítido en latinoamerica el rostro de una Iglesia auténticamente pobre, misionera y pascal, desligada de todo poder temporal y audazmente comprometida en la liberación de todo el hombre y de todos los hombres; que la predicación, los escritos pastorales y, en general el lenguaje de la iglesia sean simples y actuales, teniendo en cuenta la vida real de los hombres de nuestro tiempo; que se viva en la iglesia, en todos los niveles, un sentido de la autoridad con carácter de servicio, exento de autoritarismo” (CELAM, 1990, p. 82).

Assim, a Igreja assumia seus primeiros passos concretos para uma real Teologia da Libertação de opção preferencial pelos pobres⁹⁷.

A respeito da criação de comunidades eclesiais:

Que se procure a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente rurais ou urbanas marginalizadas. Comunidades que devem ser baseadas na palavra de Deus e realizadas, na medida do possível, na celebração eucarística, sempre em comunhão com o bispo e sob sua dependência⁹⁸ (CELAM, 1990, p.88). (Tradução nossa).

As comunidades eclesiais de base⁹⁹ representaram o germe de toda a reflexão da Teologia da Libertação. Foi nesse meio que as ideias se proliferaram abundantemente.

Quanto aos movimentos e organizações de leigos no seio da Igreja.

Apoie e permaneça resolutamente, onde já existem, ditos equipes ou movimentos; e não ser abandonado aos seus militantes, quando pelas implicações sociais do evangelho, são levados a compromissos que envolvem consequências dolorosas ¹⁰⁰(CELAM, 1990, p. 114). (Tradução nossa).

Sobre a formação e os seminaristas, nosso foco de análise, escreveram os bispos latino-americanos que,

A juventude de nossos seminários participa das preocupações e valores dos jovens de hoje. Se nota neles um desejo de autenticidade; sensibilidade aos problemas sociais; desejo de justiça e participação responsável nas mudanças de hoje; maior desejo por uma vida autenticamente comunitária, por diálogo, por um senso de igreja como catolicidade; anseio por pobreza e busca de valores evangélicos; com respeito à pessoa humana; espírito de iniciativa na pastoral; senso de liberdade e autonomia; desejo de trabalhar para inserir-se de forma vital

⁹⁷ “Toda essa situação apresenta a pobreza como carência de meios econômicos enquanto é fruto das injustiças sociais, da privação de participação política e do aguçamento da violência para a manutenção da política autoritária, da marginalização cultural que causa etnocídio, sobretudo das culturas autóctones, da alienação que intensifica a sociedade de consumo e retira a possibilidade de consciência crítica, também em função de uma educação fragmentada. Esta pobreza é um mal em si” (GONÇALVES, 2018, p. 114).

⁹⁸ “Que se procure la formación del mayor número de comunidades eclesiales en las parroquias, especialmente rurales ou urbanos marginados. Comunidades que deben basarse en la palabra de Dios y realizarse, en cuanto sea posible, en la celebración eucarística, siempre en comunión con el obispo y bajo su dependencia” (CELAM, 1990, p. 88).

⁹⁹ À frente vamos explorar mais a questão das comunidades eclesiais de base em tópico único.

¹⁰⁰ “Apóyese y aléytese decididamente, allí donde ya existen, dichos equipos o movimientos; y no se abandone a sus militantes, cuando por las implicaciones sociales del evangelio, son llevados a compromisos que comportan dolorosas consecuencias” (CELAM, 1990, p. 114).

no ambiente e ajudar na sua formação; valorização de valores essenciais¹⁰¹ (CELAM, 1990, p.137). (Tradução nossa).

Ainda destacam o que é necessário levar em consideração nos seminários, e em específico nos seminários de Ensino Médio.

Falando dos seminários em geral, maior integração é percebida na equipe de formadores; atualizá-los através de cursos e reuniões de reflexão; esforço por uma formação mais pessoal dos seminaristas, dentro de um ambiente familiar; integração do seminário na comunidade eclesial e na comunidade humana, mais contato do bispo e dos párocos com o seminário; maior abertura às realidades do mundo atual e da família; renovação de métodos pedagógicos; aplicação de uma psicologia sólida no discernimento e orientação dos candidatos. Quanto ao seminário menor, aumento da incorporação de pessoal leigo, incluindo mulheres; abertura para uma pluralidade de profissionalização; criação de novas formas de seminários menores, tais como semi-internatos, frequência extraescolar em escolas públicas, privadas¹⁰² (CELAM, 1990, p.138). (Tradução nossa).

A abertura para que os formandos estejam em contato direto com o povo da América Latina insere a possibilidade de maior abertura-acessibilidade com as famílias e comunidades. Formar-se em humanidade, sentindo as alegrias e as tristezas dos povoados.

No que diz respeito a uma Igreja que se identifica com os pobres para emancipar-se, destacam os bispos que,

A pobreza como compromisso, quem assume, voluntariamente e por amor a condição dos necessitados deste mundo para testemunhar o mal que representa e a liberdade espiritual em face dos bens, segue nisso o exemplo de Cristo que fez suas todas as consequências da condição

¹⁰¹ “La juventud de nuestros seminarios participa de las inquietudes y de los valores de los jóvenes de hoy. Se nota en ellos deseo de autenticidad; sensibilidad a los problemas sociales; deseo de justicia y de participación responsable en los cambios de hoy; mayor deseo de vida autenticamente comunitaria, de diálogo, de sentido de iglesia como catolicidad; anhelo de pobreza y búsqueda de los valores evangelicos; respecto a la persona humana; espíritu de iniciativa en la pastoral; sentido de libertad y autonomía; deseo de trabajar para insertarse vitalmente en el ambiente y ayudarse en su formación; aprecio de los valores esenciales” (CELAM, 1990, p. 137).

¹⁰² “Hablando de los seminarios en general se advierte una mayor integración en el equipo de formadores; actualización de este a través de cursos y encuentros de reflexión; esfuerzo por una formación más personal de los seminaristas, dentro de un ambiente de familia; integración del seminario en la comunidad eclesial y en la comunidad humana, más contacto del obispo y de los párrocos con el seminario; mayor apertura a las realidades del mundo actual y a la familia; renovación de los métodos pedagógicos; aplicación de una sana psicología en el discernimiento y orientación de los candidatos. En cuanto al seminario menor, incorporación cada vez mayor de personal laico, inclusive femenino; apertura hacia una orientación vocacional pluralista; creación de formas nuevas de seminarios menores tales como seminternados, externados asistencia a clases en colegios estatales, privados” (CELAM, 1990, p. 138).

pecaminosa dos homens e que, sendo rico, ele se tornou pobre, para nos salvar¹⁰³ (CELAM, 1990, p.148). (Tradução nossa).

O compromisso com os pobres foi exaltado como prática evangélica, partilhar dos mesmos problemas existentes nessa realidade oprimida. Trata-se de uma pobreza de cunho material sem deixar o lado espiritual esquecido. A pobreza se efetiva no testemunho, no desprendimento, no colocar-se à disposição de Deus para servi-lo de modo libertador, promovendo a dignidade do ser humano (GONÇALVES, 2018).

A Igreja sendo fiel a suas origens volta o olhar aos pobres, a fé se aproxima da história, compromete-se com os pobres para libertá-los em busca de uma nova humanidade. Como nos apresenta Segundo Galilea (1928 – 2010, Teólogo Chileno).

Uma das grandes linhas de força da Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Medellín é assumir o processo de libertação de seus povos e comprometer-se com eles. Através da presença da Igreja, recuperará sua autêntica dimensão sócio-política, obscurecida nas últimas décadas. A partir da descoberta do homem latino-americano explorado, a pastoral reencontra seu aspecto profético, em defesa do Plano de Deus sobre esse homem¹⁰⁴ (GALILEA, 1975, p.36). (Tradução nossa).

Libertação de todas as formas, cultural, religiosa, material, violência, opressão... Enfim, compreendemos que a Conferência de Medellín foi um grande passo na proliferação das ideias da Teologia da Libertação, optando em todo o texto pelos mais pobres do continente latino-americano.

2.3.5 Conferência Episcopal Latino Americana – Puebla – 1979

A Conferência Episcopal Latino-Americana – de Puebla foi realizada no México em 1979, e contou com ampla organização e preparação. A abertura teve a participação

¹⁰³ “La pobreza como compromiso, que asume, voluntariamente y por amor, la condición de los necesitados de este mundo para testimoniar el mal que ella representa y la libertad espiritual frente a los bienes, sigue en esto el ejemplo de Cristo que hizo suyas todas las consecuencias de la condición pecadora de los hombres y que siendo rico se hizo pobre, para salvarnos” (CELAM, 1990, p. 148).

¹⁰⁴ “Una de las grandes líneas de fuerza de la Conferencia de Obispos latinoamericanos en Medellín es la de asumir el proceso de liberación de sus pueblos y comprometerse con él. A través de la presencia de la Iglesia va a recuperar su autentica dimensión socio-política, oscurecida en las últimas décadas. A partir del descubrimiento del hombre latinoamericano explotado, la pastoral redescubre su vertiente profética, en defensa del Plan de Dios sobre ese hombre” (GALILEA, 1975, p. 36).

do Papa João Paulo II¹⁰⁵, sua visita foi um extraordinário movimento de ânimo para a renovação das ações e atitudes da Igreja Latino-Americana no esforço de continuar a prática da libertação. Puebla quer retomar os temas anteriormente debatidos e assumir novos compromissos, sob a inspiração do Evangelho de Jesus Cristo. Sobre isso, comenta Leonardo Boff.

Puebla retificou e aprofundou o interesse pela libertação. Colocou-o como eixo que corre de ponta a ponta de todo o documento. [...]. Entrou no enfoque de fundo sob o qual se considera a evangelização no presente e no futuro da América Latina: criar comunhão e participação mediante um processo de libertação integral. A meta suprema de toda evangelização é gerar comunhão e participação dos homens entre si e dos homens com Deus (BOFF, 1979, p. 42).

O documento de Puebla encerra em todas as reflexões a base da libertação, o homem que se liberta dos empecilhos em busca da comunhão e participação, ressurgindo para a vida digna, como apresenta Leonardo Boff.

Em primeiro lugar, o documento assume e faz frutificar em todas as partes o método consagrado pela teologia da libertação: ver (análise da realidade), julgar (juízo a partir da fé) e agir (estabelecimento de pistas de ação pastoral). Parte-se de uma visão pastoral da realidade latino-americana. Depois de se considerar uma dimensão histórica, sociocultural e eclesial e dar contas das profundas angústias e inarredáveis esperanças do povo latino americano (BOFF, 1979, p. 43).

Seguindo a análise de Boff, destaca-se ainda a importância dada pelo Documento de Puebla sobre a questão social e política da fé.

O documento enfatiza, como nunca antes na história do Magistério Eclesiástico, a dimensão social e política da fé e da mensagem evangélica. Se o diagnóstico acusa que vivemos em uma situação de pecado social e de permanente violação da dignidade da pessoa humana, então a terapia deve ser também social, nossa conduta social é parte integrante de nosso seguimento de Cristo (BOFF, 1979, p. 43).

A libertação alinha-se de vez com a evangelização, é parte inerente à missão da Igreja. A transformação social é vista como questão importante para que o ser humano

¹⁰⁵ “Sua passagem pela América Latina não o deixou indiferente face a paixão dos operários, dos camponeses e dos índios. Entrou em contato com aquela realidade que constitui o nascedouro originário da Teologia da Libertação. Numa palavra poderíamos dizer: o Papa, geralmente, se distancia do vocabulário da Teologia da Libertação mas assume-lhe as principais teses” (BOFF, 1979, p. 40).

tenha vida digna. Como demonstra Boff: “Em nossas palavras diríamos que a missão da evangelização se resume em libertar o não homem e fazê-lo homem (libertá-lo das injustiças), promover o homem em todas as suas dimensões (promoção integral)” (BOFF, 1979, p. 44).

Na já referida obra do CELAM compilada sobre as duas Conferências, Medellín e Puebla, do ano de 1990, trazemos a seguinte organização do documento de Puebla: Primeira Parte: Visão Pastoral da realidade Latino-americana¹⁰⁶. (Tradução nossa). Em geral, o objetivo dessa primeira parte é situar a evangelização, examinar alguns aspectos do contexto sociocultural em que a Igreja realiza sua missão, como também examinar a realidade pastoral da época em que se apresentava a evangelização, com projeção no futuro. Segunda parte: Desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina¹⁰⁷. (Tradução nossa). Quer apresentar que o homem latino-americano tem uma tendência inata de acolher as pessoas, tem consciência de sua dignidade, de sua participação política e social, possui um grande amor à terra, valores autóctones. Terceira parte: A evangelização na Igreja da América Latina: comunhão e participação¹⁰⁸. (Tradução nossa). O povo está vivendo em frustrações e tentativas, isto é, refletir a esperança que nasce do sentido religioso e de sua riqueza humana, mostrar o que a Igreja tem feito, sendo que a missão da Igreja é evangelizar, aqui e agora, com os olhos voltados para o futuro. Quarta parte: Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina¹⁰⁹. (Tradução nossa). Expressa algumas tendências: O ritmo acelerado de crescimento de população e de concentração nas cidades grandes; Uma sociedade cada vez mais aberta e pluralista. E no quadro internacional, vai-se tomando consciência da limitação dos recursos do nosso planeta e da necessidade de sua racionalização. Quinta parte: Lugar e dinamismo do Espírito: opções pastorais¹¹⁰. (Tradução nossa). O dinamismo de uma pastoral que opte pelos pobres.

Podemos perceber que a estrutura obedece a real preocupação com a realidade da América Latina, reflexão que ouve a voz dos pobres por libertação. Daremos alguns enfoques, de maneira especial, na direção da libertação e dos pobres, ambas categorias que mais manifestamos interesse nesta pesquisa.

¹⁰⁶ Visión Pastoral de la realidad latinoamericana.

¹⁰⁷ Designio de Dios sobre la realidad de América Latina.

¹⁰⁸ La evangelización en la Iglesia de América Latina: comunión y participación.

¹⁰⁹ Iglesia Misionera al servicio de la evangelización en América Latina.

¹¹⁰ Bajo el dinamismo del Espíritu: opciones pastorales.

Podemos, no início do documento, perceber a preocupação em denunciar as situações de injustiça que assolavam nosso continente latino-americano.

Países como o nosso, onde com frequência não se respeita os direitos humanos fundamentais - a vida, a saúde, a educação, a habitação, o trabalho ... estão em uma situação de violação permanente da dignidade da pessoa. Soma-se a isso a angústia decorrente de abusos de poder, típicos de regimes de força. Angústia pela repressão sistemática ou seletiva, acompanhada de denúncia, violação da privacidade, pressão desproporcional, tortura, exílio¹¹¹ (CELAM, 1990, p.62). (Tradução nossa).

Nesse cenário, é preciso uma Igreja atuante, através de uma força tarefa, de maneira especial dos Padres.

É encorajador o espírito de sacrifício de muitos padres que bravamente assumem a solidão e o isolamento sobretudo no mundo rural. No entanto, métodos pastorais inadequados às situações atuais e pastorais orgânicas persistem. Na formação sacerdotal, embora haja insuficiências numéricas dos formadores, não faltam experiências valiosas; em alguns casos houve exageros que estão sendo superados¹¹² (CELAM, 1990, p. 73). (Tradução nossa).

A clareza dos valores evangélicos são considerados. A Igreja se manifestou como aquela que é sinal de comunhão e participação dos povos.

Cada comunidade eclesial deve esforçar-se por estabelecer para o continente um exemplo de um modo de convivência onde a liberdade e a solidariedade possam ser combinadas. Onde a autoridade é exercida com o espírito do Bom Pastor. Onde você vive uma atitude diferente em relação à riqueza. Onde formas de organização e estruturas de participação são experimentadas, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade¹¹³ (CELAM, 1990, p. 99). (Tradução nossa).

¹¹¹ “Países como los nuestros en donde con frecuencia no se respetan derechos humanos fundamentales – vida, salud, educación, vivienda, trabajo..., están en situación de permanente violación de la dignidad de la persona. A esto se suman las angustias surgidas por los abusos de poder, típicos de los regímenes de fuerza. Angustias por la represión sistemática o selectiva, acompañada de delación, violación de la privacidad, apremios desproporcionados, torturas, exilios” (CELAM, 1990, p. 62).

¹¹² “Es alentador el espíritu de sacrificio de muchos sacerdotes que asumen con valentía la soledad y el aislamiento sobre todo en el mundo rural. Aún persisten, sin embargo, métodos pastorales inadaptados a las actuales situaciones y a la pastoral orgánica. En la formación sacerdotal, aunque hay insuficiencia numérica de formadores, no han faltado experiencias valiosas; en algunos casos ha habido exageraciones que se van superando” (CELAM, 1990, p. 73).

¹¹³ “Cada comunidad eclesial debería esforzarse por constituir para el continente un ejemplo de modo de convivencia donde logren aunarse la libertad y la solidaridad. Donde la autoridad se ejerza con el espíritu del Buen Pastor. Donde se viva una actitud diferente frente a la riqueza. Donde se ensayen formas de

É dada a devida importância à dimensão política da Igreja, deve ter o bem comum como sua finalidade, é preciso dar à ela a necessitada consideração.

A Igreja, geralmente, sem distinguir o papel de seus vários membros, sente seu dever e direito de estar presente neste campo da realidade: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, incluindo a dimensão política. Critica, para isso, aqueles que tendem a reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar, excluindo a ordem profissional, econômica, social e política, como se o pecado, o amor, a oração e o perdão não fossem relevantes ali¹¹⁴ (CELAM, 1990, p. 144). (Tradução nossa).

A presença da Igreja no campo da política tem o dever de iluminar as consciências e anunciar a libertação na sociedade. O compromisso político é necessário, pois é no concreto que o testemunho de vida cristã se faz realidade.

Os seminários também foram tratados como lugares de assegurar uma sólida formação humana e cristã, assim expressa o documento,

Que os jovens não percam o contato com a realidade nem se livressem de seu contexto social. [...] se descobre na América Latina forte espírito de renovação, que representa uma esperança e uma resposta ao problema da formação. [...] Nos seminários, a ênfase deve ser colocada na austeridade, disciplina, responsabilidade e espírito de pobreza, em um clima de autêntica vida comunitária¹¹⁵ (CELAM, 1990, p. 201). (Tradução nossa).

Sobre a educação dos jovens, os bispos destacam a humanização e a personalização do homem através da educação.

A educação humaniza e personaliza o homem quando consegue que ele desenvolva plenamente seu pensamento e sua liberdade, fazendo-os

organización y estructuras de participación, capaces de abrir camino hacia un tipo más humano de sociedad” (CELAM, 1990, p. 99).

¹¹⁴ “La Iglesia, hablando todavía en general, sin distinguir el papel que compete a sus diversos miembros, siente como su deber y derecho estar presente en este campo de la realidad: porque el cristianismo debe evangelizar la totalidad de la existencia humana, incluida la dimensión política. Critica por esto, a quienes tienden a reducir el espacio de la fe a la vida personal o familiar, excluyendo el orden profesional, económico, social e político, como si el pecado, el amor, la oración y el perdón no tuviesen allí relevancia” (CELAM, 1990, p. 144).

¹¹⁵ “Que los jóvenes no pierdan el contacto con la realidad ni se desarraiguen de su contexto social. [...] Se descubre en América Latina un fuerte espíritu de renovación que representa una esperanza y una respuesta a la problemática de la formación. [...] En los seminarios, se deberá insistir en la austeridad, la disciplina, la responsabilidad y el espíritu de pobreza, en un clima de auténtica vida comunitaria” (CELAM, 1990, p. 201).

frutificar nos hábitos de compreensão e comunhão com a totalidade da ordem real pela qual o próprio homem humaniza seu mundo, produz cultura, transforma a sociedade e constrói a história¹¹⁶ (CELAM, 1990, p. 219). (Tradução nossa).

A Conferência de Puebla fez, definitivamente, uma opção para toda a Igreja da América Latina: a opção preferencial pelos pobres.

Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, com vistas à sua libertação integral. A imensa maioria de nossos irmãos continua a viver na pobreza e até na miséria que piorou¹¹⁷ (CELAM, 1990, p. 236). (Tradução nossa).

Os bispos em Puebla, ainda destacaram que a exemplo da opção de Jesus Cristo, a Igreja opta por clamar por vida digna a todos. Igualmente, é preciso também mirar os ricos para que se convertam de suas posições.

A exigência evangélica da pobreza, como solidariedade com os pobres e como rejeição da situação em que vive a maioria do continente, liberta os pobres de serem individualistas em suas vidas e de serem atraídos e seduzidos pelos falsos ideais de uma sociedade de consumo. Da mesma forma, o testemunho de uma Igreja pobre pode evangelizar os ricos que se apegam às riquezas, convertendo-os e libertando-os dessa escravidão e do seu egoísmo¹¹⁸ (CELAM, 1990, p. 240). (Tradução nossa).

Para isso, a revisão das estruturas da Igreja deveria ser feita, como também a vida prática de seus líderes religiosos precisava passar por uma revisão, para germinar um homem novo, uma sociedade nova.

Sobre a categoria dos pobres, apresentada com ênfase no documento de Puebla, Ronaldo Muñoz (teólogo chileno, 1933 – 2009) inferiu que,

Trata-se do sentido básico que a pobreza tem na linguagem direta dos próprios pobres, das grandes maiorias populares do nosso continente.

¹¹⁶ “La educación humaniza y personaliza al hombre cuando logra que éste desarrolle plenamente su pensamiento y su libertad, haciéndolos fructificar en hábitos de comprensión y de comunión con la totalidad del orden real por los cuales el mismo hombre humaniza su mundo, produce cultura, transforma la sociedad y construye la historia” (CELAM, 1990, p. 219).

¹¹⁷ “Afirmamos la necesidad de conversión de toda la Iglesia para una opción preferencial por los pobres, con miras a su liberación integral. La inmensa mayoría de nuestros hermanos siguen viviendo en situación de pobreza y aun de miseria que se ha agravado” (CELAM, 1990, p. 236).

¹¹⁸ “La exigencia evangélica de la pobreza, como solidaridad con el pobre y como rechazo de la situación en que vive la mayoría del continente, libra al pobre de ser individualista en su vida y de ser atraído y seducido por los falsos ideales de una sociedad de consumo. De la misma manera, el testimonio de una Iglesia pobre puede evangelizar a los ricos que tienen su corazón apegado a las riquezas, convirtiéndolos y liberándolos de esta esclavitud y de su egoísmo” (CELAM, 1990, p. 240).

Trata-se da pobreza como fenômeno econômico-social e humano, fenômeno das massas entre nós, e da pobreza que inclui não apenas uma vida de privações, mas ainda a marginalização, as frustrações e humilhações, a impossibilidade de se expressar e de influir realmente na vida e nas grandes decisões da sociedade (MUÑOZ, 1981, p. 28).

Encontrar no rosto dos sofredores a afeição de Jesus Cristo. Tantos são os que necessitam dessa empatia, são as crianças, os jovens, os sem-teto, os sem-terra, os indígenas... Sabemos que essas realidades de pobreza de bens materiais afetam o ser humano como um todo, seu psicológico, sua formação, sua estrutura humana. Disso, concluímos que o pobre que Jesus Cristo optou é o pobre material, o pobre espiritual, o pobre humano, o pobre que sofre as injustiças do pecado social, é o homem como um todo. A causa dos pobres é a causa de Jesus Cristo.

Pudemos perceber que foram um conjunto de causas e fatores que propiciaram a ambiência para que surgisse a nova maneira de pensar teologia na América Latina, que ficou conhecido historicamente como movimento da Teologia da Libertação. Para que esse modo de fazer Teologia fosse sistematizado, foi necessário os primeiros intelectuais, aqueles que foram os responsáveis por fundar a Teologia da Libertação. Veremos, no próximo tópico, quem foram os responsáveis diretos pela originalidade do pensamento latino americano referente à libertação.

2.4 OS PRINCIPAIS TEÓLOGOS FUNDADORES E EXPOENTES DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A América Latina, antes da Teologia da Libertação, era vista no cenário mundial sem produção teológica. Depois desta, ficou reconhecida como experiência teológica, que aos poucos ganhou credibilidade e confiança.

Não obstante às causas, foi necessário que surgissem homens de coragem para sistematizar a Teologia com o viés de libertação e assumir as consequências. Nesse intento, desenvolve Batista Mondin.

Ela pôde desenvolver-se porque na América Latina havia homens bem equipados teologicamente, que compreenderam os anseios dos cristãos de seus países e conseguiram levá-los a nível de reflexão teológica, científica e orgânica. Este mérito cabe sobretudo a dois autores, que por este motivo são considerados os fundadores da teologia da libertação. Chamam-se eles Gustavo Gutiérrez e Hugo Assmann (MONDIN, 1980, p. 64).

Gustavo Gutiérrez¹¹⁹ é o principal fundador, aquele que conseguiu traduzir em linguagem simples as intuições desta maneira de pensar teologicamente. Segue Mondin,

Uma teologia que ele não inventa, mas que colhe da sua imersão pastoral dos movimentos cristãos, uma reflexão que houve as aspirações de um continente de maioria cristã, que adquire consciência do fato que a libertação de Deus não é uma empreitada heroica que empalidece no passado, mas é o chamado de hoje, a passagem histórica do Senhor (MONDIN, 1980, p. 65).

Gutiérrez percebeu que a solução para a sociedade latino-americana passaria, necessariamente, por uma restauração da justiça, destruindo o sistema vigente, o capitalista, o qual é incompatível com a mensagem cristã, pois gera alienação e miséria. Nesse sentido, Mondin expressa: “Para realizar a salvação cristã, é preciso destruir a violência institucionalizada que atualmente impera” (MONDIN, 1980, p. 65).

A linguagem de libertação passa a ser usada para manifestar a mensagem cristã católica. Libertar-se das atuais escravidões significava libertar-se do pecado produzido pelo sistema capitalista, assim abandona-se o pensamento sobre o desenvolvimento e se atém ao termo libertação. Como demonstra Batista Mondin.

A razão fundamental é que o termo libertação parece mais apropriado que o termo desenvolvimento para exprimir a participação dos cristãos nas lutas para construir uma sociedade justa e fraterna, onde os homens possam viver com dignidade e ser agentes de seu próprio destino (MONDIN, 1980, p. 66).

Sob a realidade dos oprimidos, libertação é uma palavra que se encaixa perfeitamente e sobre ela constrói-se uma teorização a partir da Bíblia, que ilumina as ações humanas dentro da história, expressa a vida digna segundo Jesus Cristo. Demonstra uma maneira original de pensar Teologia, sendo a principal preocupação dar a resposta que coloca a relação entre salvação e emancipação no decorrer da história. Assim como explica Mondin,

¹¹⁹ “Gustavo Gutiérrez, nasceu Lima (Perú) em 1928. Completados os estudos secundários em sua cidade natal, frequentou durante cinco anos a Faculdade de Medicina da Universidade Nacional de Lima. Depois, interrompeu os estudos de medicina e empreendeu o currículo dos estudos filosóficos e teológicos para preparar-se ao Sacerdócio. De 1951 a 1955, estudou filosofia e psicologia em Louvain; de 1955 a 1959, teologia em Lião. Em 1959, foi ordenado sacerdote em Lima. Desde 1960 é professor no departamento de teologia da universidade Católica de Lima” (MONDIN, 1980, p. 65). Atualmente, mora no Estados Unidos.

O papel da Igreja, todavia, não é apenas o de exercer a crítica social, o que seria excessivamente intelectual. A Igreja estimulará e tornará intransigente a consagração dos cristãos a sua história. A comunidade cristã, que professa uma verdade, que continua elaborando a si mesma, é chamada a participar ativamente na construção de uma ordem justa (MONDIN, 1980, p. 68).

O fundador Gutiérrez trouxe uma nova metodologia, partindo de baixo, indutivamente, da realidade em que se vive. O ponto de partida é a concretude, conhecer a práxis em que se está inserido na busca de uma sociedade justa, é uma relação direta com a práxis histórica. É a libertação humana a partir da fé cristã.

Hugo Assmann¹²⁰ também aparece como um dos fundadores da Teologia da Libertação. Junto com Gustavo Gutiérrez formam os principais fundadores da referida Teologia. Em sua principal obra: *Teología de la liberación* (Teologia da libertação), “Assmann desenvolve, antes de tudo, um exame profundo da linguagem da libertação e da relevo as razões que justificam sua introdução na teologia” (MONDIN, 1980, p. 81).

Citando a obra de Hugo Assmann, *Verso un discorso unitario sulla teologia della liberazione* (Para um discurso unitário sobre a teologia da libertação), Batista Mondin descreve acerca do significado do termo libertação.

Assmann distingue três usos deste termo: político, filosófico e teológico. À palavra libertação se propõem três significados: a) libertação política dos povos e dos estratos sociais oprimidos; b) libertação do homem no curso da história; c) libertação do pecado, raiz de todo mal, com o anúncio de uma condição de vida que é comunhão de todos os homens com o Senhor (MONDIN, 1980, p. 83).

O campo teológico é a práxis histórica concreta, isto é, a fé que se crê concretiza-se nas ações direcionadas aos pobres. Na análise destas dimensões, política, do homem e do pecado, percebemos uma relação permanente, pois a libertação implica a elevação política por meio das ações – políticas públicas que propiciem a mudança, é na história concreta que se fará o processo de libertação, o pecado social é um produto de relações desiguais. Estamos na esteira da busca de libertação a partir da prática cristã, em que é

¹²⁰ “Hugo Assmann nasceu em 1933, no Brasil. Estudou Filosofia e Sociologia em seu país natal e Teologia em Roma. É licenciado em ciências sociais e é doutor em Teologia. De 1962 a 1969, deu cursos de Teologia em várias universidades brasileiras; em 1969 foi visiting professor na Faculdade de Teologia da Universidade de Munster (Alemanha Ocidental). De 1971 a 1973, foi secretário dos estudos de “Iglesia y Sociedad en América Latina” (ISAL). Desde 1974, está em San José (Costa Rica), como professor na escola de jornalismo da Universidade de Costa Rica” (MONDIN, 1980, p. 81). Faleceu em 2008.

preciso entender que fé e práxis são duas realidades que precisam caminhar alinhadas uma a outra.

Quanto à especificidade da Teologia da Libertação, Mondin destaca que Hugo Assmann usa como principais temas:

- O mundo como campo de conflitos, para cuja eliminação deve ser dirigida a obra da Igreja; - A violência institucionalizada e o pecado; Libertação e salvação; - Criação e salvação: processo de libertação; - Presença libertadora em sentido político e antecipação escatológica; - O Cristo animador da história; - O significado do Cristianismo; - As escolhas das igrejas nos anos setenta (MONDIN, 1980, p. 86).

Seu compromisso existencial era com as pessoas oprimidas e excluídas das condições dignas de vida, como destaca Jung Mo Sung (Teólogo da Coreia do Sul, nascido em 1957, vivendo no Brasil desde 1966): “Ele foi um dos primeiros e principais teólogos da libertação que percebeu que os capitalistas e os seus ideólogos tinham uma grande capacidade de manipular a dimensão simbólica do ser humano e os mitos mais profundos da sociedade” (SUNG, 2010, p. 188).

A realidade humana é colocada na história e acompanhada pela fé encarnada. Neste cenário, a Igreja insere-se na luta pela vida digna diante das estruturas opressoras fazendo a opção preferencial pelos pobres.

Assmann (em um texto intitulado: *Ampliar e aprofundar sensibilidades: elementos para uma pedagogia do terceiro milênio*, de 2006) assume uma particular vontade de formar consciências a partir da educação para criar uma cultura que refletisse igualmente os valores humanos, pois

De todos os modos, é sobre a educação que se voltam, sempre de novo, as preocupações dos que falam desse tempo de urgências. O mais urgente, portanto, parece ser uma profunda revolução pedagógica, voltada para uma espécie de cultura de sensibilidades (ASSMANN, 2010, p. 17).

Tudo o que Hugo Assmann fez transparece incrustado continuamente nos enfoques educacionais e na formação da consciência para os compromissos sociais. Entrementes, chega a assinalar que sobre a guisa do capital financeirizado parece não haver lugar para todos, consequência disso, é que muitos sobram para a pobreza extrema: “Uma sociedade em que caibam todos tornou-se um sonho desvanecido, uma utopia desvairada. Há todo um leque de termos cruéis, de uma brutalidade chocante, que

surgiram nesta perspectiva de que não há como dar lugar a todos” (ASSMANN, 2010, p. 17).

O excluído torna-se um homem sem esperança de revalorização, necessita de uma alavanca para voltar a viver. Nada é fácil para quem sente falta de todas as condições básicas de sobrevivência.

Segundo Batista Mondin, os principais fundadores da Teologia da Libertação, dentre eles, Gustavo Gutiérrez e Hugo Assmann, a grosso modo, conceituam que,

A Teologia da libertação propõem-se a dar atuação a densidade política da fé cristã e, nos países explorados e dos oprimidos, isto não exige apenas a criação de melhores condições de vida, mas também a luta aberta contra os poderes constituídos, a revolução social e política, e a radical mudança das estruturas (MONDIN, 1980, p. 89).

A práxis histórica é o lugar teológico para a reflexão da fé a partir da Sagrada Escritura. A Teologia da Libertação resgatou a história humana de lutas no concreto e iluminou-as a partir da crença. Trouxe uma espiritualidade encarnada e aproximou-se dos pobres de modo incisivo.

Depois dos fundadores, houve aqueles intelectuais que deram sequência ao processo de conhecimento da Teologia da Libertação. Vamos expor a seguir os principais expoentes, os responsáveis por dar continuidade no pensamento que se alinha à denúncia da realidade da pobreza.

A nova maneira de conscientizar-se teologicamente a partir da Teologia da Libertação ganhou espaço em novos teóricos práticos¹²¹. Dentro dessa conscientização destaca-se o novo papel dos teólogos, como expressa Mondin,

Terminavam os tempos em que o teólogo estava a serviço da hierarquia e devia satisfazer-se em arrumar e fornecer justificativas racionais às declarações do magistério eclesiástico. Agora ele se sente chamado a servir o povo de Deus, para fornecer respostas adequadas aos problemas concretos que mais o afligem (MONDIN, 1980, p. 94).

Vamos nos concentrar em dois destes expoentes, os quais sobressaíram-se nas reflexões sobre a realidade brasileira, são eles: Leonardo Boff e Dom Helder Câmara.

¹²¹ “Mas são muitos outros os autores que deram uma contribuição significativa a Teologia da Libertação. Em primeiro lugar, os teólogos de profissão: Leonardo Boff, Segundo Galileia, Juan Segundo, Juan Scannone e Porfirio Miranda. Além dos teólogos de profissão, contribuíram para o desenvolvimento da Teologia da Libertação também algumas eminentes figuras da hierarquia eclesiástica, especialmente, Eduardo Pirônio, Pedro Casaldáliga, Alfonso L. Trujillo e Helder Câmara” (MONDIN, 1980, p. 94).

O primeiro, Leonardo Boff¹²², é um continuador exímio da Teologia da Libertação¹²³. Preocupado com a realidade brasileira, apresenta, segundo a análise de Mondin, os seguintes anseios: 1) Primazia do elemento antropológico sobre o eclesiológico, expressando que o que mais está em foco na América Latina e no Brasil não é a Igreja em si, mas o homem, o qual a Igreja deve ajudar. 2) Primazia do elemento utópico sobre o fatural: onde o passado não é o centro dos esforços, mas o futuro. 3) Primazia do social sobre o pessoal. Aqui entra a marginalização que aflora nosso povo. Existem males estruturais que transcendem as pessoas individuais (MONDIN, 1980).

No mesmo sentido, exalta e analisa a questão de Jesus Cristo como libertador, “Boff afirma, com razão, que para o homem de nosso tempo alguns dos tradicionais títulos de Jesus se tornaram incompreensíveis e que, portanto, deve-se substituí-los por outros títulos. O título a que, ao seu ver, o homem moderno mais aprecia é o de libertador” (MONDIN, 1980, p. 107).

Nesse intuito, o próprio Leonardo Boff expressa.

A vida de Cristo foi redentora em todos os seus momentos, não apenas no seu início pela encarnação ou no seu fim pela morte de cruz [...]. A libertação não foi tanto uma doutrina que anunciou; foi antes de tudo, uma práxis que inaugurou (BOFF, 1980, p. 165).

Leonardo Boff coloca a libertação a partir de Jesus Cristo, tendo como base as situações concretas em que se vive. Na visão do teólogo brasileiro, toda a prática de Jesus Cristo foi libertadora da pobreza, ele explica que,

Pobreza concreta inclui míngua, fome, escravidão à doença e a toda sorte de limitações que poderiam ser superadas pela ausência de pobreza. [...]. Quando realmente a pobreza nos assola e sofremos suas

¹²² Leonardo Boff, OFM, nasceu a 14 de dezembro de 1938 no Brasil. Franciscano, fez seus estudos filosóficos e teológicos em Curitiba (Paraná) e em Petrópolis (Rio de Janeiro). Completou estudos de especialização em Teologia Dogmática na Europa, na Universidade de Munique (Baviera), sob a guia de K. Rahner, L. Scheffczyk e H. Fries. Professor de Teologia Sistemática no Instituto Filosófico Teológico de Petrópolis. Diretor da Revista Eclesiástica Brasileira e da edição em língua portuguesa de Concílium (Cf. MONDIN, 1980, p. 103). É palestrante, escritor e referência da Teologia da Libertação no Brasil.

¹²³ Possui múltiplos, textos, artigos, livros... “Entre os inúmeros livros publicados, destacamos: Reflexões de um velho teólogo e pensador (Petrópolis: Vozes, 2018), Ecologia, Mundialização, Espiritualidade (Rio de Janeiro: Record, 1993), Civilização planetária (Rio de Janeiro: Sextante, 1994), A voz do arco-íris (Rio de Janeiro: Sextante, 2000), Saber cuidar (Ed. 20. Petrópolis: Vozes, 2014), Ética e eco espiritualidade (Petrópolis: Vozes, 2011), Homem: satã ou anjo bom (Rio de Janeiro: Record, 2008), Evangelho do Cristo cósmico (Rio de Janeiro: Record, 2008), Do iceberg à Arca de Noé (Rio de Janeiro: Sextante, 2002), Opção Terra. A solução da Terra não cai do céu (Rio de Janeiro: Sextante, 2009), Proteger a Terra-cuidar a vida. Como evitar o fim do mundo (Rio de Janeiro: Record, 2010), Ecologia: grito da Terra, grito do pobre (Petrópolis: Vozes, 1995)” (TEIXEIRA, 2018, s/p).

limitações, esquecemos todas as considerações místicas. Batemos no concreto, na infraestrutura da vida humana (BOFF, 1980, p. 232).

A pobreza é um pecado estrutural, é necessário criar condições políticas, culturais, religiosas para que ela seja excluída da vida social humana, pois, como justifica Boff,

A pobreza constitui um mal; para a Bíblia é uma forma como a morte se manifesta na vida humana, porque sob a morte não se deve entender apenas o último momento da vida biológica, mas tudo o que diminui, limita, humilha, ofende e encurta a existência humana. Semelhante pobreza contradiz o desígnio histórico de Deus. Por isso, ela não pode ser o sentido de um projeto humano. Ninguém é pobre pela pobreza em si mesma. Se alguém se faz pobre é por outro motivo e não para magnificar a pobreza como um ideal humano (BOFF, 1980, p. 234).

Seguir Jesus Cristo é assemelhar-se à Ele em todos os sentidos, em especial, assumir a situação do outro (empatia). Como nos confidencia Leonardo Boff.

Pobreza-compromisso constitui a forma mais alta do amor porque vai ao encontro do outro como o outro e não como alguém da mesma classe ou prolongamento de nós mesmos. Ser pobre hoje para a Igreja e para os cristãos ao nível pessoal é entrar num compromisso pela justiça das imensas maiorias empobrecidas economicamente e ofendidas em sua dignidade de homens e irmãos. Colocar sua consciência, sua linguagem, seu peso social, seus bens e sua presença histórica nas sociedades latino-americanas em favor destes outros que constituem os ‘muitos’ (todos) pelos quais Cristo também viveu e morreu significa para a Igreja um apelo de consciência inarredável que julga do caráter evangélico e libertador de sua atuação no mundo (BOFF, 1980, p. 251).

Partir de dentro da própria pobreza para superá-la, em busca de uma harmonia social que proporcione oportunidades igualitárias a todos. A coletividade é extremamente exaltada na Teologia da Libertação, tudo remete ao coletivo, é dentro do processo de luta coletiva que se dá a vida individual. Como comenta Mondin: “Como quer a Teologia da Libertação, [...], Boff não considera o homem individualmente, mas como ser dialógico e social e, ademais, como ser consciente da própria historicidade, secularidade, mundanidade, dinamicidade e ‘universalidade’ (MONDIN, 1980, p. 115).

A pobreza não se coaduna com o projeto de libertação, ela é um problema a ser resolvido. Em outra obra, Leonardo Boff enfatiza,

A própria TdL aprofundou seus passos metodológicos e elaborou, de modo especial, a cristologia e a eclesiologia. Nos últimos anos se afunilou a temática da libertação com a reflexão sobre práticas

concretas dos cristãos. Assim se está aprofundando a reflexão sobre o catolicismo popular e sua força de resistência e libertação dos pobres; teologia da vida contra os mecanismos do sistema capitalista que produz morte para milhões de pessoas submetidas a formas graves de exploração; teologia da terra, já que milhões de latino-americanos são expulsos de suas glebas e estão a caminho procurando um pedaço de terra para viver e trabalhar; teologia das culturas e raças dominadas como indígenas e negros, e o direito de uma assimilação do Evangelho nos quadros de sua percepção no mundo (encarnação da mensagem) (BOFF, 1984, p. 40).

Leonardo Boff desenvolveu a causa da Teologia da Libertação destacando que a pobreza é consequência de um sistema injusto. Citando o Documento de Puebla (1979), destacou como se entende essa realidade.

Quando se fala em pobres, na expressão ‘opção preferencial pelos pobres’, deve-se entender pobreza no sentido que Puebla lhe confere. A realidade da pobreza é considerada como ‘o mais devastador e humilhante flagelo’ (n. 29); ‘não uma etapa casual, mas o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas’ (n. 30). Pobre possui um sentido histórico concreto e não apenas metafórico e espiritual, mas um sentido real, como aquele da parábola do bom samaritano ‘que caiu em poder dos ladrões e foi deixado semimorto’ (Lc 10, 30. 36) (BOFF, 1984, p. 53).

Esta opção pelos pobres é uma preferência pelos injustamente pobres, produtos de injustiças sociais. Leonardo Boff diz ser esta também uma opção apostólica, isto é, derivada dos apóstolos de Jesus Cristo.

É uma opção apostólica, pois desde os primórdios da evangelização os pobres receberam especial solicitude dos apóstolos e também de Paulo (cf. At 3, 44-45; 4, 24; Gl 2, 10; At 11, 29-30). O adjetivo ‘preferencial’ não visa apenas salvaguardar a essencial catolicidade da fé (aberta a todos os homens) mas quer estabelecer também uma certa ordem de prioridade no cuidado e no amor misericordioso por parte da Igreja: amar a todo mundo a partir do amor aos pobres (BOFF, 1984, p. 54).

A fé em Jesus Cristo anima os cristãos a entrarem no processo de libertação, concretizando o Reino de Deus aqui na terra com ações cristãs, como sugere Leonardo Boff: “Nesse compromisso pela libertação integral, os cristãos participam dos instrumentos de libertação do povo oprimido: sindicatos, associações de bairros, movimentos de defesa dos favelados, grupos de reflexão e ação social” (BOFF, 1984, p. 56).

Segundo Leonardo Boff, existe uma mística na Teologia da Libertação, a qual serve de fundamento de toda a ação libertadora: “O encontro com o Senhor no pobre que hoje, é toda uma classe de marginalizados e explorados de nossa sociedade caracterizada por um capitalismo dependente, associado e excludente” (BOFF; BOFF, 1980, p. 12). Ler a realidade a partir dos mais pobres, refletir teologicamente e pensar ações que possibilitem a transformação dessa situação desumana.

Ainda, a análise de Boff nos coloca a questão, já citada, de dependência dos países mais ricos.

A América Latina comparece como um continente subdesenvolvido e retardatário em relação aos países opulentos do hemisfério norte. Uma reflexão socioanalítica mais vigilante constata que esse subdesenvolvimento é o subproduto do desenvolvimento desses países, que tem interesse político em nos manter, por força, no subdesenvolvimento (BOFF, 2011a, p. 58).

A dependência é notável na reflexão, os países mais pobres dependem de investimentos e mercado dos mais ricos e, perante isso, os cristãos não podem ficar inativos, quando degrada a humanidade, pois

A dependência opressora, a marginalidade de milhões, a miséria humilhante, a ganância insaciável de uns poucos, a violência dos traficantes de drogas e armas despertam em nós sede de justiça, fome de participação, ânsia de fraternidade e desejo imenso de criação de estruturas sociais que impeçam para sempre a exploração do homem pelo homem (BOFF, 2011a, p. 64).

A fé em Jesus Cristo passa pelo crivo da prática, servir o outro em que Deus, segundo a visão cristã, se faz imagem e semelhança, é estar onde Ele está, situado no cenário social em que existe miséria, injustiça, sofrimento.

Por fim, dentre algumas inserções teológicas de Leonardo Boff, citamos um pequeno trecho em que se destaca a necessidade de uma releitura dos papéis da sociedade, dos religiosos e religiosas no ambiente latino-americano.

Diante do pobre a sociedade é convocada a se abrir e a se modificar de forma que não haja mais lugar para a exploração do homem pelo homem. O ideal é gestar uma sociedade na qual todos possam caber, a natureza incluída. E como estamos longe dela! Aos pobres dirigiu Cristo, com predileção, sua mensagem. Por causa de seu elemento questionante, o pobre é por excelência o sacramento de Deus e o enviado de Jesus Cristo. Por causa disso, o lugar do religioso e da

religiosa é do lado dos pobres. A partir do pobre devem se dirigir a todos os demais. Especialmente na América Latina, onde a pobreza é gritante e escandalosa, impõe-se uma releitura da vida religiosa, com a possibilidade de ser reinventada como um sinal profético e contestador deste tipo de sociedade, cujo eixo estruturador não é a pessoa humana, mas a mercadoria, o mercado e a produção de bens e serviços materiais (BOFF, 2011a, p. 123).

Na ótica da formação seminarística, que se configura como um religioso, é interessante observar que o lugar deles é junto com os preferidos de Jesus Cristo.

O segundo representante que citamos foi Dom Helder Câmara¹²⁴, ele representou um papel importante na defesa dos mais pobres, um testemunho incômodo e ativíssimo, uma presença estimulante (MONDIN, 1980). Dedicado intensamente ao seu povo, contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência histórica na América Latina¹²⁵, em especial no Brasil. Batista Mondin nos ajuda quando escreveu a respeito.

Um pregador que denunciou o imperialismo, a opressão, as torturas perante grandes assembleias em Chicago, Paris ou Tóquio; um homem intrépido que viu seu secretário ser morto e mutilado em 1975 para que lhe servisse de advertência e que recebia, durante a noite toda, telefonemas ameaçadores; amigo pessoal do Papa Paulo VI e crítico destemido da Igreja ('a verdade é que a Igreja ainda pertence à engrenagem do poder') (MONDIN, 1980, p. 145).

Ressaltava com veemência o compromisso de toda a Igreja para/com os pobres. Vejamos o comentário de Mondin: “Seu ponto de partida do raciocínio teológico é a situação sócio política do continente sul-americano, uma situação de miséria, fome, ignorância, injustiça, opressão, violência institucionalizada” (MONDIN, 1980, p. 146). A fé cristã não pode passar alheia a situação de opressão.

¹²⁴ “Helder Pessoa Câmara nasceu em Fortaleza, Ceará, a 7 de fevereiro de 1909, de uma modesta família de professores. Sentiu desde pequeno a vocação para o Sacerdócio e entrou para o seminário de sua cidade natal. Foi ordenado sacerdote em 1931; foi consagrado bispo em 1952 e designado como auxiliar no Rio, onde se ocupou imediatamente dos problemas da educação e da miséria, adquirindo uma nova consciência da sociedade brasileira. Fundou o movimento ‘Ação, Justiça e Paz’ para uma mudança das estruturas sociais mediante uma pressão moral, não violenta e libertadora. Participou ativamente no Concílio Vaticano II. Após o Concílio foi enviado a diocese de Recife, Pernambuco” (MONDIN, 1980, p. 144). Morreu em 1999.

¹²⁵ Dom Helder escreveu incansavelmente, em Português, temos suas principais publicações: “Revolução dentro da paz. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968. Um olhar sobre a cidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976 (6. ed. 1985). Mil razões para viver: meditações do Pe. José. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (7. ed. 1985). Nossa Senhora no meu caminho: meditações do Pe. José. São Paulo: Paulinas, 1981 (5. ed. 1988). Em tuas mãos, Senhor! São Paulo: Paulinas, 1986. Quem não precisa de conversão? São Paulo: Paulinas, 1987. Um olhar sobre a cidade: olhar atento, de esperança, de prece. São Paulo: Paulus, 1995. Vaticano II: Correspondência Conciliar – Circulares à família do São Joaquim. Introdução e notas de Luiz Carlos Marques. Vol. I/tomo 1: 1962-1964. Recife: IDHeC, Editora Universitária – UFPE, 2004” (ARROCHELLAS; BEOZZO, 2009, p. 23).

Citando a obra de Câmara: *Violenza dei pacifici* (Violência do Pacífico), de 1974, Mondin reescreveu,

O verdadeiro Cristianismo rejeita a ideia de que alguns nasçam pobres, outros nasçam ricos, e os pobres tenham o dever de aceitar a pobreza como vontade de Deus; enquanto, ao invés, a verdade é que as injustiças humanas são um problema nosso que deve ser resolvido entre os homens, cômicos de que Deus não admite opressões e oprimidos, mas nos quer a todos em nível humano, nem infra-humanizados pela miséria nem desumanizados pela riqueza (CÂMARA *apud* MONDIN, 1980, p. 146).

O próprio Dom Helder fazendo uma analogia com os galos que cantando acordam o povo, diz que os religiosos devem ser despertadores de consciência.

Os despertadores de consciências, os despertadores de criaturas humanas, de grupos, de povos, costumam ser fiéis como os galos? E são felizes como os galos em sua missão de despertadores? Quando se trata de despertar consciências e corações humanos, os despertadores humanos conseguimos o máximo de dizer a palavra exata e de exprimi-la de modo hábil e convincente (CÂMARA, 1995, p. 12).

Totalmente contrário à violência, Dom Helder lutou pela paz de forma inteligente, com reflexões e pressões legítimas e democráticas. Expressa que o diálogo deve ser a primeira via de acesso à libertação dos pobres.

Se levamos alguma sugestão, alguma ideia a nossa gente sofrida, muito mais aprendemos com ela. Não fechamos porta e coração para ninguém. Mas nossa opção de cristãos deve levar-nos sempre mais a uma clara opção pelos pobres” (CÂMARA, 1995, p. 16).

Sua análise do sistema capitalista é negativa, porque conduz a absurdos e injustiças aos seres humanos. Batista Mondin incorporou a posição de Câmara.

O capitalismo, na opinião de Câmara, é um sistema intrinsecamente desumano, pois coloca o capital acima do homem e faz do lucro o seu supremo objetivo. O capitalismo jamais poderá deixar de considerar o lucro como alavanca essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos meios de produção como um direito absoluto, sem limites, sem deveres sociais correspondentes (MONDIN, 1980, p. 146).

A Igreja necessita trabalhar com o povo num processo dinâmico. O Cristianismo precisa combater esse mal chamado capitalismo, anunciando a salvação através das boas ações comunitárias, nas formas inculturadas de cada época, combatendo a pobreza e a miséria. Neste mesmo sentido, Dom Helder cita o exemplo de São Francisco.

S. Francisco, como imitador extraordinário de Cristo, deu exemplo de um profundo amor pela pobreza. Mas ele jamais chamaria a miséria de irmã. A miséria esmaga filhas e filhos de Deus, e é um insulto ao Criador e Pai. Um dos grandes pecados sociais dos nossos tempos consiste na aberração de morrerem, todo ano, de fome, no mundo, milhões de criaturas humanas (CÂMARA, 1995, p. 45).

Dom Helder, além de um eminente teólogo, foi um verdadeiro profeta de nossos tempos modernos, em que manifestou um Cristianismo encarnado, sem abstrações difíceis, mostrando e testemunhando o lado humano da fé em Jesus Cristo libertador.

Isto posto, abordaremos a seguir a base pela qual mais se proliferaram as ideias e as ações da Teologia da Libertação: as comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais.

2.5 PRÁXIS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E AS PASTORAIS SOCIAIS

Nas pequenas comunidades, a própria emancipação é a maneira de conscientizar os pobres para a libertação, concretamente, a partir da década de 60, surgiu uma manifestação religiosa chamada Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que foram defendidas por Frei Betto da seguinte forma:

As comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativas de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960 [...]. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base (BETTO, 1981, p. 16).

Especificamente, na realidade brasileira destacou-se como um movimento fortíssimo na luta pela libertação. Assim, refletiu Michel Lowy,

A comunidade de base é um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares e que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria experiência de vida. É preciso enfatizar que as CEBs são muito mais convencionalmente religiosas do que se imagina, geralmente: elas apreciam e praticam uma série de orações e ritos tradicionais (o rosário, vigílias noturnas, adoração e comemorações como procissões e peregrinações) que pertencem à religião popular (LOWY, 2000, p. 82-83).

Comumente, fazem parte desse modo de ser Igreja os fiéis mais pobres, pertencentes às camadas mais precárias socialmente de condições de sobrevivência. Seus líderes fortemente engajados acabam muitas vezes fazendo parte de partidos políticos e, em algumas situações, sendo hostilizados pelos poderosos¹²⁶. Certamente, brotam do engajamento das pautas comunitárias homens e mulheres corajosos que se colocam à disposição para assumir cargos públicos. Nesse sentido escreveu Michel Lowy,

Pouco a pouco as discussões e atividades da comunidade se expandem, geralmente com a ajuda do clero, e começam a incluir tarefas sociais: lutas por moradia, eletricidade, esgoto ou água nos bairros urbanos, lutas pela terra no campo. As CEBs contribuem extraordinariamente para a criação e o desenvolvimento de movimentos sociais tais como (no caso brasileiro) o Movimento contra o Custo de Vida Alto, o Movimento contra o Desemprego, o Movimento pelo Transporte Público, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e muitos outros. Em certos casos, a experiência dessas lutas estimula a politização dos membros das CEBs e a que vários de seus membros e líderes entrem para os partidos de trabalhadores ou frentes revolucionárias (LOWY, 2000, p. 84).

É parte da fé Cristã que se alinha a grupos sociais de preocupações simples e concretas, um jeito diferente de encarar a realidade. Nesse cenário reflete Henrique Dussel,

A Igreja foi interpelada, nascendo assim a noção de comunidade paroquial e comunidade diocesana. O mundo latino americano foi igualmente interpelado por uma igreja que, minoritariamente e por sua base, produziu fatos importantes, sua imensa renovação, suas inoculáveis lutas (DUSSEL, 1984, p. 151).

¹²⁶ Muitos foram os “mártires” ligados a Teologia da Libertação na luta pelos mais pobres, como por exemplo, Ir. Dorothy Stang, foram tantos que mereceram um santuário: “Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Araguaia, assistiu ao martírio do Pe. João Bosco Penido Burnier (1976) e acompanhou outros assassinatos de pessoas comprometidas com o “Reino de Deus” em toda a América Latina. Determinado a guardar sua memória, ele idealizou o Santuário dos Mártires da Caminhada, para onde se fazem romarias a cada ano. Alguns desses mártires, como D. Oscar Romero, bispo de El Salvador e Margarida Alves, sindicalista rural em Alagoas” (CAVALCANTI, s/a, p. 10).

A criação de uma sociedade mais justa estava na pauta de todas as reivindicações das bases, um compromisso cristão com os oprimidos. Sobre isso, incide Gustavo Gutiérrez,

Os diversos setores do povo de Deus comprometem-se gradualmente e de forma variada com o processo de libertação; percebem que essa libertação passa necessariamente por uma ruptura com a atual situação, por uma revolução social. Se se considera o conjunto da comunidade cristã latino-americana, cumpre reconhecer que são minorias, porém minorias crescentes e ativas, que dia a dia adquirem maior audiência dentro e fora da Igreja (GUTIÉRREZ, 1983, p. 90).

A luta comum é instaurada nas comunidades cristãs e embasada na Bíblia e no concreto lutam por libertação¹²⁷. Uma opção pelo setor oprimido proporcionou uma nova visão de fecundidade e originalidade do Cristianismo, bem como seu papel dentro da comunidade cristã (GUTIÉRREZ, 1983).

Houve um renascimento dos Sacerdotes nas decisões da Igreja, no comprometimento com os mais pobres, ressignificando o sentido do próprio Sacerdócio a partir da defesa dos oprimidos em favor da libertação¹²⁸.

Os movimentos populares explodiram no meio social brasileiro¹²⁹. Dentro desses, as CEBs eram determinantes na continuidade da luta pela libertação. Segundo João Batista Libâneo,

As CEBs são a presença da Igreja em tais movimentos, captando, refletindo e atuando numa linha crítica. Se de um lado a Igreja foi o espaço protetor de muitos movimentos sociais, de outro, estes

¹²⁷ “Pouco a pouco, através, sobretudo, de uma crescente e feliz articulação entre fé e vida, entre Palavra de Deus e luta popular, entre celebração litúrgica e celebração da vida diária, as CEBs participam maioritariamente dos núcleos populares de luta reivindicativa – luta por água, esgoto, escola, transporte, posto de saúde, creche, luz, asfalto etc. Luta de apoio a outras iniciativas, luta de denúncia a violações de direitos humanos, luta de resistência, sobretudo a repressão política, a expulsão da terra ou do lote clandestino, ao despejo do barraco etc. Mais exatamente, a CEB reforça sua consciência de base nessas lutas” (LÍBANELO, 1987, p. 77).

¹²⁸ “É frequente hoje, na América Latina, serem certos sacerdotes considerados elementos subversivos. Muitos são vigiados ou procurados pela polícia. Outros acham-se na prisão, são expulsos do país (Brasil, Bolívia, Colômbia, República Dominicana, são exemplos significativos) ou assassinados por grupos terroristas anticomunistas. Para os defensores da ordem atual, a subversão da ordem sacerdotal é surpreendente. Não estão acostumados com ela” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 96).

¹²⁹ “Víamos que os movimentos populares eram um dos lugares geradores de consciência de libertação do país, ora sob a forma de ligas camponesas (nordeste, antes de 1964), ora sob a forma de sindicatos rurais e urbanos (também antes de 1964), ora sob a forma de oposição sindical (depois do golpe de 1964), ora sob a forma de outros inúmeros movimentos populares que explodiram por todo o país, mesmo durante os anos de repressão, mas que se manifestaram de modo inequívoco depois de 1974” (LÍBANELO, 1987, p. 76).

movimentos foram fator de mudança da Igreja. A experiência de base no interior da Igreja anima movimentos populares e estes reforçam tal experiência (LÍBANELO, 1987, p. 77).

A articulação na consciência do povo simples leva as CEBs a ganharem muitos adeptos, como também sua metodologia simples e ao mesmo tempo profunda resgata a noção de libertação a partir da fé no próprio contexto de liberdade. A esse respeito, continua Libâneo,

A metodologia dos círculos bíblicos, desenvolvida sobretudo por Frei Carlos, desempenhou e ainda desempenha papel fundamental na educação das CEBs em vista a articulação entre fé e vida, Palavra de Deus e compromisso social. [...]. No interior das CEBs, desenvolveu-se e desenvolve-se ainda uma espiritualidade popular e libertária. Ela está profundamente ancorada na religiosidade popular (LÍBANELO, 1987, p. 77).

No mesmo intento, a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín, em 1968, destacou as comunidades eclesiais de base que começavam a surgir.

A experiência da comunhão a que foi chamada deve ser encontrada pelo cristão, em sua comunidade de base: ou seja, uma comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo, e que tenha uma dimensão que permita tratamento fraterno pessoal entre seus membros. Portanto, o esforço pastoral da igreja deve ser orientado para a transformação dessas comunidades na família de Deus, começando por estar presente nelas como um fermento através de um núcleo, por menor que seja, que constitua uma comunidade de fé, esperança e de caridade. A comunidade cristã de base é, portanto, o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, a seu próprio nível, assumir a responsabilidade pela riqueza e expansão da fé, bem como pelo culto que é sua expressão. É, então, uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e, atualmente, um fator primordial de promoção e desenvolvimento humano¹³⁰ (CELAM, 1990, p.156). (Tradução nossa).

¹³⁰ “La vivencia de la comunión a que ha sido llamado, debe encontrarla el cristiano, en su comunidad de base: es decir, una comunidad local o ambiental, que corresponda a la realidad de un grupo homogéneo, y que tenga una dimensión tal que permita el trato personal fraterno entre sus miembros. Por consiguiente, el esfuerzo pastoral de la iglesia debe estar orientado a la transformación de esas comunidades en la familia de Dios, comenzando por hacerse presente en ellas como fermento mediante un núcleo, aunque sea pequeño, que constituya una comunidad de fe, de esperanza y de caridad. La comunidad cristiana de base es así el primero y fundamental núcleo eclesial, que debe, en su propio nivel, responsabilizarse de la riqueza y expansión de la fe, como también del culto que es su expresión. Ella es, pues, célula inicial de estructuración eclesial, y foco de la evangelización, y actualmente factor primordial de promoción humana y desarrollo” (CELAM, 1990, p. 156).

Do mesmo modo, continua a reflexão e dá ênfase no que realmente é o cerne das Comunidades Eclesiais de Base,

A comunidade eclesial de base, como comunidade, integra famílias, adultos e jovens, numa íntima relação interpessoal na fé. Como eclesial é uma comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a Palavra de Deus na vida, através da solidariedade e compromisso com o novo mandamento do Senhor e torna presente e ativa a missão eclesial e a comunhão visível com os pastores legítimos, através do serviço de coordenadores aprovados¹³¹ (CELAM, 1990, p. 166). (Tradução nossa).

Das CEBs germinam as pastorais sociais, as quais são ações da Igreja na sociedade desigual, que se alinham na direção da libertação dos pobres promovendo e resgatando a dignidade humana na práxis com a perspectiva terrena e transcendente.

A Conferência Nacional do Bispos do Brasil lançou, em 2001, por meio do Setor Pastoral Social¹³², uma cartilha intitulada: *O que é pastoral social?* A respeito das pastorais sociais entende-se que,

São serviços específicos às categorias de pessoas e/ou situações também específicas da realidade social. Constituem ações voltadas concretamente para os diferentes grupos ou diferentes facetas da exclusão social, tais como, por exemplo, a realidade do campo, da rua, do mundo do trabalho, da mobilidade humana, e assim por diante (CNBB, 2001, p. 07).

É um alento para as multidões cansadas, oprimidas e excluídas socialmente. Escutar os clamores dos pobres bradando por igualdade, justiça, paz, o “chão” onde contradições sociais são gritantes. A esse respeito a CNBB destaca que,

Parte-se do pressuposto de que nossa sociedade assenta-se sobre estruturas injustas e pecaminosas, como nos alertam os documentos do episcopado latino-americano nas assembleias de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), referindo-se à violência institucionalizada e a outras expressões de igual teor. Daí a necessidade

¹³¹ “La comunidad Eclesial de Base, como comunidad, integra familias, adultos y jóvenes, en íntima relación interpersonal en la fe. Como eclesial es comunidad de fe, esperanza y caridad; celebra la Palabra de Dios en la vida, a través de la solidaridad y compromiso con el mandamiento nuevo del Señor y hace presente y actuante la misión eclesial y la comunión visible con los legítimos pastores, a través del servicio de coordinadores aprobados” (CELAM, 1990, p. 166).

¹³² “O Setor Pastoral Social, por sua vez, integrado na dimensão sócio-transformadora, linha 6 da CNBB, tem duplo caráter: por um lado, representa uma referência para toda a ação social da Igreja, em termos de assessoria, elaboração de subsídios e reflexão teórica. Por outro lado, é um espaço de articulação das Pastorais Sociais e Organismos que desenvolvem ações específicas no campo sócio-político” (CNBB, 2001, p. 07).

de trabalhar por sua transformação e, por outro lado, buscar alternativas na construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna (CNBB, 2001, p. 09).

As pastorais sociais procuram soluções de problemas sociais, engajam-se no processo de libertação¹³³ de causas humanitárias, com a finalidade de “concretizar em ações sociais e específicas a solicitude da Igreja diante de situações reais de marginalização” (CNBB, 2001, p. 07).

As pastorais sociais trabalham a unidade na pluralidade, é um trabalho em conjunto, mas cada qual possui sua especificidade. Vejamos que, “as pastorais sociais são onze: da terra, operária, da criança, do menor, da saúde, carcerária, do povo da rua, dos pescadores, dos migrantes, da mulher marginalizada e dos nômades” (CNBB, 2001, p. 03).

As pastorais sociais, atendem aos rostos anônimos, recuperando-os pelo amor, onde procura fazer uma simbiose entre fé e prática. Tal é a explanação da CNBB sobre as pastorais sociais,

Procura integrar em suas atividades a fé e o compromisso social, a oração e a ação, a religião e a prática do dia a dia, a ética e a política. Aqui é preciso superar as dicotomias entre os que só rezam e os que só lutam, os que louvam e celebram e os que fazem política. Na verdade, a verdadeira fé desdobra-se naturalmente em compromisso diante dos pobres. A ação social é condição indispensável da vivência cristã. O compromisso sócio-político não é um apêndice da fé. Ao contrário, faz parte inerente de suas exigências. A fé cristã tem, necessariamente, uma dimensão social (CNBB, 2001, p. 08).

À luz da Palavra de Deus, ilumina-se a prática, transformando as realidades oprimidas. A interação com a sociedade proporciona à Igreja caminhar junto nas dificuldades, lutas e desafios que enfrentam diariamente os seres humanos, como nos apresenta a Doutrina Social da Igreja, “a pastoral social é a expressão viva e concreta de uma Igreja plenamente consciente da própria missão evangelizadora das realidades sociais, econômicas, culturais e políticas do mundo” (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2008, p. 295).

¹³³ “Em cada momento e em cada local, é preciso iniciar um processo em que o maior número de pessoas se envolvam na busca de soluções concretas. A partir da conscientização, da organização e da mobilização, abrem-se caminhos alternativos. O importante é chamar a atenção da Igreja e da sociedade para esse quadro de injustiças cada vez mais grave. Importante também envolver o maior número de atores sociais e de parceiros na luta pela transformação social” (CNBB, 2001, p. 07).

A mensagem social da Igreja depende de sua atitude e de seus fiéis como testemunhos em suas obras para renovar as realidades sofridas pelos seres humanos. Ambos são impelidos no social a serem ativos no testemunho, agindo individualmente ou em grupos, associações ou organizações, no firme compromisso de construir uma civilização do amor, da justiça e da paz.

Tendo exposto isso, construímos nossa resposta aos objetivos propostos, a relembrar, analisar a experiência histórica da Teologia da libertação na América Latina e, especificamente, na sociedade brasileira, nutrindo a perspectiva da formação seminarística como intelectual orgânico dos pobres. Optamos terminar este capítulo trazendo as reflexões do atual Papa Francisco, em específico sua inclinação-resgate de uma Igreja pobre para os pobres, a fim de percebermos que as ideias da TdL permanecem vivas e atuantes.

2.6 PAPA FRANCISCO E OS POBRES¹³⁴

Papa Francisco, um nome nunca visto na história dos Papas, identificado-alinhado com a rua, os pobres, os sapatos pretos, com uma vida simples. De nome Jorge Mário Bergoglio. É descrito por Evangelina Himítian:

Bergoglio nasceu na quinta feira, 17 de dezembro de 1936, e foi o primeiro dos cinco filhos que tiveram Mário José Francisco Bergoglio, contador, e Regina María Sívorí, dona de casa. Depois vieram Oscar, Marta, Alberto e María Elena, a única viva atualmente (HIMITIAN, 2013, p. 15).

Sua família, migrantes italianos, instalaram-se e jamais saíram de Buenos Aires. Na escola, Jorge comportou-se como “suficiente”, era o conceito que se dava na época. Entre o gosto pela literatura, química e medicina, decidiu por entrar para o Seminário para estudar “medicina da alma” (HIMITIAN, 2013).

Sempre se mostrou de fácil amizade, simples, não se destacava entre os demais, era mediano. A primeira grande decisão de sua vida foi o ingresso no Seminário, como descreve Himítian, “naquela tarde de 1957 a vida de Jorge Bergoglio mudou para sempre. Tinha decidido se tornar Sacerdote e comunicou isso aos amigos em um velho casarão do bairro de Flores, entre Carabobo e a Alberdi” (HIMITIAN, 2013, p. 26).

¹³⁴ Este tópico, com algumas variações, foi publicado na revista *Vida Pastoral*, Janeiro – fevereiro de 2020.

Em sua biografia no site oficial do Vaticano, vemos sua formação.

Diplomou-se como técnico químico, e depois escolheu o caminho do Sacerdócio, entrando no seminário diocesano de Villa Devoto. A 11 de Março de 1958 entrou no noviciado da Companhia de Jesus. Completou os estudos humanísticos no Chile e, tendo voltado para a Argentina, em 1963 obteve a licenciatura em filosofia no colégio de São José em San Miguel. De 1964 a 1965 foi professor de literatura e psicologia no colégio da Imaculada de Santa Fé e, em 1966 ensinou estas mesmas matérias no colégio do Salvador, em Buenos Aires. De 1967 a 1970 estudou teologia, licenciando-se também no colégio de São José (VATICANO, 2013, s/p).

A respeito de sua vida como religioso, compreende-se que,

A 13 de Dezembro de 1969 foi ordenado Sacerdote pelo arcebispo D. Ramón José Castellano. De 1970 a 1971 deu continuidade à sua preparação em Alcalá de Henares, na Espanha, e a 22 de Abril de 1973 emitiu a profissão perpétua nos Jesuítas. Regressou à Argentina, onde foi mestre de noviços na Villa Barilari em San Miguel, Professor na Faculdade de Teologia, consultor da província da Companhia de Jesus e também reitor do colégio. No dia 31 de Julho de 1973 foi eleito provincial dos Jesuítas da Argentina, cargo que desempenhou durante seis anos. Depois, retomou o trabalho no campo universitário e, de 1980 a 1986, foi novamente reitor do colégio de São José, e inclusive pároco em San Miguel. No mês de Março de 1986 partiu para a Alemanha, onde concluiu a tese de doutoramento; em seguida, os superiores enviaram-no para o colégio do Salvador em Buenos Aires e sucessivamente para a igreja da Companhia, na cidade de Córdoba, onde foi director espiritual e confessor. O cardeal Antonio Quarracino convidou-o a ser o seu estreito colaborador em Buenos Aires. Assim, a 20 de Maio de 1992 João Paulo II nomeou-o bispo titular de Auca e auxiliar de Buenos Aires. No dia 27 de Junho recebeu na catedral a ordenação episcopal precisamente do cardeal. Como lema, escolheu *Miserando atque eligendo* e no seu brasão inseriu o cristograma IHS, símbolo da Companhia de Jesus (VATICANO, 2013, s/p).

Discreto, mas assíduo na missão, o Padre, o Bispo, o Arcebispo jamais deixou de estar entre os mais pobres, como se entende o seu lema de ordenação episcopal, “Ter misericórdia deles”. Desse modo, podemos perceber que,

Tendo sido imediatamente nomeado vigário episcopal da região Flores, a 21 de Dezembro de 1993 foi-lhe confiada inclusive a tarefa de vigário-geral da arquidiocese. Portanto, não constituiu uma surpresa quando, a 3 de Junho de 1997, foi promovido arcebispo coadjutor de Buenos Aires. Nem sequer nove meses depois, com o falecimento do cardeal Quarracino, sucedeu-lhe a 28 de Fevereiro de 1998 como arcebispo,

primaz da Argentina e ordinário para os fiéis de rito oriental residentes no país e desprovidos de ordinário do próprio rito. Três anos mais tarde, no Consistório de 21 de Fevereiro de 2001, João Paulo II criou-o cardeal, atribuindo-lhe o título de São Roberto Bellarmino. Convidou os fiéis a não virem a Roma para festejar a púrpura, mas a destinar aos pobres o dinheiro da viagem (VATICANO, 2013, s/p).

Desde Buenos Aires, dedicou-se para pôr em prática uma Igreja simples, sempre participando em comunhão com a Igreja toda¹³⁵. Em abril do 2005, compartilhou do conclave que elegeu Bento XVI ao papado. A grosso modo, o trabalho do arcebispo Jorge Mário foi que,

Pensou num projeto missionário centrado na comunhão e na evangelização, com quatro finalidades principais: comunidades abertas e fraternas; protagonismo de um laicado consciente; evangelização destinada a cada habitante da cidade; assistência aos pobres e aos enfermos. O seu objetivo era reevangelizar Buenos Aires, “tendo em consideração os seus habitantes, o modo como ela é e a sua história”. Convidou Sacerdotes e leigos a trabalharem juntos (VATICANO, 2013, s/p).

Enfim, o primeiro Papa Latino americano, o primeiro Papa a escolher para si o nome de Francisco, o 266º Papa na história da Igreja Católica. Assim narra Andreas Englisch.

Quarta feira, 13 de março de 2013. Capela Sistina. Cidade do Vaticano. [...]. Bergoglio, Bergoglio, Bergoglio, Bergoglio, ressoa novamente pela capela Sistina. [...]. Sim, seria ele mesmo. O resultado da quinta votação é uma catástrofe para a Cúria. Bergoglio recebe, inclusive, mais votos do que Ratzinger em 2005 (ENGLISCH, 2013, p. 16).

Desde o início de seu pontificado, Francisco enfatiza a ideia de que a Igreja necessita abrir-se às realidades sofridas, ir em busca dos mais pobres¹³⁶, existe

¹³⁵ “Por décadas, o próprio Bergoglio foi com os padres às favelas, mesmo a locais aos quais nem a polícia se atrevia a ir. Bergoglio sempre recusava escoltas, acompanhava seus padres e os apresentava aos pobres. Nunca ninguém o agrediu. Por muitos anos bebeu chimarrão com os mais pobres. Eles sabiam que Bergoglio era seu bispo, por isso protegiam seus padres e os acolhiam. Mesmo nos locais onde traficantes trocavam tiros, com muito dinheiro em jogo, Bergoglio e seus padres podiam ir e vir à vontade. Eles eram homens de Deus, e até os piores criminosos sempre aceitaram isso” (ENGLISCH, 2013, p. 08).

¹³⁶ “O adjetivo grego *ptochós* (pobre) não tem um significado apenas material, mas quer dizer ‘mendigo’. Há que ligar com o conceito hebraico de *anawim* (os pobres de Iaweh), que evoca humildade, consciência dos próprios limites, da própria condição existencial de pobreza. Os *anawim* confiam no Senhor, sabem que dependem dele” (FRANCISCO, 2015a, p. 79).

semelhança no resgate a qualidades e características da Igreja primitiva, bem como, valores, pensamentos, atitudes e ações que são próximos aos da Teologia da Libertação.

O grande risco do mundo atual, com sua múltipla e avassaladora oferta de consumo, é uma tristeza individualista que brota do coração comodista e mesquinho, da busca desordenada de prazeres superficiais, da consciência isolada. Quando a vida interior se fecha nos próprios interesses, deixa de haver espaço para os outros, já não entram os pobres, já não se ouve a voz de Deus (FRANCISCO, 2015, p. 20).

No mesmo sentido, Papa Francisco incita aos cristãos a estarem atentos a uma fé segura em Jesus Cristo,

A convicção de uma fé que faz grande e plena a vida, centrada em Cristo e na força de sua graça, animava a missão dos primeiros cristãos. [...]. Para aqueles cristãos, a fé, enquanto encontro com o Deus vivo que se manifestou em Cristo, era uma 'mãe', porque os fazia vir à luz, gerava neles a vida divina, uma nova experiência, pela qual estavam prontos a dar testemunho público até o fim (FRANCISCO, 2013a, p. 08).

Na dimensão da fé, Francisco destaca o sentido comunitário e social que ela precisa ser vista/entendida.

Por isso, a fé é um bem para todos, um bem comum: a sua luz não ilumina apenas o âmbito da Igreja nem serve somente para construir uma cidade eterna no além, mas ajuda também a construir as nossas sociedades de modo que caminhem para um futuro de esperança (FRANCISCO, 2013a, p. 70).

Nas relações humanas, a fé se faz e se sente, está presente com solidez no esforço concreto de todos os cristãos. A fé deve estar ligada ao contexto em que se vive, não distante, mas próximo-junto. A esse respeito destaca Francisco, “A luz da fé não nos faz esquecer os sofrimentos do mundo. Os que sofrem foram mediadores de luz para tantos homens e mulheres de fé; tal foi o leproso para São Francisco de Assis, ou os pobres para a Beata Teresa de Calcutá” (FRANCISCO, 2013a, p. 78).

Além disso, Papa Francisco, frequentemente chama os crentes cristãos católicos a olhar para a realidade da fé a partir dos pobres.

Quando a vida interior se fecha nos próprios interesses, deixa de haver espaço para os outros, já não entram os pobres, já não se ouve a voz de Deus, já não se goza da doce alegria do seu amor, nem ferve o

entusiasmo de fazer o bem. Este é um risco, certo e permanente, que correm também os crentes (FRANCISCO, 2013b, p. 04).

Os cristãos católicos são instigados a viverem na partilha, sem excluir ninguém, sendo atrativos pelo testemunho, assim o Papa escreve: “Com obras e gestos, a comunidade missionária entra na vida dos outros, encurta as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até a humilhação e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no povo” (FRANCISCO, 2013b, p. 22). Encontrar Deus no rosto do outro que sofre é uma atitude libertadora.

Da mesma maneira, constantemente chama a Igreja para tomar para si o desejo de ir ao encontro dos mais pobres, falando em uma linguagem simples de “Igreja em saída” diante da realidade contemporânea¹³⁷.

A Igreja ‘em saída’ é uma igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. Muitas vezes é melhor diminuir o ritmo, por a parte a ansiedade para olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho (FRANCISCO, 2013b, p. 40).

A Igreja deve ser como uma casa de todos, onde participam de uma forma ou de outra a completude dos seres humanos. Todos são convocados a assumir um dinamismo missionário que leve a dignidade aos mais pobres. Francisco aconselha a esse respeito que,

Não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima. Hoje e sempre, os pobres são os destinatários privilegiados do evangelho, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres. Não os deixemos jamais sozinhos! (FRANCISCO, 2013b, p. 42).

Papa Francisco insiste no olhar e prontidão do discípulo missionário para agir, permanecer com aqueles que Jesus Cristo esteve, aquela atenção amigável, que percebe o outro como criatura humana e não como seu indiferente.

Não se pode tolerar mais o fato de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social. Hoje, tudo entra

¹³⁷ “Sobretudo num mundo onde frequentemente se eleva a riqueza ao nível de primeiro objetivo e faz com que as pessoas se fechem em si mesmas” (FRANCISCO, 2018b, p. 01).

no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída (FRANCISCO, 2013b, p. 48).

Ninguém pode sobrar, há lugar para todos no mundo. Existe, no fundo, uma grande crise de humanidade, haja vista que negar o ser humano é altamente reprovável no mundo cristão. Igualdade social é imprescindível para um mundo de paz. Pois, segundo Francisco, o nosso modo de ser “deriva da nossa fé em Cristo, que se fez pobre e sempre se aproximou dos pobres e marginalizados, a preocupação pelo desenvolvimento integral dos mais abandonados da sociedade” (FRANCISCO, 2013b, p. 154).

Os pobres são os que mais necessitam do olhar atento da Igreja, eles são os privilegiados de Deus, ajudar os pobres é uma obra libertadora, recorda Francisco que,

Cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres, para que possam integrar-se plenamente na sociedade; isto supõe estar docilmente atentos, para ouvir o clamor do pobre e socorrê-lo. Basta percorrer as Escrituras, para descobrir como o Pai bom quer ouvir o clamor dos pobres (FRANCISCO, 2013b, p. 154).

Escutar o clamor pela justiça a partir do Evangelho nos impulsiona a encontrar o rosto do outro e dar-lhe vida, mais que comida, emancipá-lo,

Não se fala apenas de garantir a comida ou um decoroso sustento para todos, mas prosperidade e civilização em seus múltiplos aspectos. Isto engloba educação, acesso aos cuidados de saúde e especialmente trabalho, porque, no trabalho livre, criativo, participativo e solidário, o ser humano exprime e engrandece a dignidade da sua vida. O salário justo permite o acesso adequado aos outros bens que estão destinados ao uso comum (FRANCISCO, 2013b, p. 158).

No coração de Deus os pobres ocupam o centro, Ele mesmo se fez um desses para demonstrar a todos os valores de humanidade, como explica Francisco “esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a possuírem ‘os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus’ (Fl 2,5)” (FRANCISCO, 2013b, p. 163). Na ação da Igreja deve-se revelar a prática do amor aos pobres para acompanhá-los em sua libertação.

A casa comum também é tema de reflexão de Francisco como Papa, ele exorta a todos o cuidado do mundo que recai diretamente nas consequências com os mais pobres, pois

As mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade. Provavelmente os impactos mais sérios recairão, nas próximas décadas, sobre os países em vias de desenvolvimento. Muitos pobres vivem em lugares particularmente afetados por fenômenos relacionados com o aquecimento, e os seus meios de subsistência dependem fortemente das reservas naturais e dos chamados serviços do ecossistema, como a agricultura, a pesca e os recursos florestais (FRANCISCO, 2015b, p. 23).

As consequências da exploração irresponsável do meio ambiente recaem naqueles que dependem diretamente da terra para sobreviver. Esse olhar sobre o meio ambiente é extremamente importante, pois a terra, água, ar, vegetações necessitam de cuidados especiais para a sobrevivência da vida humana no planeta.

Do meio ambiente desrespeitado vem os males que afetam os mais pobres. Isso também o Papa Francisco tem refletido insistentemente,

Um problema particularmente sério é o da qualidade da água disponível para os pobres, que diariamente ceifa muitas vidas. Entre os pobres, são frequentes as doenças relacionadas com a água, incluindo as causadas por micro-organismos e substâncias químicas. A diarreia e a cólera, devidas a serviços de higiene e reservas de água inadequadas, constituem um fator significativo de sofrimento e mortalidade infantil (FRANCISCO, 2015b, p. 26).

Este problema constitui grande degradação social, ruptura com os mais pobres. Se não há cuidado com o meio ambiente, indiretamente não há cuidado com o ser humano¹³⁸, pois este é afetado diretamente com as consequências perigosas que o meio ambiente provém. O Papa quer uma maior conscientização,

Gostaria de assinalar que muitas vezes falta uma consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos. Estes são a maioria do planeta, vários bilhões de pessoas. Hoje são mencionados nos debates políticos e econômicos internacionais, mas com frequência parece que os seus problemas são colocados como um apêndice, como

¹³⁸ “Além disso, sabemos que se desperdiça aproximadamente um terço dos alimentos produzidos, e a comida que se desperdiça é como se fosse roubada da mesa do pobre” (FRANCISCO, 2015b, p. 40).

uma questão que se acrescenta quase por obrigação ou periféricamente, quando não são considerados meros danos colaterais (FRANCISCO, 2015b, p. 39).

O universo, a terra, o ar, as plantas, a água constituem uma herança comum, todos precisamos cuidar, nada nos é relativo. Com o trabalho de nossas mãos e a reflexão de nossas mentes somos instigados a sermos familiares¹³⁹ das causas naturais-humanas.

Trabalhar em favor dos pobres é trabalhar pelo Evangelho. O Papa Francisco, em 2017, instituiu o dia mundial dos pobres, que é celebrado um domingo antes da festa de Cristo Rei (mês de novembro), para relembrar o compromisso evangélico que os cristãos possuem com os mais necessitados. Francisco explica que,

Quis oferecer à Igreja o Dia Mundial dos Pobres, para que as comunidades cristãs se tornem, em todo o mundo, cada vez mais e melhor sinal concreto da caridade de Cristo pelos últimos e os mais carenciados. Quero que, aos outros Dias Mundiais instituídos pelos meus Predecessores e sendo já tradição na vida das nossas comunidades, se acrescente este, que completa o conjunto de tais dias com um elemento requintadamente evangélico, isto é, a predileção de Jesus pelos pobres (FRANCISCO, 2017, p. 04).

A ideia é construir uma cultura do encontro, perceber Jesus Cristo no rosto do outro que se apresenta necessitado. O convite é para todos¹⁴⁰, para que partilhem fraternalmente com momentos de encontros, de ajuda mútua.

Ser cristão é estar ao lado dos mais pobres, não há maior dimensão cristã do que prestar ajuda aos mais necessitados, como aconselha o Papa, “o amor não admite álibis, quem pretende amar como Jesus amou, deve assumir o seu exemplo, sobretudo quando somos chamados a amar os pobres” (FRANCISCO, 2017, p. 01).

A intenção do Papa Francisco é que todos se envolvam-engajem para mudar essa dura realidade, estejam atentos num estilo de vida que proporcione dignidade em todos os momentos para todos os povos.

Não pensemos nos pobres apenas como destinatários duma boa obra de voluntariado, que se pratica uma vez por semana, ou, menos ainda, de

¹³⁹ A grande família do mundo, que são todos e, também a família do lar: “[...] as famílias magnânimas e solidárias abrem espaço aos pobres, são capazes de tecer uma amizade com os que vivem em piores condições do que elas” (FRANCISCO, 2015b, p. 153).

¹⁴⁰ Assim destacou Francisco: “Que este novo Dia Mundial se torne, pois, um forte apelo à nossa consciência crente, para ficarmos cada vez mais convictos de que partilhar com os pobres permite-nos compreender o Evangelho na sua verdade mais profunda. Os pobres não são um problema: são um recurso de que lançar mão para acolher e viver a essência do Evangelho” (FRANCISCO, 2017, p. 06).

gestos improvisados de boa vontade para pôr a consciência em paz, estas experiências, embora válidas e úteis a fim de sensibilizar para as necessidades de tantos irmãos e para as injustiças que frequentemente são a sua causa, deveriam abrir a um verdadeiro encontro com os pobres e dar lugar a uma partilha que se torne estilo de vida (FRANCISCO, 2017, p. 03).

Trabalhar pela justiça entre todos, sem interesses e manipulações individualistas, buscar a justiça para os pobres, fazer com que eles se sintam acolhidos-amados como humanos no meio social. Francisco conhece e fala das necessidades básicas das pessoas,

Fome e sede, são experiências muito intensas, porque correspondem a necessidades primárias e tem a ver com o instinto de sobrevivência. Há pessoas que, com esta mesma intensidade, aspiram pela justiça e buscam-na com um desejo assim forte. Jesus diz que elas serão saciadas, porque a justiça, mais cedo ou mais tarde, chega e nós podemos colaborar para o tornar possível (FRANCISCO, 2018a, p. 40).

Sair da comodidade e reconhecer Jesus Cristo no outro que sofre, que é explorado, que foi colocado naquela situação de injustiça¹⁴¹, fruto da injustiça social, que está em muitas circunstâncias de nosso dia a dia. A pobreza interpela-nos, assim destaca Francisco,

Conhecemos a grande dificuldade que há, no mundo contemporâneo, de poder identificar claramente a pobreza. E todavia esta interpela-nos todos os dias com os seus inúmeros rostos marcados pelo sofrimento, pela marginalização, pela opressão, pela violência, pelas torturas e a prisão, pela guerra, pela privação da liberdade e da dignidade, pela ignorância e pelo analfabetismo, pela emergência sanitária e pela falta de trabalho, pelo tráfico de pessoas e pela escravidão, pelo exílio e a miséria, pela migração forçada. A pobreza tem o rosto de mulheres, homens e crianças explorados para vis interesses, espezinhados pelas lógicas perversas do poder e do dinheiro (FRANCISCO, 2017, p. 04).

É necessário coragem para o cristão, pois na sociedade encontraremos muitos que preferem que a opressão, alienação e tramas políticas atrapalhem o desenvolvimento humano e social, pois, “para viver o Evangelho, não podemos esperar que tudo à nossa volta seja favorável, porque muitas vezes as ambições de poder e os interesses mundanos jogam contra nós” (FRANCISCO, 2018a, p. 44).

¹⁴¹ Ninguém está na pobreza por que quer: “A pobreza não é procurada, mas criada pelo egoísmo, a soberba, a avidez e a injustiça: males tão antigos como o homem, mas sempre pecados são, acabando enredados neles tantos inocentes com dramáticas consequências sociais” (FRANCISCO, 2018b, p. 03).

Papa Francisco anseia por uma Igreja renovada, leigos, seminaristas, padres e bispos, com um novo modo de ser, mais fácil, corajoso e caminheiro, que devolva a esperança perdida em meio às injustiças e sofrimentos. Falando aos jovens ele revela que,

É verdade que nós, membros da Igreja, não devemos ser esquisitos. Todos tem que se sentir irmãos e próximos, como os apóstolos, que eram estimados por todo o povo (At 2, 47). Mas, ao mesmo tempo, temos que nos atrever a ser diferentes, para mostrar outros sonhos que este mundo não oferece, para testemunhar a beleza da generosidade, do serviço, da pureza, da fortaleza, do perdão, da fidelidade a própria vocação, da oração, da luta pela justiça e do bem comum, do amor aos pobres, da amizade social (FRANCISCO, 2019a, p. 22).

Não obstante, percebemos o drama dos pobres em busca daquilo que mais necessitam para sobreviver, são famílias inteiras, órfãos, jovens, para eles não há direitos reservados, nem mesmo a possibilidade de adoecer. O Papa denuncia esta realidade,

Quantas vezes vemos os pobres nas lixeiras a catar o descarte e o supérfluo, a fim de encontrar algo para se alimentar ou vestir! Tendo-se se tornado, eles próprios, parte duma lixeira humana, são tratados como lixo, sem que isto provoque qualquer sentido de culpa em quantos são cúmplices deste escândalo (FRANCISCO, 2019b, p. 02).

Esta reflexão nunca se encerra, nunca se esgota, nunca termina, ela se manifesta em muitas ações, atitudes e reflexões do Papa Francisco. É louvável a audácia e o cuidado da Igreja por meio de seu Papa de olhar para os pobres a partir de Deus¹⁴², chegando até a realidade vivida destes, chamando a dedicar não só um dia, mas uma vida inteira para rezar/conscientizar-se pelos pobres, dar-lhes esperança, eles são os destinatários do anúncio do reino de Jesus Cristo, enfatiza o Papa,

Mas, colocando no centro os pobres ao inaugurar o seu Reino, Jesus quer-nos dizer precisamente isto: Ele inaugurou, mas confiou-nos, a nós seus discípulos, a tarefa de lhe dar seguimento, com a responsabilidade de dar esperança aos pobres. Sobretudo num período como o nosso, é preciso reanimar a esperança e restabelecer a confiança. É um programa que a comunidade cristã não pode subestimar. Disso depende a credibilidade do nosso anúncio e do testemunho dos cristãos (FRANCISCO, 2019b, p. 04).

¹⁴² “Para onde quer que se volte o olhar, a Palavra de Deus indica que os pobres são todos aqueles que, não tendo o necessário para viver, dependem dos outros. São o oprimido, o humilde, aquele que está prostrado por terra. Mas, perante esta multidão inumerável de indigentes, Jesus não teve medo de se identificar com cada um deles” (FRANCISCO, 2019b, p. 03).

O Evangelho de Jesus Cristo e a promoção social dos pobres são duas realidades da mesma situação, é a fé que se manifesta na história libertando os que precisam de libertação. A fé cristã necessita de influxo social, trazendo uma mudança de mentalidade. Nesse sentido, mais uma chamada do Papa,

Não é fácil ser testemunha da esperança cristã no contexto cultural do consumismo e do descarte, sempre propenso a aumentar um bem-estar superficial e efêmero. Requer-se uma mudança de mentalidade para redescobrir o essencial, para encarnar e tornar incisivo o anúncio do Reino de Deus (FRANCISCO, 2019b, p. 05).

O compromisso com os pobres deve ser permanente na vida dos cristãos, é a essência da mensagem de Jesus Cristo. São pessoas a serem encontradas, ajudadas, no pobre descobrimos o próprio rosto de Jesus Cristo libertador. É um compromisso que brota da essência do Cristianismo, da Eucaristia. Papa Francisco propõe que,

A Eucaristia que eu celebro leva-me a senti-los todos verdadeiramente como irmãos e irmãs? Faz crescer em mim a capacidade de me alegrar com quantos se rejubilam, de chorar com quem chora? Impele-me a ir ao encontro dos pobres, dos enfermos e dos marginalizados? Ajuda-me a reconhecer neles o rosto de Jesus? Todos nós vamos a Missa porque amamos Jesus e, na Eucaristia, queremos compartilhar a sua paixão e ressurreição. Mas, amamos, como deseja Jesus, os irmãos e irmãs mais necessitados? (FRANCISCO, 2015a, p. 37).

Dessa forma, fechamos o segundo capítulo desta pesquisa, enfatizando o papel da Teologia da Libertação para a Igreja como intelectual orgânica dos pobres – oprimidos. Analisamos a experiência histórica de libertação na América Latina e no Brasil, na expectativa de encontrarmos pistas e aportes para refletirmos as perspectivas e os desafios da formação seminarística como intelectual orgânico dos pobres. Cremos ter alcançado bases que nos darão sustento na reflexão do próximo capítulo, de analisar os principais documentos da formação seminarística seguidos pela Igreja nos últimos tempos com a intenção de constatar os limites e traçarmos perspectivas da formação seminarística alinhada aos pobres.

3 LIMITES E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO SEMINARÍSTICA NA PERSPECTIVA DO INTELLECTUAL ORGÂNICO DOS POBRES

Neste capítulo vamos refletir analiticamente, levando em consideração as ponderações colhidas no primeiro e segundo capítulos, os quais, oferecem-nos pontos importantes na construção de uma formação na perspectiva de intelectuais orgânicos dos pobres. A nosso ver, é importante formar os seminaristas como intelectuais orgânicos para que tenham maior proximidade com a população, e de maneira especial, com os mais pobres, intencionando a promoção da elevação cultural no contexto social, cultural, religioso, político.

Nosso objetivo é verificar os limites e as possibilidades da proposta de formação seminarística na perspectiva da opção pelos pobres nos documentos mais importantes da formação seminarística, em específico: *A Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis (2017)* e as *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil (2010 e 2019)*. A análise de ambos os documentos permitiu que encontrássemos os limites, e com melhor ênfase, as possibilidades de uma formação dos intelectuais orgânicos dos pobres.

Relatamos no primeiro capítulo que Antônio Gramsci desenvolveu seu conceito de intelectual orgânico evidenciando que este é o responsável pela formação da consciência e elevação cultural das classes subalternas, como demonstra Semeraro, “Gramsci valoriza com singularidade o saber popular, defende a socialização do conhecimento e recria a função dos intelectuais, conectando-os as lutas políticas dos subalternos” (SEMERARO, 2003, p. 376). Assim, a aproximação com a proposta de formação seminarística será de grande importância, pois a mesma intenção de criar subsídios para a consciência crítica e melhores condições de vida nutre a formação dos futuros líderes espirituais-sociais da Igreja.

O empenho da Teologia da Libertação, como vimos no segundo capítulo, foi de aproximar-se ao máximo possível do Cristianismo dos pobres, inserindo na Igreja da América Latina, e especificamente do Brasil, uma corrente de opção preferencial pelos oprimidos que abriu os olhos ao mundo. Aproximar essa perspectiva da formação seminarística é dar novos horizontes a uma formação humana, integral e libertadora que priorize a opção pelos pobres.

Compreendemos que a formação seminarística precisa ser auxiliadora no esclarecimento e conhecimento das opções, tomada de consciência e decisão pelos excluídos socialmente. Queremos gestar nos seres humanos o compromisso com a

transformação. Jamais a formação e/ou educação pode ser instrumento de conformismo, mas contributiva para a elevação cultural das classes mais pobres.

Carregamos o anseio de novos seminaristas, com maneiras diferenciadas de opção pelos pobres, que carreguem a responsabilidade de ser suporte para uma mudança de mentalidade religiosa. Diretamente ligada à formação destes futuros líderes sociais-religiosos, cremos firmemente em uma maneira ressignificada da igreja agir no século XXI em favor dos pobres.

Primeiramente, iremos apresentar alguns documentos que sustentaram a formação seminarística historicamente, depois vamos analisar o documento *O dom da vocação presbiteral* (2017¹⁴³), da Congregação para o Clero, que abrange as normas formativas seminarísticas para a Igreja do mundo todo. Por fim, nos concentraremos na especificidade da Igreja no Brasil, analisando as *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil* (2010 e 2019)¹⁴⁴.

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO SEMINARÍSTICA¹⁴⁵

A Igreja mantém um cuidado especial com a formação de seus futuros leigos e Padres, para isso, dedica-se na construção de um pensamento consistente para os anos que compreendem a preparação destes, pois constituem uma parte fundamental da própria instituição. Alguns documentos se destacam historicamente como sendo as principais bases desta formação, segundo Chagas e Assunção, são eles: “*Optatam totius*, (1965), *Pastores dabo vobis* (1992), e a mais recente *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2016), os quais podem ser colocados como indispensáveis no processo formativo de qualquer seminário” (CHAGAS; ASSUNÇÃO¹⁴⁶, 2017, p. 20).

¹⁴³ No Brasil, convencionou-se a chamar a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, pelo nome de *O dom da vocação sacerdotal*. A título de informação, usamos no texto a edição de 2017.

¹⁴⁴ Embora que o documento *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*, fora publicado em 2010, e *O Dom da Vocação Presbiteral*, fora publicado em 2016, optamos pela ordem estabelecida no texto, com o mesmo critério usado na sequência do segundo capítulo, de entendermos na construção do texto a partir da Igreja Católica como um todo-universal e depois nas particularidades da América Latina e Brasil.

¹⁴⁵ Apresentamos um recorte histórico, pós Concílio Vaticano II, no qual, não haverá a análise entre limites e possibilidades, que é o que se propomos realizar neste capítulo, entretantes, servirá de apoio-suporte histórico na compreensão e análise do documento *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, no qual, analisaremos os limites e as possibilidades da formação do intelectual orgânico dos pobres.

¹⁴⁶ Antonio Marcos Chagas é doutorando em Ciências da Educação, com linha de pesquisa em desenvolvimento curricular, na Universidade do Minho, em Braga-Portugal. Rudy Albino de Assunção é doutor e mestre em sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Os documentos citados apresentam uma formação integrada e unitária para que toda a Igreja esteja em sintonia na formação de seus líderes. Mediante tal importância, apresentaremos, de maneira geral, as principais linhas de pensamento de ambos os documentos, pois estes se mantiveram como caminho para a formação seminarística.

O decreto¹⁴⁷ *Optatam Totius* (1965) inserido no *Compêndio do Vaticano II*, contém sete capítulos, a saber: I – Que tipo de formação sacerdotal que se deve adotar em cada país; II – Incentivo mais intenso das vocações sacerdotais; III – Organização dos seminários maiores; IV – Maior aperfeiçoamento da formação espiritual; V – Reestruturação dos estudos eclesiásticos; VI – Promoção da formação estritamente pastoral; VII – Aperfeiçoamento da formação após o currículo de estudos.

Ao longo dos capítulos desenvolve-se a reflexão de renovação-ampliação da formação dos sacerdotes dentro de uma visão integral. A reflexão pode ser aproximada do ponto: 1.4 A escola unitária e a formação dos intelectuais orgânicos dos subalternos-simples, desenvolvido no primeiro capítulo desta pesquisa. Nessa perspectiva, Antonio M. Chagas e Rudy A. de Assunção, destacam que “o próprio documento propõem uma formação unitária do qual as quatro dimensões do processo formativo constituem um conjunto harmônico que visa levar os candidatos a uma configuração cada vez mais perfeita a Cristo Bom Pastor” (CHAGAS; ASSUNÇÃO, 2017, p. 20). As quatro dimensões que o decreto se refere são a espiritual, intelectual, humana e pastoral¹⁴⁸.

Alguns pontos do decreto se sobressaem na perspectiva do intelectual orgânico dos pobres, a seguir apresentamos trechos-recortes que demonstram a preocupação da Igreja em desenvolver na formação seminarística opções que destacam a preferência pelos pobres.

Quanto à preparação para a pastoral, o decreto aponta que,

Para o ministério pastoral: a fim de que saibam representar diante dos homens a Cristo, que ‘não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em redenção de muitos’ (Mc 10,45; cf. Jo 13, 12-17), e que, feitos servos de todos, ganhem a muitos (cf. 1 Cor 9, 19) (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 511).

O fim pastoral é transversal em todas as dimensões, com atitude de serviço aos demais envolvidos no processo. A esse respeito, “convençam-se os estudantes uma vez

¹⁴⁷ “O termo ‘decreto’ designa textos que expõem disposições disciplinares” (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1964, p. 32).

¹⁴⁸ As quatro dimensões da formação, serão explicadas-desenvolvidas no item 3.2.2.

por todas que não é ao poder e as honras que eles se destinam, mas que se abandonam totalmente ao serviço de Deus e ao ministério pastoral” (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1968, p. 515).

A respeito da formação do caráter e autodomínio.

Considere-se a disciplina da vida do seminário não apenas como vigoroso baluarte da vida comunitária e da caridade, mas como parte indispensável da formação, para conseguir o autodomínio, promover sólida madureza da pessoa e formar as demais disposições do espírito que ajudam decididamente no ordenado e frutuoso trabalho da Igreja (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 517).

O autodomínio, a disciplina e a vida comunitária são características destacadas pelo decreto *Optatam Totius*. Como também, a boa preparação da base humana, antes dos estudos de graduação,

Antes de iniciarem os estudos propriamente eclesiásticos, recebam os seminaristas aquela formação humanística e científica que permita aos jovens de seu país respectivo ingressar nos estudos superiores [...]. E fomentem-se de modo especial o conhecimento adequado das línguas da S. Escritura e da Tradição” (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 518).

Este pensamento ou estas referências se aproximam da formação na escola unitária de Gramsci, no que se refere à formação humanística, isto é, estudos que desenvolvam um ser humano capaz de ler a realidade, estar nela e perceber as contradições no decorrer da história.

No documento *Optatam Totius* e demais documentos da Igreja, a formação humanística se refere aos estudos que fazem do ser humano um ser sabedor da realidade, que tenha capacidade de se situar no tempo histórico, fazer a leitura dessa realidade e tomar posição, não esquecendo a dimensão transcendental do ser humano.

Quanto ao estudo da Filosofia na formação seminarística, o decreto é claro,

As disciplinas filosóficas devem ser ensinadas de tal modo que os estudantes se sintam conduzidos a adquirir sobretudo um conhecimento sólido e coerente do homem, do mundo e de Deus. [...]. Tenham-se em conta também as investigações filosóficas dos tempos modernos, em especial as de maior influência na respectiva nação, bem como o mais recente progresso das ciências, para que os alunos conheçam de maneira exata a índole da época presente e se preparem convenientemente para

o diálogo com os homens de seu tempo (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 519).

O amor pela verdade é requerido com grande ênfase em todas as formas de conhecimento no processo de formação.

O estudo da Teologia deve estar de acordo com o magistério de Cristo, a Tradição da Igreja e da História da salvação. Com especial ênfase a Sagrada Escritura, “com particular diligência formem-se os estudantes no estudo da Sagrada Escritura, que deve ser como que a alma de toda a Teologia” (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1969, p. 520).

Todos os estudos devem estar alinhados à vida prática. Assim prevê o decreto,

Já que estudantes devem aprender não apenas teórica, mas também praticamente a arte de exercer o apostolado e de agir com responsabilidade própria e em trabalho de equipe, sejam iniciados na prática pastoral já durante o currículo dos estudos e também durante as férias, com oportunos exercícios (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1968, p. 525).

Esta noção de relacionamento permanente entre teoria e prática, igualmente está presente na obra de Gramsci, como também, no segundo capítulo, no ponto 2.5 – Práxis da Teologia da Libertação: as comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais.

Assim, o Concílio Vaticano II demonstrava seus ideais e objetivos para a formação do seu clero. Em síntese, o decreto expressa a preocupação de uma formação seminarística, cada vez mais aberta ao contato com as pessoas e ao diálogo com o mundo, com ênfase aos pobres.

Já em 6 de Janeiro de 1970 foi publicada a *Ratio Fundamentalis Sacerdotalis*, um documento oficial da Igreja com todo o conteúdo voltado à formação seminarística. Esses documentos contribuíram para aperfeiçoar a formação dos futuros Presbíteros, seja por parte da Igreja como universal, seja por parte das Conferências Episcopais, ou ainda, de cada diocese (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017). São fundamentos gerais que servem de base para a elaboração de cada documento nas Conferências Episcopais.

Na *Ratio* de 1970 existem dezessete capítulos, segundo a Organização de Seminários da Argentina – OSAR, que publicou em seu site o documento em língua espanhola, em 2012. A saber¹⁴⁹: I – Normas gerais; II – Pastoral das vocações; III – Os

¹⁴⁹ I – Normas generales; II – Pastoral de las vocaciones; III – Los seminarios menores y centros afines; IV – Los seminarios menores; V – Los superiores; VI – Los profesores; VII – Los alumnos; VIII – La

seminários menores e centros afins; IV – Os seminários menores; V – Os superiores; VI – Os professores; VII – Os alunos; VIII – A formação espiritual; IX – A formação científica em geral; X – Os estudos médios; XI – Os estudos de filosofia e das ciências afins; XII – Os estudos teológicos; XIII – A especialização com vistas a ministérios especiais; - XIV – A doutrina a ser ensinada; XV – O método didático; XVI – A formação estritamente pastoral; XVII – O aperfeiçoamento da formação do pós seminário. (Tradução nossa).

Esse documento está no espírito do Concílio Vaticano II, para adaptar à formação a realidade vivida. Alguns pontos se destacam em relação à formação de opção preferencial pelos pobres. Destacamos alguns.

A formação alicerçada no diálogo,

Tenha-se maior valorização da pessoa nos seminários, tudo que soa como 'convencionalismo' injustificado seja suprimido, haja-se de acordo com a verdade e a caridade, crie-se um diálogo autêntico entre todos, se fomente relacionamentos mais frequentes com o mundo de acordo com as necessidades lícitas da formação correta e, finalmente, tudo o que é exigido e solicitado, seja feito mostrando a verdadeira razão pela qual se apoia e leve-se à prática com liberdade de espírito¹⁵⁰ (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012, s/p). (Tradução nossa).

A transparência na formação é requerida com destaque especial, para que a cada dia aumentem o espírito de uma Igreja verdadeira e missionária, aberta e humana. Da mesma maneira, foca-se na participação da família no processo formativo, no chamado seminário menor, isto é, nos primeiros anos de formação no seminário. Essas características também aparecem na Teologia da Libertação. Tratamos disso, no capítulo 2, no ponto 2.2.1 – A doutrina social da Igreja. A família é uma extensão do seminário.

Que existam realmente no seminário menor uma confiança familiar com os superiores e uma amizade fraternal entre os alunos, de maneira que formem uma família, podem com mais facilidade desenvolver

formación espiritual; IX – La formación científica en general; X – Los estudios medios; XI – Los estudios de filosofía y de las ciencias afines; XII – Los estudios teológicos; XIII – La especialización con vistas a ministerios especiales; XIV – La doctrina que ha de enseñarse; XV – El método didáctico; XVI – La formación estrictamente pastoral; XVII – El perfeccionamiento de la formación en el post-seminario.

¹⁵⁰ “Se tenga en los seminarios un mayor aprecio de la persona, se suprima todo lo que suene a ‘convencionalismo’ injustificado, se haga todo conforme a la verdad y a la caridad, se cree entre todos un auténtico diálogo, se fomenten relaciones más frecuentes con el mundo según las lícitas necesidades de la recta formación y, finalmente, todo lo que se exija y se pida, hágase mostrando el verdadero motivo en que se apoya y llévase a la práctica con libertad de espíritu” (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, 2012, s/p).

conveniente e adequadamente sua própria natureza, de acordo com as disposições da divina providência¹⁵¹ (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012, s/p). (Tradução nossa).

O jeito familiar de aproximar-se das pessoas é evidenciado já na Teologia do Concílio Vaticano II, em que se apresenta uma nova visão de Igreja como povo unido em torno de Deus. Este tema pode ser colocado em analogia ao segundo capítulo, no ponto 2.2.2 – O Concílio Vaticano II, desta pesquisa.

Outra inserção importante do documento refere-se à responsabilidade e o controle de si mesmo. A ideia de autogovernar-se é muito presente em Gramsci, como foi apresentado no 1º capítulo, no ponto 1.1 – Marcos formativos.

A maturidade vem como produto de uma formação humana que leva a responsabilidade de autogovernar-se, “porém, à medida que passe o tempo, quer dizer, ao crescer os alunos em maturidade e em sentido de responsabilidade deve-se amadurecer gradualmente de forma que aprendam lentamente a governar-se por si mesmos”¹⁵² (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012, s/p). (Tradução nossa).

Dentre as características a serem observadas e trabalhadas com os seminaristas, destacam-se os atributos de uma Igreja próxima ao povo. Uma igreja próxima do povo é uma das características essenciais da Teologia da Libertação, trabalhada no segundo capítulo, em específico, podemos citar a reflexão do ponto: 2.1 – As bases da formação humana da Teologia da libertação.

Do mesmo modo, atentar-se para as necessidades reais de convivência que se sente no caminhar do dia a dia,

Para poder julgar se são aptos para o ministério sacerdotal ou não, deve-se ter em conta qualidades humanas e morais dos jovens (por exemplo, sinceridade, maturidade afetiva, urbanidade, fidelidade as promessas, constante avidez de justiça, sentido de amizade, da justa liberdade e responsabilidade, espírito de iniciativa, desejo de colaboração, etc.), espirituais (como amor a Deus e ao próximo, espírito de fraternidade e abnegação, docilidade, castidade provada, espírito de fé e sentido de igreja, preocupação apostólica e missionária), e intelectuais (por exemplo, reto e são juízo, suficiente capacidade para realizar os juízos eclesiais, concepção exata do sacerdócio e de suas exigências,

¹⁵¹ “Que existan realmente en el seminario menor una confianza familiar con los superiores y una amistad fraternal entre los alumnos, de manera que formando todos una familia, puedan con más facilidad desarrollar conveniente y adecuadamente su propia naturaleza, de acuerdo con las disposiciones de la divina providencia” (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, 2012, s/p).

¹⁵² “Sin embargo, a medida que pase el tiempo, es decir, al crecer los alumnos en madurez y en sentido de responsabilidad han de atenuarse gradualmente de forma que aprendan lentamente a gobernarse por sí mismos” (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, 2012, s/p).

etc.)¹⁵³ (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012, s/p). (Tradução nossa).

Trata-se de uma apropriada formação integral e unitária de toda a pessoa humana, tanto nas relações com os outros como consigo própria.

O exemplo da comunidade primitiva, tratamos dela também como exemplo para a Igreja, refletida nesta pesquisa no primeiro capítulo, no ponto: 1.3 – A crítica de Gramsci à igreja católica de intelectual orgânico do feudalismo a intelectual tradicional do capitalismo. Assunto lembrado como base nas ações.

A exemplo da Igreja primitiva, em que a multidão dos crentes tinha um só coração e uma só alma (cf. Heb, 4, 32). Pois, por meio da caridade, a comunidade goza da presença de Deus, observa plenamente a lei, consegue o vínculo da perfeição, e desenvolve um grande dinamismo apostólico¹⁵⁴ (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012, s/p). (Tradução nossa).

A comunidade primitiva é exemplo original da formação dos futuros sacerdotes da Igreja Católica como símbolo de fé prática.

A respeito do espírito de pobreza, que foi trabalhado no primeiro capítulo, na defesa de Gramsci aos oprimidos, como também no segundo capítulo, no entendimento da Teologia da Libertação, ambos ligam-se a essa reflexão. Os educandos no seminário necessitam de uma instrução nessa direção,

Aprendam a fomentar, não apenas com palavras, mas com ações, o espírito de pobreza, tão insistentemente exigido hoje pela Igreja, de modo que, apoiados na providência divina, saibam, sem angústias, passar necessidade, e viver na abundância (Filip 4, 12), a exemplo dos apóstolos¹⁵⁵ (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012, s/p). (Tradução nossa).

¹⁵³ “Para poder juzgar si son aptos para el ministerio sacerdotal o no lo son, han de tenerse en cuenta las cualidades humanas y morales de los jóvenes (por ejemplo, sinceridad, madurez afectiva, urbanidad, fidelidad a las promesas, constante afán de justicia, sentido de la amistad, de la justa libertad y responsabilidad, espíritu de iniciativa, deseo de colaboración, etc.), espirituales (como amor a Dios y al prójimo, espíritu de fraternidad y abnegación, docilidad, castidad probada, espíritu de fe y sentido de la Iglesia, preocupación apostólica y misionera), e intelectuales (por ejemplo, recto y sano juicio, suficiente capacidad para realizar los juicios eclesiásticos, concepción exacta del sacerdocio y de sus exigencias, etc.)” (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, 2012, s/p).

¹⁵⁴ “A ejemplo de la Iglesia primitiva, en la que la muchedumbre de los creyentes tenía un solo corazón y una alma sola (cf. Hech 4, 32). Pues, por medio de la caridad, la comunidad goza de la presencia de Dios, observa plenamente la ley, consigue el vínculo de la perfección, y desarrolla un gran dinamismo apostólico” (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, 2012, s/p).

¹⁵⁵ “Aprendan a fomentar, no sólo de palabra sino con hechos, el espíritu de pobreza tan insistentemente exigido hoy por la Iglesia, de modo que, apoyados en la Providencia divina, sepan, sin angustias, pasar

É importante insistir na simbiose entre oração litúrgica e vida de trabalho, fazendo com que se forme um homem capaz de trabalhar com a teoria e a prática.

Porém, esta formação litúrgica não poderá considerar-se perfeita, senão descobre nos alunos a estreita conexão existente entre a liturgia e a vida diária de trabalho com suas necessidades de apostolado e de verdadeiro testemunho de fé viva, que atua pela caridade¹⁵⁶ (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012, s/p). (Tradução nossa).

Formar o homem integral, que tenha capacidade de refletir, rezar, trabalhar, agir, estar inserido na realidade, isso se aproxima da Teologia da Libertação e dos documentos para a formação seminarística, reservada suas características em cada linha de pensamento.

Prepondera-se a cultura geral como capacidade de ser um homem íntegro em seus conhecimentos para aplicá-los na vida prática.

A finalidade da formação doutrinal é a aquisição por parte dos alunos de uma ampla e sólida instrução nas ciências sagradas a par de uma cultura geral em consonância com nosso tempo, de modo que, embasando e nutrindo nelas sua fé, se capacitem para anunciar adequadamente a mensagem do evangelho aos homens de hoje e introduzi-los em sua cultura¹⁵⁷ (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012, s/p). (Tradução nossa).

Está inserido nessa cultura geral, sem dúvidas, o ensino das línguas nacionais e idiomas necessários para a vida como líder de um povo. Nessa mesma direção, a escola unitária de Gramsci enfatiza a importância do estudo das línguas.

Nesse intento, em relação aos estudos filosóficos, é requerida atenção as correntes filosóficas dos tempos modernos, aquelas que exercem maior influência e instruem no diálogo com os homens (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012).

necesidad, y vivir en la abundancia (Filip 4,12), a ejemplo del apóstol” (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, 2012, s/p).

¹⁵⁶ “Sin embargo, esta formación litúrgica no podrá considerarse perfecta, si no descubre a los alumnos la estrecha conexión existente entre la liturgia y la diaria vida de trabajo, con sus necesidades de apostolado y de verdadero testimonio de fe viva, que actúa por la caridad” (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, 2012, s/p).

¹⁵⁷ “La finalidad de la formación doctrinal es la adquisición por parte de los alumnos de una amplia y sólida instrucción en las ciencias sagradas a la par de una cultura general en consonancia con nuestro tiempo, de modo que, basando y nutriendo en ellas su fe, se capaciten para anunciar adecuadamente el mensaje del Evangelio a los hombres de hoy e introducirlo en su cultura” (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, s/p).

Em relação aos estudos de Teologia, expande-se a formação no social “uma sólida formação no social contribui ao resultado mais fecundo do ministério pastoral, deve pelo menos dedicar-se um número fixo e suficiente de aulas ao estudo da doutrina social da Igreja” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012, s/p).

Para finalizar esta análise sob o critério de uma formação que disponha da opção preferencial pelos pobres, encontramos no documento a seguinte determinação sobre as atividades dos seminaristas.

Deve-se escolher as atividades que pareçam mais convenientes, como, por exemplo, a catequese, a participação ativa nas funções litúrgicas paroquiais durante os dias festivos, a visita aos enfermos, pobres e encarcerados, a ajuda aos sacerdotes que trabalham com jovens ou trabalhadores, etc¹⁵⁸ (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2012, s/p). (Tradução nossa).

Enfim, destaca-se na *Ratio Institutionis Fundamentalis Sacerdotalis* de 1970, uma dimensão visivelmente aberta à realidade dos mais pobres em pontos estratégicos da questão humana, espiritual, intelectual e pastoral da formação.

Em 1985 a Congregação para a Educação Católica promoveu uma revisão da *Ratio Institutionis Fundamentalis Sacerdotalis*, integrando o *Código de Direito Canônico*, revisado em 1983, com as devidas normas para a formação sacerdotal.

O *Código de Direito Canônico* contém as leis eclesiásticas que regem o agir da Igreja e as normas formativas para os futuros Padres. O primeiro *Código de Direito Canônico* data de 1917, promulgado pelo Papa Bento XV. Sua revisão foi promulgada em 1983, pelo Papa João Paulo II¹⁵⁹ (Usamos na pesquisa a edição de 2010).

¹⁵⁸ “Han de elegirse las actividades que parezcan más convenientes, como, por ejemplo, la catequesis, la participación activa en las funciones litúrgicas parroquiales durante los días festivos, la visita a los enfermos, pobres y encarcelados, la ayuda a los sacerdotes que trabajan con jóvenes u obreros, etc” (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, 2012, s/p).

¹⁵⁹ Não objetivamos detalhar os entraves-desentendimentos entre o Vaticano e a Teologia da Libertação. Entretanto, existem muitas interpretações a respeito de Karol Józef Wojtyła (1920 – 2005), que governou a Igreja como, Papa João Paulo II, entre 1978 – 2005, sobre sua posição a respeito da Teologia da Libertação, o mesmo chegou a escrever em uma carta em 1986, referindo-se aos desafios dessa nova maneira de interpretar a teologia, onde expressa: “A Santa Sé não tem deixado de acompanhá-los nestes esforços, como faz com todas as Igrejas. Manifestação e prova da atenção com que compartilha esses esforços, são os numerosos documentos publicados ultimamente, entre os quais as duas recentes Instruções emanadas pela Congregação para a Doutrina da Fé, com a minha explícita aprovação: uma, sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação; outra, sobre a liberdade cristã e a libertação. Estas últimas, endereçadas à Igreja Universal, tem, para o Brasil, uma inegável relevância pastoral” (JOÃO PAULO II, 1986, s/p). Isto atesta, que a Teologia da Libertação, foi objeto de preocupação e interferência em seu pontificado. Sobre a *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, assinada em 1984, pelo então responsável da Congregação para a doutrina da fé, cardeal Joseph Card. Ratzinger, destaca-se a preocupação sobre a concepção da transcendentalidade da pessoa humana, (o que não é objeto dessa pesquisa): “Lembremos

Dentre as várias inserções-mudanças ocorridas, as que nos interessam observar são as que se referem à formação dos novos padres, perseguindo a dimensão preferencial pelos mais pobres. Tais normas estão entre os cânones 232 a 264, tendo como título: Dos ministros sagrados ou clérigos, subtítulo: Da formação dos clérigos.

Destacamos àquelas que se aproximam da formação seminarística como opção preferencial pelos pobres, característica já tratada nos dois primeiros capítulos dessa pesquisa.

No cânone 234, parágrafo 2, encontramos que “os jovens animados do desejo de chegar ao sacerdócio devem ter a formação humanística e científica¹⁶⁰ com a qual os jovens da respectiva região se preparam para fazer os estudos superiores” (CÓDIGO, 2010, p. 83). Destaca-se, portanto, a formação humanística e científica dos candidatos aos sacerdócio.

Os jovens devem obedecer com disciplina as ordens e normas de sua Igreja local, devidamente adaptadas às necessidades pastorais.

Quanto ao espírito missionário, o Código estabelece no cânone 245 que,

Pela formação espiritual, os alunos se tornem aptos para exercer frutuosamente o ministério pastoral e se formem para o espírito missionário, aprendendo que o ministério cumprido sempre com viva fé e caridade contribui para a própria santificação; assim também, aprendam a cultivar as virtudes que são mais apreciadas na convivência humana, de modo que possam chegar a uma adequada harmonia entre os valores humanos e os sobrenaturais (CÓDIGO, 2010, p. 86).

As qualidades humanas devem estar alinhadas às qualidades espirituais requeridas pela vivência de fé. Ainda, que a vida comum prepara o jovem para a convivência fraterna e participação em seu futuro trabalho.

Sobre o aprendizado de idiomas¹⁶¹, o cânone 249 estabelece que “se providencie que os alunos não só aprendam cuidadosamente a língua vernácula, mas também

que o ateísmo e a negação da pessoa humana, de sua liberdade e de seus direitos, encontram-se no centro da concepção marxista. Esta contém de fato erros que ameaçam diretamente as verdades de fé sobre o destino eterno das pessoas” (CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA, 1984, s/p). É certo que, durante o longo pontificado de João Paulo II, a Teologia da Libertação, esteve presente como uma maneira nova e diferente de interpretação, o que representou um desafio a ser observado pelos olhos do Vaticano.

¹⁶⁰ Não há uma explicação sobre o conteúdo dessa formação humanística e científica, deixando a entender a referência a todos os estudos e formação considerados normais (nesse caso, ensino médio) que cada um deve possuir segundo o pensamento da Igreja.

¹⁶¹ Segundo o Código de direito canônico, 22ª edição, de dezembro de 2013, no qual, traz comentários em forma de nota de rodapé, sobre a responsabilidade de Pe. Jesús Hortal, espanhol, nascido em 1927, pertencente a Companhia de Jesus, encontramos o seguinte comentário: “O conhecimento da língua latina

dominem a língua latina, e aprendam convenientemente as línguas estrangeiras, cujo conhecimento pareça necessário” (CÓDIGO, 2010, p. 87).

Em relação à sólida formação filosófica¹⁶², embora não especificando o currículo¹⁶³, o cânone 251 destaca,

A formação filosófica, que deve estar baseada num patrimônio filosófico perenemente válido e também levar em conta a investigação filosófica no progresso do tempo, seja ministrada de tal modo que complete a formação humana dos alunos (CÓDIGO, 2010, p. 88)

Existe uma preocupação com a formação íntegra e humana dos futuros padres. Da mesma maneira, em relação ao estudo da Teologia, encontramos no cânone 252 a preocupação de que a Sagrada Escritura seja a base da formação “os alunos sejam instruídos em especial diligência na Sagrada Escritura, de modo que toda ela adquiram uma visão global” (CÓDIGO, 2010, p. 88). E ainda, no parágrafo terceiro,

Haja aulas de teologia dogmática, fundamentada sempre na palavra de Deus escrita junto com a sagrada Tradição, pelas quais os alunos, tendo por mestre principalmente santo Tomás, aprendam a penetrar mais intimamente os mistérios da salvação; haja igualmente aulas de teologia moral e pastoral, de direito canônico, de liturgia, de história eclesiástica e de outras disciplinas auxiliares e especiais, de acordo com as prescrições das Diretrizes básicas para a formação sacerdotal (CÓDIGO, 2013, p. 141).

Os estudos devem sempre ter em vista o fim pastoral em toda formação. As normas e regras devem tender ao fim que elas estão destinadas a realizar, a saber, sempre proporcionar os valores, características e qualidades que brotam de Jesus Cristo. Assim,

é necessário na formação sacerdotal, não só porque continua a ser língua oficial da Igreja, mas também porque a imensa maioria das fontes do magistério eclesiástico se encontra nessa língua, sem que haja traduções confiáveis de muitos desses documentos. Para a exegese bíblica, seria muito conveniente também que os seminaristas tivessem, pelo menos, algumas noções de grego bíblico e de hebraico” (CÓDIGO, 2013, p. 138).

¹⁶² “A expressão *patrimônio filosófico perenniter válido* [...]. A explicação dada, a 15 de dezembro de 1965, pela Sagrada Congregação para a Educação Católica, de que essas palavras fazem referência clara a filosofia de Santo Tomás, foi explicitamente assumida pela Comissão de Reforma do Código” (CÓDIGO, 2013, p. 139).

¹⁶³ Sobre a organização do currículo, o comentário que faz Pe. Jesús Hortal, é o seguinte: “Há duas possibilidades de organizar o currículo do seminário maior: 1) com dois ciclos diferentes (pelo menos, dois anos de filosofia e quatro de teologia, estudados separadamente); 2) com um único ciclo, em que as disciplinas filosóficas e teológicas ocorrem simultaneamente, durante um mínimo de seis anos, de tal forma que os estudos filosóficos equivalham a dois anos íntegros e os teológicos a quatro (CÓDIGO, 2013, p. 138).

o *Código de direito canônico* estabeleceu normas sobre a formação que foram incorporadas na *Ratio Fundamentalis Sacerdotalis* em 1985.

A referência a *Pastores Dabo Vobis* (Dar-vos-ei pastores) (1992) foi publicada pelo Papa João Paulo II. É constituída de seis capítulos, a saber: I – Escolhido de entre os homens: A formação sacerdotal perante os desafios do final do segundo milênio; II – Consagrou-me com a unção e me enviou: A natureza e a missão do sacerdócio ministerial; III – O espírito do senhor está sobre mim: A vida espiritual do sacerdote; IV – Vinde ver: A vocação sacerdotal na pastoral da Igreja; V – Estabeleceu doze que estivessem com ele: A formação dos candidatos aos sacerdócio; VI – Exorto-te a que reanimes o dom de Deus que está em ti: A formação permanente dos sacerdotes.

Algumas partes do documento sob a forma de exortação apostólica, isto é, documento pontifício escrito pelo próprio Papa, tratando de assuntos doutrinários, disciplinares, no caso, de formação dos futuros sacerdotes, possui alguns pontos importantes que justificam a ideia de opção preferencial pelos pobres.

Se referindo à *Pastores dabo vobis*, Antonio M. Chagas e Rudy A. de Assunção escrevem que,

É notável a influência, exercida sobre o candidato, por parte da comunidade de origem e das associações e movimentos juvenis. A família e a comunidade paroquial são os constitutivos essenciais da comunidade de origem. As associações e movimentos juvenis constituem um perene estímulo, ajuda e apoio na caminhada formativa (CHAGAS; ASSUNÇÃO, 2017, p. 23).

Os laços de pertença a famílias e movimentos são importantes na formação do caráter do futuro sacerdote, que expressará seus serviços a todos aqueles que dele precisarem.

João Paulo II expressa a liberdade interior de optar pelos mais pobres.

A liberdade interior, que a pobreza evangélica guarda e alimenta, habilita o padre ao lado dos mais fracos, a tornar-se solidário com os seus esforços pela construção de uma sociedade mais justa, a ser mais sensível e capaz de compreensão e discernimento dos fenômenos que dizem respeito ao aspecto econômico e social da vida, a promover a opção preferencial pelos pobres (JOÃO PAULO II, 2001, p. 112).

O modelo para o seminarista e para o padre é o próprio Jesus Cristo, espelhar-se na sua pessoa para ser protagonista de sua formação. Por isso, a *Pastores dabo vobis* elenca características das dimensões que abarcam a formação da autorresponsabilidade.

Em relação à dimensão humana, aponta a necessidade de relações fraternas e francas, “é necessário que ele modele a sua personalidade humana de modo a torná-la ponte e não obstáculo para os outros, no encontro com Jesus Cristo” (JOÃO PAULO II, 2001, p. 117). Construir pontes é a marca de uma formação comprometida com os pobres.

Faz parte da dimensão espiritual do formando-seminarista procurar Deus através da oração, sacramentos e busca ao próximo.

A formação espiritual comporta ainda o procurar Cristo nos homens. A vida espiritual é, de fato, vida interior, vida de intimidade com Deus, vida de oração e contemplação. Mas precisamente o encontro com Deus e com o seu amor de Pai de todos, implica a exigência indeclinável do encontro com o próximo, do dom de si aos outros, no serviço humilde e desinteressado que Jesus propôs a todos como programa de vida, ao lavar os pés dos Apóstolos (JOÃO PAULO II, 2001, p. 133).

Isso requer o envolvimento comunitário na busca por Jesus Cristo nos irmãos mais necessitados.

A dimensão intelectual do seminarista é imprescindível para um bom homem íntegro, capaz e aberto às novas maneiras de pensar. A dimensão da leitura da Sagrada Escritura e a ligação com a realidade pode ser comparada na reflexão feita com os principais teólogos fundadores e expoentes da Teologia da Libertação, desenvolvida no segundo capítulo, no ponto 2.4 – Os principais teólogos fundadores e expoentes da Teologia da Libertação. No mesmo sentido, faz-se alusão à importância das ciências humanas,

Para uma compreensão mais profunda do homem, bem como dos fenômenos e das linhas evolutivas da sociedade, em ordem ao exercício o mais encarnado possível do ministério pastoral, podem ser de grande utilidade as chamadas ciências do homem como a sociologia, a psicologia, a pedagogia, a ciência da economia e da política, a ciência da comunicação social (JOÃO PAULO II, 2001, p. 141).

Os estudos dessas ciências importam, também, na preparação dos sujeitos para fazer uso do diálogo, importante ferramenta de comunicação que deve estar de acordo com a linguagem, nível social e econômico dos sujeitos falantes, para que haja efetividade na comunicação.

A formação teológica alinhada à base da Sagrada Escritura fundamentam as etapas necessárias para uma formação integral¹⁶⁴. Assim destaca o documento que,

Assim o estudo da doutrina social da igreja, que pertence ao campo da teologia, e especialmente da teologia moral, e que é de ter em conta entre os componentes essenciais da nova evangelização, de que constitui um instrumento. Da mesma forma, o estudo da missão e do ecumenismo, do judaísmo, do islamismo e das outras religiões não cristãs (JOÃO PAULO II, 2001, p. 146).

A formação dos futuros padres necessita estar aberta ao diálogo, independentemente do modo como a pessoa crê, a troca de experiência sempre é enriquecedora.

A formação como um todo precisa ter um viés pastoral, assim como apresenta João Paulo II, “a consciência da Igreja como ‘comunhão’ missionária ajudará o candidato ao sacerdócio amar e viver a essencial dimensão missionária da Igreja e das diversas atividades pastorais” (JOÃO PAULO II, 2001, p. 157).

O seminário, lugar onde moram os seminaristas, seja um lar onde todos sintam-se bem, livres e comprometidos com Jesus Cristo, a exemplo da comunidade primitiva, ele precisa ser sentido “como comunidade, uma comunidade especialmente eclesial, uma comunidade que revive a experiência do grupo dos Doze unidos a Jesus” (JOÃO PAULO II, 2001, p. 160).

Enfim, a exortação apostólica *Pastores dabo vobis*, insere à formação requisitos valiosos, como por exemplo, o protagonismo do candidato, isto é, precisa querer, se esforçar em ser alguém próximo às características de Jesus Cristo, como por exemplo, estar ao lado dos injustiçados, colocar o ser humano acima da lei, ser profético, solidário e fraterno. Em respeito a isso, destaca o documento,

A imagem de Jesus Cristo Pastor da Igreja, seu rebanho, retoma e propõe, com novos e mais sugestivos matizes, os mesmos conteúdos da de Jesus Cristo Cabeça e servo. Tornando realidade ao anúncio profético do Messias Salvador, cantado jubilosamente pelo salmista e pelo profeta Ezequiel (cf. Sl 22; Ez 34, 11-31), Jesus auto apresenta-se como o Bom Pastor (Jo 10, 11.14) não só de Israel, mas de todos os homens (Jo 10,16). E a sua vida é uma ininterrupta manifestação, melhor, uma cotidiana realização da sua caridade pastoral: sente

¹⁶⁴ A dimensão da leitura da Sagrada Escritura e a ligação com a realidade, pode ser comparada, na reflexão feita com os principais teólogos fundadores e expoentes da Teologia da Libertação, desenvolvida no segundo capítulo, no ponto 2.4 – Os principais teólogos fundadores e expoentes da Teologia da Libertação.

compaixão pelas multidões [...]; Procura as dispersas e tresmalhadas [...]; Recolhe-as e defende-as (JOÃO PAULO II, 2001, p. 57).

Com esta explanação de alguns documentos referentes à formação seminarística da Igreja de forma mais global, pudemos perceber o caminho feito pela Igreja historicamente no pós-Concílio Vaticano II. De agora em diante, concentrar-nos-emos na *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2016), o principal e último documento da Igreja, como um todo, sobre a formação seminarística.

3.2 *RATIO FUNDAMENTALIS INSTITUTIONIS SACERDOTALIS*: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA FORMAÇÃO DO SEMINARISTA INTELECTUAL ORGÂNICO DOS POBRES

Como já foi dito, no ano de 2016 a Igreja representada na Congregação para o Clero publicou a nova *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (Em língua italiana. Chegou ao Brasil, com tradução em português, no ano de 2017). Era necessário um novo documento para a Igreja Católica em relação à formação, que fosse atualizado e contemplasse os desafios atuais e levasse em consideração todas as reflexões feitas desde a promulgação da última *Ratio* em 1970. Como expressa a Congregação para o Clero,

Durante estes últimos trinta anos, não faltaram documentos referentes a alguns aspectos particulares da formação dos futuros clérigos, elaborados por Dicastérios da Cúria Romana: Congregação para a Educação Católica, Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos e a Congregação para o Clero, bem como vários *Ratio* nacionais (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 14).

O texto da nova *Ratio* para a formação seminarística contou com um amplo esforço da Igreja em colher sugestões e reflexões acerca da formação¹⁶⁵.

¹⁶⁵ “O primeiro texto provisório da presente *Ratio Fundamentalis* foi elaborado pela Congregação para o Clero logo na primavera de 2014, tendo sido enviado, em seguida, para análise e parecer de alguns especialistas, e, principalmente, aos Membros do Dicastério, com vista a Assembleia Plenária, que se realizou nos dias 1-3 de outubro de 2014. [...]. Durante o ano de 2015, o texto foi enviado a numerosas Conferências Episcopais e Nunciaturas Apostólicas, para recolher o seu parecer [...]. Nos dias 19 e 20 de novembro de 2015, a Congregação para o Clero promoveu um Congresso Internacional dedicado ao 50º aniversário dos documentos conciliares *Optatum Totius e Presbyterorum Ordinis*, durante o qual cardeais, bispos, professores, formadores e especialistas puderam oferecer a sua preciosa contribuição à reflexão sobre o tema da formação dos candidatos às Ordens Sagradas. A Congregação para o clero, levando em consideração as contribuições recebidas do tema, redigiu um texto final que foi examinado, em primeiro lugar, por alguns consultores, e que depois foi apresentado a alguns Dicastérios da Cúria Romana. [...]. Terminada esta consulta e a luz das sugestões recebidas, foi elaborado o texto definitivo para submeter à apreciação e aprovação do Santo Padre” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 15-16).

A nova *Ratio* intenciona responder aos novos desafios da formação sacerdotal. Existe uma diferenciação oportuna no que diz respeito às etapas da formação, sobre a nomenclatura, em vez de apresentar ‘estudos filosóficos’, traz etapa do ‘discipulado’ para tratar desta fase, como também, usa ‘configuração’ para se referir aos estudos de teologia (CHAGAS; ASSUNÇÃO, 2017).

O documento está distribuído em oito capítulos, a saber: I – Normas gerais; II – As vocações sacerdotais; III – Os fundamentos da formação; IV – Formação inicial e permanente; V – Dimensões da formação; VI – Os agentes da formação; VII – Organização dos estudos; VIII – Critérios e normas.

Assim apresentado, vamos nos deter nos possíveis limites e as possibilidades para a formação do intelectual orgânico de opção preferencial pelos pobres.

3.2.1 Limites

Nossa intenção não está em procurar limites pelo viés negativo, críticas ou desconfortos à formação sacerdotal-seminarística. Mas sim, observar as limitações e insistir nas possibilidades de uma formação que contemple a opção preferencial pelos pobres e a dimensão do intelectual orgânico. Não podemos ignorar as dificuldades, pelo contrário, encará-las e reconhecê-las como desafios possibilitam maior segurança para enfrentá-los e superá-los.

Como limites, elencamos alguns pontos que são situações que precisam de mais atenção e cuidado na formação seminarística, inclusive destacados pelos próprios documentos da Igreja como questões que requerem maior análise e reflexão.

Precisamos tomar todo o cuidado com as questões superficiais que se infiltram na formação, como expressa o documento: “em um caminho de fé e de progressivo e harmonioso amadurecimento dos mesmos, evitando a fragmentação, as polarizações, os excessos, a superficialidade ou parcialidade” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 39). Tudo o que é falta ou excesso acaba limitando a formação integral, dificultando a reta formação dos seminaristas.

Outra situação tratada no documento *Ratio Institutionis Fundamentalis Sacerdotalis* que impede à formação de intelectuais orgânicos que tenham a opção pelos pobres decisiva em suas atitudes é o perigo do clericalismo ou carreirismo.

Os futuros presbíteros, portanto, sejam educados de maneira a não cair no clericalismo, nem ceder à tentação de orientar a própria vida para a busca da aceitação popular, que inevitavelmente os tornaria inadequados para o exercício do seu ministério de guias da comunidade, levando-os a considerar a Igreja como uma simples instituição humana (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 42).

Os enfeites exagerados, o apego às normas litúrgicas podem distorcer o caminho do maior exemplo, Jesus Cristo. Vejamos a reflexão de Maria Inês de Castro Millen¹⁶⁶ a esse respeito:

Muitas vezes, a obsessão pelas normas abstratas e pelas exterioridades, como enfeites litúrgicos excessivos e paramentos ricamente adornados, servem para ofuscar o núcleo do Evangelho de Jesus, que indica um caminho concreto a ser seguido: o caminho do despojamento, do desapego, para que o amor sem medidas para com os que se encontram nas periferias existenciais possa se concretizar em ações curativas e libertadoras (MILLEN, 2018, p. 47).

Na atual conjuntura, muitas são as situações em que os seminaristas podem ser levados a pensar que o poder, a fama e o reconhecimento popular sejam motivações¹⁶⁷ para aspirar o sacerdócio. Diante disso, a *Ratio* destaca,

O apego a uma posição, a obsessão por criar espaços exclusivos para si mesmo, a aspiração a uma carreira, o surgimento do desejo de poder ou de riqueza, com a conseqüente falta de disponibilidade a vontade de Deus, as necessidades do povo (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 69).

Em referência a esse limite a ser combatido insistentemente, o poder, a fama e a riqueza, Maria Millen vem somar com sua reflexão acerca da sociedade atual.

O desejo de poder, já presentes nos indivíduos, como parte do instinto de sobrevivência, encontra-se exacerbado em pessoas que vivem numa sociedade que faz indicações precisas e que não podem ser ignoradas. Tais indicações apontam para o sucesso, a fama, a riqueza, o poder e o prestígio como ideias e valores que devem ser buscados a qualquer preço, pois só eles nos capacitariam a felicidade (MILLEN, 2018, p. 34).

¹⁶⁶ É doutora em Teologia Moral (Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro), professora do Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antonio (ITASA) e do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES).

¹⁶⁷ Em detrimento a isto, encontramos em Mt 6, 24: “Ninguém pode servir a dois senhores. Com efeito, ou odiará um e amará o outro, ou se apegará ao primeiro e desprezará o segundo. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 1849).

Outras situações desconfortantes são as tendências ao isolamento e ao individualismo quando se fazem presentes na formação, as iniciativas de querer ter uma caminhada sozinha, sem interferência da igreja ou dos colegas de seminário e comunidade formativa, isso pode esconder um desejo ardente de poder¹⁶⁸.

Outro limite-desafio diz respeito à utilização das redes sociais. A Igreja vê com carinho e confiança as possibilidades de formação proporcionadas por tais meios. No entanto, é preciso cuidado atento e realista sobre estes espaços, para que não seja um lugar de limitação. O documento indica que “trata-se de uma nova ‘ágora’, duma praça pública e aberta onde as pessoas partilham ideias, informações, opiniões e podem ainda ganhar vida novas relações e forma de comunidade” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 79). Embora as redes sociais exerçam papel importante na formação, não substitui o relacionamento pessoal, o diálogo, enfim, a cultura do encontro.

A consistente utilização das redes sociais articula o uso pessoal com conteúdo evangelizador da Igreja dos pobres. Nesse sentido, nos ajuda a reflexão o padre Eliseu Wisniewski¹⁶⁹.

Os candidatos a vida presbiteral estão cada vez mais conectados. O mau uso das redes sociais ou o uso sem a necessária criticidade podem trazer muitas consequências danosas. A grande questão é discernir o correto uso pessoal e evangelizador das redes sociais (WISNIEWSKI, 2019, p. 12).

Outra situação que aparece pouco desenvolvida é a dimensão afetiva, pois, não encontramos uma reflexão segura sobre esta realidade no documento *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, salvo algumas situações com orientação de integrar a sexualidade.

Os formadores cuidem ainda para que os seminaristas mantenham a conveniente e até necessária relação com as respectivas famílias e os seus coetâneos, pois precisam dela para um sadio desenvolvimento psicológico, especialmente no que diz respeito à vida afetiva (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 35).

¹⁶⁸ Em contraponto, temos o maior exemplo dos sacerdotes expressando em Mt 20, 25-28: “Mas Jesus, chamando-os, disse: Sabeis que os governadores das nações as dominam e os grandes as tiranizam. Entre vós não deverá ser assim. Ao contrário, aquele que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o vosso servo. Desse modo, o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 1877).

¹⁶⁹ É presbítero da Congregação da Missão – Província do Sul (padres vicentinos), mestre em Teologia Pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e doutorando em Teologia pela mesma universidade.

Maria Millen contribui a esse respeito,

O que se percebe é que há um empenho real na formação espiritual e intelectual dos seminaristas, mas a formação humano afetiva, que é a questão mais exigente e complexa no processo de maturação de todas as pessoas, muitas vezes fica a desejar, e isso compromete o que eles são chamados a ser e realizar (MILLEN, 2018, p. 36).

Todos esses limites-situações são de extremo cuidado, fazem parte da subjetividade humana. Percebemos que a Congregação para o Clero se limita a desenvolver com mais propriedade o tema da dimensão afetiva. Trata da questão humana, porém se omite de refletir com determinação a afetividade sexual, dando a entender que é assunto para tratar nas normas das conferências ou regras nacionais.

Enfim, são circunstâncias que por um motivo ou outro, nos pareceram limitar à formação de novos intelectuais orgânicos dos pobres. Não desmerecem o grande empenho e vitalidade da Igreja no cuidado com a formação seminarística. Dado que, são as possibilidades que nos interessam mais, partiremos, então, a elencar e refletir sobre as possibilidades de formação do intelectual orgânico dos pobres no documento *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*.

3.2.2 Possibilidades

No decorrer do documento *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2017) é proposto um caminho incondicional para todo seminarista com uma formação integral, comunitária e missionária com o intuito de alcançar um alto grau de maturidade humana. Este caminho, por vezes, podemos fazer analogias com a escola unitária de Gramsci, como também, com a Teologia da Libertação.

No capítulo I: Normas gerais, o que se destaca é a atenção para o projeto formativo do seminário.

O bispo diocesano, coadjuvado pela comunidade dos formadores do Seminário, tem o compromisso de elaborar um ‘projeto de formação integral’ também chamado itinerário formativo, e de promover a sua afetiva aplicação, respeitando as diversas etapas e o percurso pedagógico aí propostos (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 27).

Ressalta a importância de um caminho traçado, um horizonte a seguir, que seja seguro e fundamentado no pensamento da Igreja. Uma pedagogia clara e determinada, que obedeça certa disciplina e linearidade. Esta proposição pode ser comparada ao estilo da escola unitária de Gramsci, que propõe disciplina e objetivos bem definidos, como desenvolvemos no primeiro capítulo dessa pesquisa.

No capítulo II: As vocações sacerdotais, encontramos alguns princípios gerais que visam acompanhar e zelar o caminho que compreende o nascimento das ‘vocações’ ao sacerdócio, chamando bispos, padres, pais, educadores, movimentos, associações para que suscitem iniciativas para desvelar novos jovens dispostos a ingressar nos seminários. Isso se equipara à organização em torno da escola unitária de Gramsci, quando ele destaca as associações culturais que deveriam estar ligadas à escola unitária.

Destaca-se, inclusive, a promoção e o cuidado com a primeira formação, dos seminários menores, que entendem o ensino médio,

A finalidade do seminário menor é ajudar a maturação humana e cristã dos adolescentes que mostrem trazer dentro de si o germe da vocação ao sacerdócio ministerial, a fim de desenvolver, de acordo com a própria idade, aquela liberdade interior que os capacite a corresponder ao desígnio de Deus sobre a sua vida (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 32).

O jovem precisa se inserir na comunidade, estar ativo nos movimentos e pastorais para que desenvolva o espírito comunitário de seu trabalho¹⁷⁰. Esta inserção pode ser comparada ao envolvimento na prática que possui a Teologia da Libertação, como desenvolvemos no segundo capítulo dessa pesquisa.

Sugere, também, que os formadores estejam atentos às características necessárias aos candidatos que aspiram ao sacerdócio.

A sinceridade e a lealdade diante de si e dos outros, o progressivo desenvolvimento afetivo, a predisposição a viver em comunidade, a capacidade de cultivar amizades fraternas, o bom grau de responsabilidade relativamente aos deveres pessoais e aos compromissos confiados, a criatividade e o espírito de iniciativa, o justo uso da liberdade, a disponibilidade a percorrer um caminho de oração e de encontro com Cristo (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 33).

¹⁷⁰ “Podem citar-se, entre outras possibilidades, os grupos vocacionais para adolescentes, as comunidades de acolhimento vocacional, os colégios católicos e outros organismos juvenis” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 33).

Esta etapa diz respeito ao momento em que o seminarista afasta-se de sua família nas atividades do dia a dia e toma o seminário como sua própria casa, criando hábitos diferenciados, posturas novas e atitudes de protagonismo de sua vida. Chagas e Assunção comentam sobre essa fase,

Nesse período é proposto um itinerário de estudo nitidamente distinto das matérias filosóficas, mas necessário para dotar os seminarista dos fundamentos que o acompanharão ao longo de toda a sua formação. Para tal fim, o programa de estudos deve abarcar a formação espiritual, centrada na Sagrada Escritura; doutrinal, sobretudo através do Catecismo da Igreja Católica; humana, litúrgica e humanística (CHAGAS; ASSUNÇÃO, 2017, p. 25).

Através do serviço, da humildade e disponibilidade o sentimento do bem comum vai crescendo naquela pessoa. Outra aproximação é o rigor com os estudos, algo em comum a Gramsci e ao que aparece na *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*. Como ressalta o documento que “ao final de cada etapa, é importante verificar se as finalidades próprias daquele particular período educativo foram alcançadas, atendendo as avaliações periódicas” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 54).

No capítulo III: Os fundamentos da formação, demonstra que na base da formação presbiteral deve estar presente o espírito de despojamento e consciência de sua missão, pois, como “membro do povo santo de Deus, é chamado a cultivar o seu espírito missionário, exercendo com humildade a função pastoral de guia” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 41).

O perigo do futuro presbítero cair em uma zona de conforto é eminente, por isso, todo o cuidado da Igreja. Ele é chamado a viver uma verdade que transparece em suas atitudes.

A aproximação com o povo¹⁷¹ é requisito básico da formação, pois, “crescendo na caridade, o futuro presbítero procurará desenvolver uma equilibrada e madura capacidade de relacionar-se com o próximo” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 45). Essa ideia de proximidade com o povo, pode ser colocada a par do segundo capítulo desta

¹⁷¹ Entendemos por “povo” todos aqueles que acreditam e seguem Jesus Cristo: “Jesus realiza a nova aliança por meio da oferta de si mesmo e do seu sangue, e assim gera o povo messiânico, que é para todo o gênero humano o mais firme germe de unidade, de esperança e salvação. Como recorda o Concílio Vaticano II, a natureza e a missão dos presbíteros há de ser entendida no seio da Igreja, Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo, a cujo serviço eles consagram a sua vida” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 40).

pesquisa, onde destacamos a Teologia da Libertação como um novo modo de ser Igreja, tendo como opção a comunhão com o povo de Deus.

Outra reflexão importante é a aceitação de ser formado pela Igreja, o seminarista necessita estar de acordo com o que a Igreja propõem, estar em comunhão fraterna, para evitar que desenvolvam o autoritarismo ou ostentação em suas ações. Assim aconselha a Congregação para o Clero,

Sejam educados à simplicidade, à sobriedade, ao diálogo sereno, à autenticidade e, como discípulos na escola do Mestre, aprendam a viver e a trabalhar naquela caridade pastoral que corresponde ao ser ‘ministros de Cristo e administradores dos mistérios de Deus’ (1 Cor 4, 1) (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 46).

A formação rumo ao sacerdócio é um caminho de muitas mudanças e transformações. É preciso formar um homem de discernimento, segundo a *Ratio*, “capaz de interpretar a realidade da vida humana à luz do espírito, e assim escolher, decidir e agir” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 46), não é tarefa fácil, pois requer capacidade de leitura da realidade. Congregar a sua própria história à realidade que se prepara para assumir é de grande importância, e aos poucos, adquire-se o hábito de ouvir-se e manifestar aquilo que o motiva.

Criar capacidade de autogovernar-se, aprender a viver de acordo com as circunstâncias que lhes são necessárias. O documento destaca nesse sentido que,

Assim, o presbítero aprende a governar a si próprio, nas suas forças espirituais e mentais, da alma e do corpo; aprende o sentido daquilo que se pode fazer e daquilo que não convém ou que não se deveria fazer; começa a administrar as próprias energias, os seus planos, os seus compromissos, com uma equilibrada disciplina de si mesmo e um conhecimento honesto dos próprios limites e das próprias possibilidades (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 47).

O autogovernar-se, autodomínio e segurança são capacidades-qualidades que aparecem de maneira similar no intelectual orgânico de Gramsci.

Outra característica importante é a capacidade de aderir a um sério acompanhamento pessoal com os padres formadores¹⁷², eles são o guia para qualquer

¹⁷² São os padres que trabalham na formação dos seminaristas, são escolhidos pelo bispo, a esse respeito, nota-se o exemplo da equipe de formadores da diocese de Palmas – Francisco Beltrão, conforme o anexo B.

dúvida, estão integralmente presentes na formação, como destaca a Congregação para o Clero.

É necessário que os colóquios com os formadores sejam regulares e frequentes; deste modo, na docilidade à ação do espírito, o seminarista poderá progressivamente configurar-se a Cristo. Este acompanhamento deve integrar todos os aspectos da pessoa humana, educando-o a escuta, ao diálogo, ao verdadeiro significado da obediência e a liberdade interior (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 49).

O formador é um acompanhante fiel, um guia amigável a qualquer momento da formação, tem a missão de acompanhar, observar e ajudar, auxiliando no caminho, é um ser que se pode partilhar a vida.

Cotidianamente, a formação vai se cumprindo através das relações interpessoais, dos momentos de partilha e de confronto, que concorrem para o crescimento ‘daquele húmus humano’, onde concretamente amadurece a vocação (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 50).

O formador se assemelha ao papel do professor da escola unitária, guias fiéis ao crescimento do seminarista-educando.

É importante viver em comunidade, dialogar e ser fraterno, são características que se desenvolvem no cotidiano formativo. Do mesmo modo, “será de grande benefício para a comunidade do seminário abrir-se ao acolhimento e a partilha com diversas realidades, tais, como por exemplo, as famílias, as pessoas consagradas, os jovens, os estudantes e os mais pobres” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 52). Estar e ser aberto às realidades presentes no contexto social.

No capítulo IV: Formação inicial e permanente, encontramos a preocupação de formar um homem íntegro, disponível e aberto à correção fraterna, é a insistência na formação humana em todas as fases da formação, seja inicial, propedêutica, filosófica, teológica e pastoral. Como destaca o documento, “os seminaristas hão de habituar-se a disciplinar o seu caráter, crescer na fortaleza de ânimo e, em geral, aprender as virtudes humanas, como a sinceridade, a preocupação constante da justiça” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 58).

De acordo com o crescimento das fases da formação, pede-se que o seminarista esteja cada vez mais preparado para o serviço desinteressado, como estabelece o documento.

Na ótica em vista do serviço a uma igreja particular, os seminaristas são chamados a adquirir a espiritualidade do padre diocesano, caracterizado pela dedicação desinteressada a sua circunscrição eclesial ou aquela na qual concretamente exercerá o ministério, sendo ele pastor e servo para todos em um contexto específico (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 61).

Em analogia com o primeiro capítulo da dissertação em que desenvolvemos os marcos formativos da vida de Gramsci, fica evidente esta preocupação com uma cultura desinteressada, isto é, não de interesse imediato, pelo viés de aproveitamento individual, mas uma cultura que seja para o bem comum.

No capítulo V: Dimensões da formação, a Congregação para o clero destaca as quatro dimensões da formação, todas devem estar presentes no itinerário da formação, são elas humana, espiritual, intelectual e pastoral.

A dimensão humana, que representa a base necessária e dinâmica de toda a vida sacerdotal; a dimensão espiritual, que contribui para caracterizar a qualidade do ministério sacerdotal; a dimensão intelectual, que oferece os necessários instrumentos racionais para compreender os valores próprios do que é ser pastor, a fim de procurar encarná-los na própria vida, e para transmitir o conteúdo da fé de modo adequado; e a dimensão pastoral, que habilita a um serviço eclesial responsável e profícuo (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 73).

A dimensão humana é a base que sustentará o futuro Sacerdote, desenvolvendo a sua personalidade no modelo de Jesus Cristo, “é então necessário cultivar a humildade, a coragem, o sentido prático, a magnanimidade do coração, a retidão no juízo, a discrição, a tolerância, a transparência, o amor a verdade e à honestidade” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, p. 76). A formação humana promove o crescimento integral da pessoa, em busca de um homem responsável que saiba ler a realidade e agir de acordo com as condições necessárias.

No que se refere ao aspecto físico do seminarista, o documento evidencia que,

Do ponto de vista físico, essa se interessa por aspectos tais como a saúde, a alimentação, a atividade motora, o descanso; no campo psicológico, ocupa-se da constituição de uma personalidade estável, caracterizada pelo equilíbrio afetivo, o domínio de si e uma sexualidade bem integrada (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 76).

É preciso formar uma pessoa responsável e capaz de atender as diversas necessidades da comunidade onde desenvolverá seu ministério, até mesmo uma instrução estética, assim prescreve o documento *Ratio*.

Oferecendo uma instrução que permita conhecer as diversas manifestações artísticas, educando ao sentido do belo, e o âmbito social, ajudando o indivíduo a melhorar a própria capacidade relacional, de modo a poder contribuir para a edificação da comunidade onde vive (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 77).

A inserção comunitária é essencial. Em sentido diferente, nos tempos atuais, temos a realidade do mundo digital, um modo distinto de estar, um novo espaço de partilha de ideias, informações, opiniões e conhecimento. A esse respeito o documento apresenta a seguinte possibilidade,

A utilização dos *mass-media* e a aproximação ao mundo digital são uma parte integrante do desenvolvimento da personalidade do seminarista, porque através dos meios modernos de comunicação, o sacerdote poderá dar a conhecer a vida da Igreja e ajudar os homens de hoje a descobrirem o rosto de Cristo (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 79).

Recomendar e praticar na rede digital a proposta da cultura do encontro, insistir na solidariedade, compromisso com a vida¹⁷³. A comunicação¹⁷⁴ positiva na perspectiva do crescimento educativo pode propor muitas soluções que defendam o pobre em meio ao mundo capitalista. O papel da Igreja frente a comunicação é “saber inserir-se no diálogo com os homens e as mulheres de hoje, para compreender as suas expectativas, dúvidas, esperanças” (FRANCISCO, 2015a, p. 107).

A dimensão espiritual está orientada na comunhão com os irmãos e irmãs na perspectiva da caridade pastoral. A centralidade da dimensão espiritual é a união pessoal com Jesus Cristo através das orações e dos sacramentos. A Palavra de Deus necessita ser acolhida no coração para depois tornar-se pregação, nesse itinerário se requer que,

¹⁷³ A esse respeito, como uma devolutiva da pesquisa, ao meio formativo, do qual, atualmente, estou inserido como Padre formador, criamos um canal no Youtube chamado *Conscientizando*, com o objetivo de levar uma comunicação positiva, segura, fundamentada no Evangelho e documentos da Igreja. O conteúdo do canal pode ser encontrado no link: https://www.youtube.com/channel/UC9j_YeNF_ez_Enz9W_aykBu9A.

¹⁷⁴ “Os meios tecnológicos e sistemas atuais são ferramentas válidas no campo da informação e da comunicação. Todavia, se não se educam os jovens para sua reta utilização e não se disciplina o seu uso, tais meios modernos, como internet, telefones, celulares e outros, podem também constituir-se em fatores negativos no campo da formação” (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA, 2009, s/p).

Os seminaristas precisam ser introduzidos gradualmente no conhecimento da Palavra de Deus, através do método da Lectio Divina. Uma meditação cotidiana e profunda, praticada com fidelidade e diligência, na qual convirja também uma fecunda reciprocidade entre estudo e oração, poderá garantir-lhes uma abordagem integral seja ao Antigo como ao Novo Testamento (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 82).

Através da participação nas orações, meditações, Eucaristia e penitência os seminaristas reconheçam as próprias fragilidades e sintam-se amados por Jesus Cristo.

A condição de estar ao lado dos pobres¹⁷⁵ é requisito básico da formação espiritual, estes representam o rosto humano de Deus.

Os seminaristas cultivem de modo concreto o espírito de pobreza. [...]. Coloquem especialmente no coração os mais pobres e os mais fracos, e, já habituados a uma generosa e voluntária renúncia a tudo que não seja necessário, sejam testemunhas de pobreza, através da simplicidade e da austeridade da vida, para tornar-se promotores sinceros e credíveis de uma verdadeira justiça social (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 86).

O estilo dos Apóstolos em missão, relatado em Mc 6, 8-9: “Recomendou-lhes que nada levassem para o caminho, a não ser um cajado apenas; nem pão, nem alforje, nem dinheiro no cinto. Mas que andassem calçados com sandálias e não levassem duas túnicas” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 1905), deve ser o estilo do seminarista, uma espiritualidade voltada à simplicidade, à missão e ao anúncio através do testemunho.

A exemplo da Teologia da Libertação, existe semelhança e aproximação em identificar o rosto de Deus no pobre. Nesse sentido, citando as virtudes a serem desenvolvidas na dimensão espiritual, encontramos que,

A fidelidade, a coerência, a sapiência, o acolhimento de todos, a afável bondade, a necessária firmeza quanto as coisas essenciais, a liberdade diante de pontos de vista demasiado subjetivos, o desprendimento pessoal, a paciência, o gosto pela tarefa diária, a confiança no trabalho escondido da graça que se manifesta nos simples e nos pobres (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 88).

¹⁷⁵ Não obstante termos tratado do tema do Papa Francisco e os pobres no ponto 2.6, ainda o citamos: “Devemos aprender a estar com os pobres. Não nos limitemos a pronunciar belas palavras sobre os pobres! Mas encontremo-los, fixemo-los olhos nos olhos, ouçamo-los. Para nós, os pobres são uma oportunidade concreta de encontrar o próprio Cristo, de tocar a sua carne sofredora” (FRANCISCO, 2015, p. 81).

A espiritualidade precisa ecoar na vida prática dos seminaristas, fazendo testemunhar as qualidades e características do próprio Jesus Cristo. Uma espiritualidade encarnada.

A dimensão intelectual requer preparação intensa, para que os candidatos ao sacerdócio possam dialogar com as demais áreas e desenvolvam um raciocínio lógico em todas as situações. Como também: “preparar-se, através do aprofundamento das ciências filosóficas e teológicas, e com uma boa introdução ao direito canônico e as ciências sociais e históricas” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 88).

O conhecimento das ciências filosóficas e teológicas possibilita ouvir e interpretar os acontecimentos dos tempos atuais, pois, como escreve a Congregação para o Clero “a formação intelectual acompanha os presbíteros a fim de que os mesmos se disponham a escutar com profundidade a Palavra, mas também a própria comunidade eclesial, para assim aprenderem a perscrutar os sinais dos tempos” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 89).

Enfim, são essas colocações mais importantes da área intelectual, a *Ratio Institutionis Fundamentalis Sacerdotalis* define, ainda, que se considere a historicidade e a cultura de cada país no aprendizado dos seminaristas.

No que concerne à dimensão pastoral, é imprescindível a opção pelos pobres, como previsto no documento.

A formação sacerdotal deverá estar permeada por um espírito pastoral que os torne capazes de ter aquela mesma compaixão, generosidade, amor por todos, especialmente pelos mais pobres, e pronta solicitude pela causa do reino, que caracterizaram o ministério público do filho de Deus, e que se podem resumir na caridade pastoral (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 90).

A sensibilidade do Pastor necessita ser aguçada e trabalhada na formação dos seminaristas, para que “ajude o seminarista na aquisição daquela liberdade interior necessária para viver o apostolado como serviço, capaz de enxergar a ação de Deus no coração e na vida dos homens” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 90). Como podemos perceber, é uma espiritualidade que se aproxima muito com a espiritualidade da Teologia da Libertação, vista no segundo capítulo desta pesquisa, em que Deus é sentido e encontrado no outro, no rosto das pessoas mais necessitadas, preferencialmente.

De modo específico, é importante os seminaristas estarem inseridos em grupos como homens de comunhão “deve colocar-se no centro o estilo evangélico da escuta, que liberta o Pastor das tentações da abstração, do protagonismo, da excessiva segurança de si e daquela frieza que o tornaria contabilista do espírito ao invés de um bom samaritano” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 91).

Ter a consciência de que o espírito está na frente da vida dos homens e da história. Assim, os candidatos ao sacerdócio precisam alimentar um modo profético¹⁷⁶ de ser, isto é, escuta, anúncio e profetismo¹⁷⁷ fazem parte do leque de qualidades a serem desenvolvidas, tomando posições alinhadas ao Evangelho, assim o seminarista,

Será capaz de interpretar com sabedoria e compreensão qualquer tipo de condicionamento em que as pessoas se movam, aprendendo a propor escolhas espirituais e pastorais viáveis, atendendo ao modo de vida dos fiéis e ao ambiente sociocultural circunstante (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 91).

Ser sinal de misericórdia e compaixão a exemplo de Jesus Cristo, colocar-se em posição dialogal respeitando todos os modos de crer, engajado no estudo da teologia pastoral e atividades de caráter apostólico, indo a lugares que o instiguem a praticar o que aprenderam. Sobre estes lugares de aprendizado pastoral o documento aconselha,

Uma especial atenção deve ser reservada também a preparação dos seminaristas relativamente as modalidades específicas de acompanhamento pastoral das crianças, dos jovens, dos doentes, dos idosos, das pessoas com deficiências, dos presidiários, e dos que vivem em situações de solidão ou pobreza – devido eventualmente a sua condição de migrantes; dedique-se ainda especial atenção ao campo fundamental da pastoral familiar (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 94).

Com o devido acompanhamento de padres mais experientes o seminarista vai aprendendo a arte de pastorear. Enfim, cada dimensão precisa ser trabalhada e

¹⁷⁶ A profecia diz respeito ao anúncio do Evangelho e a denúncia-ação das injustiças. No sentido de que a *Exortação Apostólica Pastores Dabo Vobis* apresentou: “A pastoral não é apenas uma arte nem um complexo de exortações, de experiências ou de métodos; possui uma plena dignidade teológica, porque recebe da fé os princípios e critérios de ação pastoral da Igreja na história, de uma Igreja que se ‘gera’ em cada dia a si mesma. Entre estes princípios e critérios, se encontra aquele particularmente importante do discernimento evangélico das situações socioculturais e eclesiais, no seio das quais se desenrola a ação pastoral (JOÃO PAULO II, 2001, p. 152).

¹⁷⁷ As Diretrizes de 2019, trabalham de forma mais enfática o Padre como profeta, expressam: “O presbítero anuncia e testemunha a palavra de Deus ‘oportuna e inoportunamente’ (2 Tm 4,2). Ele é o mensageiro da Palavra viva de Jesus, proclamando o Reino de Deus e denunciando o que contradiz o evangelho” (CNBB, 2019, p. 33).

transformada no processo formativo, buscando o justo equilíbrio, para que o seminarista tenha condições de estar acessível a todos.

A formação integral é essencial para a formação do sujeito integral, a esse respeito compreende a Congregação do Clero que,

O conceito de formação integral reveste a máxima importância, enquanto é a mesma pessoa na sua totalidade, com tudo o que é e com tudo o que possui, e estar a serviço do Senhor e da comunidade cristã. Aquele que é chamado é um sujeito integral, ou seja, um indivíduo previamente escolhido para alcançar uma sólida interioridade, sem cisões e dicotomias (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 75).

O conhecimento de todas as áreas é importante para o diálogo sincero e aberto com o mundo, em todas as situações, desafios e atitudes.

A ideia de estar ao lado dos pobres reaparece como opção preferencial. Podemos lembrar, em específico, do segundo capítulo dessa pesquisa, no ponto 2.3.5 – Conferência Episcopal Latino Americana – Puebla – 1979, em que a Igreja definiu sua opção preferencial pelos pobres, com ênfase e determinação.

Essas características-qualidades lembram muito o Cristianismo primitivo, não obstante, citado no primeiro e no segundo capítulo como exemplo original dos seguidores de Jesus Cristo.

Dos futuros padres exige-se que sejam peritos em humanidade, compreendendo as expectativas de todos e respeitando o que está estabelecido como valores sociais agindo a partir do diálogo. São situações que fazem parte do dia a dia do trabalho pastoral de um sacerdote, que requerem preparação e espírito evangélico. Por isso, as dimensões da formação interagem entre si no processo formativo do formando.

No capítulo VI: Os agentes da formação, a reflexão recai sobre aqueles que são considerados os guias dessa formação, os formadores. A esse respeito Chagas e Assunção, consideram que,

Por parte dos formadores exige-se o conhecimento da cultura contemporânea e da realidade das classes sociais e os estilos da sociedade moderna; tal conhecimento é de fundamental importância para atender os educandos e usar uma pedagogia adequada (CHAGAS, ASSUNÇÃO, 2017, p. 24).

Cada seminário possui um padre reitor e um padre orientador espiritual, nomeados pelo bispo diocesano. No entanto, de maneira indireta, amplificam-se os sujeitos responsáveis pela formação, como expressa a *Ratio*.

Os membros da comunidade diocesana a que pertence o candidato são corresponsáveis pela formação presbiteral, segundo distintos níveis, modos e competências: o bispo, como pastor responsável pela comunidade diocesana; o presbitério, como âmbito da comunhão fraterna no exercício do ministério ordenado; a comunidade dos formadores do seminário, como mediação espiritual e pedagógica; os professores, oferecendo o suporte intelectual que torna possível a formação integral (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 96).

Do mesmo modo, os próprios seminaristas são responsáveis pela sua preparação, juntamente com a família e a paróquia de origem. Como nos auxilia Douglas Alves Fontes¹⁷⁸.

A *Ratio* apresenta os agentes da formação, destacando todos os nela envolvidos antes, durante e depois do seminário. Toda a Igreja tem sua parcela de responsabilidade na formação sacerdotal, que não é obra de uma pessoa ou de um grupo apenas, mas de todo o corpo eclesial, com seus diversos membros. Assim, fica clara a dimensão comunitária do percurso formativo (FONTES, 2019, p. 23).

O contexto em que o seminarista nasceu e cresceu é importante para sua identidade, ele possui um rosto, um povo que lhe inseriu na vida social, educacional, religiosa, política e cultural, e disso não pode esquecer-se jamais, são suas raízes que o lançaram nesse mundo.

No capítulo VII: Organização dos estudos, percebemos que a integralidade do campo intelectual na formação se compreende que “trata-se de um percurso unitário, integral, do qual todas as matérias são peças importantes para apresentar o mistério de Cristo e da Igreja, e para amadurecer uma visão autenticamente cristã do homem e do mundo” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 109).

No seminário menor e propedêutico, estuda-se as matérias¹⁷⁹ atuais sobre a situação da igreja e da sociedade, também, a iniciação à Sagrada Escritura, documentos

¹⁷⁸ É doutorando em Teologia pela PUC-Rio e Padre da Arquidiocese de Niterói – RJ.

¹⁷⁹ Sobre as matérias e conteúdos não há uma explicação detalhada, deixa-se para cada Conferência Episcopal, desenvolver, de acordo com a situação do lugar: “Acerca das matérias a estudar no período Propedêutico, deve ter-se presente a situação da sociedade e da Igreja particular onde se desenvolve o projeto educativo. Deverá ser assegurada a solidez dos elementos essenciais da formação intelectual, que contribuirão para o sucessivo percurso formativo” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 111).

do Concílio Vaticano II, História da igreja universal, Elementos de cultura humanística, Elementos de psicologia.

Na Filosofia¹⁸⁰, dá-se atenção especial à Filosofia sistemática, à Metafísica, Teodiceia, Cosmologia, História da filosofia, Antropologia filosófica, Lógica, Estética, Epistemologia, Ética, Filosofia política, Filosofia da religião, Sociologia, Pedagogia, Psicologia.

Na Teologia¹⁸¹, o candidato aprende a ter uma visão completa e unitária das verdades reveladas e da experiência de fé da Igreja. O estudo da Sagrada Escritura inspira as demais disciplinas: Revelação, Línguas (latim, hebraico, grego), História da Igreja, Liturgia, Teologia dogmática, Sacramentos, Ecumenismo¹⁸², Diálogo inter-religioso¹⁸³, Teologia moral, Teologia pastoral, Missiologia, Doutrina social da Igreja, Código de direito canônico.

Por fim, a disciplina de experiência pastoral, que se configura como um período de prática integral e acompanhamento de um Padre mais experiente no trabalho pastoral, de aproximadamente um ano, permeada de trocas de experiências e inserção em uma comunidade para experimentar tudo o que irá viver-trabalhar em seu futuro ministério.

Dentre os temas transversais na formação acadêmica, os quais lembram muito as características da Teologia da Libertação, aconselha-se que,

Cabem importantes temas inerentes a vida do povo de Deus, [...], incluindo a busca do bem comum, o valor da solidariedade entre os povos e da subsidiariedade, a educação dos jovens, o trabalho com os direitos e os deveres relativos a tal tema, o significado da autoridade política, os valores da justiça e da paz, as estruturas sociais de assistência e acompanhamento dos mais necessitados (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 118).

O seminarista deve aprender o respeito pela fé e pela maneira do povo de Deus viver e crer, como justifica a Congregação para o Clero,

¹⁸⁰ “Nesta etapa, o formando deve trabalhar sua personalidade a fim de estruturá-la e equilibrá-la, sobretudo pelo exercício das virtudes humanas, que farão dele um reflexo vivo da humanidade de Jesus e uma ponte que une os homens a Deus” (CHAGAS; ASSUNÇÃO, 2017, p. 25).

¹⁸¹ “Sua finalidade é configurar o seminarista a Cristo, pastor e servo, para que, unido a Ele, possa fazer da própria vida um dom de si aos outros” (CHAGAS; ASSUNÇÃO, 2017, p. 25).

¹⁸² “Igreja em relação com as outras igrejas e comunidades cristãs. Na perspectiva da eclesiologia de comunhão, a Igreja se percebe em comunhão, ainda que imperfeita, com todas as igrejas e comunidades cristãs” (SANTOS, 2009, p. 15).

¹⁸³ “Igreja em relação com as religiões. O diálogo inter-religioso tem, para a Igreja, uma dimensão evangelizadora. O diálogo é sinal de que a Igreja reconhece valores importantes nas outras religiões e quer colaborar com elas para a construção da justiça, da fraternidade e da paz no mundo” (SANTOS, 2009, p. 16).

Porque a fé do povo de Deus exprime-se muitas vezes através das formas de piedade popular, que traduz em si uma certa sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar e representa um lugar teológico (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 122).

No capítulo VIII: Critérios e normas, encontramos as normas e critérios de aceite no seminário, onde os jovens são aconselhados a ter consciência de que o seminário é uma instituição que tem normas e que é preciso respeitá-las.

Em geral, o candidato deve ser cristão católico, estar consciente de sua saúde psíquica e física, não ser homossexual e não apoiar a cultura gay¹⁸⁴. Enfim, deixa-se claramente que,

O simples desejo de ser Sacerdote não é suficiente, e não existe um direito de receber a sagrada ordenação. Compete a igreja discernir a idoneidade daquele que quer entrar no seminário, acompanhá-lo durante os anos de formação e chamá-lo as ordens sacras, se for julgado possuidor das qualidades requeridas (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2017, p. 136).

Todos os assuntos entre a Igreja e o candidato devem estar bem esclarecidos e resolvidos dentro de uma relação familiar e coerente antes de o jovem ingressar no seminário.

Em síntese, o documento *Ratio Institutionis Fundamentalis Sacerdotalis* traz situações da Igreja geral-universal que precisam e necessitam serem encabeçadas nos documentos nacionais de formação. No entanto, pudemos perceber que há muitas possibilidades de aproximação com pensamento gramsciano de intelectual orgânico, apresentado no primeiro capítulo, inclusive a opção preferencial pelos pobres como exibimos no esboço teológico da Teologia da Libertação no segundo capítulo, que se alinham, se assemelham, e juntos podem formar um futuro líder social ou religioso maduro, consciente e capaz.

Podemos elencar as principais possibilidades que se desvelaram diante da análise do documento *Ratio Institutionis Fundamentalis Sacerdotalis*, que colocados em

¹⁸⁴ Considerando o que já foi definido pela Congregação para a educação católica e aprovada por Bento XVI: “[...] a Igreja, embora respeitando profundamente as pessoas em questão, não pode admitir ao Seminário e às Ordens sacras aqueles que praticam a homossexualidade, apresentam tendências homossexuais profundamente radicadas ou apoiam a chamada cultura gay” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2005, s/p).

consonância com Gramsci¹⁸⁵ e com a Teologia da Libertação podem ser de grande utilidade na formação dos futuros líderes religiosos, sociais, políticos, de um povo. A saber: 1 – Desenvolver no seminário uma formação humana consistente e madura tendo como modelo as qualidades de Jesus Cristo, fundamentado na Sagrada Escritura, Catecismo da Igreja Católica, vida litúrgica e Sacramentos, com rigor nos estudos, ligado à opção preferencial pelos simples-pobres de cunho profético, isto é, de denúncia e anúncio; 2 – Aos seminaristas, que tenham atenção ao projeto formativo proposto pelos formadores, levando em conta as diferentes realidades de cada localidade, para criar identidade com este povo; 3 – Que toda comunidade esteja ao lado dos seminaristas, auxiliando numa formação sólida e bem definida ao sacerdócio, sentir a comunidade em um envolvimento “desinteressado”; 4 – Requer que o seminarista tenha espírito de despojamento, missionário e verdadeiro, sem pretender conforto, autoritarismo e carreirismo; 5 – O seminarista necessita estar com o povo, entendido como todo aquele que acredita em Jesus Cristo, criar entendimento de que este povo lhe constituiu como pessoa humana, ser e estar inserido na realidade através da ajuda e acompanhamento nas pastorais que envolvem crianças, jovens e adultos, com especial atenção à pastoral familiar, criando espírito de Igreja como comunhão; 6 – Dar a possibilidade de o seminarista compreender a capacidade de autogovernar-se, aprender a viver em suas circunstâncias e mudá-las quando necessário, com equilibrada disciplina consigo mesmo e na convivência com o povo; 7 – Que o seminarista esteja aberto ao acompanhamento dos padres formadores, os quais representam um auxílio necessário, um guia para o suporte nas decisões e no crescimento humano, intelectual, espiritual e pastoral; 8 – Ser seminarista significa entender que seu serviço precisa ser desinteressado, ou seja, não criando expectativa de fama, cargos importantes, poder, ou até mesmo, usar do cargo para ascensão social; 9 – Seja dada a possibilidade do seminarista possuir um apreço especial pelo seu local, sua região, seu país, e de onde ele veio, e para onde retornará preparado para liderar com discrição uma porção deste povo, com vistas ao bem comum; 10 – Que o seminarista esteja preparado em suas dimensões: Humana, desenvolvendo seu modo de ser, tendo como modelo as características de Jesus Cristo: opção pelos pobres, humildade, corajoso, não ter medo de tomar posição, defensor da vida e inserido na comunidade; Espiritual, orientada para os irmãos e as irmãs, capaz de perceber Deus no rosto do outro (a). Com uma união segura na pessoa de Jesus Cristo, na Palavra de Deus e nos

¹⁸⁵ Desde que estejam dentro de algumas especificidades, como, direcionados na perspectiva da práxis libertadora, ou seja, da superação das relações sociais capitalistas.

sacramentos. Que a opção preferencial pelos pobres brote dessa dimensão-condição, como aqueles que resplandecem o rosto de Deus; Intelectual, de preparação íntegra, com fundamentação filosófica e teológica, com ênfase na Sagrada Escritura e nas ciências sociais, para que desenvolva condições de ouvir e interpretar as condições da existência; Pastoral, a sensibilidade de pastor, capaz de compaixão e solicitude aos mais pobres, dentro do diálogo de comunhão, capaz de denunciar e anunciar; 11 – Ser protagonista de sua própria formação, o próprio seminarista precisa querer, e estar à disposição para crescer, com o apoio da escola, família e comunidade; 12 – Saber respeitar o lugar, hábitos e costumes de um povo, precisa estar ligado ao povo sem sentimento de posse. Dar testemunho fiel de Jesus Cristo defendendo quem mais necessita.

Após elaborar a dimensão da formação de opção preferencial pelos pobres, a partir do documento *Ratio Institutionis Fundamentalis Sacerdotalis*, bem como, tendo expressado algumas aproximações possíveis com o intelectual orgânico de Gramsci e a Teologia da Libertação, veremos, a partir de agora, as *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil (2010 e 2019)*.

3.3 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS: *DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DOS PRESBÍTEROS DA IGREJA NO BRASIL – 2010 E 2019*¹⁸⁶: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA FORMAÇÃO DO SEMINARISTA INTELECTUAL ORGÂNICO DOS POBRES

O documento *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*¹⁸⁷ foi elaborado em conjunto, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com a colaboração da Comissão Episcopal Pastoral para os Ministérios Ordenados e a Vida Consagrada e da Organização dos Seminários e Institutos do Brasil (OSIB), por fim, aprovada pelo Vaticano.

Na apresentação do documento, Dom Dimas Lara Barbosa, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro e secretário geral da CNBB, pontuou que,

Estas Diretrizes foram aprovadas por unanimidade na 48ª Assembleia Geral da CNBB, em Brasília, entre os dias 3 e 13 de maio de 2010, e obtiveram a aprovação da Congregação para a Educação Católica em 3 de julho de 2010 (CNBB, 2011, p. 5).

¹⁸⁶ No dia 12 de outubro de 2019, foi publicado a atualização das Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil. Dado a isso, no decorrer do texto, inseriremos os acrescentos e modificações mais importantes que trouxeram a referida atualização.

¹⁸⁷ Usamos no desenvolvimento da pesquisa, o texto da 2ª edição, de 2011.

Assim, as *Diretrizes* possuem, desde a data de aprovação, força de lei canônica nos seminários e casas de formação da Igreja no Brasil. As *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil* passaram por atualização desde a sua primeira edição em 1971, que levou em consideração os documentos gerais da Igreja para a formação, como o decreto conciliar *Optatam Totius* (1965) e a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (1970). A segunda atualização foi aprovada em 1984, além destes documentos foram incorporados a menção da *III Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho*, realizada em Puebla em 1979 e o *Código de Direito Canônico* de 1983. Em 1995, houve a terceira atualização, que faz menção à *Exortação Apostólica Pastores Dabo Vobis* (1992), de João Paulo II e às Conclusões da *IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho* em Santo Domingo (1992).

As *Diretrizes* aprovadas em 2010, fazem alusão à *V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho*, realizado em Aparecida-SP, em 2007, e representa a quarta atualização deste documento que levou em consideração as mudanças culturais, políticas, econômicas, religiosas de cada período, além disso, teve o mesmo cuidado de fazer referência aos documentos da Igreja que foi se construindo nos anos anteriores.

Como mencionado, em outubro de 2019 foi publicado pela CNBB a atualização das *Diretrizes* para a formação no Brasil, na apresentação no novo documento se expressa que “trata-se da concretização para o Brasil da *Ratio Fundamentalis – O dom da vocação Presbiteral*, que em seu número 3, indica a necessidade de cada Conferência Episcopal ‘preparar uma *Ratio Nationalis* própria” (CNBB, 2019, p. 13). A atualização segue o mesmo estilo do ano 2010, com alguns enxertos específicos que no decorrer do desenvolvimento do texto que segue iremos abordar.

As *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil* (2010) está dividida em três partes, a saber: I PARTE: Coordenadas da formação presbiteral; 1 – Contexto como desafio; 2 – Fundamentos teológicos da formação presbiteral; 3 – Processo formativo. II PARTE: Formação inicial (está dividida em seções): 1ª Seção: Espaços formativos; 2ª Seção: Tempos formativos; 3ª Seção: Pedagogia e Itinerário

formativo; 4ª Seção: Dimensões da formação. III – PARTE: Formação permanente dos presbíteros¹⁸⁸.

3.3.1 Antecedentes históricos¹⁸⁹

A caminhada que a Igreja do Brasil trilhou até chegar nas atuais e vigentes *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil* é rica de menções a documentos que serviram de aporte e horizonte para a sequência da ideia formativa dos novos líderes sociais e religiosos.

A maior parte dos documentos que estiveram iluminando a reflexão das *Diretrizes* já foram apresentados em abordagens anteriores nesta pesquisa, como podemos lembrar: decreto conciliar *Optatam Totius* (1965); a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (1970); o *Código de Direito Canônico* de 1983; a *Exortação Apostólica Pastores Dabo Vobis* (1992), de João Paulo II, abordamos no tópico 3.1.1 – Antecedentes históricos, deste capítulo. Da mesma maneira, a *III Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho*, realizado em Puebla em 1979, analisamos no ponto 2.3.5 – Conferência Episcopal Latino Americana, no segundo capítulo desta pesquisa.

Assim sendo, dos documentos mais importantes que fizeram parte ou foram levados em consideração no processo histórico de construção das *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*, resta-nos apresentar a *IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho*, realizada em Santo Domingo-RD (1992) e a *V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho*, realizado em Aparecida-SP, em 2007.

Em relação ao documento da *IV Conferência do Episcopado Latino Americano: Nova evangelização, promoção humana, cultura cristã*, realizado em Santo Domingo-RD, no ano de 1992¹⁹⁰, no discurso de abertura da Conferência, o Papa João Paulo II (1978 - 2005) reafirmou a opção preferencial pelos pobres e a preocupação com a promoção humana.

¹⁸⁸ A Parte III: Formação permanente do Presbíteros, trabalha especificamente sobre a vida do Padre, como a necessidade de continuar a atualização com cursos e estudos. Compreendemos que nossa pesquisa se limita a trabalhar a formação seminarística, por isso, não inseriremos a reflexão desta parte.

¹⁸⁹ Neste tópico, em específico, não haverá a análise entre limites e possibilidades, que é o que se propomos realizar neste capítulo, entretanto, servirá de apoio-suporte histórico na compreensão do documento *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*, no qual, analisaremos os limites e as possibilidades da formação do seminarista intelectual orgânico dos pobres.

¹⁹⁰ Usamos no texto, desta pesquisa, o documento do ano de 1993, em sua 2ª edição.

Levando-se em conta que a Igreja está consciente de que o homem, não o homem abstrato, mas o homem concreto e histórico, é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento de sua missão, a promoção humana há de ser consequência lógica da evangelização, para a qual tende a libertação integral da pessoa. Olhando para este homem concreto, vós, pastores da Igreja, constatais a difícil e delicada realidade social pela qual atravessa hoje a América Latina, onde existem amplas camadas de população na pobreza e na marginalização. Por isso, solidários com o clamor dos pobres, vos sentis chamados a assumir o papel do bom samaritano (Lc, 10, 25-37), onde o amor a Deus se demonstra no amor à pessoa humana (CELAM, 1993, p. 16).

A realidade era e continua sendo desafiadora na promoção humana e na cultura dos valores cristãos, por isso, novo jeito, nova maneira de estar trabalhando precisava surgir, para uma vida autenticamente humana.

O documento de *Santo Domingo* está organizado da seguinte maneira: Parte I: Jesus Cristo: Evangelho do Pai; Capítulo 1: Profissão de fé; Capítulo 2: Nos 500 anos da primeira evangelização. Parte II: Jesus Cristo Evangelizador vivo em sua Igreja; Capítulo 1: A nova evangelização; Capítulo 2: A promoção humana; Capítulo 3: A cultura cristã. Parte III: Jesus Cristo, vida e esperança da América Latina: Capítulo 1: Linhas pastorais prioritárias; Capítulo 2: Opções pastorais prioritárias.

Em consonância com a opção preferencial pelos pobres, encontramos no número 50 a afirmação do valor da profecia e do anúncio,

A função profética da Igreja, que anuncia Jesus Cristo, deve mostrar sempre os sinais da verdadeira 'valentia' (cf. At 4;13; 1Ts 2,2) em total liberdade diante de qualquer poder deste mundo. Parte necessária de toda pregação e de toda catequese deve ser a doutrina social da Igreja, que constitui a base e o estímulo da autêntica opção preferencial pelos pobres (CELAM, 1993, p. 55).

Uma nova vitalidade para a Igreja da América Latina, com acentuada reflexão sobre a promoção humana da cultura cristã, chamando todos a rever os valores do Evangelho. Neste envolvimento, é deveras importante a inclusão de todos em uma só linguagem, encontramos esta referência no número 95.

Como sinal dos tempos, vemos um grande número de leigos comprometidos com a Igreja que exercem diversos ministérios, serviços e funções nas comunidades eclesiais de base ou atividades nos movimentos eclesiais. Cresce sempre mais a consciência de sua

responsabilidade no mundo e na missão *ad gentes*. Os pobres evangelizam os pobres (CELAM, 1993, p. 69).

A evangelização precisa ser feita como Jesus Cristo fez, ir onde existe fome, injustiça, abandono, pois o amor misericordioso é aquele que sai de si para encontrar o outro que está carente espiritualmente e materialmente. Nesse sentido, encontramos no número 178 o que é evangelização.

Evangelizar é fazer o que Jesus Cristo fez, quando mostrou na sinagoga que veio para ‘evangelizar’ os pobres (cf. Lc 4, 18-19). Ele ‘se fez pobre, embora fosse rico, para nos enriquecer com sua pobreza’ (2 Cor 8,9). Ele nos desafia a dar testemunho autêntico de pobreza evangélica em nosso estilo de vida e em nossas estruturas eclesiais, tal qual Ele fez (CELAM, 1993, p. 69).

Descobrir e encontrar no rosto dos pobres o próprio Deus é o desafio de estar com os mais simples por amor. Na formação dos seminários que se leve em conta essa realidade para os futuros líderes religiosos e sociais, além de não esquecer os documentos já produzidos, encontramos essa dimensão no número 84.

Assumir plenamente as diretrizes da exortação pós-sinodal *Pastores dabo vobis* e rever, a partir dela, nossas ‘Normas básicas para a formação sacerdotal’ (*Ratio Fundamentalis*) em cada país. [...]. Rever a orientação da formação oferecida em cada um de nossos seminários para que corresponda às exigências da nova evangelização, com suas consequências para a promoção humana e a inculturação do Evangelho (CELAM, 1993, p. 66).

Inculturar o Evangelho significa ir ao encontro sem preconceitos, dar testemunho de um novo jeito de ser, sem impor ou interferir na cultura de um povoado. Trata-se de um estilo desinteressado, isto é, despojado das amarras da imposição religiosa. Mas, preocupado com a dignidade da pessoa através de seu exemplo cristão.

Por fim, destacamos o número 180, a linha de pensamento que se apresenta no documento,

Assumir com decisão renovada a evangélica opção preferencial pelos pobres, seguindo o exemplo e as palavras do Senhor Jesus, com plena confiança em Deus, austeridade de vida e partilha de bens. Privilegiar o serviço fraterno aos mais pobres entre os pobres e ajudar as instituições que cuidam deles: os deficientes, enfermos, idosos solitários, crianças abandonadas, presos, aidéticos e todos aqueles que

requerem a proximidade misericordiosa do ‘bom samaritano’ (CELAM, 1993, p. 101).

A atitude do bom samaritano é aquela de entrega, ajuda mútua sem interesses, um amor que transpassa a dimensão de qualquer privilégio, pelo simples fato de sentir compaixão, isto é, amar o ser humano e querer sua dignidade. Enfim, são pequenos recortes que expressam a continuidade-atualização da reflexão nas *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*.

Sobre o documento *V Conferência geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe – Aparecida*, aconteceu nos dias 13 a 31 de maio do ano de 2007¹⁹¹, em Aparecida – SP. Conforme a introdução do documento, a Igreja Latino Americana se coloca no espírito do Concílio Vaticano II, sem deixar de lado a caminhada feita nas Conferências anteriores do episcopado latino americano, com o firme propósito de renovação.

A Igreja é chamada a repensar profundamente e a relançar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais. [...]. Trata-se de confirmar, renovar e revitalizar a novidade do Evangelho arraigada em nossa história, a partir de um encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo, que desperte discípulos e missionários (CELAM, 2008, p. 13).

A novidade do documento de Aparecida é restabelecer a alegria e o engajamento dos discípulos e missionários de Jesus Cristo. Está distribuído da seguinte forma: - Primeira parte: A vida de nossos povos hoje; Capítulo I: Os discípulos missionários; Capítulo II: Olhar dos discípulos missionários sobre a realidade. – Segunda parte: A vida de Jesus Cristo nos discípulos missionários; Capítulo III: A alegria de sermos discípulos missionários para anunciar o evangelho de Jesus Cristo; Capítulo IV: A vocação dos discípulos missionários à santidade; Capítulo V: A comunhão dos discípulos missionários na Igreja; Capítulo VI: O caminho de formação dos discípulos missionários. – Terceira parte: Capítulo VII: A missão dos discípulos a serviço da vida plena; Capítulo VIII: Reino de Deus e promoção da dignidade humana; Capítulo IX: Família, pessoas e vida; Capítulo X: Nossos povos e nossa cultura.

Em relação à opção preferencial pelos pobres, encontramos o seguinte reconhecimento no número 128.

¹⁹¹ Usamos no texto, desta pesquisa, o documento do ano de 2008, em sua 5ª edição.

Reconhecendo o dom da vitalidade da Igreja que peregrina na América Latina e no Caribe, sua opção pelos pobres, suas paróquias, suas comunidades, suas associações, seus movimentos eclesiais, novas comunidades e seus múltiplos serviços sociais e educativos (CELAM, 2008, p. 69).

É a Igreja que se renova e reafirma sua opção pelos pobres em seus mais diversos segmentos. Como melhor definido no número 397.

Solicita-se dedicarmos tempo aos pobres, prestar a eles amável atenção, escutá-los com interesse, acompanhá-los nos momentos difíceis, escolhê-los para compartilhar horas, semanas ou anos de nossa vida, e procurando, a partir deles, a transformação de sua situação (CELAM, 2008, p. 179).

Não se renova uma opção paternalista, mas uma que consiga transformar a realidade sofrida dos mais simples. Elevar o nível dos mais pobres socialmente, espiritualmente, culturalmente, e acima de tudo, tomando posição com eles, defendendo-os, como sugerido no número 398.

A opção pelos pobres deve conduzir-nos a amizade com os pobres. Dia a dia os pobres se fazem sujeitos da evangelização e da promoção humana integral: educam seus filhos na fé, vivem constantemente a solidariedade entre parentes e vizinhos, procuram constantemente a Deus e dão vida ao peregrinar da Igreja. A luz do Evangelho reconhecemos sua imensa dignidade e seu valor sagrado aos olhos de Cristo, pobre como eles e excluído como eles. A partir dessa experiência cristã, compartilharemos com eles a defesa de seus direitos (CELAM, 2008, p. 180).

Envolver-se com os pobres, isto é, estar imerso nessa realidade para que junto deles consigamos elevá-los na promoção de sua libertação. Encontramos no número 399, outra definição-sugestão interessante.

Assumindo com nova força essa opção pelos pobres, manifestamos que todo processo evangelizador envolve a promoção humana e a autêntica evangelização-libertação sem a qual não é possível uma nova ordem justa na sociedade (CELAM, 2008, p. 180).

A promoção humana continua a ser integral, a partir de Jesus Cristo desenvolver situações que possibilitem mudanças sociais que acarretem melhores condições de existência.

A respeito dos seminários de formação presbiteral, encontramos no documento a seguinte análise e convocação para certas características dos seminaristas, referenciado no número 316.

Sem dúvida, os seminários e as casas de formação constituem espaço privilegiado – escola e casa – para a formação de discípulos missionários. O tempo da primeira formação é uma etapa onde os futuros presbíteros compartilham a vida, a exemplo da comunidade apostólica ao redor de Cristo ressuscitado: oram juntos, celebram a mesma liturgia que culmina na Eucaristia, a partir da Palavra de Deus recebem os ensinamentos que vão iluminando sua mente e modelando seu coração para o exercício da caridade fraterna e da justiça, prestam serviços pastorais periodicamente a diversas comunidades, preparando-se assim para viver uma sólida espiritualidade de comunhão com Cristo Pastor (CELAM, 2008, p. 145).

O seminário é lugar-casa de opções sadias e consistentes diante de uma realidade de difícil acesso e inserção de valores cristãos¹⁹², como perdão, responsabilidade, vida comunitária, amor, fraternidade, diálogo, capacidade de serviço e em razão disso, é necessária uma sólida formação. A respeito disso fica explícito no número 323 que,

O seminário deverá oferecer formação intelectual séria e profunda, no campo da filosofia, das ciências humanas, e especialmente da Teologia e da Missiologia, a fim de que o futuro sacerdote aprenda a anunciar a fé em toda a sua integridade, fiel ao Magistério da Igreja, com atenção crítica atento ao contexto cultural de nosso tempo e às grandes correntes de pensamento e de conduta que deverá evangelizar (CELAM, 2008, p. 147).

Enfim, o documento de Aparecida renova a opção preferencial pelos pobres e instiga a todos a serem discípulos e missionários nesta nova realidade cultural de desafios constantes para a formação humana. Requer uma preparação atualizada e adequada a novas maneiras de ser e estar como seminaristas e futuros padres em todas as dimensões da sociedade, fazendo acontecer os ditos de Jesus Cristo.

Isto posto, acreditamos que essas explicações foram úteis para a compreensão das *Diretrizes*, pois, essas reflexões antecederam e estiveram presente na construção do texto, auxiliado, inclusive, pelos demais documentos da Igreja. É importante ressaltar que por

¹⁹² “Nos seminários e nas casas de formação sacerdotal é importante fomentar as equipes de vida, como outras formas de integração comunitária, que favoreçam o amadurecimento para a solidariedade, a capacidade de dar e receber, a correção fraterna, e que seja estímulo para superar o individualismo e o isolamento” (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA, 2009, s/p).

se tratar de atualizações de época, não iremos desenvolver o conteúdo das *Diretrizes* anteriores, conforme já citado, dos anos de 1971; 1984 e 1995. Por isso, partiremos para a análise desinteressada das *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil* (2010) e inseriremos as principais atualizações de 2019.

3.3.2 Limites

Da mesma maneira como conduzimos a reflexão no ponto 3.2.1 – Limites, no qual tratamos do documento *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, evidenciando os limites em forma de oportunidade de mudança para que a formação dos seminaristas seja emancipadora, traremos situações presentes no documento articulado com as reflexões feitas nesta pesquisa, de forma analítica.

O próprio documento expressa no número 18 o desafio na formação do estilo de vida que ganhou espaço no século XXI, isto influencia a formação do futuro padre, pois ele vem dessa realidade “situa-se o estilo de ‘marketing’ e ‘visibilidade’, provocando o consumo, a mera aparência, o exibicionismo, a obtenção de aplausos e a religião como espetáculo” (CNBB, 2011, p. 23).

A ameaça ao espírito de serviço e a disposição para o diálogo, cada vez mais existem pessoas humanas sedentas por posições de prestígio e poder. Podemos perceber essa constatação no número 20, “há mudanças no que se refere a autoridade e ao poder. Suas características são a autossuficiência, o democratismo e a competição. Buscam-se posições de prestígio e comando sem referências ao serviço e ao diálogo” (CNBB, 2011, p. 23).

Diante da constatação do Documento de Aparecida, sobre a nova realidade urbana, a Conferência Nacional do Bispos do Brasil, destaca a urgência de uma formação que contemple a nova realidade, para que a Igreja esteja presente nos novos lugares, como condomínios, grandes centros, periferias, pois, “A formação para neles atuar tem sido insuficiente nas comunidades cristãs e nos próprios seminários do Brasil” (CNBB, 2011, p. 26). O limite de uma formação sem preparo para entrar nesses novos meios sociais.

Outro limite a ser enfrentado pela formação seminarística e dada a real atenção é a aprendizagem deficiente com que ingressam no seminário os vocacionados.

Parte dos vocacionados e seminaristas padecem as consequências de uma aprendizagem deficiente, advindas do sistema educacional do país,

da falta de oportunidade em seu ambiente de origem e dos limites do seu desenvolvimento psicofísico. Sem hábitos de estudo, leitura e reflexão, com dificuldades para raciocinar, ler e redigir textos (CNBB, 2011, p. 31).

Parte daí uma formação que cultive a leitura, a redação, o hábito de estudo sistemático¹⁹³. Diante da situação atual, de cultura secularizada e consumista, requer seminaristas e padres qualificados e competentes no que estão realizando. Por isso, a formação necessita ser adaptada ao tempo e à cultura hodierna. A esse respeito, a CNBB elenca alguns obstáculos-limites que existem nos candidatos ao sacerdócio que precisam ser bem discernidos se apresentados no aspirante ao presbiterado.

A excessiva dependência afetiva; a agressividade desproporcionada; a insuficiente capacidade de ser fiel aos empenhos assumidos e de estabelecer relacionamentos serenos de abertura, confiança e colaboração fraterna e com a autoridade; a identidade sexual confusa ou não ainda definida (CNBB, 2011, p. 70).

Trata-se de situações que denotam atenção e muito diálogo, para que o jovem não se sinta excluído da Igreja, mas que compreenda que para ser Padre é necessário algumas qualidades-características bem definidas.

O tempo atual é marcado pelo consumismo, se não bem educado no seminarista a correta maneira de lidar com o dinheiro e administração¹⁹⁴, corre-se o risco de fazer parte dessa maneira de viver que não é evangélica. Por isso, a CNBB destaca que “disciplinar a própria vontade diante da onda de consumismo, educando-se tanto para o reto uso do dinheiro, quanto para a correta administração dos bens” (CNBB, 2011, p. 149).

Outra situação que a nosso ver pode configurar-se como limite é a importância dada como central somente à filosofia de santo Tomás de Aquino, no entendimento da

¹⁹³ Conforme, Anexo A, atualmente desenvolvo a função de reitor no seminário São João Maria Vianney, em Palmas-Pr. Esta constatação é evidente pelo acompanhamento integral que realizo com os seminaristas, acolho neste seminário aproximadamente vinte adolescentes-jovens para serem novos seminaristas (anualmente), é perceptível, com raras exceções, como ingressam no seminário sem hábito de estudo, concentração e capacidade de reflexão. É necessário, além do acompanhamento personalizado no colégio Estadual Monsenhor Eduardo, de Palmas-Pr, reforço no seminário em diversas disciplinas, como Português, Matemática, Filosofia, Sociologia, Teatro. Além disso, boas maneiras (respeito, atenção com as pessoas, como se portar em situações sociais...).

¹⁹⁴ “Quando o homem reconhece a fundamental solidariedade que o vincula a todos os outros homens, sabe bem que não podem reter somente para si os bens de que dispõe. Quando ele vive habitualmente na solidariedade, os bens de que dispõe são utilizados não somente para as próprias necessidades; então esses multiplicam-se, levando sempre um fruto além do esperado, também para os outros. Exatamente aqui pode-se relevar claramente como a partilha não seja somente divisão de bens, mas também multiplicação dos bens, criação de novo pão, de novos bens, de novo Bem com maiúscula” (CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, 2018, p. 07).

CNBB, “nos estudos filosóficos, dê-se importância especial a santo Tomás de Aquino” (CNBB, 2011, p. 102). E, “especialmente santo Tomás de Aquino” (CNBB, 2011, p. 200). Nas Diretrizes de 2019 esta última referência foi suprimida, permanecendo somente a primeira. A nosso ver, além da abertura filosófica a outras correntes de pensamento, de maneira preponderante à filosofia da práxis, com mais intensidade, proporcionaria aos seminaristas maiores possibilidade de leitura da realidade, visto que tornaria mais compreensível sua postura como defensor dos pobres.

Acrescentamos a atenção dada à subjetividade pós-moderna, destacada na atualização de 2019 como um limite a ser combatido: “A subjetividade pós-moderna [...], por meio da hegemonia dos individualismos, ocasiona crise de pertença e de compromisso com a comunidade, enfraquecendo a identidade e a missão das instituições” (CNBB, 2019, p. 23).

Da mesma forma, insere-se a globalização da indiferença, que pode influenciar a formação seminarística: “A relação com o próximo caracteriza-se pelo estilo egoísta de vida, que exclui os outros, especialmente os mais pobres, fortalecendo a globalização da indiferença” (CNBB, 2019, p. 24). A indiferença é um mal a ser combatido.

Em relação às Diretrizes de 2019, pode-se refletir em um sentido negativo a não tomada de posição da CNBB em relação ao currículo filosófico e teológico, ainda que os documentos tragam os princípios, omitem-se em operacionalizar as disciplinas e a carga horária do currículo, a qual daria maior possibilidade de formar o intelectual orgânico dos pobres. A escrita atual dá a impressão de generalidade, pois, ao apontar princípios amplos, de liberdade de opção para realizar a formação de acordo com as especificidades de cada realidade, corre-se o risco, por outro lado, de a formação não possibilitar base teórica filosófica-teológica que enseje a formação do intelectual orgânico crítico, dos pobres.

Isto posto, vamos destacar as possibilidades que se abrem a partir da análise das *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*, do século XXI, de formar um seminarista que possua opção preferencial pelos pobres.

3.3.3 Possibilidades

No âmbito das possibilidades, pretendemos elencar quais são as possibilidades que brotam do texto que podem ser aproximadas da escola unitária de Gramsci e também da Teologia da Libertação, para que suscitemos prováveis pistas que possam somar na formação dos futuros líderes sociais e religiosos.

O documento *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*¹⁹⁵ apresenta um instrumento renovado, atualizado e motivador para a comunidade formativa, adaptado às condições de existência do século XXI, contemplando todas as mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas da sociedade contemporânea. Nesse sentido, encontramos na introdução do documento a meta a ser alcançada.

A meta é imprimir unidade ao processo de formação inicial dos futuros Presbíteros, levando em conta a diversidade cultural e a qualificação de seu processo de formação permanente para que o sacerdócio seja exercido e vivido por autênticos presbíteros-discípulos, presbíteros-missionários e presbíteros-servidores da vida, cheios de misericórdia, consagrados para pregar o Evangelho, serem pastores do povo de Deus, celebrarem os sacramentos (CNBB, 2011, p. 16).

Já na Parte I: Coordenadas da formação presbiteral, percebemos a inserção da reflexão no contexto social brasileiro. A cultura contemporânea está suportando uma mudança de época¹⁹⁶, chegando a negar muitos valores e, em alguns casos, a própria instituição Igreja. Eis como a CNBB descreve a situação, no número 17, em que o documento nasceu.

Constatam-se mudanças na maneira de lidar com o tempo. Suas características estão no gosto pela rapidez, no centrar-se no instante, nos contatos imediatos e na virtualidade da própria vida. Daí decorre um descaso com a finitude humana, com a consciência histórica, dimensão fundante de nossa identidade humana e cristã (CNBB, 2011, p. 22).

A rapidez com que se faz os acontecimentos, a imediatez e a virtualidade se intensificam nos dias atuais. Isso implica escolhas rápidas, impensadas e simultâneas que

¹⁹⁵ Dom Benedito Beni dos Santos, bispo diocesano de Lorena – SP, antes mesmo da publicação pela CNBB das *Diretrizes* (2010), por participar do processo de atualização do documento, escreveu na Revista de Cultura Teológica, um artigo intitulado: *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*, 2009, em que destaca: “As atuais Diretrizes têm como objetivo primeiro a formação de Presbíteros com os três traços apontados no documento de Aparecida: presbíteros discípulos, presbíteros missionários, presbíteros servidores da vida e cheios de misericórdia” (SANTOS, 2009, p. 10).

¹⁹⁶ “[...] a nossa época revelou as limitações de uma visão individualista do homem, entendido prevalentemente como consumidor, cuja vantagem consistiria antes de tudo numa otimização dos seus ganhos pecuniários. Todavia, a pessoa humana possui peculiarmente uma índole relacional e uma racionalidade em perene busca de um ganho e de um bem-estar que sejam integrais, não reduzíveis a uma lógica de consumo ou aos aspectos econômicos da vida” (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2018, p. 3).

afetam o ser humano. Por isso, é necessário alimentar no processo formativo a superação dos limites através de uma formação adequada, como insere as *Diretrizes* de 2019.

A formação presbiteral deve ser única, integral, comunitária e missionária. Trata-se de um processo que visa educar a pessoa, a verdade do próprio ser, a liberdade e ao domínio de si, com vistas a superação das diversas formas de individualismo e ao dom sincero de si que dá lugar a uma generosa dedicação aos outros” (CNBB, 2019, p. 42).

A possibilidade de contato com a escola gramsciana e a Teologia da Libertação no que diz respeito à aproximação com os mais simples-pobres, é encontrada, e em específico, no número 29, “um novo tipo de Padre, que vá em busca dos afastados, excluídos, sobretudo os pobres e esquecidos, demonstrando sempre a atitude acolhedora e misericordiosa” (CNBB, 2011, p. 26).

Outra situação importante que o documento retrata é a necessidade de um projeto formativo pedagógico e mistagógico que lhes permita construir sua identidade como pessoa humana e cristã. É necessário um horizonte a seguir, as balizas por onde se deve trilhar.

No objetivo geral de toda a formação presbiteral, a missão¹⁹⁷ aparece como preponderante, isto é, um seminarista disposto a sair ao encontro dos mais necessitados, essa realidade esteve presente na Teologia da Libertação, tratada no segundo capítulo dessa pesquisa.

O objetivo geral da formação dos candidatos a vida presbiteral e da formação permanente dos presbíteros é levá-los a serem santos, discípulos missionários, como verdadeiros pastores do povo de Deus, a exemplo de Jesus Cristo, Mestre, Sacerdote e Pastor” (CNBB, 2011, p. 52).

O objetivo geral faz clara menção ao Documento de Aparecida-SP, já abordado anteriormente. Quanto aos objetivos específicos, notavelmente apresentam a dimensão de uma vida comunitária.

¹⁹⁷ “O texto das Diretrizes considera o seminário na perspectiva da missão. Afirma que o seminarista deve ser preparado não apenas para ser pastor do rebanho, mas um evangelizador, um missionário, alguém que sai de seus espaços eclesiais e vai ao encontro das pessoas onde elas se encontram, para anunciar-lhes o Evangelho do Reino” (SANTOS, 2009, p. 12).

Formar personalidades humanas, cristãs e presbiterais marcantes como testemunhas autênticas de Jesus Cristo; formar sacerdotes, mediante a formação espiritual, humano-afetiva e comunitária; formar sábios pela sabedoria humano-divina, profetas de Jesus Cristo; formar mestres mediante a formação intelectual; formar servidores e pastores autênticos de Cristo Pastor, mediante a pastoral missionária nas comunidades, associações, movimentos; formar pessoas de comunhão e de diálogo, a exemplo das pessoas da santíssima trindade (CNBB, 2011, p. 53).

Esta abertura é essencial para uma sólida formação. Para que os seminaristas tenham a consciência de que representarão a Jesus Cristo frente aos homens, que por sua vez, se fez servo.

Em referência ao documento de Aparecida, no número 325, a CNBB destaca a importância da formação centrada na pessoa humana e a abertura às culturas afrodescendente e indígena, significando acolhida de todas as diversidades no processo formativo.

A ação formativa, centrada na pessoa mais que nas estruturas, há de ser personalizante, superando os riscos da massificação ou despersonalização, permitindo ampla abertura aos dotes e inclinações pessoais e a justa manifestação da originalidade de cada um. Por ser uma ação formativa centrada na pessoa, também levará em conta o que é próprio de cada tradição e cultura, especialmente indígena e afrodescendente (CNBB, 2011, p. 55).

A pessoa do seminarista precisa ser formada com postura de abertura ao diferente, ao modo de ser dos hábitos e costumes dos povos.

Em analogia com o pensamento gramsciano e com a Teologia da Libertação, denotamos que é descrito como modelo a ser seguido, o cristianismo primitivo, o qual constitui o exemplo fundamental das três maneiras de pensar.

Como os primeiros cristãos, que se reuniam em comunidade, o presbítero e o seminarista participam da vida da Igreja e do encontro com os irmãos e as irmãs, vivendo o amor de Cristo na vida fraterna solidária. Ele cresce em comunhão nas famílias, nas paróquias, nas comunidades de base, em outras pequenas comunidades e movimentos (CNBB, 2011, p. 57).

Da mesma maneira, a Igreja como comunhão, comunidades eclesiais de base e outros movimentos foram bastante desenvolvidos pela Teologia da Libertação, como tratamos no ponto 2.5 – Práxis da Teologia da Libertação: As comunidades eclesiais de

base e as pastorais sociais. A exemplo de Jesus Cristo ir e estar a serviço dos mais necessitados, esta missão se faz no processo formativo.

Na parte II: Formação inicial, é detalhado com mais intensidade a formação em si no seu processo hodierno. Incorpora um chamamento especial, as já citadas comunidades eclesiais de base, para a divulgação e incentivo aos jovens para terem oportunidade de serem seminaristas, declarando a Igreja como toda ministerial, característica provinda do Concílio Vaticano II, trabalhado em ideias gerais, nesta pesquisa, no item 2.2 – Antecedentes da Teologia da Libertação: Doutrina social da Igreja e o Concílio Vaticano II. A esse respeito explica a CNBB,

As pequenas comunidades e as CEBs: vêm se firmando como um ambiente propício para a gestação de uma Igreja toda ministerial. Enquanto lugares de discernimento vocacional, podem contribuir muito no despertar, discernir e acompanhar vocações sacerdotais (CNBB, 2011, p. 67).

Ao detalhar as especificidades de cada etapa da formação, a CNBB lança o olhar primeiramente sobre o seminário menor, compreendido como o ensino médio. Conceituando que,

O seminário menor é uma comunidade formativa, composta de formadores e alunos, residentes em um mesmo prédio, em que são oferecidos programas de formação, cursos de estudos acadêmicos de nível fundamental e médio, e orientação pastoral. O seminário menor é uma comunidade voltada ao aprofundamento da vocação cristã e, especificamente, ao discernimento da vocação presbiteral e aos estudos preparatórios ao seminário maior (CNBB, 2011, p. 75).

A convivência é integral, isto é, diuturnamente durante o ano formativo-letivo, um local de desenvolvimento das capacidades humanas e cristãs. Os candidatos ao sacerdócio possuem contato com a família nas férias, e regularmente com a comunidade em volta do seminário. Estes estudos devem preparar o jovem para o estudo de Filosofia e Teologia. O estudo-ensino é feito em escolas públicas ou particulares. A formação no seminário gira em torno da vida espiritual, comunitária, intelectual, afetiva e pastoral. Os formadores podem solicitar a ajuda de leigos bem preparados para ministrar aulas no espaço do seminário, como teatro, música, línguas, esporte, espiritualidade.

A CNBB aconselha ainda que “o jovem adquira boa qualificação em cultura geral, adequada capacidade de raciocínio e apropriada educação de pensamento” (CNBB, 2011,

p. 195). Uma cultura que esteja aberta para a acolhida do diferente, sem perder a identidade cristã e estar disposta ao diálogo.

No Propedêutico, que é o segundo passo da formação presbiteral, trata-se de um ano de preparação mais intensa para a Filosofia, “esse período é tempo de preparação humana, cristã, intelectual e espiritual para os candidatos ao seminário maior, organizado como uma instituição autônoma, distinta e articulada com as outras etapas da formação” (CNBB, 2011, 2011).

No período do Propedêutico, além dos seminaristas que vêm do seminário menor, podem ser aceitos jovens que queiram se juntar à turma, desde que comprovada idoneidade pelos padres de sua origem, sem a necessidade de passarem pelo seminário menor. Nesta etapa, foca-se nas dimensões humano afetiva, comunitária, espiritual, intelectual e pastoral, em particular daqueles que ingressaram somente nesta fase.

Na dimensão humano-afetiva, para amadurecer a personalidade do seminarista, tem-se acompanhamento personalizado com,

Psicoterapia, dinâmicas de grupo; promoção do conhecimento de si mesmo, das qualidades, defeitos e limites; orientação sobre sexualidade masculina e feminina; formação da consciência e do caráter; equilíbrio no relacionamento interpessoal (CNBB, 2011, 81).

Caso o Reitor, independente de sua formação, observar a necessidade de auxílio de professores afins, poderá trazer estes para lecionar aulas no seminário.

Na dimensão comunitária¹⁹⁸, saber se relacionar com os demais, superar o isolamento e individualismo, através de,

Formação para práticas de acolhidas, abertura, partilha e solidariedade; experiências de convivência e trabalho em grupo; superação de apegos pessoais em vista da inserção na comunidade; reconhecimento das qualidades alheias; seriedade nos compromissos assumidos com a comunidade e com os outros (CNBB, 2011, 81).

Cultivar boas maneiras, relacionamentos sadios com os leigos e leigas, estar com a comunidade e acompanhar quando possível.

¹⁹⁸ Sobre a dimensão comunitária, as mesmas são suprimidas das *Diretrizes* de 2019, seguindo o que a *Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis* (2016) propõem, que a dimensão comunitária não seja vista separadamente, mas que seja base para todas as demais dimensões. Assim justifica a CNBB: “Todo o processo formativo possui uma característica eminentemente comunitária” (CNBB, 2019, p. 94).

Na dimensão espiritual, o seminarista necessita aprofundar a sua relação com Deus, a amizade com Jesus Cristo, para isso, faça-se,

Da celebração diária da Eucaristia, da leitura orante da Palavra de Deus, das celebrações da Palavra de Deus, de métodos de oração e de exercícios espirituais; da confissão frequente e direção espiritual, da devoção mariana e oração do terço; valorizações das experiências de fé vividas anteriormente; participação em acontecimentos importantes na Igreja (CNBB, 2011, 81).

O modo de se relacionar com Deus vai configurar o jeito de ser do futuro Padre, um homem de espiritualidade que instiga as pessoas a se encontrarem com Deus.

Na dimensão intelectual, o seminarista continuará a se aperfeiçoar através de leituras e formações afins¹⁹⁹, como também,

Complementação da formação intelectual do ensino médio; introdução ao ensino da filosofia; metodologia de estudo, leitura e aprendizagem; aperfeiçoamento da língua vernácula; aperfeiçoamento de uma língua estrangeira moderna; noções básicas de ciências sociais, história, geografia e política, cultura brasileira, economia; administração paroquial como serviço da dimensão pastoral-missionária; formação da consciência crítica da realidade; músicas, artes sacras, cultura popular e teatro (CNBB, 2011, 82).

Nesse período não há a pressão por resultados de aprovação ou reprovação escolar. Entrementes, o Reitor acompanha com muita dedicação e exclusividade aos seus formandos para que cresçam com maturidade em todas as dimensões.

Na dimensão pastoral, inicia-se o processo de compreensão de como funciona a Igreja internamente e o ministério presbiteral, relacionamentos com os padres, e abertura à vida de missionário de Jesus Cristo, observando algumas indicativas da CNBB.

Observação da caminhada pastoral de uma comunidade; atuação na comunidade eclesial; conhecimento da pastoral orgânica da Igreja local; especial atenção ao desafio da pastoral urbana; experiência em situações limite que vive o povo; visitas a presídios, asilos, orfanatos, casas de recuperação de drogados; partilha de experiências; atenção presbiteral a temáticas que envolvem fortemente a humanidade toda, como direitos humanos e aquecimento global (CNBB, 2011, 82).

¹⁹⁹ Nas Diretrizes de 2019, acrescenta-se: “Introdução ao Magistério da Igreja, antes de tudo aos documentos do Concílio Vaticano II e aos ensinamentos dos últimos Papas” (CNBB, 2019, p. 77). Isso é importante, dar maior espaço ao Concílio Vaticano II e os Papas, com ênfase ao atual Papa Francisco.

Com estas indicações podemos recuperar a lembrança da Teologia da Libertação tratada no capítulo 2 – Teologia da Libertação: A Igreja como intelectual orgânica dos pobres – oprimidos, em específico no item 2.5, em que tratamos da práxis da Teologia da Libertação, como as comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais.

A opção preferencial pelos pobres²⁰⁰ é mais visível na dimensão pastoral, quando se observa o que o documento exprime.

Atente-se para a origem dos vocacionados, como os afrodescendentes e indígenas e os de precedência de zonas rurais e de periferias urbanas e sociais, com vistas a favorecer-lhes o conhecimento e valorização de suas raízes culturais (CNBB, 2011, p. 83).

Enfim, pode-se concluir que “o período propedêutico é importante para a formação intelectual de quem se prepara para o sacerdócio, contribuindo para superar a visão fragmentada da própria experiência de vida e da sociedade” (CNBB, 2011, p. 195). Um período para estar atento a alguma lacuna ocorrida no ensino médio.

Já nos seminários maiores²⁰¹, isto é, de Filosofia e Teologia, a organização funcional, além do curso de Filosofia e Teologia depende das opções pastorais e disponibilidades de recursos do local. Normalmente, a casa de formação está próximo ao centro de estudos para que haja intercâmbio e colaboração em unidade. Que seja uma escola de discípulos e missionários de Jesus Cristo.

O seminário maior ou casa de formação é, antes de tudo, uma escola do Evangelho. Tem como modelo e referência ideal a própria convivência de Jesus com o grupo dos apóstolos e discípulos, em que os vocacionados realizam uma experiência de vida e intimidade com Cristo e se preparam melhor para a missão (CNBB, 2011, 85).

A experiência de vida comunitária é altamente formativa, relacionamento fraterno com todos na oração comunitária, praticando lazer e trabalho, alimentando-se juntos e prestando serviços pastorais nas comunidades próximas em comunhão.

²⁰⁰ “Formar-se-ão também os seminaristas para a solidariedade com os pobres, procurando que esta não fique somente no plano teórico ou meramente emotivo, sem uma verdadeira incidência nos seus comportamentos e nas suas decisões. O formando deve adquirir um autêntico amor para com o homem, que deve nutrir-se sempre no encontro com Cristo. Igualmente, aprenderá a abrir-se com amor e respeito aos indígenas e afro-americanos, conhecendo as suas culturas, seus valores e suas identidades particulares” (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA, 2009, s/p).

²⁰¹ “Essa escola tem como ponto de referência a convivência de Jesus com os grupos de apóstolos: vida em comum, comunhão com Cristo, preparação para a missão. O seminário maior deve inserir gradativamente o futuro presbítero na comunhão com o bispo, com o presbitério e no relacionamento com as comunidades eclesiais” (SANTOS, 2009, p. 10).

Todas as dimensões devem ser articuladas no seminário maior, de tal modo que contemple os seguintes requisitos:

1- Proporcionar equilíbrio entre a intensa vida comunitária e abertura ao mundo, ao serviço, a missão; 2 – Considerar os aspectos ecumênico, social e missionário da formação presbiteral, por serem desafios importantes da evangelização da Igreja no Brasil; 3 – Desenvolver a maturidade e a responsabilidade pessoal, bem como a disponibilidade para a obediência as exigências do Evangelho e da autoridade da Igreja; 4 – Organizar com fidelidade e regularidade a récita comunitária da Liturgia das horas, incluindo o Ofício das leituras; 5 – Aprofundar a vida de oração, a vivência litúrgica, o esmero e o respeito das normas litúrgicas nas celebrações, em equilíbrio com a multiplicidade de compromissos, o trabalho, o estudo e as atividades pastorais; 6 – Preparar para futuras tarefas pastorais e engajamento em responsabilidades imediatas; 7 – Harmonizar a formação intelectual com a prática pastoral e a vivência espiritual, em vista de um discipulado autêntico; 8 – Promover a entrega total e sincera a vocação e, ao mesmo tempo, prudente verificação dos sinais da vontade de Deus; 9 – Dedicar tempo suficiente para ilustrar os aspectos positivos do celibato, falando abertamente das suas exigências e mostrando aos vocacionados a importância de vivê-lo como dom de Deus (CNBB, 2011, 90).

O clima de confiança e cordialidade deve ser inerente à vida formativa. Com um programa de vida bem ordenado em tempo de oração, estudo, pastoral e trabalho. E diretrizes de ação pedagógica e normas disciplinares (CNBB, 2011). Um aditivo importante que as Diretrizes de 2019 trazem para alimentar o comprometimento com o outro através da solidariedade é a sugestão de uma ação concreta: “Os seminaristas pratiquem, mensalmente, sua partilha, para formar um fundo comum, com a finalidade de incentivar a solidariedade” (CNBB, 2019, p. 97).

Em relação aos estudos, a CNBB destaca as seguintes exigências em sua organização:

1 – Incentivo ao gosto pela leitura, pela ascese e disciplina nos estudos, em vista do serviço pastoral, do diálogo com o mundo e da relação entre ciência e fé; 2 – Visão integral dos estudos, de forma que se favoreça a tradução do aprendizado nas futuras homilias, palestras, aulas e outros; 3 – Trabalho integrado do corpo docente, num processo interdisciplinar coletivo e permanente de planejamento e revisão do ensino, de avaliação de seus resultados, de atualização de métodos e programas; 4 – Processo dinâmico, orientado por um coordenador dos estudos, que ajude o formando a discernir a sua vocação e a pensar filosófica e teologicamente, de forma criativa e harmoniosa; 5 – Consciência dos professores e diretores de faculdades de que também são formadores e de que, portanto, não se podem fechar numa mera preocupação

acadêmica com sua própria disciplina, mas devem atuar em espírito eclesial, participando do conjunto do processo formativo e facilitando a interdisciplinaridade e transversalidade nas dimensões teológicas e nos eixos temáticos; 6 – Metodologia e didática que prevejam oportuna e equilibrada alternância de aulas expositivas e de trabalhos dos alunos, em que estes possam se exercitar gradativamente no estudo, na pesquisa, no debate de questões intelectuais e pastorais atuais; (CNBB, 2011, p. 97).

Importante trabalhar com os seminaristas o diálogo em todas as dimensões. Como também, incentivá-los na pesquisa científica e publicações, que fazem parte da vida acadêmica.

Ter uma atenção especial para,

Educar ao estudo, a leitura, a arte redacional, a pesquisa nas fontes, ao rigor metodológico, a reflexão crítica; despertar o gosto pelo estudo e informação, motivando o formando para que se eleve a um nível de compreensão e reflexão mais alto (CNBB, 2011, p. 197).

A Filosofia serve para a interpretação do ser humano, mundo, história, sociedade e diálogo com todos, seja nos Institutos de Filosofia ou centros de estudos superiores. E quando possível, orientar para a,

Importância especial a santo Tomás de Aquino, cuja doutrina é o instrumento mais eficaz, não só para fundamentar solidamente a fé, mas também para colher com utilidade e segurança os frutos do são progresso (CNBB, 2011, p. 102).

Que as instituições contem com corpo docente qualificado, boas bibliotecas e ambiente físico adequado. Quando na instituição de filosofia não for possível ligar com a fé cristã, que se faça complementação no seminário com a Teologia cristã²⁰² com ênfase nos autores nacionais.

Na Filosofia, as noções essenciais devem ser estudadas e ainda “selecionar os temas de maior interesse, seja para a reflexão filosófica, seja para uma futura ação pastoral (realidade brasileira e latino-americana, temas regionais e outros)” (CNBB, 2011, p. 202).

Aproximando-se da Teologia da Libertação, estudada no segundo capítulo desta pesquisa, e em específico a Doutrina social da Igreja tratado no item 2.2.1, a CNBB insiste que,

²⁰² Nas Diretrizes de 2019, a referência a santo Tomás de Aquino é suprimida.

Juntamente com o estudo da filosofia e das ciências sociais, proporcione-se aos futuros presbíteros o estudo da Doutrina Social da Igreja, que ilumine criticamente as questões analisadas pelas ciências e contribua para a indicação de pistas de ação pastoral. [...]. A todos se dê um conhecimento da cultura brasileira e latino-americana e da mentalidade científico-tecnológica em seu impacto sobre a sociedade (CNBB, 2011, p. 203).

Quanto à noção de currículo²⁰³, é estabelecido um mínimo de disciplinas, desde que sejam no decorrer de três anos, ficando a critério dos formadores inserir mais disciplinas quando for possível (nos casos de cursos de filosofia não eclesiais, que se faça complementação no seminário).

Metodologia científica (30 horas/aula); Lógica (60 horas/aula); Teoria do conhecimento e Filosofia das ciências (90 horas/aula); História da Filosofia (240 horas/aula); Filosofia geral: problemas antropológicos (90 horas/aulas); Filosofia geral: problemas metafísicos e Teodiceia (120 horas/aulas); Filosofia da religião (30 horas/aulas); Ética (90 horas/aula); Estética ou Filosofia da arte (30 horas/aulas); Filosofia social ou política (60 horas/aulas); Filosofia da linguagem (60 horas/aulas); Psicologia (60 horas/aulas); Sociologia (60 horas/aulas); Introdução à Economia (ou história dos sistemas econômicos) (60 horas/aulas); Outras disciplinas, tais como Sociedade e Cultura Brasileira, Política, Comunicação social, Pedagogia e Ensino religioso (120 horas/aula) (CNBB, 2011, p. 204).

Além desse currículo mínimo (que contenha 1.200 horas), é obrigatório o estudo do Latim e o estudo de uma língua estrangeira moderna.

Sobre a etapa da Teologia²⁰⁴, a CNBB ressalta a importância de uma formação para o discipulado missionário, que objetive a transformação da sociedade. Diante do contexto plural nas diferentes formas de compreender o Evangelho: “O estudo da teologia busca desenvolver uma consciência aprofundada dos mistérios da fé cristã, que seja capaz de orientar a vida e o agir do presbítero” (CNBB, 2011, p. 106).

Um fato de destaque é a preocupação com a formação para o diálogo ecumênico e inter-religioso no direcionamento da conjugação entre conhecimento científico e

²⁰³ Nas Diretrizes de 2019, exclui-se a especificação da quantidade de horas aulas, deixando a critério das instituições de ensino, cita-se as disciplinas sem as cargas horárias. Estabelece o currículo mínimo (disciplinas obrigatórias) e incentiva-se a estabelecer o currículo pleno com demais disciplinas complementares de digna importância para a realidade vivida.

²⁰⁴ “O texto das *Diretrizes* se refere a índole marcadamente pastoral e missionária da teologia, que leve o formando, futuro ministro da Palavra, a proclamar a verdade sobre Deus, sobre o homem e sobre a Igreja mediante pensamentos e linguagem que sejam, ao mesmo tempo, acessíveis a todos e capazes de dialogar com as correntes de pensamentos: filosofias e cultura hoje” (SANTOS, 2009, p. 13).

aplicação prática. Nesta área, em específico, acrescenta-se nas *Diretrizes* de 2019, o diálogo com o ateísmo: “Tenha uma dimensão ecumênica, de diálogo com as outras igrejas cristãs, com as religiões e com o humanismo indiferente ao religioso ou até mesmo ateu” (CNBB, 2019, p. 145).

Entre outras tarefas de um seminário de Teologia, organizem-se para,

Prever os lugares e as instituições, onde os formandos possam marcar presença e prestar serviços pastorais, de modo sistemático e com acompanhamento personalizado, sem prejuízo do tempo de aprofundamento pessoal; 2 – Promover regularmente a reflexão sobre a prática pastoral, em tempos e modos bem programados, de acordo com os estágios de pastoral propostos pela instituição de ensino, quando for o caso; 3 – Preparar os lugares e instituições para acolherem bem os formandos, assessorando-os em tudo o que for necessário, contando com a ajuda do coordenador diocesano de pastoral; 4 – Refletir, orgânica e organizadamente, a relação entre teoria teológica e prática pastoral e vivência espiritual (CNBB, 2011, p. 111).

A orientação pastoral seja linha transversal nos estudos de Teologia, pois os seminaristas deverão estar inseridos nas paróquias e comunidades. O seminarista se prepara para ser um evangelizador, missionário, discípulo de Jesus Cristo, nos mais diversos lugares de sua diocese.

Os pobres, os jovens, a cidade, a educação, a saúde, a justiça, o trabalho, o comércio, a polícia, as prisões, a política, as comunicações, a universidade, o turismo, os católicos afastados, entre outros, vêm se revelando como grandes areópagos nos quais há de se realizar o ministério do futuro presbítero (CNBB, 2011, p. 115).

Durante o tempo de estudos teológicos, o candidato ao Sacerdócio recebe da Igreja a admissão às Ordens Sacras, isto é, em concordância com o Conselho de formadores e o bispo diocesano respeitando as qualidades de idoneidade, maturidade, reta intenção e demais características e qualidades desenvolvidas, aceitam publicamente, depois de o candidato pedir por escrito, a sua intenção de ser Padre.

O interesse pelo estudo, meditação e contemplação da Palavra de Deus é essencial para o Padre, o seminarista, no intuito de bem proclamar a Palavra de Deus e refleti-la, recebe também o ministério de Leitor, ou seja, está apto para uma maior intimidade com a Palavra de Deus e tem legitimidade assumida pela Igreja de assim o fazer. Os serviços do altar, como auxiliar o Padre na Missa, é assumido pelo candidato quando a Igreja lhe confere o ministério de Acolitamento.

Recebido estes ministérios e sendo admitido publicamente pela Igreja como candidato ao sacerdócio, o seminarista se prepara para em comum acordo com o bispo receber o primeiro grau do sacramento da Ordem²⁰⁵, o diaconado²⁰⁶, pelo qual ele deixa de ser seminarista e passa a ser clérigo²⁰⁷. Passados aproximadamente seis meses, o segundo grau da Ordem, presbiterado²⁰⁸. E por fim, quando a Igreja precisar e aprovar o terceiro grau da Ordem, o episcopado²⁰⁹.

A Teologia abrirá espaço para trabalhar o conjunto das reflexões do Concílio Vaticano II²¹⁰, Sagrada Escritura, Padres da Igreja, Tradição e Magistério, e ainda “A Teologia há de ser, antes de tudo, pastoral e a serviço da evangelização do mundo contemporâneo, com o qual procura diálogo (CNBB, 2011, p. 207). Os seminaristas precisam ser formados como seres abertos ao diálogo e participantes da história.

²⁰⁵ “A Ordem é o sacramento graças ao qual a missão confiada por Cristo a seus Apóstolos continua sendo exercida na Igreja até o fim dos tempos; é portanto o sacramento do ministério apostólico. Comporta três graus: o episcopado, o presbiterado e o diaconado. [...]. A palavra *ordem*, na antiguidade romana, designava corpos constituídos no sentido civil, sobretudo o corpo dos que governam. ‘*Ordinatio*’ (ordenação) designa a integração num ‘*ordo*’ (ordem). Na Igreja, há corpos constituídos que a Tradição, não sem fundamentos na Sagrada Escritura, chama, desde os tempos primitivos, de ‘*taxeis*’ (em grego), de ‘*ordines*’: por exemplo, a liturgia fala do ‘*ordo episcoporum*’ (ordem dos bispos), do ‘*ordo presbyterorum*’ (ordem dos presbíteros), do ‘*ordo diaconorum*’ (ordem dos diáconos). [...]. A integração num desses corpos da Igreja era feita por um rito chamado *ordinatio*, ato religioso e litúrgico que consistia numa consagração, numa bênção ou num sacramento” (CATECISMO, 1998, p. 364).

²⁰⁶ “No grau inferior da hierarquia encontram-se os diáconos. São-lhes impostas as mãos não para o sacerdócio, mas para o serviço. Para a ordenação ao diaconado, só o bispo impõe as mãos, significando assim que o diácono está especialmente ligado ao bispo nas tarefas de sua diaconia. [...]. Cabe aos diáconos, entre outros serviços, assistir ao bispo e aos padres na celebração dos divinos mistérios, sobretudo na Eucaristia, distribuir a Comunhão, assistir ao Matrimônio e abençoá-lo, proclamar o Evangelho e pregá-lo, presidir os funerais e consagrar-se aos diversos serviços de caridade” (CATECISMO, 1998, p. 372).

²⁰⁷ Clérigos, são aqueles que recebem o sacramento da Ordem, isto é, diáconos, padres e bispos: “De acordo com os princípios do Vaticano II, só são chamados clérigos os que receberam o sacramento da Ordem” (CÓDIGO, 2010, p. 77).

²⁰⁸ “Cristo, a quem o Pai santificou e enviou ao mundo (Jo 10,36), fez os bispos participantes de sua consagração e missão, através dos apóstolos, de quem são sucessores. Os bispos transmitiram legitimamente o múnus de seu ministério em grau diverso a pessoas diversas da Igreja. O múnus de seu ministério foi por sua vez confiado em grau subordinado aos presbíteros para que, constituídos na ordem do presbiterado com o fito de cumprirem a missão apostólica transmitida por Cristo, fossem os colaboradores da ordem episcopal” (CATECISMO, 1998, p. 370).

²⁰⁹ “Entre aqueles vários ministérios, que desde os primeiros tempos são exercidos na Igreja, conforme atesta a Tradição, o lugar principal é ocupado pelo múnus daqueles que, constituídos no episcopado, conservam a semente apostólica por uma sucessão que vem ininterrupta desde o começo” (CATECISMO, 1998, p. 370).

²¹⁰ “O Vaticano II apresentou a imagem de uma Igreja não fechada sobre si mesma, mas em relação. Em primeiro lugar, em relação com a Trindade, seu ministério e paradigma para sua organização. Uma Igreja em relação com o mundo no seu sentido humano, ou seja, construído pelo ser humano: a família, o trabalho, a política, a ciência, a técnica, a cultura” (SANTOS, 2009, p. 15).

O currículo²¹¹ dos estudos teológicos obedece no mínimo quatro anos, e possui um conjunto mínimo das seguintes disciplinas e cargas horárias. Assim destacam as *Diretrizes*.

Sagrada Escritura (Introdução e Exegêse) (480 horas/aula); Teologia sistemática (Fundamental e Dogmática) (480 horas/aula); Teologia moral (240 horas/aula); Teologia espiritual (60 horas/aula); História da Igreja (180 horas/aula); Patrologia (60 horas/aula); Liturgia (180 horas/aula); Teologia pastoral, Catequética e Missiologia (300 horas/aula); Administração paroquial (60 horas/aula); Direito canônico (120 horas/aula); Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso (60 horas/aula); Disciplinas auxiliares: Metodologia científica, Ensino religioso, Línguas, Arte Sacra, Bens Culturais da Igreja, Homilética, Comunicação social e outras (240 horas/aula) (CNBB, 2011, p. 209).

Além desse currículo obrigatório, ainda se prescreve quando for possível: Doutrina Social da Igreja, Mariologia, Línguas bíblicas, Metodologias pastorais, Pastoral da comunicação, Estudos de documentos da Igreja, Religiosidade popular (CNBB, 2011). A carga horária mínima dos estudos teológicos é de 2.460 horas. Como já foi dito, as *Diretrizes* de 2019 não traz a especificação de horas por disciplinas.

Sobre o ano pastoral, apesar de opcional para as dioceses e congregações religiosas do Brasil, que significa um ano de experiência morando em uma paróquia acompanhado pelo pároco-padre, faz parte do processo formativo no entendimento da CNBB “um período no qual o seminarista, após concluídos os estudos de teologia, antes de receber o diaconado, deixa o seminário ou casa de formação e passa a viver em uma paróquia, ou outra forma de comunidade eclesial” (CNBB, 2011, p. 116). Trata-se de um período de preparação prática, estar a serviço da comunidade. Insere o futuro Padre na fraternidade presbiteral aos poucos, além de trazer a maturidade no pastoreio. Entre as opções deste ano formativo, destaca-se,

Iniciar-se em assumir responsabilidades de animação, coordenação, construção da comunidade, enquanto animador de comunhão e missão; [...]; Iniciar-se no exercício da aprendizagem junto ao pobre, pela observação atenta de sua vida de sacrifícios, de santidade e de fidelidade na defesa da vida (CNBB, 2011, p. 118).

²¹¹ Nas *Diretrizes* de 2019, não aparece a especificidade de cargas horárias em cada disciplina, ficando a critério de cada realidade, estabelece as disciplinas mínimas no chamado currículo mínimo e a formação complementar com o currículo pleno como por exemplo: administração paroquial, Homilética, comunicação, religiosidade popular...

É possível observar lampejos do pensamento da Teologia da Libertação. Apesar de que a opção pelos pobres é uma opção evangélica. Pois, Jesus Cristo nasceu em uma família pobre e cresceu nesse meio. Todavia, foi a Teologia da Libertação que reanimou esta maneira de pensar.

Em todas as etapas formativas, sempre deve ter atenção a uma formação voltada ao serviço e ao diálogo, como nos apresenta a CNBB.

Que o seminarista adquira o espírito de serviço, a exemplo do bom samaritano, para lidar criativamente com a multiplicidade de desafios da ação pastoral em novos contextos socioculturais e religiosos. A formação do líder servidor implica a leitura orante da Palavra e a escuta das demandas do Povo de Deus, um saber ver e avaliar a realidade para melhor nela intervir e conviver (CNBB, 2011, p. 129).

A Igreja como povo de Deus é uma categoria usada no decorrer do documento e na Teologia da Libertação, pelo entendimento de que o povo de Deus são as pessoas mais simples, o pobre, o povo escolhido por Deus que caminha na história.

O seminarista precisa discernir livremente a sua vocação, ele é o responsável por aceitar as condições que a Igreja exige para a sua ordenação, por isso, desde os primeiros anos a liberdade é imprescindível, como aconselha a CNBB.

Um formando livre e feliz aprende trabalhar a si mesmo, resgatando a sua história e burilando as asperezas do próprio mundo interior, e a assumir uma disciplina que o habilite a praticar os valores e princípios desejados, expressão do caminho vocacional que percorre. O formando deve ter os olhos fixos em Jesus de Nazaré, que, sendo o Senhor, se fez obediente até a morte e morte de cruz; sendo rico, escolheu ser pobre por nós (CNBB, 2011, p. 132).

Outro aspecto interessante é a compreensão de seminário como casa, extensão da casa, insere o contexto familiar no seminário: “Os seminários e as casas de formação constituem espaços privilegiados, escola e casa, para a formação de discípulos e missionários” (CNBB, 2011, p. 133). A partir do diálogo se gera cumplicidade, confiança e espírito familiar. Um lugar humano, onde existem conflitos, mas que são superados de forma construtiva. Trata-se de um espaço para desenvolver as virtudes.

Neste mesmo sentido, insere-se na formação dos seminários do Brasil o conceito de Igreja como comunhão, destacado no Concílio Vaticano II e, trabalhado nesta pesquisa, no capítulo 2, no item 2.2.2 O Concílio Vaticano II. Nesta direção expressa a CNBB que,

Nesta outra casa, é tempo de aprender melhor a cuidar de si e dos outros, para um dia construir a Igreja, casa e escola de comunhão. Como os apóstolos fizeram com Jesus, os formandos fazem a experiência de uma comunidade evangélica para serem evangelizadores (CNBB, 2011, p. 135).

Na compreensão de casa-seminário a CNBB traz o entendimento do estar à mesa um clima de cooperação: “O seminário-casa é uma infraestrutura qualificada, simples e sóbria, oferecendo a mesa do pão de cada dia, a mesa da convivência e do lazer, a mesa do diálogo, a mesa dos estudos e a mesa eucarística” (CNBB, 2011, p. 135).

A harmonia no seminário suscita o seminarista a cuidar de si, dos outros e do próprio seminário, integrando o amor nas relações. Nesse itinerário, insere-se o trabalho, a atividade braçal, constituídas como atividades simples, que tem grande importância na formação, somando o estudo ao trabalho, a mente com as mãos.

A casa de formação é também uma comunidade de trabalhadores. Em primeiro lugar, o trabalho da realização interna, pessoal. Depois, o trabalho de todos, em rodízio, nas diversas equipes de serviço ou encargos individuais. São esses trabalhos que, bem concretizados, tornam a casa, dia após dia, mais familiar (CNBB, 2011, p. 137).

Esse modo de entender, pode ser comparado ao estilo da escola unitária de Gramsci, que constitui o trabalho e estudo como parte integrante da formação dos futuros intelectuais orgânicos, já trabalhados no primeiro capítulo desta pesquisa, no item 1.4 – A escola unitária e a formação dos intelectuais orgânicos dos subalternos-simples. No mesmo sentido, em Gramsci o estudo é um trabalho, semelhante ao que encontramos no documento, “e há, sobretudo, o trabalho exigente dos estudos que se conjuga com o trabalho pastoral periódico ou sistematizado” (CNBB, 2011, p. 137).

Com o passar do tempo, o seminarista vai construindo um estilo de vida próprio de acordo com as proposições da formação seminarística em plena concordância entre tarefas e horários.

O ser humano é um ser social, a relação com o outro nos deixa mais humanos, por isso, a comunidade formativa sempre deve estar em fraternidade. Assim destaca a CNBB: “A pedagogia da presença visa facilitar o crescimento da comunidade e do formando. A comunidade, possibilita evoluir em cooperação e companheirismo; ao formando, oferece ajuda para assimilar e apropriar valores e atitudes” (CNBB, 2011, p. 139). A comunhão

gera transparência, confiança e segurança. O discípulo missionário forma-se na comunidade com o acompanhamento dos formadores.

No projeto formativo do seminário há um processo integral das dimensões da formação: humano-afetiva, espiritual, pastoral e intelectual. Com fundamentos sólidos que moldam o caráter da pessoa.

A dimensão humano-afetiva precisa centrar-se na pessoa de Jesus Cristo, assim destaca as *Diretrizes*: “A fonte primeira da formação humana dos presbíteros consiste em reconhecer-se amado e chamado pelo Senhor e, assim, aceitar o desafio de segui-lo e imitá-lo (Mc 1,14)” (CNBB, 2011, p. 144).

Conhecer a si mesmo com profundidade, amar as pessoas, as comunidades, os pobres, e todas as situações em que é necessária a ajuda. Amar como Jesus Cristo amou, buscando o autoconhecimento equilibrado. Assim, “abre-se com coragem a doação de si mesmo pela vivência do amor fraterno, sobretudo aos mais pobres e esquecidos” (CNBB, 2011, p. 146).

Dentre os objetivos a serem alcançados nessa dimensão, destaca-se a necessidade de não perder as origens e os valores cristãos.

Crescer na aceitação e no acolhimento do outro; saber intuir as dificuldades dos outros e desenvolver as atitudes de cooperação, diálogo e respeito; saber fazer-se igual; relacionar-se com sinceridade com a família (de origem), sem apegos e dependências, nem rejeições e descompromissos, sem perder as raízes sociais e culturais (CNBB, 2011, p. 147).

É saudável manter o relacionamento com suas origens, isso não abre possibilidade de esquecer os pobres e explorados socialmente. Da mesma maneira, manter um relacionamento construtivo com pessoas de ambos os sexos. Ser uma pessoa capaz de autodomínio. A CNBB destaca nesse sentido que “alcançar o autodomínio, fonte da disposição interior para viver com disponibilidade do serviço fundamental a missão do presbítero” (CNBB, 2011, p. 148).

A sexualidade está ligada ao celibato que a Igreja pede aos seus padres. Nesse sentido, o seminarista precisa fazer esta escolha livremente, como uma opção e coerência de vida, dedicando todo o seu tempo para o trabalho na Igreja. Assim destaca os bispos brasileiros a esse respeito,

No caminho formativo, a educação afetivo-sexual é fundamental. A dimensão psicoafetiva inclui a área afetivo-sexual, na qual as realidades pessoais precisam ser conhecidas e integradas, evitando-se ocultamentos e auto justificações. Não se constitui uma estrutura humana saudável sem uma bem elaborada e clara identidade sexual. O processo formativo deve ajudar cada formando em sua disposição e capacidade de assumir e integrar a própria sexualidade e afetividade na caminhada vocacional (CNBB, 2011, p. 151).

Na formação humana afetiva a pessoa assume a própria história, sem criar falsas condições de existência. Nas *Diretrizes* de 2019 é dada mais ênfase no exemplo do próprio Jesus Cristo em amar e seguir: “Jesus é o grande modelo para a formação humana dos presbíteros. Ele formou pessoalmente seus apóstolos e discípulos oferecendo um método: amá-lo e segui-lo” (CNBB, 2019, p. 100).

A convivência comunitária que está na base de todas as dimensões apresenta o relacionamento de comunhão e participação. A vida comunitária do seminário deve se estender depois no serviço pastoral do Padre, seu serviço se realiza na comunidade, no trabalho em equipe: “A vida da comunidade deve preparar o formando para uma vida sacerdotal sustentada pelo exercício do diálogo, pelo respeito as diferenças e pelo trabalho em equipe” (CNBB, 2011, p. 160).

O valor do trabalho na área comunitária, o seminarista precisa trabalhar em pequenas atividades, no sentido de que se instrua nos serviços manuais.

O trabalho voluntário, os serviços manuais na casa de formação e trabalho durante as férias devem ser incentivados para formar o espírito de pobreza e a solidariedade com os mais pobres. [...]. O trabalho seja considerado como critério para a formação da vida pastoral e comunitária (CNBB, 2011, p. 161).

Um ser humano que pensa com o cérebro e trabalha com as mãos²¹². Essa dimensão pode ser comparada com a escola de Gramsci, em que o trabalho manual também é necessário.

²¹² A Pontifícia Comissão para a América Latina, auxilia-nos nesta reflexão: “O seminário há de propiciar e obrar nos formandos o desenvolvimento de um senso de responsabilidade pessoal perante as tarefas exigidas, que esteja à altura daqueles que buscam configurar-se com Cristo em sua total obediência à vontade do Pai; se fomentará a disposição ao trabalho, a corresponsabilidade e a atitude de serviço, de acordo com o modelo de Jesus Cristo que não veio para ser servido mas para servir” (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA, 2009, s/p).

A dimensão espiritual, vista como processo de aproximação de Deus, a comunhão com Deus e com os irmãos, deve ser ligada à ação do seminarista no meio do povo. Os bispos aconselham,

Inseparável da dimensão trinitária e cristológica é a dimensão eclesial. O formando, o presbítero, é chamado a ser ministro da presença de Cristo em sua Igreja e servidor da comunhão e participação no meio do povo. O sacerdote é o homem da comunidade, ligado de modo total e irrevogável a seu serviço (CNBB, 2011, p. 164).

Em Jesus Cristo o seminarista é chamado a entender o serviço, a obediência, a doação, a renúncia, a disciplina, o discípulo de Jesus Cristo é apaixonado pelos valores que brotam do mestre. “O seminarista cultive aquelas atitudes e virtudes que são apreciadas pelo nosso povo, sobretudo pelos mais simples, preparando-se para ser um padre simples e humilde, acolhedor e fraterno” (CNBB, 2011, p. 166).

Imitando a Jesus Cristo, é preciso ser servidor do povo, percebendo em si mesmo as atitudes que ajudam as pessoas a serem mais próximas umas das outras.

Seja ajudado e orientado a assumir a riqueza da espiritualidade diocesana, que tem como centro a dedicação à Igreja particular e o serviço amoroso ao Povo de Deus espalhado nas várias comunidades de fé e nos movimentos eclesiais (CNBB, 2011, p. 167).

A espiritualidade não pode levar ao fechamento, mas sim, a abertura com o próximo, ela deve lançar o seminarista na missão como aquele que está para servir. Para isso, deve ser incentivado a ler a Palavra de Deus, vivenciar os sacramentos, de maneira particular da Eucaristia, sendo assíduo na caridade pastoral, na escuta a Deus através das pessoas, leituras espirituais de vida dos santos e no serviço aos pobres.

A Eucaristia é a centralidade da espiritualidade do seminarista, deve ser compreendida em comunhão com o povo de Deus, assim como destaca a CNBB.

Descubra especialmente a dimensão eclesial da Eucaristia e sua significação para o povo cristão, como sinal de esperança na caminhada da libertação. Ame-a como realidade que contém todo o bem espiritual da Igreja e de onde emana toda a sua força. Da participação diária na celebração eucarística, faça o centro de sua espiritualidade e nela alimente e interiorize o espírito comunitário e o zelo pela unidade (CNBB, 2011, p. 173).

O autêntico discípulo de Jesus Cristo vive a sua pobreza no serviço pastoral: “Quanto à pobreza, os formandos aprendam a viver na simplicidade, na austeridade e na partilha de seus bens materiais e espirituais” (CNBB, 2011, p. 175). A opção pelos pobres é reafirmada no decorrer do documento, como por exemplo, “ajudar cada formando a crescer no amor a Jesus e a sua Igreja, a Maria e aos pobres, firmando o compromisso da opção da Igreja por eles (CNBB, 2011, p. 178).

Na dimensão espiritual, as Diretrizes de 2019 acrescentaram um importante exemplo a ser seguido no que diz respeito à devoção dos santos.

Os seminaristas cultivem também especial devoção aos santos quais homens de fé e virtudes, especialmente são José, para que tenham sempre diante dos olhos o seu modo humilde e amadurecido de servir e participar na economia da salvação (CNBB, 2019, p. 110).

A dimensão pastoral está alicerçada no mandato missionário de Mt 28, 19-20:

Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 1895).

Tudo converge para a dimensão pastoral, instrumento necessário para conhecer a vida de fé do povo de Deus com auxílio das ciências sociais, a esse respeito instrui a CNBB.

As ‘ciências do homem’, como a psicologia, a sociologia, a pedagogia, as ciências da economia e política, a ciência da comunicação humana e linguagem e outras devem ser estudadas para que ofereçam uma compreensão adequada do homem, dos fenômenos e da evolução da sociedade para um exercício o mais encarnado possível do ministério pastoral (CNBB, 2011, p. 183).

O diálogo e a cooperação devem ser inerentes à pastoral, um seminarista que saiba se aproximar de todos, sem perder a identidade cristã, estando sempre ao lado dos mais pobres. Nesse sentido destaca a CNBB,

A formação pastoral possibilite o conhecimento das organizações e lutas sociais. A opção preferencial pelos pobres deve estar presente nos estudos e nas práticas pastorais, desenvolvendo assim a sensibilidade de pastor diante do sofrimento do povo. [...] seja possibilitado aos

seminaristas participarem de pastorais sociais, eventos e mobilizações por causas justas a favor dos pobres, conscientes dos possíveis riscos. Aprendam assim a agir corretamente nos conflitos a partir do Evangelho (CNBB, 2011, p. 183).

Participar das pastorais sociais forma o seminarista para estar com os pobres, defendê-los e tomar posição diante dos conflitos, sendo sinal de uma Igreja toda ministerial. “Exercitar-se na dinâmica evangelizadora da Igreja toda ministerial, de modo a promover a efetiva participação do laicato na vida da comunidade e na missão da Igreja, superando atitudes clericalizantes” (CNBB, 2011, p. 185).

O engajamento pastoral é requerido com atenção especial naqueles diversos movimentos eclesiais, sociais e populares, assim, o contato pessoal através da solidariedade e fraternidade vai acontecendo e moldando o formando.

Além disso, uma proposição de destaque que as *Diretrizes* de 2019 trazem é a aproximação com as pessoas que não creem em Deus: “Promover o contato e o diálogo com as várias expressões religiosas da Igreja Católica e com outras denominações e tradições religiosas, em uma atitude ecumênica e de diálogo inter-religioso, incluindo ateus e agnósticos” (CNBB, 2019, p. 125). É importante estar aberto ao diálogo e a todas as maneiras de pensar.

A dimensão intelectual deve estar orientada para formar pastores-missionários do povo, ver os mistérios de Deus e comunicá-los. Com o mesmo engajamento-envolvimento-acompanhamento dos Padres formadores seja dado com os institutos de Filosofia e Teologia: “É fundamental que haja boa integração entre direção, professores e demais grupos de apoio e serviços dos institutos de Filosofia e de Teologia com a equipe de formadores dos seminários e casas de formação” (CNBB, 2011, p. 211).

As *Diretrizes* salientam que não será permitido formação intelectual a distância, assim expressa o documento que “não é consentido em hipótese alguma a introdução do ensinamento a distância” (CNBB, 2019, p. 136).

Desse modo, concluímos a análise do documento *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil* na intenção que alimentamos de buscar aproximações com o pensamento gramsciano e a Teologia da Libertação no que diz respeito à opção pelos simples-pobres, encontramos algumas inserções importantes, que pode ser lembradas durante o processo formativo, ajudarão formar o futuro líder social-religioso para a defesa dos mais pobres.

As possibilidades de formação do seminarista de opção pelos pobres são muitas, basta que se tenha atenção e coloque em prática o que os documentos destacam, em específico, nas *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil* (2010 – 2019). Relembramos as mais importantes, as que se aproximam do pensamento de Gramsci e da Teologia da Libertação, pois poderão ser de ótima valia na formação dos futuros líderes sociais e religiosos, a saber: 1 - Abertura e acolhida ao diferente, a diversidade cultural, são novos ambientes que requerem novas maneiras de ser e estar do seminarista; 2 - Conscientizar-se de que é necessária uma nova identidade de padre, que vá em busca dos mais pobres, com atitude misericordiosa, de atenção especial aos afrodescendentes e indígenas; 3 - Os padres formadores que mantenham o projeto formativo do seminário atualizado a realidade brasileira; 4 - O modelo a ser buscado e vivido é o cristianismo primitivo, Jesus Cristo e os doze apóstolos, as primeiras comunidades, são exemplos de fraternidade, comunhão, solidariedade...; 5 - Compreender e se esforçar na formação presbiteral para fazer acontecer uma igreja de comunhão e participação; 6 - Ter nos seminários e casas de formação a celebração da Eucaristia como centralidade de todas as atividades formativas; 7 - Manter e aprimorar a opção preferencial pelos pobres em todas as dimensões da formação seminarística; 8 - Atenção e disposição a uma formação do discípulo e missionário de Jesus Cristo que se disponha à transformação social, tomando posição de defesa aos mais simples; 9 - Intensificar a preparação para o ecumenismo, diálogo inter-religioso e com o ateísmo; 10 - Propicie-se uma formação aberta ao diálogo e participante da história segundo a teologia ministerial do Concílio Vaticano II; 11 - Compreender a Igreja como povo de Deus, o povo sofrido que luta pela sua libertação, em busca de melhores condições de existência; 12 - Compreender o seminário como casa-seminário, uma extensão da vida familiar ampliada; 13 - Disponha nos seminários uma formação alinhada ao trabalho, isto é, com atividades práticas asseadas as do estudo; 14 - Manter um saudável relacionamento com as origens, família, comunidade e povo de onde o seminarista nasceu e cresceu; 15 – Insistir na consciência de que é preciso imitar Jesus Cristo servidor. 16 – Ter são José como modelo de homem, em sua simplicidade, paciência e fé.

Feito isso, finalizamos o terceiro capítulo desta pesquisa, intitulado: *Limites e possibilidades da formação seminarística na perspectiva do intelectual orgânico dos pobres*, conscientes de que não concluímos nossa busca, apesar de encontrarmos suficientes resultados na pesquisa, mantemos a reflexão aberta a novas possibilidades de somar-ajudar na formação dos futuros líderes sociais-religiosos formados no seio da

igreja através dos seminários e casas de formação. Trata-se de um grande desafio, por se tratar de formar a pessoa humana inserida em uma cultura e influenciada pelos meios de produção atuais, cada vez mais rápidos e eficazes no resultado, porém, ineficazes na formação humana, esta que precisa ser observada processualmente, objetivando, inclusive a conscientização das condições de sobrevivência, para que se possibilite uma formação humana-cristã que tome posição em favor dos mais pobres-simples. Salientamos que a dimensão transcendental é considerada nos documentos da Igreja, o que não acontece no modo de conceber o ser humano a partir de Gramsci, ainda assim, na práxis como prática histórica, existem muitas aproximações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findamos esta pesquisa bibliográfica e documental em que tivemos a oportunidade de compreender e expressar a análise histórica gramsciana em relação à Igreja Católica, à formação do intelectual orgânico de Gramsci, à escola unitária e ao período histórico pós concílio Vaticano II que deu origem e força à Teologia da Libertação e seus desdobramentos históricos até o pensamento do Papa Francisco sobre os pobres na atualidade.

Com esta base, nos sentimos seguros e confiantes em esboçar o caminho histórico do documento *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2016) que abrange a formação seminarística na Igreja toda, bem como apresentar analiticamente os limites e as possibilidades da formação seminarística de opção pelos pobres segundo este documento. Da mesma forma, desenvolvemos a construção histórica das *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil* (2010 e 2019) e apresentamos os limites e as possibilidades da formação seminarística de opção pelos pobres.

Tendo desenvolvido o capítulo 1: Análise crítica de Gramsci à Igreja Católica como formadora de intelectuais: apontamentos para a formação do intelectual orgânico dos oprimidos na escola unitária, chegamos à conclusão de que Gramsci analisou a formação dos intelectuais a partir da Igreja ligado a determinados contextos históricos, constatando posições que não foram ao encontro dos mais simples e sim de incidência com a manutenção e o estabelecimento da ordem e da hegemonia. Por isso, ele propõe na escola unitária um sistema de formação que tem o objetivo de superar o modelo proposto pela Igreja Católica da época.

Percebemos que a questão do intelectual gramsciano surge do elo que este representa entre sua classe e o grupo social dominante, inseridos na atividade prática, representam especialistas que tem capacidade de liderar, estão presentes nas relações sociais, nas lutas sociais. Para Gramsci, os intelectuais deveriam dirigir a classe simples, estar com elas e se posicionar em defesa delas. Na contramão disso, Gramsci percebeu no catolicismo intelectuais que não desempenhavam tal papel, sendo submissos ao poder religioso e mantendo os simples na situação de desigualdade. É daí que parte a crítica de Gramsci à Igreja, por ser formadora de intelectuais tradicionais do capitalismo que atrelados à Igreja sufocam os mais simples, pois sem perdê-los de vista, a igreja manteve-os na passividade.

O exemplo usado por Gramsci do Cristianismo primitivo como uma relação orgânica entre os intelectuais e os simples reforçou nossa ideia de seminarista intelectual orgânico ligado aos pobres, eles estavam inseridos nas atividades da comunidade e tomavam partido em favor dela. Esse pensamento pode servir de suporte para a formação seminarística do século XXI, para formar seminaristas conscientes da realidade e defensores dos pobres.

A crítica de Gramsci à Igreja Católica se dá em momentos históricos em que o clero, como intelectuais atrelados ao estado, agiu aquém dos simples. A partir do Edito de Milão (313 d. C.) e na sequência da Idade Média, a Igreja tornou-se intelectual orgânica da aristocracia feudal por questões hegemônicas. Circunstância que obscurece os valores do cristianismo primitivo como união, fraternidade, justiça, solidariedade, auxílio aos mais necessitados, situação que sempre precisa ser evitada, pois não faz bem à atual formação dos seminaristas intelectuais orgânicos dos pobres.

Diante dessa inversão de valores por parte da Igreja, a reação veio das pessoas simples e de pequenas instituições, como mosteiros que formaram intelectuais que afrontaram o mundo da Igreja católica. Ao contrário dessa politização da Igreja surgiram movimentos eclesiais liderados por intelectuais orgânicos dos simples, como foi o caso de São Francisco de Assis (1182 – 1226), que trouxe uma postura de retorno ao cristianismo primitivo. Aos poucos a Igreja foi reconhecendo os demais movimentos e trazendo-os para si, dando-lhes reconhecimento em troca de obediência. Este cenário, ajudou-nos a compreender que para formar seminaristas ligados aos pobres, precisa-se desgarrar do poder, da fama e do sistema impregnado socialmente que oprime os pobres.

Nas raízes do capitalismo a Igreja reagiu com a Contra-Reforma, um movimento de defesa, uma maneira de manter o seu domínio associando-se às classes dominantes e mantendo os humildes em sua pobreza. Fato esse que não serve para a formação de intelectuais orgânicos dos pobres, pois compreendemos que o seminarista deve estar aberto ao diálogo, à diversidade, à coerência de vida segundo o Evangelho de Jesus Cristo, espelhado na comunidade primitiva.

Em função disso, o Clero passou a ser intelectual tradicional do Capitalismo. De outro lado, é importante reconhecer que a Igreja resistiu na história através de sua organização e reestruturação diante dos conflitos. Muito disso foi resultado do Concílio de Trento (1545 – 1563) onde, aparentemente, se garantiu a unidade dos cristãos, a disciplina eclesiástica e a doutrina. Além disso, deliberou a criação de casas integrais para

formar o seu clero, o que se chama seminários. Intensificou seu trabalho em revistas, jornais e livros e manteve certo domínio nas instituições de ensino superior.

Uma atitude previdente é recolher seus futuros líderes (seminaristas) por vários anos e formá-los. No entanto, é necessário que esta formação reconheça a opção preferencial pelos pobres, formando homens capazes de ler a realidade com fundamentos evangélicos e que saibam posicionar-se ao lado dos que necessitam de elevação cultural e transformação social.

Reconhecemos que os esforços da Igreja estavam atrelados à própria organização e sobrevivência, o que não justifica a convivência com a manutenção das classes simples na pobreza. Por isso, damos ênfase à crítica de Gramsci da necessidade de a Igreja estar atenta à autocrítica, remodelando o pensamento para não deixar de lado os valores originais, buscando formar padres que sejam capazes de possuir um conhecimento teórico de base e atitudes voltadas aos pobres na superação de sua pobreza.

Gramsci, analisando toda essa situação, propõem a elevação do nível cultural das massas para superar esta ordem conivente pela igreja católica, como ele mesmo escreveu, “um impulso da cultura nacional que forem superiores aos da Igreja Católica” (GRAMSCI, 2000, p. 41). Este impulso se daria pela filosofia da práxis, a qual traria a aproximação da cultura popular com a alta cultura, tornando possível um progresso intelectual das massas. A esse exemplo, mantemos o anseio de formar intelectuais que estejam juntos dos simples, em unidade de pensamento e ação no objetivo de obter uma cultura ampla, coletiva e universal.

Como pudemos perceber no desenvolvimento do primeiro capítulo dessa dissertação, Gramsci sempre alimentou um apreço especial pela escola, foi sobre esta instituição que ele propôs um sistema de educação única para solucionar esta crise de formação dos intelectuais orgânicos dos simples. Nesse mesmo sentido, procuramos um modelo de seminário que integre o desenvolvimento da capacidade de trabalhar com as mãos e com a mente. Sobre o seminário está a aposta de um novo homem, que esteja próximo aos interesses da classe trabalhadora.

A proposição de Gramsci é a escola unitária, lugar de formar intelectuais orgânicos dos simples. Esta escola acolheria os meninos, dar-lhes-ia a formação humana adequada e inseri-los-ia na atividade social. Nesses moldes trabalhamos com seminários em tempo integral para todos e rico em cultura. Uma nova visão de mundo precisa sair de nossos seminários.

O fundamento da escola unitária é o trabalho, nele se daria equilíbrio na ordem social e natural, criando uma concepção dialética de mundo, construindo um novo homem, dotado da mais alta cultura, da técnica, das artes, que não esqueça da experiência com os simples. Trata-se de uma formação que consegue aproximar teoria e prática. Defendemos que esse modo de formar homens deve estar presente na formação seminarística, para que seja possível desvelar as amarras do sistema capitalista e agir com persistência na luta pela transformação social. No estilo desse modelo, os seminaristas terão possibilidades de desenvolverem a capacidade crítica, tornando-se homens capazes de ler a realidade e tomar posição diante das opressões, marginalizações e injustiças.

Assim, compreendemos a base filosófica de análise crítica gramsciana sobre a Igreja como formadora de intelectuais, que em determinado tempo histórico manteve os pobres estagnados, isto é, conservou-os na mesma condição. Desvelamos a formação do intelectual orgânico da escola unitária de Gramsci e sua proposição para um novo homem que consiga se autogovernar e estar alinhado aos simples e propomos características desse modelo como sugestão na formação de seminaristas no século XXI.

No segundo capítulo, traçamos um momento histórico da Igreja na América Latina e em específico no Brasil, em que parte da Igreja voltou-se à formação de intelectuais orgânicos dos simples. O capítulo intitulado: Teologia da Libertação: a Igreja como intelectual orgânica dos pobres – oprimidos, nos possibilitou concluir que neste período, na América Latina, alimentou-se a perspectiva da formação de intelectuais defensores dos simples, por conseguinte, a formação seminarística bebeu dessa fonte por situar-se no seio da Igreja e seria proveitoso, a nosso ver, a Igreja atual enfatizar esse modelo de Teologia na formação seminarística.

As ideias que nortearam tal reflexão nos mostraram a importância da Teologia da Libertação na formação de um seminarista intelectual dos simples. Pois, as bases da formação humana da Teologia da Libertação estão no bojo dessa guinada aos simples, libertando-os de suas amarras sociais, fazendo-os reconhecer Jesus Cristo no rosto do outro que sofre. O homem toma consciência de que é possível aspirar condições mais dignas de sobrevivência alicerçado na leitura da Palavra de Deus que acontece na história. Um movimento religioso que olha para as condições humanas, que necessita de libertação. Assim, consideramos que é importante estudar nos seminários os teólogos da libertação, pois irão propiciar ao seminarista capacidade de tomar posição de classe e ajudá-los a libertar-se. Não se trata de defender a pobreza, mas de superá-la.

Na gênese da Teologia da Libertação estão de forma peculiar a doutrina social da Igreja e o Concílio Vaticano II (1962-1965). O objetivo de toda a doutrina social da Igreja é o bem comum, buscando desenvolvimento integral da pessoa humana na importância dos valores morais e sociais, como justiça, defesa ao meio ambiente, paz. A opção que sempre fez a Doutrina Social da Igreja, como pudemos perceber, é a de defesa dos mais simples e a denúncia ao pecado social, fruto de uma estrutura excludente. A atenção se volta para os valores do próprio Evangelho. Por isso, ressaltamos a importância do estudo enfático da Doutrina Social da Igreja nos seminários, ela possibilitará ao seminarista ter fundamentos básicos na ação em vista da transformação social.

O Concílio Vaticano II ajudou a dar forças à Teologia da Libertação, pois urgiram deste acontecimento religioso muitas compreensões renovadas a partir do cristianismo dos simples. Constituiu uma abertura ao novo, ao diálogo e a reaproximação dos pobres. Além disso, o sentido da vida, do trabalho, da união dos povos, da justiça, fraternidade, solidariedade, comunhão, paz, entre outros princípios foram destacados. Estes valores precisam estar presentes na formação seminarística do século XXI, com muita clareza.

No Concílio Vaticano II, a Igreja demonstrou atenção com a vida social, econômica e política de todos os cristãos e não cristãos. Se apresentou como imagem de Igreja povo de Deus, aberta às diversidades e diferenças, disposta ao diálogo. Abriu espaço para vários ministérios leigos nos trabalhos pastorais. A abstração desceu para a vida prática, e aí se envolveu com os simples, dando possibilidades de muitos movimentos e organizações humildes desenvolverem identidade e terem voz, como foi o exemplo das comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais. Na formação dos seminaristas intelectuais orgânicos dos pobres, todo o conteúdo do Concílio Vaticano II necessita ser estudado e compreendido, ele forma a base das ações em favor dos pobres.

Historicamente, a Teologia da Libertação fez a opção pelo pobre, propiciou-lhe ser sujeito de sua história denunciando as injustiças sociais. Desenvolvendo uma reflexão a partir da realidade, realidade que o capitalismo transformou em desigual, injusta e opressora, produtora de pobreza. A tomada de consciência da classe simples foi instigada pela Teologia da Libertação aspirando por uma sociedade justa a partir de Jesus Cristo libertador. Assim, ela se torna imprescindível na formação de um seminarista de opção preferencial pelos pobres para compreender que a Igreja é uma defensora dos simples desde seus primeiros anos de história e necessita dar continuidade nessa luta frente à exploração e dominação dos mais ricos. Essa produção toda, não pode ser esquecida,

precisa estar nas salas de aulas, nos seminários, nas instituições da Igreja, enfim, na base da formação do intelectual orgânico dos pobres. No século XXI, não há indícios de novas figuras como foi Dom Helder Câmara, por isso, há necessidade desse pensamento ser estudado pelos atuais seminaristas.

Este movimento teológico produziu sistematicamente teologia, como também, formou uma séria de intelectuais orgânicos, dentre estes, demonstramos que Gustavo Gutiérrez foi o principal iniciador deste arcabouço literário. O segundo autor que abordamos, Hugo Assmann (1933 - 2008) produziu Teologia da Libertação tendo como lugar teológico a práxis histórica concreta. Estes autores foram intelectuais orgânicos dos pobres, são necessários para a formação de seminaristas intelectuais orgânicos dos pobres e precisam estar presentes nos currículos de nossos seminários e instituições filosóficas e teológicas.

Na realidade brasileira tivemos o exemplo de Leonardo Boff (1939 -), continuador e defensor da Teologia da Libertação, demonstrou a marginalização e o sofrimento por que passa o povo brasileiro. Com vivacidade demonstra o pecado estrutural que assola os mais simples, consequência de um sistema injusto, a pobreza precisa ser combatida aos olhos da fé. Este autor nos ajudou a compreender que a fé cristã passa necessariamente pela realidade dos simples. A Igreja hoje, precisa propiciar caminhos aos seus seminaristas de procurarem Deus no pobre, dar-lhe oportunidade de elevação, propiciar-lhe condições de vida digna. As leituras de autores como Leonardo Boff, instiga estes horizontes e são propícias para este novo seminarista.

Dom Helder Câmara (1909 - 1999) fez de sua vida uma vida dedicada em favor dos pobres, um testemunho incômodo para muitos, um intelectual orgânico dos pobres que soube denunciar as injustiças sociais e anunciar o Reino de Deus em favor dos simples. Mostrou que é possível ser pobre dos pobres e da Igreja. Ler e compreender escritos de Dom Helder Câmara ajudará o seminarista a fazer a crítica da economia de mercado, fortalecer as organizações defensoras dos pobres, defender seus direitos e tomar posição em favor destes.

As chamadas comunidades eclesiais de base²¹³ – CEBs, representam pequenos grupos, tanto na cidade quanto no campo, se destacam pela união em vista da libertação.

²¹³ Nas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019 – 2023)*, já se indica que é necessário voltar-se as pequenas comunidades eclesiais missionárias como um caminho de evangelização: “Um destes caminhos poderia ser as pequenas comunidades, onde sobrevivem as amizades, que são aprofundadas na frequente adoração comunitária de Deus” (CNBB, 2019, p. 30).

Com a experiência de vida à luz da Palavra de Deus, o coletivo se organiza em busca de melhores condições de sobrevivência. As CEBs representam um modelo de cristianismo primitivo, em pequenos grupos, nas casas, os simples se reúnem para cantar, rezar, ler a Palavra de Deus e alinhar objetivos comuns. É nesse ambiente que se forma a defesa pelos pobres, é preciso criar possibilidades de os seminaristas estarem presentes nesse meio, sendo participantes ativos no processo de conquistas coletivas, este é o lugar da pastoral dos seminaristas do século XXI.

As Pastorais sociais representam outro ambiente de formação do seminarista intelectual dos pobres, é a prática da Igreja nos meios mais carentes da população, são ações voltadas a realidades que necessitam de apoio. Atender e estar com aqueles que são descartados socialmente pelo sistema capitalista individualista, desigual e opressor, realizar a junção entre fé e prática para que a ação social seja a partir da fé testemunhada nas ações e atitudes cristãs em defesa dos mais simples.

Compreendemos que a Teologia da Libertação perdeu espaço depois dos anos 1980²¹⁴. Não obstante, lembramos a desconfiança com que foi vista no pontificado de João Paulo II (1978 – 2005), por parte de alguns cardeais, como foi o caso do então prefeito da Congregação da fé desde 1981, e com a morte de João Paulo II em 2005, foi eleito Papa, ficando no cargo até 2013, ano em que renunciou ao posto de maior líder da Igreja Católica. Diante disso, entendemos que é o momento de resgatar na formação dos seminaristas este modo de pensar, isso depende muito da organização dos seminários, dos padres formadores e da comunidade católica, para conseguirmos reacender a originalidade do Evangelho.

A partir de 2013, a Igreja Católica tem como seu maior líder espiritual o Papa Francisco, que em seus discursos, homilias, proposições, documentos e reflexões vêm demonstrando maior proximidade com a realidade dos simples. Não podemos garantir que seja um reflorescimento da Teologia da Libertação, mas podemos afirmar que sua reflexão e testemunho se aproximam do discurso teológico libertador da América Latina.

²¹⁴ O porquê do apaziguamento da Teologia da Libertação na Igreja nesse período de dois papados, continua sendo motivo de muitas interpretações e discussões. O teólogo brasileiro Leonardo Boff, destaca a esse respeito: “A irradiação da Teologia da Libertação alcançou o aparelho central da Igreja Católica, o Vaticano. Influenciadas pelos setores mais conservadores da própria Igreja Latino-americana e das elites políticas conservadoras, as instâncias doutrinárias sob o então card. Joseph Ratzinger reagiram, em 1984 e 1986, com críticas contra a Teologia da Libertação. Mas se bem repararmos, não se fazem condições cerradas. Tais autoridades chamam a atenção para dois perigos que acossam este tipo de teologia: a redução da fé à política e o uso não-crítico de categorias marxistas. Perigos não são erros. Evitados, eles deixam o caminho aberto e nunca invalidam a coragem do pensamento criativo” (BOFF, 2011b, s/p).

Papa Francisco é latino-americano, sempre teve vida simples e transitou entre os simples desde a infância até o presbitério. Um jeito diferente de ser pai espiritual, tem feito o mundo lançar o olhar sobre sua pessoa. Aberto as realidades menos favorecidas, defensor dos pobres, profeta do meio ambiente, seguro nas relações internas da Igreja, insistente no testemunho e na oração. De linguagem simples e profética, como ele mesmo escreve, “cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres” (FRANCISCO, 2013b, p. 154), está reconfigurando a Igreja com um novo rosto, rosto dos pobres. Julgamos ser este o reinício de uma Igreja formadora de intelectuais orgânicos dos pobres. Os seminaristas do século XXI precisam ser inseridos nesse estilo, ler os documentos de Francisco, estudar suas proposições e seguir suas observações.

Sobre o terceiro capítulo, denominado: Limites e possibilidades da formação seminarística na perspectiva do intelectual orgânico dos pobres, chegamos a interessantes constatações que se configuraram como limites, situações que necessitam de atenção, e com mais ênfase as possibilidades de formação de um seminarista intelectual dos simples.

Para se chegar ao documento *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2016), foi considerado todo esforço da Igreja em construir um pensamento sólido sobre a formação seminarística. O cuidado que a Igreja mantém na formação dos seminaristas é algo notável, no decorrer das mudanças sociais a Igreja se atualiza e reformula seu modo de formar, e nos últimos anos, a nosso ver, se reaproxima da opção preferencial pelos pobres.

O documento *Optatam Totius* (1965) é importante porque manifesta uma renovação no conceito de formação seminarística, apresentando as quatro dimensões de maneira íntegra e conectadas ao fim pastoral em um estilo de serviço. Renovou o conceito de disciplina em vista do autodomínio. Destacou a importância de todos os estudos estarem alinhados à vida prática da Igreja.

Em 1970 foi publicada a primeira *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, um documento oficial somente para a formação seminarística destinado à Igreja toda. Adaptada aos ensinamentos do Concílio Vaticano II, trouxe segurança em suas proposições, como é o caso de o seminário ser um espaço de diálogo permanente, do seminário como extensão da família, o princípio da maturidade de governar-se por si próprio, relação trabalho e estudo.

A mesma *Ratio* em 1985 foi submetida pela Igreja a uma atualização, na qual inseriu os novos conceitos do *Código de Direito Canônico*, o qual também passara por

uma revisão em 1983, e trouxe novas regras à formação seminarística, como: a reafirmação dos estudos humanísticos, o espírito missionário, as adaptações necessárias à igreja local, ênfase no aprendizado de novos idiomas, a centralidade dos estudos na Sagrada Escritura, representaram algumas importantes e renovadas inserções dessa atualização.

João Paulo II também expressou sua preocupação com a formação dos futuros padres da Igreja através do documento específico à formação seminarística chamado *Pastores dabovobis*, dentre os direcionamentos, os que mais se aproximam de nossa busca de uma formação em defesa dos pobres na formação seminarística do século XXI, destacamos a preocupação com as comunidades de origem dos seminaristas, os laços familiares, a liberdade pela pobreza evangélica, relações fraternas e francas, envolvimento comunitário, atenção às ciências sociais e humanas, atenção à doutrina social da Igreja, ecumenismo, diálogo inter-religioso, abertura ao diálogo, o protagonismo na formação, entre outros, tudo com um viés pastoral.

Estes documentos são importantes e estiveram no alicerce da formação seminarística, continuam sendo válidos e devem ser mais observados na formação do seminarista do século XXI. Com a publicação da nova *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (2016), que representa uma síntese de todo o processo histórico e atualizações necessárias, desvelamos os destaques limítrofes e as possibilidades que fluem do texto.

Sobre os limites, somos conscientes de que é necessário se esforçar para superá-los. Alguns elencados foram: superficialidades, polarizações, clericalismo, carreirismo, apego às normas litúrgicas, poder, fama, reconhecimento popular, interesses em cargos, isolamento, individualismo, mau uso das redes sociais, sexualidade desintegrada, apoio a cultura gay. São situações da formação seminarística que podem limitar a formação do intelectual orgânico dos pobres. Merecem atenção e cuidado para que sejam refletidos com mais determinação no objetivo de evitá-los na formação seminarística.

Quanto às possibilidades da formação do intelectual orgânicos dos pobres, desvelamos inúmeras situações que podem estar aproximadas nas três visões: de Gramsci, da Teologia da Libertação e no Documento *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, como: Um projeto de formação, no intuito de ter determinados os objetivos a que se quer chegar; Seminarista inserido na comunidade, movimentos e pastorais, para desenvolver o espírito comunitário e pertença ao povo simples; Formar para a humildade e disponibilidade, com objetivo de criar uma pessoa simples e disponível; Rigor nos

estudos, pois é onde se prepara a base do intelectual capaz de ler a realidade para se posicionar em favor dos simples; Consciência missionária, estar com o povo, não esquecer de onde veio, de sua identidade; Proximidade com o povo, ser acessível e atencioso com as pessoas; Desenvolver a capacidade de autogovernar-se, autodomínio em todas as circunstâncias; Compreender o professor e o formador como guias amigáveis, que podem a qualquer momento auxiliar no processo de maturidade; Vida coletiva, viver em comunidade com espírito de partilha; Adepto à disciplina, retidão; Responsabilidade, em todos os momentos ser responsáveis pelas suas ações; Opção pelos mais simples, característica essencial no crescimento da consciência de classe; Viver no exemplo da comunidade primitiva, o horizonte a se balizar na busca da vida, pois é a primeira comunidade de Jesus Cristo; Desenvolver o estilo profético, anúncio dos valores humanos e denúncia das injustiças sociais; Ser sinal de misericórdia em favor de todos. São situações que podem ser trabalhadas e vividas nos seminários de hoje.

Concluimos que existem essas possibilidades de aproximação entre Gramsci, Teologia da Libertação e o documento *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, sempre respeitando o modo de entender o ser humano de cada corrente de pensamento, de maneira especial a condição transcendental da doutrina social e do documento *Ratio*.

Sobre o enfoque brasileiro nas *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*, 2010 e 2019, levando em consideração os documentos anteriores da Igreja, apresentamos uma análise que contempla os limites e as possibilidades coerentemente com o que nos propomos a realizar, encontrar princípios de aproximação na formação seminarística de opção pelos pobres.

Os limites precisam ser vistos como oportunidades de mudança, como por exemplo, estilo de vida consumista, exibicionismo e religião como espetáculo, importante repensar sobre situações com tais características; Busca por posições de prestígio e poder não dizem respeito a uma igreja simples; Aprendizagem deficiente, sempre é preciso estar em constante evolução no aprendizado; Dependência afetiva e agressividade não correspondem a um intelectual defensor dos pobres; Hábitos consumistas limitam a comunidade, a partilha e a comunhão. Entres outras situações que, respeitadas as posições de cada suporte teórico desta pesquisa, podem ser citadas como prejudiciais.

Em relação às possibilidades de uma formação seminarística de opção preferencial pelos pobres, que pode ser aproximada com as visões de Gramsci, Teologia da Libertação e *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*, elencamos: Dedicar-se a formar um novo estilo de intelectual, que vá em busca dos mais

simples; A necessidade de um projeto formativo pedagógico, que forneça segurança no processo formativo; Formar para o espírito missionário, disponível ao encontro; Abertura e proximidade às culturas, dispendo de acolhimento em todas as diversidades; Centrar-se na pessoa, insistindo na preparação humana, intelectual e pastoral; Ter o Cristianismo primitivo como exemplo de vivência em comunidade; Abertura na convivência, estar disposto a ajudar e ser ajudado; Dedicção aos estudos, rigor no pensamento; Atenção ao crescimento da maturidade na pessoa, atento às responsabilidades que vão surgindo no processo; Personalidade integrada, busca de um ser humano equilibrado; Abertura comunitária, estar disposto ao processo comunitário; Reflexão crítica da realidade, buscar compreender os processos sociais; Disponibilidade ao trabalho e às atividades manuais necessárias à sobrevivência; Diálogo, ser interessado nos relacionamentos comunitários em vista do bem comum; Proximidade e respeito com os formadores-professores, consideração e espírito crítico de educando disposto a aprender mais; Espírito de serviço, sempre disposto a se engajar nas lutas sociais; Igreja como povo de Deus, que caminha junto, sofre junto, defende os simples; Gosto pelos laços familiares, não se pode esquecer as raízes; Espírito de pobreza, desapegado de bens materiais; Ser solidário, apresentar-se como alguém que está disposto a analisar e estar com o outro. Enfim, são pontos em comuns, que podem se aproximar e ajudar na formação seminarística de opção preferencial pelos pobres.

Desse modo, concluímos que é possível aproximar Gramsci, Teologia da Libertação e os principais documentos de formação seminarística do século XXI para formar um líder religioso-social de opção preferencial pelos simples. Existem aspectos em comum, assim como existem aspectos que, por se tratarem de visões subjetivas, devem ser respeitados. O fato é que as aproximações possíveis confirmam as possibilidades de haver uma formação seminarística de opção pelos simples.

É preciso união entre os pontos comuns e cultivar uma convivência aberta ao diálogo nas diferenças, o reconhecimento recíproco de pontos positivos constroem um ser humano capaz de compreender com mais exatidão o valor da existência. Reconhecemos que existem possibilidades de resgate ao ser humano, pela busca de igualdade e defesa dos simples, que são objetivos comuns, os quais se encontram na concretude da vida.

É possível, no século XXI, formar seminaristas que sejam intelectuais orgânicos dos pobres. Basta que a Igreja, os Padres formadores e a comunidade cristã católica estejam atentos a manter seminários e instituições de ensino com alto nível de estudos humanísticos, científicos, filosóficos e teológicos que sirvam de base teórica para

trabalhar com a diversidade na realidade, dando ênfase aos teóricos da Teologia da Libertação e da Filosofia da práxis, naquilo que não fere a essência do cristianismo, a transcendentalidade e observando os documentos para a formação seminarística. Assim, os seminaristas saberão fazer a crítica ao sistema vigente, ler a realidade e agir com consciência para tornar possível a transformação social.

Todavia, tudo isso dependerá do engajamento de quem faz acontecer a formação desses futuros líderes religiosos-sociais. Nós, os formadores, temos que fazer a diferença no processo formativo, com espírito crítico ressignificando os limites e trabalhando com as possibilidades na responsabilidade de formar seres humanos defensores dos simples. Temos consciência de que a formação em defesa dos pobres por parte da Igreja não se esgota, não termina e não se conclui, é inerente no processo de quem tem Jesus Cristo como libertador dos pobres.

REFERÊNCIAS

AGENCIA IBGE NOTÍCIAS. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26/11/2019.

AGENZIA FIDES. **VATICANO - Estatísticas da Igreja católica 2016.** Disponível em: http://www.fides.org/pt/news/61026VATICANO_Estatisticas_da_Igreja_catolica_2016. Acesso em: 22/06/2019.

ARROCHELLAS, Maria Helena; BEOZZO, Padre José Oscar. **DOM HELDER: Memória e profecia no seu centenário - 1909 – 2009.** Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br>. Acesso em: 22/06/2019.

ASSMANN, Hugo. **Ampliar e aprofundar sensibilidades: elementos para uma pedagogia do terceiro milênio. 2006.** In: ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres. São Paulo: Paulus, 2010.

BETTO, Frei. **Cristianismo e Marxismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

_____. **O que é comunidade eclesial de base.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. **BÍBLIA SAGRADA.** Nova edição, revista. Tradução: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus. São Paulo: Paulus, 1985.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOFF, Leonardo. **A libertação em Puebla.** In: Puebla: Análise, perspectivas e interrogações. Série Teologia em diálogo. São Paulo: Edições Paulinas. 1979.

_____. **Do lugar do pobre.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

_____. **Experimentar Deus: A transparência de todas as coisas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011a.

_____. **Quarenta anos de Teologia da Libertação.** 2011b. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com>. Acesso em: 18/09/2019.

_____. **Teologia do cativo e da libertação.** 5ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Da libertação: o sentido teológico das libertações sócio-históricas.** 2ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

BORTOLINI, José. **Introdução à Paulo e suas cartas.** 2ª Ed. São Paulo: Paulus, 2003.

CÂMARA, Helder. **Um olhar sobre a cidade: olhar atento, de esperança, de prece.** São Paulo: Paulus, 1995.

CARVALHO, Delgado de. **História Geral. Idade Média.** Vol. II. 3ª edição revista. Rio de Janeiro: Distribuidora Record de serviços de imprensa S. A., 1974a.

_____. **História Geral. Idade Moderna.** Vol. III. 3ª edição revista. Rio de Janeiro: Distribuidora Record de serviços de imprensa S. A., 1974b.

CATÃO, Francisco. **O que é Teologia da Libertação.** São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1985.

CATECISMO da Igreja Católica. 8ª edição. Tradução: editora Vozes. São Paulo: Vozes, 1998.

CAVALCANTI, Tereza. **Teologia da Libertação: Fé ou Política?** Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25360/25360.PDFXXvmi=>. Acesso em: 22/06/2019.

CÓDIGO de Direito Canônico. 11ª edição. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. 22ª edição. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

CELAM. **Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe.** 5ª edição. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **Documento de Santo Domingo. IV Conferência do Episcopado Latino Americano: Nova evangelização, promoção humana, cultura cristã.** Tradução: CNBB. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

_____. **Medellín: La Iglesia en la actual transformación de América Latina a la luz del Concilio; Puebla: La evangelización en el presente y el futuro de América Latina.** Bogotá: Centro de publicaciones del CELAM, 1990.

_____. **Rio de Janeiro. 1ª Conferência General del CELAM (1955).** Disponível em: www.celam.org/documentos. Acesso em: 15/05/2019.

CHAGAS; Antonio Marcos; ASSUNÇÃO; Rudy Albino de. **Indicações do Magistério sobre a formação sacerdotal.** In: Revista Expressão Católica. V. 6. Nº 1. Jan – Jun. 2017. Disponível em: www.researchgate.net/publication/324851336_indicaciones_do_magisterio_sobre_a_formacao_sacerdotal. Acesso em: 21/09/2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil.** Brasília: edições CNBB, 2019.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019 – 2023).** Brasília: Edições CNBB, 2019.

_____. **Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **O que é Pastoral Social?** Cartilhas de Pastoral Social. Nº 01. Brasília-DF: CNBB, 2001.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico financeiro.** 2018. Disponível em: vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents. Acesso em: 21/10/2019.

_____. **Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”.** 1984. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19_840806_theology-liberation_po.html. Acesso em: 17/10/2019.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais e da sua admissão ao seminário e às ordens sacras.** 2005. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20051104_istruzione_po.html#_ftn4. Acesso em: 01/10/2019.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **O dom da vocação presbiteral – Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis.** 1ª Edição em Português. Brasília: Edições CNBB, 2017.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, decretos e declarações.** Petrópolis 5ª Edição. – RJ: Vozes, 1969.

CONGREGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN CATÓLICA. **Normas Básicas de la Formación Sacerdotal (Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis).** 1970. Tradução: OSAR. 2012. Disponível em: osar.org.ar/?p=36. Acesso em: 25/09/2019.

CORDEIRO, Elcio Alcione. **Papa Francisco e os pobres.** In: Revista Vida Pastoral. Ano 61. Número 331. pág. 22-29. 2020. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/edicao/papa-francisco-e-os-pobres/>. Acesso em: 11/03/2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

CRISTIANI, L.; FLICHE, Agustin; MARTIN, Victor. **Trento.** Vol. XIX. Valencia: EDICEP, 1976.

DICKENS, A. G. **A Reforma e a Europa do século XVI.** Tradução: António Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.

DUSSEL, Enrique. **Caminhos de libertação latino-americana IV.** Tradução: José Carlos Barcelos; Hugo Toschi. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

_____. **De Medellín a Puebla: Uma década de sangue e esperança.** Tradução: Luís João Gaio. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

ENGLISCH, Andreas. **Francisco: O Papa dos humildes**. Tradução: Gabriela França. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.

FONSECA, Devair Araújo da. **O surgimento do CELAM na América Latina**. In: Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH. Anais do II Encontro Nacional do GT História das religiões e das religiosidades. Maringá – PR. V. 1. N. 3. 2009. Disponível em: www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html. Acesso em: 15/05/2019.

FONTES, Douglas Alves. **Padre: Um perito em humanidade**. In: Revista Vida Pastoral. São Paulo: Paulus. Ano 60. Nº 328. Julho-Agosto de 2019.

FRANCISCO, Papa. **Caminhar com Jesus: O coração da vida cristã**. São Paulo: Fontanar, 2015a.

_____. **Carta Encíclica Laudato Si**. São Paulo: Paulinas, 2015b.

_____. **Carta Encíclica Lumen Fidei**. São Paulo: Paulinas, 2013a.

_____. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium – A Alegria do Evangelho**. São Paulo: Paulinas, 2013b.

_____. **Exortação Apostólica Amoris Laetitia**. São Paulo: Paulinas, 2016.

_____. **Exortação Apostólica Christus Vivit**. Brasília: Edições CNBB, 2019a.

_____. **Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate**. Brasília: Edições CNBB, 2018a.

_____. **Mensagem do santo Padre Francisco para o I dia mundial dos pobres**. (2017). Disponível em: www.w2.vatican.va. Acesso em: 25/06/2019.

_____. **Mensagem do santo Padre Francisco para o II dia mundial dos pobres**. (2018b). Disponível em: www.w2.vatican.va. Acesso em: 25/06/2019.

_____. **Mensagem do santo Padre Francisco para o III dia mundial dos pobres**. (2019b). Disponível em: www.w2.vatican.va. Acesso em: 25/06/2019.

GALILEA, Segundo. **Liberación y Exigencias Cristianas**. In: Revista del Instituto Pastoral del CELAM. Vol. I. N. 1. Instituto Pastoral del CELAM: Medellín, 1975.

GONÇALVES, Paulo Sergio Lopes. **Do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín**. In: Revista de Cultura Teológica. Ano XXVI. Nº. 91. Jan/Jun, 2018. Disponível em: www.revistas.pucsp.br. Acesso em: 15/05/2019.

GONÇALVES, Rainer. **O Vaticano**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/o-vaticano.htm>. Acesso em: 19/02/2019.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**. 5ª ed. Vol. 4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Concepção dialética da história**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Escritos Políticos**. Volume I. Tradução: Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____. **Escritos Políticos**. Volume II. Tradução: Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1977.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991a.

_____. **Cartas do cárcere**. Tradução: Noênio Spínola. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b.

_____. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: Perspectivas**. Tradução: Jorge Soares. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

HENRI, Daniel Rops. **A Igreja das Catedrais e das Cruzadas**. Tradução: Emérico da Gama. 2ª ed. Vol. III. São Paulo: Quadrante, 2011.

_____. **A Igreja da Renascença e da Reforma (I)**. Tradução: Emérico da Gama. São Paulo: Quadrante, 2013.

HIMITIAN, Evangelina. **O Papa do povo**. Tradução: Maria Alzira Brum Lemos; Michel Teixeira. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

HUGUES, Portelli. **Gramsci e a questão religiosa**. Tradução: Luiz João Galo. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e Hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci**. 2ª ed. Campinas – SP: Autores associados, 2005.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta do Papa João Paulo II aos bispos da Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil**. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1986/documents/hf_jp-ii_let_19860409_conf-episcopale-brasile.html. Acesso em: 17/10/2019.

- _____. **Pastores Dabo Vobis**. 5ª edição. São Paulo: Paulinas, 2001.
- JEDIN, Hubert. **Historia del Concilio de Trento**. Vol. IV. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1981.
- KERRIGAN, Michael; BUDZIK, Mary Frances. **A história do Catolicismo**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2016.
- LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. Tradução: Manuel Alves da Silva. 18ª edição. São Paulo: Paulinas, 2009.
- LÍBANELO, João Batista. **Teologia da Libertação: Roteiro didático para um estudo**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs). **Intelectuais**. In: Dicionário Gramsciano (1926-1937). Tradução: CHIARINI, Ana Maria; FERREIRA, Diego Silveira Coelho; GALASTRI, Leandro de Oliveira (et al): São Paulo: Boitempo, 2017.
- LOWY, Michel. **A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina**. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.
- MANACORDA, Mario A. **O princípio educativo em Gramsci**. Tradução: William Lagos. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Editora Alfa-Ômega: São Paulo, 1972.
- MILLEN, Maria Inês de Castro. **Poder, Pobreza e Serviço**. In: TRANSFERETTI, José Antonio; MILLEN, Maria Inês de Castro; ZACHARIAS, Ronaldo (Org.). Formação: Desafios morais. São Paulo: Paulus, 2018.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 2004.
- MONASTA, ATTILIO. **Antônio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- MONDIN, Battista. **Os teólogos da libertação**. Tradução: Hugo Toschi. São Paulo: Ed. Paulinas, 1980.
- MUÑOZ, Ronaldo. **Evangelho e libertação na América Latina: A Teologia pastoral de Puebla**. Tradução: Ir. Isabel Fontes Leal Ferreira. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.
- NOSELLA, Paulo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- _____. **Ensino Médio à luz do pensamento de Gramsci**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2016.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução: Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA. **A formação sacerdotal nos seminários.** 2009. Disponível em: www.vatican.va/roman_curia/congregations/pcal/documents. Acesso em: 25/10/2019.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja.** Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 4ª Edição. São Paulo: Paulinas, 2008.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** 5ª edição. Tradução: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Gramsci e a questão religiosa.** Tradução: Luiz João Galo. São Paulo: Paulinas, 1984.

REDAÇÃO JORNAL DE BELTRÃO. **O Padre belga que criou a Assesoar.** 2013. Disponível em: <https://www.jornaldebeltrao.com.br/noticia/109220/o-padre-belga-que-criou-a-assesoar>. Acesso em: 18/09/2019.

RENAUX, Pedro. **Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017.** 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/04/2019.

SANTOS, Dom Benedito Beni dos. **Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil.** In: Revista de Cultura Teológica. V. 17. Nº 68. Jul/dez 2009. Disponível em: revistas.pucsp.br/culturateo/article/view/15442/11540. Acesso em: 31/10/2019.

SAVIANI, Dermeval. **Gramsci e a educação no Brasil: para uma teoria gramsciana da educação e da escola.** In: SCHLESENER, Anita Helena (Org). Filosofia, Política e Educação: Leituras de Antônio Gramsci. Curitiba: UTP, 2014.

SEMERARO, Giovanni. **Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci.** In: Revista Educação & Sociedade, ano XX, nº 66, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a3.pdf>. Acesso em 29/10/2018.

_____. **Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina.** In: Revista: O social em questão. Ano XX. Nº 39. Set/Dez. 2017.

_____. **Intelectuais orgânicos em tempo de pós modernidade.** In: Cad. Cedes, Campinas. Vol. 26. Nº 70, p. 373-391. 2006. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em 29/10/2018.

_____. **Tornar-se “dirigente”. O projeto de Gramsci no mundo globalizado.** In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SENA, Edmar Avelar; CRISTO, Magno Moisés de. **Trabalho e Doutrina Social da Igreja: Elementos para uma análise sócio-jurídica da exploração contemporânea do trabalho.** In: Revista: Interações – Cultura e Comunidade. V. 9. Nº. 16. Belo Horizonte,

2014. Disponível em: [www.periodicos.pucminas.br /index.php/interações/ article](http://www.periodicos.pucminas.br/index.php/interações/article). Acesso em: 21/05/2019.

SODANO, Ângelo. **Carta do cardeal Ângelo Sodano**. In: PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 4ª Edição. São Paulo: Paulinas, 2008.

SUNG, Jung Mo. **Hugo Assmann: Teologia com paixão e coragem**. In: ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*. São Paulo: Paulus, 2010.

TEIXEIRA, Faustino. **Leonardo Boff: Amigo do bem**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 22/06/2019.

VATICANO. **Biografia do santo Padre Francisco (2013)**. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 24/06/2019.

VV. AA. **Uma leitura dos Atos dos Apóstolos**. Tradução: José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulinas, 1983.

WISNIEWSKI, Eliseu. **Formação Presbiteral: Os desafios morais de uma empreitada**. In: *Revista Vida Pastoral*. São Paulo: Paulus. Ano 60. Nº 328. Julho-Agosto de 2019.

ANEXO A – Portaria de nomeação de Reitor



Dom Edgar Xavier Ertl - SAC
Bispo Diocesano
Palmas - Francisco Beltrão

PORTARIA
Nomeação de Reitor
Seminário Menor São João Maria Vianney

Dom Edgar Xavier Ertl
Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica,
Bispo Diocesano de Palmas-Francisco Beltrão

Devendo-se prover o cargo de Reitor do Seminário Menor São João Maria Vianney de Palmas, como estabelece as normas da Igreja em seus Cânones 232 e 239, parágrafo 1º, havemos por bem nomear, como de fato fica nomeado, o Revmo. Sr. Pe. **Éleio Alcione Cordeiro**, Reitor do Seminário Menor São João Maria Vianney, da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão.

No desempenho de seu Múnus específico, observará cuidadosamente tudo quanto determina o C.D.C., as Diretrizes básicas estabelecidas para a formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil, a Exortação Apostólica Pós-Sinodal "Pastores dabo Vobis" e as demais normas e orientações sobre tão importante assunto e em profunda comunhão com o Pastor da Igreja Diocesana.

Por sua piedade, dedicação e amor a igreja e por sua experiência Pastoral, o agora nomeado, procurará formar os jovens seminaristas no verdadeiro Espírito Apostólico, a fim de que o Seminário seja uma autêntica comunidade de fé e de amor.

Dada e passada na Sede Episcopal da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, sob o nosso sinal e selo, aos vinte e um de fevereiro de dois mil e dezessete.

Dom Edgar Xavier Ertl
Bispo Diocesano

E eu, Pe. Evandro Arlindo de Melo, Chanceler da Cúria Diocesana, a subscrevi.

Pe. Evandro Arlindo de Melo
Chanceler

Cópia fiel, transcrita do Livro de Portarias e Decretos nº IX fl. 113.

Palmas, 21 de fevereiro de 2017.


Dom Edgar Xavier Ertl
Bispo Diocesano

ANEXO B – Portaria de nomeação do Conselho de Formadores



Dom Edgar Xavier Ertl - SAC
Bispo Diocesano
Palmas - Francisco Beltrão

PORTARIA NOMEAÇÃO DO CONSELHO DE FORMADORES

Dom Edgar Xavier Ertl, Bispo Diocesano da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, no uso de suas atribuições e seguindo as orientações das Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil, nomeia o Conselho de Formadores da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão - como segue:

- Pe. Aldemir Francisco Belaver
- Pe. César Antônio Poggere
- Pe. Elcio Alcione Cordeiro
- Pe. Elizandro Espillere
- Pe. Emerson Detoni
- Pe. Flávio Luiz Volpatto
- Pe. Paulo Vanderlei Brisch
- Pe. Valdeir Bressani

Com a graça de Deus e vosso zelo, prudência e compreensão, auxiliarão os jovens seminaristas a vos confiados, com firmeza, dedicação e amor, para que possam crescer cada dia no fervor, na fé e no amor de Deus e à Igreja. Para o bem e fiel cumprimento deste ofício, ajude-vos a Virgem Maria, Mãe do Sumo e Eterno Sacerdote.

Dado e passado na Sede Episcopal da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, aos quatorze de fevereiro de dois mil e dezessete.

Dom Edgar Xavier Ertl
Bispo Diocesano

E eu, Pe. Evandro Arlindo de Melo, Chanceler da Cúria Diocesana, a subscrevi.

Pe. Evandro Arlindo de Melo
Chanceler

Cópia fiel, transcrita do Livro de Registro de Decretos e Portarias Nº LX, Fl. 124.

Palmas, 14 de fevereiro de 2017.


Dom Edgar Xavier Ertl
Bispo Diocesano